

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Bianca Maria da Silva Melo

ANÁLISE DE MENSAGENS SOBRE QUESTÕES CLIMÁTICAS NO TELEGRAM
DURANTE AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS BRASILEIRAS DE 2022

Maceió, AL
2025

Bianca Maria da Silva Melo

**ANÁLISE DE MENSAGENS SOBRE QUESTÕES CLIMÁTICAS NO TELEGRAM
DURANTE AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS BRASILEIRAS DE 2022**

Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Alagoas como requisito para obtenção de título de Mestre.

Área de concentração: Informação, Tecnologia e Inovação.

Linha de pesquisa: Informação, Comunicação e Processos Tecnológicos.

Orientadora: Prof. Dra. Priscila Muniz de Medeiros

Coorientador: Prof. Dr. Victor de Almeida Nobre Pires.

Financiador: Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

**Maceió, AL
2025**

Catálogo na Fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

M528a Melo, Bianca Maria da Silva.
Análise de mensagens sobre questões climáticas no Telegram durante as eleições presidenciais brasileiras de 2022 / Bianca Maria da Silva Melo. – 2025.
178 f. : il.

Orientadora: Priscila Muniz de Medeiros.
Co-orientador: Victor de Almeida Nobre Pires.
Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes. Maceió, 2025.

Bibliografia: f. 140-168.
Apêndices: f. 169-178.

1. Desordem informacional. 2. Extrema direita. 3. Modelagem de tópicos. 4. Negacionismo climático. 5. Telegram (Aplicativo de mensagens). I. Título.


CDU: 02:342.8(81)

Bianca Maria da Silva Melo


**ANÁLISE DE MENSAGENS SOBRE QUESTÕES CLIMÁTICAS NO TELEGRAM
DURANTE AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS BRASILEIRAS DE 2022**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação em: 08/04/2025.


BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **PRISCILA MUNIZ DE MEDEIROS**
Data: 23/04/2025 17:27:57-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


Profª. Dra. Priscila Muniz de Medeiros - Orientadora/Presidente (PPGCI/UFAL)

Documento assinado digitalmente
 **VICTOR DE ALMEIDA NOBRE PIRES**
Data: 24/04/2025 11:37:41-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Victor de Almeida Nobre Pires - Coorientador (PPGCI/UFAL)

Documento assinado digitalmente
 **MARIA LIVIA PACHECO DE OLIVEIRA**
Data: 29/04/2025 17:55:25-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profª. Dra. Maria Lívia Pachêco de Oliveira - Membro Titular Interno (PPGCI/UFAL)

Documento assinado digitalmente
 **VITOR JOSE BRAGA MOTA GOMES**
Data: 30/04/2025 10:16:20-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Vitor Jose Braga Mota Gomes - Membro Titular Externo (PPGCOM/UFAL)

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais e ao meu irmão por darem sentido a tudo.

Aos meus amigos e amor, que também sabem ser família.

Aos meus colegas do NetLab, pelo aprendizado constante, em especial às mulheres incríveis que trabalham ao meu lado todos os dias na querida equipe ambiental e ao imenso suporte de Daphne.

À minha orientadora de longa data, Priscila, por segurar minha mão durante todos esses anos.

Ao meu coorientador, Victor, por me dar grande apoio e inspirações.

Aos professores Lívia e Vitor, por aceitarem dar suas valiosas contribuições ao meu projeto.

Aos camponeses de Branquinha e à Cristina, do Projeto Zumbido, que me fizeram ter olhos abertos.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

RESUMO

Diante do crescimento da desinformação e do negacionismo climático nas plataformas digitais, torna-se essencial compreender como esses discursos circulam em mídias sociais que possuem uma difícil auditabilidade, como o Telegram. Durante o ano eleitoral de 2022, o Brasil vivenciou um intenso cenário de polarização política em que pautas ambientais centralizaram disputas entre Lula e Jair Bolsonaro, os candidatos à presidência mais proeminentes. Nesse contexto, surge o problema de pesquisa: de que maneira grupos e canais brasileiros de extrema direita no Telegram abordaram questões climáticas ao longo desse período? O objetivo do estudo é realizar um mapeamento das mensagens de texto relacionadas às questões climáticas e identificar padrões, negacionismo climático, teorias da conspiração e possíveis articulações com outros temas. O método inclui análise computacional utilizando modelagem de tópicos por meio do modelo *Structural Topic Model* (STM), ou modelagem estrutural de tópicos em português, seguido por uma análise qualitativa de caráter exploratório. Ao examinar o conteúdo desses espaços, foi possível observar que o negacionismo e o conspiracionismo climático alastram-se nos espaços dominados pela extrema direita e apresenta interseções com o apoio a Bolsonaro e ataques contra a esquerda. A partir disso, a pesquisa reflete sobre as estruturas do negacionismo climático na atualidade e o papel das plataformas digitais nesse cenário.

Palavras-chave: Desordem Informacional; Extrema direita; Modelagem de Tópicos; Negacionismo climático; Telegram.

ABSTRACT

Given the growth of misinformation and climate denial on digital platforms, it is essential to understand how these discourses circulate on social media platforms that are difficult to audit, such as Telegram. During the 2022 election year, Brazil experienced an intense scenario of political polarization in which environmental issues centered disputes between Lula and Jair Bolsonaro, the most prominent presidential candidates. In this context, the research problem arises: how did Brazilian far-right groups and channels on Telegram address climate issues throughout this period? The objective of the study is to map text messages related to climate issues and identify patterns, climate denial, conspiracy theories, and possible connections with other topics. The method includes computational analysis using topic modeling through the Structural Topic Model (STM), followed by an exploratory qualitative analysis. By examining the content of these spaces, it was possible to observe that climate denialism and conspiracy theories are spreading in spaces dominated by the far right and present intersections with support for Bolsonaro and attacks against the left. Based on this, the research reflects on the structures of climate denialism today and the role of digital platforms in this scenario.

Palavras-chave: Information Disorder; Far Right; Topic Modelling; Climate Denial; Telegram.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Linha do tempo da trajetória da política ambiental no Brasil.....	81
Figura 2 - Evolução do número de fiscais do Ibama e saldo interanual (2010-2020).....	85
Figura 3 - Evolução do orçamento autorizado e liquidado pelo MMA atualizado pelo IPCA (2000-2021).....	86
Figura 5 - Distribuição de área queimada (km ²) até janeiro de 2025 em cada ano na série histórica.....	97
Figura 6 - Canais de líderes políticos com maior número de inscritos em todo o mundo.....	107
Figura 7 - Descrição dos recursos do pacote STM.....	112
Figura 8 - Métricas de coerência semântica x exclusividade para valores de k entre 9 e 25.....	116
Figura 9 - Tópicos mais utilizados nas mensagens sobre mudanças climáticas em grupos e canais de extrema direita do Telegram.....	119

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Histograma das mensagens.....	119
Gráfico 2 - Tópicos com presença de conspiracionismo nos exemplos mais representativos.....	125

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Tipos de desordem informacional.....	19
Quadro 2 - Dimensões da plataformização.....	24
Quadro 3 - Intersecções entre o populismo radical de direita e o ambiente digital.....	30
Quadro 4 - Metanarrativas e narrativas de desinformação sobre as eleições 2022.....	38
Quadro 5 - Comparativo entre a extrema direita e o bolsonarismo.....	47
Quadro 6 - Ideias e narrativas da “velha e nova negações”.....	68
Quadro 7 - Linha do tempo do Telegram.....	99
Quadro 8 - Eixos que descrevem a interação entre membros em grupos antivacina.....	108
Quadro 9 - Query sobre mudanças climáticas.....	114
Quadro 10 - Mensagens mais compartilhadas.....	124

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	6
2 DESORDEM INFORMACIONAL.....	15
2.1 Fluxos de informação em plataformas digitais.....	20
2.2 O papel das plataformas no cenário de desinformação.....	23
2.3 Polarização e desinformação no contexto brasileiro nas eleições de 2022.....	31
2.4 O fenômeno do bolsonarismo.....	38
3 NEGACIONISMO CLIMÁTICO.....	48
3.1 Origens do negacionismo climático.....	50
3.2 Negacionismo climático no Brasil.....	57
3.3 Conexões entre bolsonarismo e negacionismo climático.....	62
3.4 O papel das plataformas digitais no negacionismo climático.....	65
4 TRAJETÓRIA DA POLÍTICA AMBIENTAL NO BRASIL.....	70
4.1 A política ambiental no contexto eleitoral de 2022.....	79
4.1.1 A gestão ambiental do governo Bolsonaro.....	79
4.1.2 O debate ambiental e climático no período eleitoral.....	87
5 TELEGRAM COMO AGENTE NO CENÁRIO DE DESORDEM INFORMACIONAL.....	95
5.1 Radicalização no Telegram.....	101
6 METODOLOGIA.....	109
6.1 Ciências Sociais Computacionais.....	109
6.1.1 Modelagem de tópicos.....	110
6.2 Técnicas utilizadas.....	112
6.3 Operacionalização das técnicas.....	113
7 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	117
7.1 Importação e adaptação do conspiracionismo climático da <i>far-right</i>	124
7.2 Defesa do agronegócio diante da negação da crise climática.....	125
7.3 Extrema direita, religião e negacionismo climático.....	128
7.4 Atraso climático e a “nova negação”.....	129
7.5 Negacionismo reflete polarização política do Brasil.....	131
7.6 Telegram como canal para o negacionismo.....	132
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	135
9 REFERÊNCIAS.....	138
APÊNDICE.....	139

1 INTRODUÇÃO

Neste início de terceira década do século XXI, a chamada sociedade da informação tem sido impactada pela desordem informacional, fenômeno caracterizado pela circulação massiva de conteúdos distorcidos, descontextualizados ou enviesados, bem como pelo excesso de informação que dificulta a distinção entre fatos e manipulações (Wardle; Derakhshan, 2019). Esse ambiente de incerteza faz parte da era da pós-verdade, em que os fatos objetivos perdem relevância diante das emoções e crenças pessoais. Nesse contexto, o que se torna central para muitos indivíduos não é a veracidade da informação, mas sim a forma como o conteúdo consumido se alinha com suas percepções e convicções prévias (Aidar; Alves, 2019).

Os conteúdos políticos são exemplos evidentes desse cenário, pois envolve questões como valores, crenças e ideologias, o que resulta em polarizações. De acordo com Wardle (2018) e Fallis (2015), isso ocorre porque a desinformação apoia-se nas emoções das pessoas, fazendo com que a manipulação ocorra sem que haja um grande esforço de convencimento. Para as autoras, essa manipulação sempre existiu, mas o que muda atualmente é a forma como as pessoas se comportam diante desse cenário de desordem informacional. Assim, o público deixa de lado o pensamento crítico para aceitar e reforçar a narrativa do agente manipulador.

Considerando o cenário brasileiro, é possível observar que há diversos fatores de polarização na história recente, como a descrença nas políticas sociais-democratas propagadas pelos partidos de esquerda, a ascensão da extrema direita no Brasil como um reflexo do cenário mundial, a descredibilização da imprensa tradicional e a popularização do uso das plataformas digitais. Com o desenvolvimento cada vez mais rápido da comunicação digital, em especial no Brasil, com 114 milhões de usuários ativos nas mídias sociais, 66,3% da população total (Kemp, 2024), também tornou mais fácil acessar informações pouco credíveis e com alta capacidade de disseminação. Assim, o fenômeno da desinformação passou a ganhar força, impactando a percepção da realidade dos usuários (Fallis, 2015). Nesse contexto, os modelos de negócios das grandes empresas de tecnologia, as *big techs*, responsáveis pelas mídias sociais, não contribuem com o combate desse tipo de conteúdo.

Isso ocorre porque se baseiam principalmente na economia da atenção (Bhargava; Velásquez, 2020), ou seja, em manter o máximo de usuários ativos pelo maior tempo possível, e pela monetização do engajamento. Informações sensacionalistas, polarizadas ou falsas costumam atrair mais cliques, compartilhamentos e comentários, tornando-se mais

rentáveis para as plataformas digitais e para os próprios criadores desses conteúdos. Devido ao *big data*, que se refere ao grande volume de dados de usuários gerados a todo momento no ambiente online, as plataformas digitais armazenam e processam enormes quantidades de informações sobre o comportamento dos usuários (Poell; Nieborg; van Dijck, 2020). Isso inclui preferências de conteúdos, padrões de consumo, interações e até mesmo seus sentimentos sobre determinados temas. Esse nível de detalhamento permite que disseminadores de desinformação direcionem seus materiais e consigam mais êxito em seus resultados.

Embora algumas plataformas adotem medidas que ajudam a remover ou limitar o alcance da desinformação no ambiente online, essas ações geralmente não são totalmente eficazes, pois as *big techs* continuam priorizando engajamento e rentabilidade sobre a qualidade da informação (O’Neil, 2021). Toda essa dinâmica envolvendo plataformas de mídias sociais e a disseminação de desinformação favorece a mobilização política. Com a eficácia da comunicação digital, é possível construir campanhas políticas de forma estratégica para atingir determinados públicos de maneira eficaz. Nesse sentido, o debate político tornou-se mais acessível, mas também mais suscetível à circulação de informações enganosas (Wardle; Derakhshan, 2019).

Campanhas baseadas em desinformação online podem ser utilizadas para influenciar o voto de eleitores, minando a confiança em instituições democráticas e polarizando opiniões. O alcance facilitado desses conteúdos por meio dos algoritmos das mídias sociais, permite que grupos políticos explorem todas as funcionalidades disponíveis nas plataformas para tentar moldar a percepção pública (O’Neil, 2021). Como parte desse fenômeno, a desinformação política e eleitoral vem afetando diferentes países e processos democráticos.

As eleições dos Estados Unidos em 2016, que elegeram o republicano Donald Trump, marcaram a popularização das *fake news*, informações falsas que foram disseminadas contra sua concorrente, a democrata Hillary Clinton. Wardle e Derakhshan (2019) passam a classificar esse processo como “desinformação” a partir do entendimento de que houve uma coordenação na circulação desses conteúdos, culminando na vitória de Trump.

Posteriormente, países como Reino Unido, Índia, e mesmo o Brasil passaram por situações semelhantes em seus processos eleitorais. As eleições brasileiras de 2018 instituiu esse fenômeno no Brasil. O país passou a apresentar não apenas um processo de desinformação política e eleitoral nas mídias sociais, mas também a ascensão da extrema direita, fenômeno observado em outros países (Pereira; Coutinho, 2019). Ambos os fenômenos ocorrem dentro de um mesmo parâmetro retroalimentativo.

A candidatura de Jair Bolsonaro (PL) à presidência e posterior vitória, em 2018, ocorreu em meio a uma intensa polarização da sociedade brasileira e da disseminação massiva de conteúdos de desinformação nas redes sociais, incluindo ataques contra a própria democracia. A partir disso, uma série de medidas foram pensadas e implementadas no âmbito legal para coibir a desinformação em períodos eleitorais (Silva; Albuquerque; Veloso, 2019).

Para Pereira e Coutinho (2019), as mídias sociais se tornaram um espaço confortável para os usuários que buscam trocar informações e ideias com outros indivíduos que possuem pontos de vista semelhantes, o que faz com que pensamentos divergentes sejam descartados com facilidade. Essa seria, portanto, uma das características que vem promovendo o crescimento do extremismo de ideias no ambiente online, especialmente ligados à extrema direita, que também tem ganhado um espaço político relevante na sociedade. Pereira e Coutinho (2019) destacam que isso também se deve à dificuldade de alas mais progressistas em estabelecerem vínculos com usuários no meio digital. Sob o ponto de vista da história política recente, tal tendência manifestou-se no Brasil com maior evidência durante a ascensão de Jair Bolsonaro no meio político.

No entanto, algumas iniciativas não foram suficientes para conter a disseminação de desinformação nos quatro anos de governo Bolsonaro, quando esse fenômeno alastrou-se nas mídias sociais, em especial entre usuários que apoiavam o então presidente (Alves *et al.*, 2023). Isso demonstra como o cenário das eleições presidenciais de 2022 foi sendo construído para que os eleitores viessem a enfrentar mais um período de intensa polarização em meio à desordem informacional. Em 2022, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Bolsonaro concorreram à presidência e foram os candidatos com as maiores intenções de votos de acordo com as pesquisas (CNN, 2022; Betim, 2022; Congresso em Foco, 2022), chegando juntos ao segundo turno.

Considerando esse cenário político-eleitoral de 2022, o presente trabalho se concentra nas discussões sobre questões socioambientais, sobretudo sobre as mudanças climáticas, que ocorreram no período. Nesse sentido, é importante considerar que o ano de 2022 reverberou as políticas ambientais implementadas durante o governo Bolsonaro, que ainda estava em vigor. Suas políticas consideradas neoliberais também se estenderam para o campo socioambiental (Pompeia, 2023). Em seus discursos, Bolsonaro frequentemente defendia a expansão da fronteira agrícola do agronegócio, a liberação de agrotóxicos, e atividades que causam impactos ambientais negativos, como mineração e grandes projetos de infraestrutura, além de criticar o aumento de demarcação de áreas de preservação ambiental.

Nesse contexto, seu governo reduziu o orçamento e a atuação de órgãos de fiscalização ambiental e realizou um desmonte regras de licenciamento (Almeida; Gullino; Portinari; 2019). Além disso, o então presidente e seus ministros criticaram Organizações Não-Governamentais (ONGs) e pesquisadores (Lindner, 2019; Bilenky, 2019), que alertavam sobre os perigos do aumento de desmatamentos e queimadas, que atingiram números recordes. Bolsonaro foi o presidente que carregou os dados mais altos de desmatamento desde 1988, quando iniciaram os registros do Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (Prodes), do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Em várias declarações, representantes do governo Bolsonaro desacreditaram publicamente de números oficiais que mostram o aumento da destruição ambiental e do aquecimento global, chegando a sugerir que os números do INPE eram falsos (Brzezinski, 2021).

Essa desconfiança de evidências científicas, endossada pelo discurso anti-vacina durante a pandemia da covid-19, também ressoou nas questões climáticas. Ainda durante o governo Bolsonaro, o Brasil mudou sua posição histórica nas negociações climáticas internacionais, adotando uma postura menos cooperativa e negacionista em relação às metas de redução de emissões de gases do efeito estufa, a exemplo do que outros governos estrangeiros de extrema direita também passaram a fazer (Brzezinski, 2021). Essa postura contribuiu para oficializar o negacionismo climático a um nível governamental.

A mensagem negacionista oficial do governo passou a ganhar força por meio da disseminação massiva em plataformas como Facebook, Instagram, WhatsApp, Telegram, Twitter (atual X) e YouTube, como apontam vários estudos (Cesarino, 2021; D’Ancona, 2018; Corrêa; Custódio, 2018; Bezerra; Capurro; Schneider, 2017). Felinto (2023) caracteriza negacionismo como uma suspensão de mecanismos lógicos, o que facilita a propagação de desinformação e também resulta na criação de teorias da conspiração. Dessa maneira, o negacionismo e o conspiracionismo se apoiam na desinformação para se sustentar sobre uma base de disseminação estratégica de crenças.

Assim, o negacionismo climático, como outras pautas da extrema direita, encontrou nas mídias sociais um ambiente propício para sua disseminação, beneficiando-se da falta de regulamentação e da baixa qualidade da moderação de conteúdo (Santini *et al.*, 2022). A ausência de regras claras para conter a desinformação, aliada a algoritmos que priorizam o engajamento, permitiu que discursos negacionistas não apenas prosperassem, mas também se tornassem parte de um conjunto de ideias políticas extremistas.

Como parte desse ecossistema de plataformas digitais que promovem esse tipo de conteúdo, o Telegram tem se consolidado como um aplicativo de troca de mensagens diretas

com forte apelo para a formação de comunidades de nicho, muitas vezes associadas a movimentos políticos radicais, teorias da conspiração e grupos de extrema direita (Cesarino, 2021; Walther; McCoy, 2021). Em nível global, o Telegram alcançou 900 milhões de usuários, enquanto no Brasil chegou a 21,9 milhões, segundo pesquisas do Shewale (2024). Atualmente, é o quinto país com o maior número de usuários.

De acordo com Rogers (2020), o Telegram faz parte de um fenômeno conhecido como deplataformização, que é o processo de remover ou restringir usuários do uso de determinadas mídias sociais como uma punição por violar as políticas de suas plataformas. O autor aponta que, quando usuários, em especial personalidades conhecidas na mídia, são banidas das plataformas *mainstream*, costumam migrar para o Telegram por ser um aplicativo sem grandes restrições.

De fato, o Telegram afirma ter como princípio a liberdade de expressão, o que consequentemente também oculta práticas criminosas de usuários dentro da plataforma, o que inclui a organização de grupos terroristas e compartilhamento de conteúdo íntimo de menores de idade (Rogers, 2020). Isso permitiu que o Telegram se tornasse uma plataforma de fácil disseminação de conteúdo radicalizado contendo desinformação e discurso de ódio. No contexto brasileiro, Cesarino (2021) identificou grupos no Telegram que se caracterizavam por disseminar a desconfiança em instituições democráticas, na ciência e na imprensa. Parte deles se autodenominavam bolsonaristas.

Walther e McCoy (2021) argumentam que os canais e grupos no Telegram têm a capacidade de espalhar informações para milhares de usuários ativos e suscetíveis a engajarem com conteúdos que possuem desinformação, negacionismo e conspirações, o que consequentemente aumenta a disseminação de mensagens nocivas. No entanto, os autores apontam que a descredibilização da mídia tradicional, um dos braços do discurso bolsonarista, também foi um meio que impulsionou a popularidade do Telegram entre os brasileiros. Dessa forma, as ascensões do bolsonarismo e do Telegram no Brasil, despontam como resultado de uma nova forma de conduzir e comunicar a política, pondo em debate as diversas consequências para a democracia do país.

Durante o período eleitoral de 2022, o Telegram assumiu a responsabilidade de combater a desinformação sobre as eleições perante o Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Foi a primeira vez que a plataforma atuou no monitoramento de conteúdos publicados pelos usuários, adotando uma função que sinaliza informações falsas e um canal para o recebimento de denúncias (TSE, 2022). No entanto, no mesmo ano, o STF determinou que o aplicativo

fosse retirado do ar por não tomar medidas contra a divulgação de informações falsas contendo conteúdo político (BBC, 2023).

Diante desse contexto, o presente trabalho busca investigar grupos e canais brasileiros de extrema direita no Telegram durante o ano eleitoral de 2022 (de 1º de janeiro a 31 de dezembro) para responder à seguinte pergunta de pesquisa: de que maneira grupos e canais brasileiros de extrema direita no Telegram abordaram questões climáticas ao longo do ano eleitoral de 2022 no Brasil?

Para responder a esse questionamento, o estudo tem como objetivo principal mapear as mensagens de texto compartilhadas nesses espaços e analisar como as questões climáticas foram abordadas dentro da dinâmica da extrema direita em um cenário polarizado. Nesse sentido, seus objetivos específicos inclui mapear e coletar mensagens de texto compartilhadas em grupos e canais brasileiros de extrema direita no Telegram durante o ano eleitoral de 2022, com foco nas questões climáticas; identificar os principais tópicos de discussão na amostra por meio do método de modelagem de tópicos; identificar quais ideias sobre questões climáticas foram disseminadas nesses grupos e canais; examinar as articulações entre questões climáticas e outras pautas da extrema direita; contribuir para o entendimento da desordem informacional no contexto das eleições, buscando compreender como o negacionismo climático pode circular em plataformas menos regulamentadas, como o Telegram.

É importante considerar que, embora o Telegram venha se tornando cada vez mais influente no debate público, ainda há poucas pesquisas acadêmicas dedicadas à sua análise no contexto brasileiro. A escolha do Telegram como uma mídia social que pode auxiliar na compreensão dos debates climáticos na extrema direita brasileira, se justifica por ser um ambiente controverso, protagonista de polêmicas judiciais e um terreno fértil para grupos bolsonaristas (Rogers, 2020).

Os trabalhos mais relevantes sobre o aplicativo se debruçam sobre ele dentro do contexto da pandemia da covid-19 (Nascimento *et al*, 2022; Costa; Silva, 2022), mas ainda há uma lacuna nos estudos que se debruçam sobre outras temáticas, como questões socioambientais, em especial questões climáticas. Pompeia (2021) aponta que, no geral, há escassez de estudos sobre meio ambiente no contexto informacional brasileiro, apesar de o Brasil ter grande relevância global nas pautas ambientais. Trazer essas temáticas para a discussão da desordem informacional nas pesquisas de Ciência da Informação abre, portanto, portas para pesquisas semelhantes com a possibilidade de formar uma sólida rede de contribuição.

Diante disso, a relevância do estudo encontra-se na ideia de compreender como a circulação de negacionismo climático no Telegram permite avançar nas discussões sobre os impactos dessas narrativas na percepção pública e na formulação de políticas ambientais, bem como na influência do comportamento eleitoral e na relação entre sociedade e ciência. Essa investigação se torna especialmente importante em um momento em que as mudanças climáticas atinge níveis considerados preocupantes, com recordes históricos de temperatura, eventos climáticos extremos cada vez mais frequentes e o fracasso em atingir as metas climáticas estabelecidas em tratados internacionais (IPCC, 2024; Copernicus Climate Change Service, 2025).

Assim, este estudo contribui para a Ciência da Informação ao investigar como esses fluxos informacionais estruturam discursos anti-ciência e promovem a descredibilização de instituições ambientais e acadêmicas. O estudo também é particularmente relevante para a linha de pesquisa Informação, Comunicação e Processos Tecnológicos por investigar como as plataformas digitais, especificamente o Telegram, atuam em um contexto de desordem informacional, tecnologicamente mediado e politicamente polarizado. Além disso, dialoga diretamente com questões centrais dessa linha de pesquisa, como a influência das tecnologias de comunicação na sociedade, o impacto dos processos tecnológicos na circulação de informações e a importância da regulação e moderação dessas plataformas para a proteção do espaço informacional. Ao mapear o negacionismo climático, o considerando como parte do cenário dessa desordem, o estudo contribui para a compreensão dos desafios e das oportunidades que surgem na interface entre informação, comunicação e as tecnologias digitais.

Nesse sentido, Vieira e Morais (2003) defendem uma visão integradora sobre o meio ambiente na era da informação, da ciência e da tecnologia, afirmando que “[...] as questões ambientais devem ser tratadas sob diferentes olhares, com vistas a resultados efetivos” (p. 32). Dessa forma, é relevante considerar que a desordem informacional pode ocasionar impactos sociais negativos, que incluem ameaças a processos político-eleitorais, com potencial de gerar crises na democracia e influenciar a formulação de políticas públicas (Wardle; Darakshan, 2019).

Além disso, estudar a extrema direita brasileira se torna necessário diante da influência que esse espectro possui nas políticas públicas, na economia e nas questões morais da sociedade (Silva *et al.*, 2014), levando em consideração não apenas o mandato de Jair Bolsonaro, mas de outros representantes deste lado político no cenário nacional. Também é

importante levar em consideração que a ascensão da ideologia de extrema direita faz parte de um fenômeno global, no qual o Brasil está incluso (Cepêda, 2018).

Na primeira seção, aborda-se o conceito de desordem informacional, considerando as ideias sobre os tipos de desordem, com foco na desinformação. Os fluxos informacionais também são considerados, bem como o papel das plataformas e o cenário de polarização. Nesse contexto, também aborda o fenômeno do bolsonarismo como um ponto importante da desordem informacional na política brasileira recente, especialmente considerando o período eleitoral. A seção seguinte aponta o conceito de negacionismo científico e, inserido nele, o negacionismo climático, elemento central da pesquisa. Remetendo às pesquisas iniciais sobre o negacionismo climático, a seção tem como foco principal o negacionismo climático brasileiro, com suas particularidades. Ao mesmo tempo, aponta que esse tipo de negacionismo encontra semelhança nos moldes negacionistas estrangeiros.

Em seguida, a política ambiental brasileira é abordada a partir de uma lembrança histórica sobre a construção dos cuidados com a preservação ambiental no país, bem como as investidas de políticos e grupos econômicos nesse meio. A seção também apresenta um panorama sobre os debates socioambientais entre Lula e Bolsonaro durante o período eleitoral de 2022. Finalizando a revisão de literatura, a seção seguinte busca inserir o Telegram no cenário de desordem informacional, em especial durante as eleições de 2022. Ao abordar seu funcionamento e os posicionamentos de seus fundadores, bem como implicações com a Justiça do Brasil, a seção conclui que o aplicativo de mensagens é um espaço controverso em relação à polarização política e à radicalização de grupos de extrema direita.

A seção de metodologia vem logo em seguida, destrinchando os métodos computacionais e apresentando a inserção da pesquisa nas Ciências Sociais Computacionais. Em seguida, vem a seção de resultados e discussões, em que é apresentado o resultado da modelagem de tópicos, com visualizações gráficas e com os exemplos mais compartilhados da amostra analisada. Há uma atenção específica à disseminação de teorias da conspiração, bem como à importação de estratégias negacionistas estrangeiras, em especial vindas dos Estados Unidos e adaptadas ao contexto brasileiro. Por fim, há a seção de considerações finais, que apresenta as possibilidades de futuros trabalhos envolvendo o estudo do Telegram, da desordem informacional, do meio ambiente e da política brasileira.

2 DESORDEM INFORMACIONAL

A disseminação de informações falsas, que vem sendo fomentada nos últimos anos, representa um desafio que se impõe diante da capacidade de discernimento crítico da sociedade. Esse fenômeno compromete a compreensão pública de temas complexos, como saúde, política e meio ambiente, com o potencial de causar danos aos regimes democráticos por meio do fomento da polarização política, do descrédito de instituições democráticas, da disseminação de discursos de ódio e dos empecilhos à regulamentação de plataformas digitais (Silva; Albuquerque; Veloso, 2019). Assim, torna-se essencial aprofundar o entendimento dos elementos que cercam essa disseminação.

O termo popularizado inicialmente para descrever tal fenômeno foi *fake news*, que passou a receber grande atenção a partir das eleições presidenciais de 2016 nos Estados Unidos. Donald Trump, então candidato republicano e representante da extrema direita a nível nacional e global, recebeu notoriedade através da fabricação e repercussão de informações distorcidas. Um dos maiores escândalos no uso de plataformas digitais ocorreu em torno de sua campanha, por meio da empresa de análise de dados, *Cambridge Analytica*. Ela já havia sido contratada por um grupo que promovia uma campanha favorável ao *Brexit* (das palavras em inglês *Britain* e *Exit*, que representam a saída do Reino Unido da União Europeia).

De acordo com as investigações dos jornais *The Guardian* e *The New York Times*, a *Cambridge Analytica* teve acesso às informações pessoais de usuários do Facebook e usou os dados para direcionar informações positivas sobre Trump aos seus possíveis eleitores. Segundo depoimentos de ex-funcionários da empresa à BBC (2018), também haviam diversos tipos de distorções nas informações disseminadas, o que contribuiu com a construção de uma boa imagem do candidato republicano.

No entanto, na ocasião, Donald Trump apontou a imprensa tradicional como sua inimiga. Veículos tradicionais, que não apoiaram abertamente o então candidato, como CNN, The New York Times e CBS, sofreram ataques de Trump e de seus eleitores. Isso persistiu durante sua campanha e após sua eleição, entre 2017 e 2020, anos em que foi presidente. A partir de então, o termo *fake news* passou a ser utilizado como estratégia para acusar a imprensa tradicional que veiculava conteúdos contrários às políticas trumpistas (Marin; Tavares, 2018).

Diante desse cenário, *fake news* passou a ser descrito como um termo com limitações conceituais, devido principalmente à apropriação do termo pelo presidente eleito. Silverman

(2017) afirma que *fake news* tornou-se uma espécie de *slogan* vazio e definiu a eleição de Trump em 2016 como um marco para o entendimento de discursos polarizados.

Nunca foi tão onipresente e, como resultado, mais confuso e manipulado. Após uma batalha de um ano por seu significado e propriedade, “notícias falsas” agora é um slogan vazio e um sinal de alerta profundamente preocupante. A história das “notícias falsas” simboliza como nosso ambiente de informação atual opera e é manipulado, como a própria realidade é moldada e distorcida. É uma prova do fato de que hoje uma frase ou imagem pode significar qualquer coisa que você queira, desde que você tenha seguidores, propagadores, tempo de antena, atenção — e a capacidade de coordenar todos eles¹ (Silverman, 2017).

Para Wardle (2017), “O termo falso não começa a descrever a complexidade dos diferentes tipos de desinformação (a partilha inadvertida de informações falsas) e desinformação (a criação e partilha deliberada de informações que se sabe serem falsas)²”. A autora abarca o uso da desinformação dentro do contexto da desordem informacional, apresentada de forma panorâmica por Wardle e Derakhshan (2019) por meio da diferenciação de três termos: Desinformação (*disinformation*), Informação incorreta (*misinformation*) e Mal-informação (*malinformation*), destrinchados no quadro 1.

Quadro 1 - Tipos de desordem informacional

Termo	Significado
Desinformação (<i>disinformation</i>)	Informações falsas que são criadas e/ou disseminadas com o propósito de causar dano.
Informação incorreta (<i>misinformation</i>)	Informações falsas que não foram criadas com intenção de causar dano, partindo do princípio de que o criador e/ou disseminador não sabiam da inverdade sobre a informação.
Mal-informação (<i>malinformation</i>)	Informações verdadeiras que são disseminadas dentro de um contexto em que o intuito é instrumentalizá-las para causar dano.

¹ It’s never been more ubiquitous and, as a result, more confused and manipulated. After a yearlong battle for its meaning and ownership, “fake news” is now both an empty slogan and a deeply troubling warning sign. The story of “fake news” symbolizes how our current information environment operates and is manipulated, how reality itself is shaped and bent. It’s a testament to the fact that today a phrase or image can come to mean anything you want it to, so long as you have enough followers, propagators, airtime, attention — and the ability to coordinate all of them (Silverman, 2017, n. p., texto original).

² “The term fake doesn’t begin to describe the complexity of the different types of misinformation (the inadvertent sharing of false information) and disinformation (the deliberate creation and sharing of information known to be false)” (Wardle, 2017).

Fonte: Wardle; Derakhshan (2019).

O fomento à desordem informacional está inserido no contexto de uma política da pós-verdade, que remete aos apelos às crenças pessoais como forma de moldar a opinião pública, sem levar os fatos objetivos em consideração (Bolesina; Gervasoni, 2020). “Pós-verdade” foi considerada a palavra do ano pelo Dicionário Oxford em 2016 e compõe um campo de debates que abarcam temas que passam pelo hiperpartidarismo e negacionismo climático (McIntyre, 2018). Para Lewandowsky, Ecker e Cook (2017), a promoção da pós-verdade está ancorada em aspectos como a “crescente desigualdade econômica, o aumento da polarização, o declínio da confiança na ciência e o crescimento gradual da fragmentação da paisagem mediática” (p. 353).

No entanto, o cenário da pós-verdade não é recente. De acordo com D’Ancona (2018), esse fenômeno tem estado em voga desde a segunda metade do século XX, com uma queda de confiança na política partidária e na mídia. Esse entendimento apoia-se no regime da verdade, termo cunhado por Foucault (2000). Para o autor, o discurso científico e instituições acadêmicas caracterizam a verdade na sociedade moderna por meio de uma hegemonia de determinados grupos que dispõem dos controles político e econômico. O regime da verdade seria, portanto, uma disputa do controle das narrativas entre grupos que detêm a hegemonia e os demais grupos. Já com a chegada da *Web 2.0*³, nos anos 2000, e o conseqüente aumento da participação popular por meio das redes sociais em ascensão, a situação se aprofundou.

Em 2009, uma nova geração teve início: a *Web 3.0*, que passou a “adicionar maior significado aos recursos informacionais disponibilizados, combinando técnicas de inteligência artificial na realização de tarefas” (Paletta; Pelissaro, 2016). Para Bezerra, Capurro e Schneider (2017), essa geração apresenta uma suposta liberdade, no entanto, também representa um risco à privacidade dos usuários, que ficam à mercê de interesses políticos e econômicos. Com o crescente aprofundamento da popularização das plataformas digitais, a tendência é que esse fenômeno se complexifique (D’Ancona, 2018). Dessa forma, é possível compreender que a pós-verdade reage e se adapta às mudanças estruturais, seja dentro do ambiente físico ou digital.

³ A *Web 2.0* foi um termo criado por Tim O’Reilly em 2004 e diz respeito à uma geração da internet marcada pela interatividade, proporcionando ao usuário a capacidade de comentar, compartilhar e colaborar ativamente em sites e redes sociais (Lima, 2014).

Nesse contexto, a desinformação emerge como um elemento central na dinâmica da pós-verdade. Cesarino (2021) destaca que, considerando esse fenômeno em meio ao popular uso das mídias sociais, há uma vantagem em quem se dedica a espalhar desinformação, pois as condições materiais permitem que qualquer pessoa o faça sem enfrentar grandes consequências. Corrêa e Custódio (2018) apontam o uso das mídias sociais como meio de alavancar a disseminação de informações falsas sem que haja criticidade dos usuários. Para os autores, o compartilhamento de desinformação advém de interpretações superficiais e do sentimento de urgência no ato de compartilhar.

Soma-se a isso a constatação de que os conteúdos que contêm desinformação têm o potencial de serem mais compartilhados. Um estudo de Vosoughi, Roy e Aral (2018) constatou que notícias falsas têm 70% mais chances de serem compartilhadas do que as notícias verdadeiras, em especial quando o tema é política. Além disso, também apontou que informações falsas são difundidas com mais velocidade. Esses dados referem-se apenas ao comportamento orgânico, sem considerar quaisquer tipos de automação.

Essa proliferação de desinformação está associada, entre outros fatores, à formação de bolhas informacionais nas mídias sociais, que facilitam a propagação de informações falsas a partir da ausência de confronto com outras versões dos fatos. Pariser (2012) denomina esse estado, que é como uma espécie de isolamento intelectual, como filtros-bolha. Segundo o autor, eles foram criados como uma forma de organizar o fluxo de informações nos sites, proporcionando uma melhor experiência para os usuários.

Em teoria, os filtros podem nos facilitar a encontrar as informações que precisamos conhecer, ver e ouvir as partes que realmente importam em meio às fotos de gatos, aos anúncios de Viagra e aos vídeos com coreografia em esteiras elétricas (Pariser, 2012, p. 13).

Tal organização foi determinada pelo algoritmo, que personaliza as recomendações que cada usuário recebe de acordo com seus comportamentos online (O'Neil, 2021). Dentro dessa dinâmica, a participação do usuário nessas bolhas o repele de ideais e pensamentos que divergem dos seus (Pariser, 2012). Trata-se, portanto, de uma experiência personalizada, em que os gostos dos usuários são atendidos. A partir do momento em que ocupa o ambiente online, o indivíduo deixa rastros de suas atividades naquele espaço (Machado, 2019). É assim que as *big techs* utilizam os dados que os usuários disponibilizam nas plataformas para fornecer serviços sob medida (Zuboff, 2021).

Dessa forma, essa personalização por meio do algoritmo torna-se cada vez mais comercial. Com o crescente uso das plataformas para fins publicitários, o comportamento do

usuário serve como base para que anunciantes direcionem seus conteúdos para determinados usuários (Machado, 2019). Isso proporciona um poder econômico, político e social às *big techs*, que tendem a possuir cada vez mais interesse no aprimoramento dos algoritmos das plataformas e refinamento no uso dos dados, visando promover conteúdos cada vez mais personalizados para que sejam recomendados aos usuários (O’Neil, 2021).

Heller, Jacobi e Borges (2020) tratam da confiabilidade sem critérios nos conteúdos entregues pelo algoritmo como uma “economia cognitiva”, que diz respeito a usuários que confiam e compartilham informações que parecem relevantes por terem vindo de perfis que propagam posicionamentos e crenças semelhantes com os seus. Além disso, esse comportamento, segundo os autores, seria imediatista e uma característica do consumo da informação nas mídias sociais. Assim, os usuários não procuram mais fontes ou checagens sobre determinados conteúdos.

A vulnerabilidade dos usuários diante da desinformação é que eles a compartilham como uma informação confiável, que não necessita de checagem, contexto ou advertência (Fallis, 2015). Isso envolve a falta de senso crítico sobre o conteúdo veiculado. Para Fallis (2015), esse é o exato intuito da desinformação, que parte da intencionalidade de induzir o receptor a acreditar que o conteúdo é confiável, buscando afastar qualquer tipo de desconfiança. Para Bezerra (2018), o excesso de informações disponíveis online gera o sentimento da necessidade de um rápido consumo e compartilhamento das informações. O autor também destaca a facilidade de acesso e de publicação nas mídias sociais, sem que, na maioria das vezes, as plataformas exerçam uma moderação imediata sobre o conteúdo. Em consonância a isso, o engajamento dos usuários pode validar e impulsionar um conteúdo que contém desinformação (Hales, 2019).

Em décadas anteriores à reflexões sobre a intenção do processo de desinformação, Floridi (1996) afirmava que “a desinformação surge sempre que o processo de informação é defeituoso e ocorre por falta de objetividade, falta de completude e falta de pluralismo”⁴ (p. 509). A ausência desse senso crítico entre os usuários provoca o que Leite e Matos (2017) consideram como a zumbificação da informação, fazendo referência a um estado de inércia, em que os usuários agem sem pensar a respeito daquilo que veiculam.

Para Rastogi e Bansal (2022), apesar de os termos relacionados a informações falsas passarem a se basear na autenticidade e intenção, ainda é um processo que varia de acordo

⁴ No original: “disinformation arises whenever the information process is defective and occurs due to a lack of objectivity, lack of completeness and lack of pluralism” (Floridi, 1996, p. 509, texto original).

com cada contexto. Conforme Heller, Jacobi e Borges (2020), o fenômeno da desinformação passa por uma perspectiva crítica, passando pelas

[...] etapas do processo infocomunicacional: começando por questionar a necessidade de acesso a tanta informação, que muitas vezes leva à saturação e logo, à desinformação; e incluindo a criticidade perante a comunicação e, portanto, a responsabilidade sobre o que é produzido e disseminado, pois cada indivíduo também conforma o que é o universo infocomunicacional em que vive (p. 200).

Assim, a desinformação está inserida no âmbito da Ciência da Informação, que vem contribuindo com o entendimento desse fenômeno por meio de discussões ancoradas no estudo e no combate. Dessa forma, a CI “dispõe de ferramentas teórico-metodológicas para fazer frente à desinformação, a exemplo da promoção de competências infocomunicacionais” (Heller; Jacobi; Borges, 2020, p. 189).

2.1 Fluxos de informação em plataformas digitais

A partir do momento em que o indivíduo sai da condição de receptor-espectador, proporcionada pela mídia analógica (como jornal impresso, rádio e televisão), e chega à posição de usuário diante das plataformas digitais, há uma reviravolta na participação política e social (Pierre Levy, 2017). Dessa forma, Sugahara e Vergueiro (2013) afirmam que, nas mídias sociais, os fluxos de informação são dinâmicos, descentralizados e participativos, criando um ambiente em que o compartilhamento de informações ocorre em tempo real e em diversos formatos. Segundo os autores, esses fluxos consistem em dinâmicas que se instauram a partir da forma como a informação circula no ambiente online, pressupondo que “as interações constantes entre os atores e suas capacidades de intermediação impulsionam mudanças estruturais nos fluxos de informação, e elas se mantêm valendo-se das relações entre diversos indivíduos dentro do ambiente em redes” (Sugahara e Vergueiro 2013, p. 79).

Cada usuário tem a capacidade de se tornar um criador ou amplificador de conteúdo, influenciando no debate público. Butarello *et al.* (2010) afirma que o ato de compartilhar informações é uma atividade comunicacional inerente aos seres humanos. Já Alcará (2009), aponta que essa atividade pode ser caracterizada a partir de várias motivações. Dentre elas estão a (i) cultura do compartilhamento no ambiente de convivência com outros indivíduos, (ii) as oportunidades de compartilhamento e (iii) a influência de compartilhamento através de fatores internos e externos.

Como mencionado anteriormente, os filtros-bolha cumprem um papel fundamental para que haja um senso de comunidade em torno de grupos sociais que se encontram no ambiente digital. Roy, Hany e Philip (2019) chamam isso de “tribalismo da informação”, com efeitos que podem provocar danos aos meios públicos e privados. De acordo com Santaella (2019), isso torna os indivíduos suscetíveis à manipulação a partir da acomodação com a unilateralidade de uma visão específica. “A mente humana funciona por reconhecimento de padrões, sendo atraída por padrões já conhecidos em detrimento dos desconhecidos. Justo por isso, gasta-se muito menos esforço e energia mental diante da mesmidade do que diante da alteridade” (Santaella, 2019, p. 18).

Esse processo envolve a centralidade das plataformas digitais na mediação das interações sociais. Conforme Poell, Nieborg e van Dijck (2020) a ascensão das *big techs* desafia o poder unilateral de grandes empresas de mídia que surgiram e cresceram nos meios analógicos. Assim, o domínio das grandes empresas de tecnologia se reflete no fomento da publicidade digital, criação e promoção de aplicativos. A partir dessas considerações, os autores abordam o conceito de plataformização, que se refere à expansão das plataformas digitais e o processo de armazenagem e adaptação que as grandes empresas fazem com os dados disponibilizados pelos usuários.

É importante considerar o papel das plataformas de mídias sociais no presente estudo, buscando o exercício de construir uma noção crítica dos impactos das plataformas nos fluxos de informação e, especialmente, no contexto atual de desordem informacional. Nesse sentido, Poell, Nieborg e van Dijck (2020) observam três dimensões da plataformização (quadro 2).

Quadro 2 - Dimensões da plataformização

Dimensões	Descrição
Processo de dataficação	Trata-se de uma transformação dos dados dos usuários em produtos e serviços. Eles também servem para tomadas de decisão de diversos públicos de interesse, inclusive das próprias <i>big techs</i> . “É por meio de práticas culturais emergentes que as infraestruturas de dados se tornam importantes em setores e atividades econômicas específicas” (Poell; Nieborg; van Dijck, 2020, p. 6).

<p>Agência algorítmica</p>	<p>Os algoritmos atuam ativamente na formação de decisões e na interação com o público. Isso levanta questões sobre a inclusão, a antecipação de resultados e a avaliação da relevância.</p> <p>Algoritmos (particularmente aqueles utilizados pelos mecanismos de busca, plataformas de mídia social, sistemas de recomendação e bases de dados) exercem uma função crescentemente importante em selecionar qual informação deve ser considerada mais relevante para nós, uma característica crucial da nossa participação na vida pública (Gillespie, 2018, p. 96).</p>
<p>Infraestrutura</p>	<p>A infraestrutura das plataformas atuam gerenciando, processando, armazenando e canalizando os fluxos de dados. Ela facilita a colaboração e a interação entre diferentes atores do ambiente digital, criando um ambiente integrado. Assim, também potencializa a inovação e a cooperação entre diversas partes interessadas. “[...] as infraestruturas se mostram ainda mais centrais nas articulações de fluxos e práticas comunicacionais nas ambiências digitais” (D’Andrea, 2020, p. 33).</p>
<p>Modelos de negócio</p>	<p>Além do uso comercial da coleta de dados e dos algoritmos, é relevante compreender o sucesso econômico das plataformas pela maneira como elas conectam diversos mercados e serviços que antes operavam de forma mais isolada.</p> <p>No auge da Web 2.0, propagou-se a ideia de que os serviços online seriam fundamentalmente gratuitos. Hoje, a adoção das plataformas como padrão para práticas diversas [...] leva cada vez mais pessoas a pagar alguns dólares mensais para ter acesso pleno a serviços (D’Andrea, 2020, p. 39).</p>
<p>Relações de mercado multilaterais</p>	<p>As plataformas funcionam como agregadores de transações. Poell, Nieborg e van Dijck (2020) observam que a criação de monopólios é uma consequência emergente a partir do surgimento de tendências entre os usuários. Os autores dão como exemplo uma plataforma de jogos eletrônicos:</p> <p>Uma plataforma de games que também permite que os anunciantes segmentem usuários torna-se um mercado multilateral, conectando jogadores, empresas e anunciantes. Os arranjos mercadológicos como esses afetam a distribuição de poder econômico e de riqueza,</p>

	pois estão sujeitos a fortes efeitos de rede (Poell; Nieborg; van Dijck, 2020, p. 7).
Governança	Diz respeito à forma como as plataformas determinam as ações possíveis em seus ambientes. Em meio a isso, os autores também apontam que as plataformas governam através de contratos próprios que contam com a concordância, por vezes mal compreendida, dos usuários. Isso significa dizer que os documentos das políticas e dos termos de uso das empresas são extensos e complexos, dificultando o entendimento integral dos usuários. “Essa forma de governança das plataformas se materializa por meio de classificação algorítmica, privilegiando sinais de dados específicos em detrimento de outros” (Poell; Nieborg; van Dijck, 2020, p. 7).
Práticas e <i>affordances</i>	A ideia de <i>affordance</i> é relevante para compreender como usuários moldam suas práticas com base nas possibilidades políticas e materiais oferecidas pelos desenvolvedores das plataformas digitais. Essas práticas não são determinadas previamente, formando-se nas interações entre o usuário e os recursos disponíveis. Ainda que a relação entre as empresas e os seus públicos finais seja fundamentalmente assimétrica, deve-se reconhecer que é a partir dos usos e ações cotidianas que os jogos de poder são estabelecidos (D’Andrea, 2020, p. 47).

Fonte: Elaboração da autora baseada em Poell, Nieborg e van Dijck (2020), D’Andrea (2020) e Gillespie (2018).

Castells (2006) explora como o ambiente digital influencia na forma como as informações circulam e como elas podem transformar as estruturas de poder. O autor aponta que, na sociedade em rede, o poder liga-se à capacidade de controlar os fluxos de informação. Assim, aqueles que dominam a infraestrutura digital possuem a capacidade de influenciar de que forma os conteúdos circulam nesses ambientes. Como resultado, o controle sobre a informação torna-se um elemento central na disputa pelo poder político, econômico e cultural na era digital.

Segundo Cruz Junior (2021), há uma ruptura entre o entendimento do que era o ambiente digital de antes, na era da *Web 2.0*, e o que ele é atualmente. Antes vista como um meio de promover a democracia, devido à maior facilidade de acesso às informações e à possibilidade de dar visibilidade a inúmeras vozes, a internet passou a ser considerada um

ambiente hostil diante do contexto da disseminação massiva de desinformação por meio das plataformas digitais.

2.2 O papel das plataformas no cenário de desinformação

Para compreender a propagação de desinformação nas plataformas digitais, é preciso tratar do ideal de neutralidade imbuído às plataformas. Seaver (2017) afirma que o funcionamento dos algoritmos costumam ser tratados como um processo autônomo, que está baseado na racionalidade matemática e na objetividade tecnológica. No entanto, desde o momento em que são planejados, os algoritmos possuem interferências humanas, ou seja, estão encobertos por ideias políticas, culturais e sociais (Machado, 2019).

Entretanto, Portella (2022) explica que esse apelo para um aspecto mais racional dos algoritmos, pode resultar em uma percepção de que os algoritmos são complexos e de difícil compreensão, o que aumentaria a distância entre a tecnologia e os usuários. Para o autor, quando os indivíduos confiam demais em uma lógica de racionalidade e objetividade dos algoritmos, sem questionar ou entender o que está por trás deles, isso pode levar a consequências negativas, como a ampliação de conteúdos extremistas e de desinformação. Conforme Wardle e Derakhshan (2019), esse tipo de conteúdo depende de agentes que se aproveitam do estado de ausência de controle das plataformas para fabricar e propagar campanhas de desinformação.

Considerando o modelo de negócios das plataformas, os conteúdos de desinformação costumam ser priorizados devido ao seu maior potencial de engajamento, ou seja, podem garantir uma ampla interação dos usuários devido à provocação de reações intensas, como raiva e medo (American Psychological Association, 2023). Isso diz respeito especialmente aos conteúdos publicitários (Moroni, 2021). Os algoritmos, por sua vez, buscam manter os usuários na plataforma pelo maior tempo possível, adquirindo mais dados e mais oportunidades de lucro (O’Neil, 2021).

Essa lógica faz parte da chamada “economia da atenção”, expressão utilizada pela primeira vez por Herbert Alexander Simon, em 1971, e descreve uma forma de gerenciamento de informações por meio da ideia de que a atenção é um bem valioso e escasso (Bhargava; Velásquez, 2020). Nesse contexto, coletar dados dos usuários é uma estratégia que insere os indivíduos em ciclos nos quais as recomendações algorítmicas se complexificam e traduzem os comportamentos dos usuários de maneira cada vez mais refinada (Castro; Pham, 2020).

Toda essa dinâmica possibilita que a desinformação faça uso de técnicas cada vez mais sofisticadas para manipular o comportamento dos usuários. A popularização da Inteligência Artificial (IA), por exemplo, têm o potencial de intensificar o processo de desinformação. Conforme Salaverría e Cardoso (2023),

A irrupção das tecnologias de inteligência artificial generativa, que permite criar ou manipular textos, imagens, sons e vídeos com incrível facilidade, planta um dos maiores desafios para a investigação sobre desinformação⁵ (p. 4).

Nesse ínterim, as *big techs* vem recebendo pressões cada vez mais frequentes para que adotem maiores restrições sobre a moderação de conteúdo nas plataformas digitais (Roy; Hany; Philip, 2019). No entanto, a triagem que essas empresas realizam ainda não é suficiente para reduzir os riscos e conter os danos que essas novas tecnologias podem causar dentro de um processo de criação e difusão de conteúdo desinformativo.

Em outro âmbito, as IAs também auxiliam na capacitação de *bots* nas mídias sociais. De acordo com a definição de Shahid *et al.* (2022), *bots* é uma abreviação de *robots* (robôs em inglês), que são programas que servem para realizar tarefas de forma automatizada, geralmente repetitiva, sem que haja uma intervenção humana constante durante o processo. Os autores também apontam que eles podem simular o comportamento humano. Com a capacitação promovida pela IA, esses *bots* se desenvolvem como *bots* sociais, que são operados nas mídias sociais e podem interagir com outros perfis, publicar conteúdos, comentar e compartilhar, criando uma impressão de real engajamento (Shahid *et al.*, 2022).

Conforme apontado por Hajli *et al.* (2021), o avanço no desenvolvimento dos *bots* sociais também representa desafios relacionados aos *bots* maliciosos. Eles são programados para agirem de forma prejudicial, fornecendo informações falsas, gerando ataques e discursos de ódio, e intensificando discussões já vigentes. Uma pesquisa de Vosoughi, Roy e Aral (2018), mostrou que, na verdade, os *bots* disseminam notícias falsas com mais velocidade e eficiência porque os humanos são mais propensos a disseminá-las também. Dessa forma, a ação humana também precisa ser considerada, tendo em vista que ela pode impulsionar o comportamento dos *bots* online.

Além do propósito de causar danos, os *bots* são desenvolvidos de acordo com as possibilidades oferecidas pelas plataformas digitais. Hajli *et al.* (2021) cita o caso da rede Twitter/X, como um exemplo de plataforma que possui uma alta concentração de *bots* devido

⁵ “La irrupción de las tecnologías de inteligencia artificial generativa, que permiten crear o manipular textos, imágenes, sonidos y vídeos con asombrosa facilidad, plantean uno de los mayores desafíos a la investigación sobre desinformación” (Salaverría; Cardoso, 2023, p. 4, texto original).

à fácil acessibilidade para que eles operem na plataforma. De acordo com os autores, isso ocorre devido à *Application Programming Interface* (API) do aplicativo, ou Interface de Programação de Aplicação, em português, que permite o acesso a uma série de recursos. Silva e Stabile (2016) definem APIs como ferramentas que permitem que programas acessem informações de plataformas digitais.

Nesse âmbito, Tufekci (2015) aponta o potencial do chamado *gatekeeping* algorítmico, em referência ao papel dos algoritmos em selecionar, priorizar e filtrar informações que chegam até os usuários. A autora utilizou como exemplo o caso das eleições e da participação eleitoral em 2010, no Facebook. O objetivo foi alterar a participação eleitoral nos Estados Unidos estimulando eleitores a votarem, tendo em vista que é uma prática não obrigatória no país. A iniciativa utilizou notificações no *feed* dos usuários, incluindo um botão que dizia “Eu votei” e mensagens que diziam “Seu amigo votou”, além de informações sobre os locais de votação. A campanha incorporou um elemento de influência social ao mostrar quais amigos já haviam votado, criando uma motivação extra para que outros também participassem.

O Facebook declarou explicitamente que tentou evitar que seu experimento de 2010 distorcesse a eleição. No entanto, se o Facebook não tivesse publicado o resultado e tivesse pretendido moldar o eleitorado para favorecer um candidato em detrimento de outro, o *gatekeeping* algorítmico habilitado por meio da agência computacional teria sido virtualmente imperceptível, uma vez que tal manipulação algorítmica não é pública, nem visível, nem facilmente discernível. É inteiramente plausível que o Facebook possa decidir eleições acirradas, especialmente em sistemas eleitorais de maioria simples, onde diferenças marginais causam maiores impactos (Tufekci, 2015, p. 205).

Para O’Neil (2021), a questão resume-se ao fato de o Facebook, assim como outras plataformas, obter dados que mostram as inclinações políticas de seus usuários, mesmo que esses nunca tenham declarado isso abertamente no ambiente online. Com esses dados, O’Neil (2021) aponta que é possível direcionar mensagens positivas e motivadoras para determinados grupos como parte de uma estratégia eleitoral. Retomando as ideias de Castells (2006), é possível considerar que o sistema informacional é uma fonte de contrapoder, bem como fonte de poder. Isso significa dizer que há uma forma de o sistema informacional exercer domínio ao mesmo tempo em que promove transformações sociais. Para o autor, isso seria uma ameaça contra a democracia, podendo influenciar valores e normas. Gibson *et al.* (2003) explorou a ideia de que a esfera da vida pública online não servia apenas à população, mas também a grupos políticos que passaram a explorar diversas possibilidades de

implementação de estratégias de marketing eleitoral, desenvolvendo campanhas cada vez mais personalizadas para seus públicos-alvo.

Ao analisarem o populismo nas mídias sociais, Pinto e Moraes (2020) afirmam que as ferramentas disponibilizadas pelas plataformas digitais possibilitam uma comunicação cada vez mais direta entre líderes populistas e seus eleitores, fortalecendo sua imagem e alavancando seu populismo. Nesse sentido, as autoras observaram intersecções entre o populismo de extrema direita e as características do ambiente digital (quadro 3). “Os mecanismos que operam no ambiente digital fazem deste um espaço favorável à ascensão do radicalismo de direita. Isso ocorre por haver diversas intersecções entre a lógica de funcionamento das mídias digitais e as características dessa família de partidos” (Pinto; Moraes, 2020, p. 74).

Quadro 3 - Intersecções entre o populismo radical de direita e o ambiente digital

Características do populismo radical de direita	Características do ambiente digital
Fronteira interna; defesa de uma sociedade homogênea; noção restritiva de cidadania	Homofilia; filtros-bolha; câmaras de eco
<i>Anti-establishment</i> ; soberania popular	Ausência de intermediação; papel ativo dos indivíduos;
Líder carismático	Ausência de intermediação; possibilidade de comunicação direta
Apelo emocional (medos e ansiedades)	Déficit de atenção; potencial de propagação de desinformação (<i>fake news</i>)
Reduccionismo (apresentação de problemas generalizados com soluções fáceis)	Déficit de atenção; limitação de caracteres

Fonte: Pinto e Moraes (2020).

Pinto e Moraes (2020) ainda apontam que o ambiente digital vem distorcendo a ideia de liberdade de expressão, que acabou tornando-se um instrumento que enfraquece a democracia a partir da abertura do precedente de que sob o argumento de que é permitido expressar-se, desinformação e discurso de ódio podem ser compartilhados. “[...] é extremamente difícil ter discernimento sobre a realidade factual, mas é efetivamente fácil manipular uma grande massa que está à espera de que seus problemas sejam resolvidos de forma rápida por políticos que se apresentam como salvadores” (Pinto; Moraes, 2020, p. 81).

Nesse sentido, as *big techs* apresentam-se como parte desse esquema. De acordo com pesquisa de Schneider, Ramos e Carvalho (2019), práticas de *big data* são frequentemente utilizadas visando aumentar os lucros das grandes empresas de tecnologia, “[...] porém no âmbito político, o uso indiscriminado de algoritmos pode vir a comprometer a democracia” (p. 9). Em consonância com essa ideia, García-Orosa (2021) afirma que é necessário reivindicar um marco conceitual em que a tecnologia seja analisada como um sistema complexo, dando ênfase às suas questões estruturais. É nesse aspecto que entra o conceito de democracia digital, em que a autora aponta que há desafios associados à elaboração de estratégias de comunicação utilizando algoritmos, que ocultam os autores e suas intenções.

[...] a Internet facilita a criação de comunidades locais, nacionais ou internacionais que promovem mudanças no sistema. No meio, a representação de personalidades credíveis, bem-sucedidas na rede e básicas para a democracia: a voz da cidadania, a voz da soberania popular⁶ (García-Orosa, 2021, p. 6).

Como exemplos desses desafios no contexto da democracia digital, García-Orosa (2021) aborda o crescente uso do *astroturfing* em campanhas eleitorais por meio do uso de *bots*. A autora define *astroturfing* como uma prática de criar uma falsa impressão de apoio massivo a uma causa, personalidade, organização, produto ou serviço. Consiste, portanto, em uma estratégia de enganação, que busca modular uma movimentação real. No caso do uso de *bots*, as campanhas eleitorais utilizam perfis automatizados para amplificar narrativas de interesse eleitoral, visando causar uma impressão positiva ou negativa sobre a figura de um político ou partido em disputa utilizando as possibilidades das plataformas digitais (García-Orosa, 2021).

Além disso, as *affordances* das plataformas digitais, ou seja, as possibilidades e limitações oferecidas por seus recursos técnicos e design (D’Andrea, 2020), também possuem um papel de impacto na disseminação da desinformação. Ronzhyn *et al.* (2022) situam o conceito de *affordances* como um resultado da relação entre usuário e tecnologia, sem que nenhum desses dois elementos sejam considerados isoladamente. Ou seja, as *affordances* ocorrem em um estado relacional. “As *affordances* das mídias sociais são as propriedades percebidas, reais ou imaginadas, das mídias sociais, emergentes por meio da relação tecnológica, social e contextual, que permitem e restringem usos específicos das

⁶ “[...] la internet facilita la creación de comunidades locales, nacionales o internacionales que promueven cambios en el sistema. En el medio, la suplantación de personalidades creíbles, exitosas en la red y básicas para la democracia: la voz de la ciudadanía, la voz de la soberanía popular” (García-Orosa, 2021, p. 6, texto original).

plataformas”⁷ (Ronzhyn *et al.*, 2022, p. 12). Nesse aspecto, os autores destacam três pontos importantes no relacionamento humano-tecnologia: (i) propriedades da tecnologia, referentes à sua materialidade; (ii) propriedades dos atores humanos, considerando seus valores e realidades; (iii) contexto, o que abarca detalhes sobre quando e como esse relacionamento ocorre.

Esses elementos têm o potencial de moldar como as informações são consumidas, compartilhadas e interpretadas, influenciando diretamente o alcance e a eficácia de estratégias como o *astroturfing*. Por exemplo, algoritmos de recomendação podem amplificar conteúdos de desinformação, priorizando mensagens altamente engajantes, ainda que imprecisas, em detrimento de conteúdos mais informativos. Ao mesmo tempo, funcionalidades como anonimato e facilidade de criação de contas múltiplas facilitam a proliferação de *bots* e campanhas coordenadas de desinformação. Assim, compreender e regular as *affordances* dessas plataformas é crucial para mitigar os efeitos negativos da desinformação e proteger os processos democráticos (Gillespie, 2018).

Sem mecanismos eficazes de controle, essas plataformas se mantêm vulneráveis à manipulação automatizada. Nesse contexto, a implementação de políticas regulatórias torna-se fundamental para mitigar o impacto negativo dos *bots* e garantir um ambiente digital mais seguro e confiável (Hermes, 2023). A Comissão Europeia, que representa os interesses do bloco político europeu, criou uma lei voltada para a regulação dos mercados do setor digital, o *Digital Markets Act* (DMA), ou Lei dos Mercados Digitais, em português. A lei foi aprovada pelo Parlamento Europeu em 2022 e passou a vigorar em 2023 (European Commission, s. d.). Para garantir que a lei seja respeitada, a Comissão realiza fiscalizações. O objetivo é garantir a coibição de práticas anti-concorrência devido ao aumento do poder das *big techs* no mercado digital.

A Austrália também têm implementado políticas com essa mesma finalidade, com foco em proteger tanto o consumidor quanto a concorrência. O *News Media and Digital Platforms Mandatory Bargaining Code* (Código de Negociação Obrigatória de Mídia e Plataformas Digitais, em português) foi aprovado em 2021 e promove uma valorização do jornalismo profissional como uma forma de coibir desinformação e garantir uma concorrência justa no ambiente digital (Jones, 2023). Além disso, o país também tem uma proposta de lei que busca proibir o acesso às redes sociais de jovens menores de 16 anos, buscando

⁷ “Social media affordances are the perceived actual or imagined properties of social media, emerging through the relation of technological, social, and contextual, that enable and constrain specific uses of the platforms” (Ronzhyn *et al.*, 2022, p. 12, texto original).

protegê-los dos riscos que essas redes podem causar devido à exposição precoce. No entanto, as plataformas apresentaram argumentos contrários, alegando que a legislação é vaga e pode não ser eficiente naquilo que se propõe (Ritchie, 2024).

As *big techs* também precisam seguir medidas regulatórias no Japão por meio da *Act on Improving Transparency and Fairness of Digital Platforms* (Ação para Melhoria da Transparência e Justiça das Plataformas Digitais, em português), implementada em 2021 sob supervisão da Comissão de Proteção de Informações Pessoais. De acordo com Aso e Rademacher (2022), a lei exige que as empresas de tecnologia adotem práticas mais transparentes relacionadas ao uso de dados dos usuários e às compras e vendas realizadas nessas plataformas.

A remoção de conteúdos fraudulentos e com práticas predatórias de desinformação faz parte de todas as leis regulatórias citadas, mesmo com diferenças entre si. No Brasil, está atualmente em vigor o Marco Civil da Internet, referente à Lei 12.965/14 (Brasil, 2014), e a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), Lei n 13.709/2018 (Brasil, 2022). A primeira garante a liberdade de expressão, a proteção de dados dos usuários, a responsabilização de agentes, a liberdade da participação de usuários na rede e a liberdade de modelos de negócios. Entretanto, como Almeida *et al.* (2022) aponta, o Marco Civil está voltado essencialmente para a proteção da liberdade dos usuários, e não para o Código Penal. Dessa forma, os autores revelam que a lei ainda possui escassez de regulações sobre atitudes que podem provocar ameaças ao Estado Democrático de Direito.

Já a LGPD foca em definir o que são dados pessoais e garante uma série de direitos para que os cidadãos possam mantê-los protegidos, o que inclui meios físicos e digitais (Brasil, 2022). Para Hermes (2023), a lei ainda é insuficiente no que diz respeito aos danos que a automatização pode causar no ambiente digital. Esse apontamento também é tratado por Zuboff (2020), que afirma que as *big techs* continuam realizando mapeamentos de dados comportamentais e dispendo tais dados para anunciantes em troca de lucro.

Como atualização aos desafios do ambiente digital, o Projeto da Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet (PL 2630/2020), que se popularizou como PL das *Fake News*, foi criado para prever medidas de combate à desinformação nas mídias sociais e de responsabilização das *big techs* (Senado Federal, 2020). A regulamentação não se restringe apenas às mídias sociais, mas também aos mecanismos de busca e aplicativos de mensagens instantâneas. Entretanto, com a tramitação do PL na Câmara dos Deputados em 2023, algumas empresas de tecnologia, como Google, Telegram e Meta, fizeram parte de um movimento organizado contra o projeto. Um estudo do NetLab

UFRJ (2023) mostrou que elas veicularam conteúdos buscando atingir a opinião pública de criadores de conteúdo digital e demais usuários, afirmando que o PL seria um instrumento de censura contra os cidadãos e as próprias plataformas. Após essa campanha orquestrada, o projeto foi arquivado no Congresso (Câmara dos Deputados, 2023).

Frente a esse cenário de regulamentação no Brasil e à diversidade de formatos e linguagens nos quais a desinformação se transmuta, torna-se um desafio cada vez mais complexo identificar o que é verdade ou não. Dessa forma, soluções como ferramentas que identificam ações de *bots* e uso de IAs, além de agências de checagem de fatos, ainda são insuficientes para dar conta do cenário de desordem informacional (Bennett; Livingston, 2018). Segundo Cruz Junior (2021) e Hermes (2023), as bases para pensar em ações efetivas no combate à desinformação passam por iniciativas de letramento digital e regulação das plataformas digitais. Assim, torna-se essencial observar a necessidade de uma reparação profunda das instituições políticas e dos valores que compõem a democracia.

2.3 Polarização e desinformação no contexto brasileiro nas eleições de 2022

O recente avanço da polarização política e eleitoral no cenário internacional tem sido objeto de diversas pesquisas que se debruçam sobre o contexto de rivalidade entre grupos ideológicos ao redor do mundo (Piazza, 2023; Hout; Maggio, 2021; Heltzel; Laurin, 2020). Com base nessa fundamentação, estudos mostram que o Brasil vem passando por um processo de polarização semelhante a outros países, mas também dentro de contextos particulares (Bello, 2023).

A divisão política entre grupos no Brasil baseia-se na ideia de um ressentimento social contra a esquerda, especialmente contra o PT, que resulta em uma rejeição aos direitos políticos de minorias (Borba; Okado; Ribeiro, 2023), no reforço de crenças religiosas que apoiam o conservadorismo em políticas públicas (Smith, 2019) e na inclinação à ideais antidemocráticos (Vidigal, 2022).

De acordo com uma pesquisa de Bello (2023), a evolução do voto e a opinião pública no Brasil são duas variáveis que se relacionam com questões vinculadas aos costumes e à situação econômica do país. Com um período de tempo que variou de 1989 a 2019, o autor conclui que a polarização política brasileira é determinada pela correlação de fatores como renda, idade e região. Assim, concluiu que dimensões econômicas e morais possuem uma relação objetiva entre cidadãos e suas escolhas de voto.

Frente a esse cenário polarizador, a presente pesquisa considera que ele permeou as eleições brasileiras de 2022. Conforme Ortellado, Ribeiro e Zeine (2022), esse fenômeno é

caracterizado pela redução da diversidade do debate político a apenas dois pólos, dentro de um processo de alinhamento de discursos. Ortellado e Ribeiro (2018) afirmam que, com o avanço das mídias digitais, o ambiente online tornou-se propício para fomentar cada vez mais a polarização. Diferente dos meios analógicos, os digitais possuem uma capacidade maior de influenciar o debate público nas próprias mídias sociais. Para Ortellado e Ribeiro (2018), esse alavancamento seria somado à disseminação massiva de notícias falsas, pois são conteúdos que circulam com facilidade em redes sociais por meio do impulsionamento dos próprios usuários que se identificam com determinado pólo.

Em meio a isso, houveram perdas de confiança nas instituições democráticas. Os ataques que elas sofrem são reflexos de um desafio que compõe os processos de disseminação da desinformação (Bennett; Livingston, 2018). Desde as eleições de 2018 no Brasil, a desconfiança na mídia tradicional e no poder judiciário vem se acentuando em uma parcela da população. Para Wardle e Derakhshan (2019), a desinformação parte da ação de *gatekeepers*, ou seja, agentes que determinam as movimentações no ambiente digital dentro da lógica da desordem informacional. No entanto, para García-Orosa (2021), as ações dos agentes que compõem a democracia no ambiente digital podem ser nebulosas, tendo em vista que existem atuações tanto de usuários quanto de empresas de tecnologia que estão por trás das plataformas.

Quando princípios básicos, mesmo que baseados em dados empíricos, são contestados, o diálogo democrático encontra dificuldades, em especial em um cenário em que a desinformação se espalha de forma massiva (Roy; Hany; Philip, 2019). A perda generalizada da confiança pública em dados e estatísticas criou uma situação em que a simples apresentação de evidências pode afastar aqueles que passaram a considerar tais informações como elitistas.

O discurso democrático é mais funcional quando os debates são construídos a partir de uma formação de fatos e verdades compartilhados apoiados por evidências empíricas. Na ausência de uma realidade acordada, os esforços para resolver problemas nacionais e globais se tornam enredados em perguntas desnecessárias de primeira ordem, como questionamentos se a mudança climática é real⁸ (Roy; Hany; Philip, 2019, p. 1777).

Dessa forma, a desinformação tem o potencial de influenciar diretamente nas eleições. Ray, Hany e Philip (2019) chamam essa situação de estrangulamento decisório, ou seja,

⁸ Democratic discourse is most functional when debates build from a foundation of shared facts and truths supported by empirical evidence. In the absence of an agreed upon reality, efforts to solve national and global problems become enmeshed in needless first-order questions like whether climate change is real (Roy; Hany; Philip, 2019, p. 1777).

períodos curtos de tempo em que decisões importantes são tomadas e cujas consequências da circulação de informações falsas podem ser irremediáveis. Além das eleições nos EUA em 2016 e das eleições do *Brexit* em 2019, casos já citados anteriormente, outros processos eleitorais ao redor do mundo ilustram os desafios diversos diante da disseminação de desinformação durante esses períodos.

Na Índia, em 2019, o primeiro-ministro Narendra Modi tentava a primeira reeleição e enfrentou Sonia Gandhi, candidata do principal partido de oposição. Ambos foram alvos de campanhas de desinformação: Gandhi foi falsamente retratada como mais rica que a rainha Elizabeth, enquanto Modi foi acusado de baixa escolaridade com um vídeo editado (BBC, 2019). Reeleito, Modi adotou uma postura nacionalista contra o muçumanismo, o que gerou preocupações sobre a democracia no país (Ganguly, 2020). Em 2024, o país passou por mais um processo eleitoral em que reelegeu Modi. As campanhas, mais uma vez, foram permeadas por desinformação. (Eko e da India Civil Watch Internacional, 2024). O *Tech Transparency Project* (2024) apontou que há um “mercado de aluguel” em determinados perfis no Facebook que são utilizados para veicular campanhas em épocas de eleição no país, o que é proibido pelas políticas da Meta.

No Reino Unido, em 2019, a campanha de Boris Johnson utilizou anúncios enganosos no Facebook (Full Fact, 2019) e disfarçou um perfil no Twitter/X como checador de fatos para enganar eleitores. Nas eleições do Parlamento Europeu, em 2024, a desinformação circulou contra a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leem, cujas falsas informações ligavam sua família ao nazismo (Oliveira; Walter, 2024). Em outras publicações, vídeos editados mostravam supostas sobrinhas da líder da extrema direita da França, Marine Le Pen, apoiando o partido da tia nas eleições de 2024. Em seguida, o conteúdo foi desmentido, pois essas sobrinhas não existem, demonstrando uma técnica para alavancar o apoio de Le Pen (Oliveira; Walter, 2024).

Em 2018, o cenário das eleições brasileiras que elegeram Jair Bolsonaro, candidato do PSL, foi marcado por desinformação. Michel Temer (PMDB) era presidente do Brasil, sucedendo Dilma Rousseff (PT), que sofreu *impeachment* em 2016 em meio a um movimento antipetista fomentado por parlamentares (Santos Junior, 2020). Essa rejeição ao PT cresceu durante os protestos de junho de 2013, que refletiram uma insatisfação política e econômica e resultou na ascensão de ideais liberais (Souza, 2019).

Escândalos de corrupção ligados ao PT e a prisão de Lula fortaleceram essa percepção (Fontainha; Lima, 2019). Bolsonaro, portanto, apresentou-se em 2018 como uma alternativa, adotando slogans como “Cidadão de bem”, “livre comércio” e “Deus, pátria, família e

liberdade” (Souza, 2019), enquanto empresários impulsionaram ilegalmente conteúdos pró-Bolsonaro e contra a esquerda nas redes sociais (Struck, 2018). Sua campanha foi permeada de conteúdos falsos que associavam à esquerda práticas supostamente imorais e atacavam seu opositor, Fernando Haddad (PT) (Romancini, 2018; Congresso em Foco, 2020). Além disso, após Bolsonaro ser esfaqueado em um comício, rumores ligaram o agressor ao PT e a Lula (Borges; Alessi; Mendonça, 2018). Isso evidenciou a organização da extrema direita na disseminação de desinformação (Pereira; Coutinho, 2019).

Em 2022, Bolsonaro disputou a reeleição com Lula e uma nova onda de campanhas de desinformação ocorreu. Em fevereiro daquele ano, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE, 2023) lançou o Programa Permanente de Enfrentamento à Desinformação (PPED), orientado por três pilares: pluralidade informativa, ação educacional e foco em comportamentos inautênticos. O objetivo foi o monitoramento e a retirada de conteúdos que afetassem

(i) o processo eleitoral em suas diferentes fases, desde o registro de candidaturas até a diplomação dos eleitos; (ii) o funcionamento da urna eletrônica e demais aspectos do processo eletrônico de votação; (iii) a Justiça Eleitoral, suas membras, seus membros, servidoras, servidores e demais colaboradoras e colaboradores; e (iv) outros atos relativos à organização e à realização das eleições. Cuida, ainda, de manifestações antidemocráticas (TSE, 2023, p. 13).

Em parceria com instituições que se dedicaram ao monitoramento e análise de desinformação, bem como à checagem de fatos, o TSE buscou promover um ambiente online mais responsável em torno da pauta eleitoral. Além disso, também firmou parcerias com as plataformas digitais.

Embora a participação não fosse obrigatória, todas as principais empresas de mídia social e aplicativos de mensagens assinaram o Programa do Supremo Tribunal Federal para o Combate à Desinformação. Essa colaboração não ocorreu sem a resistência de empresas como o Telegram, mas demonstra o poder central institucional do Poder Judiciário brasileiro (Alves *et al.*, 2023, p. 24).

Além de implementarem moderação de conteúdo voltada a categorizar e remover conteúdos contendo discurso de ódio e desinformação, as plataformas também veicularam campanhas apoiando o ato de votar e o combate à desinformação, visando a conscientização de seus usuários (TSE, 2023). Apesar disso, o presidente do TSE à época, Alexandre de Moraes, considerou os esforços insuficientes e ineficazes, tendo em vista que a disseminação massiva de diversas campanhas antidemocráticas ajudaram a abalar a confiança nas instituições (Alves *et al.*, 2023). As principais narrativas de desinformação identificadas por

meio das parcerias do TSE com pesquisadores foram divididas em metanarrativas e narrativas, como mostra o quadro 4.

Quadro 4 - Metanarrativas e narrativas de desinformação sobre as eleições 2022

Metanarrativas	Narrativas
Fraude nas eleições	Cadastro eleitoral
	Transporte ou armazenamento de urnas, médias de resultado ou documentos oficiais
	Código-Fonte ou na inseminação das urnas
	Cerimônias ou testes públicos
	Inespecíficas
	Processo de votação
	Processo de apuração
Inidoneidade	Atuação
	Atuação abusiva
	Incapacidade técnica
Antidemocrática	Narrativas desestabilizadoras

Fonte: Elaboração própria com base no TSE (2023).

Dentre os conteúdos de desinformação que permearam esse período, Alves *et al.* (2023) destacam as mais frequentes no Twitter/X e Facebook: negação de que houve uma ditadura militar brasileira; alegação de fraude nas urnas eletrônicas brasileiras, o que supostamente exigia uma intervenção militar para garantir a democracia; desconfiança sobre pesquisas eleitorais e institutos de pesquisa; acusações de corrupção contra o TSE, alegando que o tribunal possuía um alinhamento à esquerda; atribuições de ameaça da esquerda contra a religião, a família e os valores morais. A maior parte dos conteúdos estavam associados a perfis ou páginas que apoiavam Bolsonaro.

Em meio a esse cenário, o então deputado André Janones (Avante/MG) liderou uma campanha de desinformação para favorecer a esquerda brasileira, em especial o candidato Lula. Para isso, disseminou informações falsas contra Bolsonaro e seus aliados políticos em um movimento que ficou conhecido como “janonismo”. Entretanto, de acordo com Alves *et al.* (2023, p. 14), “o uso da desinformação para combater a desinformação pode criar condições para uma desconfiança generalizada nas instituições democráticas e corroer mais rapidamente o processo eleitoral e a própria democracia”.

Ao final das eleições, Lula foi eleito à presidência no segundo turno com 50,9% dos votos válidos, o que gerou protesto e desconfiança de Bolsonaro e de seus apoiadores alegando fraude nas urnas (CNN, 2022). Nesse contexto de revolta de parte da população, eleitores de Bolsonaro acamparam em frente aos quartéis do exército em vários lugares do Brasil pedindo por uma intervenção militar, além de terem realizados diversos atos de vandalismo em Brasília (G1, 2022).

Já em 8 de janeiro de 2023, uma nova manifestação ocorreu. Dessa vez, pessoas auto-intituladas patriotas protagonizaram uma violenta invasão do Congresso Nacional, do Palácio do Planalto e do STF. O ato consistiu na depredação do patrimônio público, o que incluiu “urinar em câmeras de televisão, destruir livros técnicos, furtar vestimentas e, depois, avançar no gabinete presidencial, com provocação de incêndios e depredação de móveis” (Grischke, 2024, p. 232).

Após o atentado de um homem-bomba no STF, em 13 de novembro de 2024, a Polícia Federal chegou à conclusão de que a disseminação de narrativas golpistas no governo Bolsonaro levou a esse ataque e aos atos golpistas de 8 de janeiro (Richter, 2024). Para Alves *et al.* (2023), as narrativas antidemocráticas que ganharam força durante a campanha eleitoral de 2022 foram legitimadas não apenas por Bolsonaro, mas também por autoridades públicas que o apoiaram.

Essas narrativas criaram o cenário de instabilidade e alimentaram a polarização no país, transbordando as plataformas de mídia social e alcançando o debate na mídia tradicional. Elas também faziam parte da estratégia de muitos atores políticos para lançar dúvidas sobre os resultados das eleições, caso não fossem favoráveis a eles (Alves *et al.*, 2023, p. 11).

Essas disseminações estariam diretamente relacionadas à atuação falha das plataformas digitais. Em 2022, o NetLab UFRJ publicou um estudo mostrando que o YouTube privilegiou conteúdo de apoio à extrema direita em suas recomendações. Com perfis recém-criados na plataforma, os pesquisadores realizaram 18 visitas-testes à página inicial do

YouTube. Por 14 vezes, um ou mais vídeos da Jovem Pan, grupo midiático hiper partidário que se posicionou ao lado de Bolsonaro nas eleições, foram recomendados. Os vídeos davam ênfase às declarações de Bolsonaro alegando possível fraude no processo eleitoral, além de degradarem a imagem de Lula, o tratando por termos como “chefe de quadrilha” e “doente mental”. Também haviam conteúdos que desacreditaram de pesquisas eleitorais que mostravam Lula à frente de Bolsonaro.

Com esse nível de polarização política intensificado por uma retórica que antagoniza direita e esquerda nas figuras de políticos (Morais, 2019), há a tendência de as mídias sociais amplificarem essas ideias. Sanches de Frias (2021) ressalta que um dos pontos de conexão entre a lógica das plataformas e a ascensão da extrema direita é a polarização que se desdobra em discursos de ódio, fortalecimento do conservadorismo e a disseminação de desinformação e teorias conspiratórias.

As redes sociais não sobrevivem sem a customização extrema das informações que fazem circular. É assim que capitalizam seu negócio e monetizam seus conteúdos [...]. Entretanto, a consequência imediata dessa sistemática de trabalho é justamente o aumento da polarização (Sanches de Frias, 2021, p. 16).

Nesse sentido, Recondo e Weber (2023) evidenciam que as eleições de 2022, com o ataque antidemocrático à Praça dos Três Poderes em janeiro de 2023, simbolizaram o ápice da crise democrática com elementos que remetem às problemáticas das dinâmicas do ambiente online. Diante desse cenário, torna-se importante estabelecer debates aprofundados que envolvem regulamentação de plataformas digitais, reconhecendo que os passos do Brasil ainda são pequenos diante do progresso de outros países nesse quesito (Forster *et al.*, 2021). Dessa maneira, é possível considerar abordagens que englobam o contexto da legislação brasileira e os processos de transparência que as plataformas exercem no país.

2.4 O fenômeno do bolsonarismo

A extrema direita passou a ocupar cargos de poder em todo o mundo na história recente, apoiando-se na democracia e utilizando-se de uma retórica populista. De acordo com Rocha (2021), esses governantes se aproveitam das instituições democráticas para corroer a própria democracia, gerando uma crise entre os poderes e aparelhando o sistema. A explicação da ascensão de Bolsonaro une a ideia de conservadorismo e revolução, como se a sua candidatura à presidência representasse uma quebra do *status quo*, ao mesmo tempo em que retomava ideais de um passado mais conservador.

A ideia de revolução esteve muito presente durante a campanha de Bolsonaro, sendo associada ao retorno a um Brasil unificado e pacífico, que supostamente já havia existido outrora e que abarcaria antigos valores – envolvendo padrões familiares, relações de gênero e raciais, o respeito à ordem e à autoridade, dentre outros (Pinto Neto; Cipriani, 2021).

Cepêda (2018) afirma que, dentro do contexto brasileiro, a extrema direita foi construída em um cenário plural e dúbio. Bolsonaro tornou-se, portanto, nos últimos anos, o mais forte representante da chamada nova direita (Cepêda, 2018) no Brasil. Para Borges (2024), essa nova direita pode ser caracterizada como parte de uma série de forças políticas que se reorganizaram em um cenário reativo contra os governos petistas entre as décadas de 2000 e 2010.

No entanto, Borges (2024) diferencia essa vertente da nova direita composta por uma direita evangélica, que seria representada por políticos protestantes que são filiados a partidos direitistas. O que uniria essas duas vertentes, de acordo com Borges (2024), seria o descontentamento com os governos do PT, o apoio às políticas anticorrupção e o fomento a um sentimento de rejeição à política tradicional (que seria representada pela esquerda que esteve no poder por 14 anos). Para alcançar esse status, o ex-presidente Jair Bolsonaro fez uso de um discurso carregado de características da extrema direita emergente, que, segundo Silva *et al.* (2014, p. 413-414), é marcada pelo:

[...] irracionalismo, nacionalismo, defesa de valores e instituições tradicionais, intolerância à diversidade — cultural, étnica, sexual — anticomunismo, machismo, violência em nome da defesa de uma comunidade/raça considerada superior. Compartilhando do ideário político vinculado aos interesses de dominação, opressão e apropriação privada da riqueza social, distancia-se da direita tradicional pela intolerância e pela violência de suas ações [...].

Tais características estão presentes no cenário da extrema direita mundial. Já os discursos da extrema direita brasileira se posicionam de acordo com a posição do país diante da ordem capitalista global. Dessa forma, Cepêda (2018) aponta que o forte discurso nacionalista e antiglobalista ocorre com uma ampla popularização de porta-vozes, institutos, sites conservadores e disputas nas arenas acadêmicas e intelectuais. Telles (2016) apontava, em um cenário de pós-*impeachment* da ex-presidente Dilma, que o antipartidarismo reativo soma-se ao desagrado com o funcionamento das instituições democráticas e resulta na ascensão de políticos *outsiders*. “Os outsiders podem chegar ao poder com menos obstáculos em função da baixa institucionalização do sistema partidário e da reduzida identificação com os partidos” (Telles, 2016, p. 115). Essas figuras apresentam-se como anti-partidárias e

aspiram chegar à presidência por meio de partidos menos expressivos (Crespo; Garrido, 2008).

No caso de Bolsonaro, ele esteve ao lado do Centrão por muitos anos como um deputado federal de pouca expressão no cenário nacional. Diante da crise política em meio ao processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, em 2016, Bolsonaro aproveitou-se do movimento conservador em crescimento no País (Mayer, 2023) e passou a apelar para o populismo. Segundo Mayer (2023), essa é uma “estratégia utilizada por políticos em tempos de crise, principalmente de representação, no qual eles buscam se contrapor e ocupar o espaço dos partidos tradicionais” (p. 3).

Dessa forma, ao filiar-se ao PSL em 2018, Bolsonaro não buscou se institucionalizar por meio de um partido, mas apenas utilizá-lo de forma instrumental para se consolidar como um político que mobiliza a população. O próprio PSL, que surgiu na década de 1980, posicionava-se como um partido de centro. No entanto, converteu-se em uma das maiores legendas do Brasil a partir da filiação de Bolsonaro, legado que foi repassado para o PL nas eleições de 2022 (Mayer, 2023). Para Borges (2024), essa movimentação partidária, que teve como pontapé a filiação de Bolsonaro no PSL, representou um declínio de partidos da direita tradicional (como PSDB) à medida que as novas direitas evangélica e *outsider* tornaram-se cada vez mais relevantes dentro de partidos que, anteriormente, eram considerados menores e de centro.

Enquanto os partidos de direita, entre as décadas de 2000 e 2010, representavam uma “direita envergonhada” que tentava se distanciar da herança do autoritarismo no Brasil, os partidos da nova direita emergem tendo como uma das suas características a glorificação da ditadura militar (Borges, 2024). Com essa estratégia, os primeiros passos do bolsonarismo se deram no meio militar, resgatando a defesa do regime ditatorial como tempos de ordem e progresso no país (Lynch; Cassimiro, 2022). Assim, o flerte com o autoritarismo se torna uma marca transversal do governo bolsonarista, em especial quando trata o punitivismo e o armamentismo como a principal expectativa de solução para a criminalidade no Brasil. A solução simplista como uma política de segurança pública se tornou um triunfo para Bolsonaro nas eleições de 2018, atraindo eleitores preocupados com a violência urbana (Pinto Neto; Cipriani, 2021).

Bolsonaro investiu em discursos do âmbito da continuidade das rotinas e próximos à ideia de “manutenção da ordem pública” – seja através da atuação do Estado, por meio da redução da maioria penal, do endurecimento das penas para determinados crimes, da aposta aberta no encarceramento e da flexibilização sobre o controle da atuação policial; seja dirigindo-se ao indivíduo, mediante a noção de “legítima defesa de fato”, do

direito à posse de armas e da ampliação do seu porte (Pinto Neto; Cipriani, 2021, p. 51).

A lógica punitivista e armamentista, que não procura escancarar as causas sociais e enraizadas da violência urbana no Brasil, também encontra eco em grupos religiosos, em especial entre evangélicos pentecostais. “Tomando esses agentes como guerreiros de Deus, imbuídos de autoridade divina para decidir sobre a vida e a morte, tais religiosos justificam suas ações não com base na lei, mas na moral” (Pinto Neto; Cipriani, 2021, p. 51). Dessa forma, movimentos religiosos mais fundamentalistas encontraram no bolsonarismo uma saída para cumprir a suposta vontade do Deus cristão. Em meio a uma lógica de bem contra o mal, propagada pela visão religiosa, logo houve uma adesão à ideia de bandidos *versus* “cidadãos de bem” (Pinto Neto; Cipriani, 2021).

Com 31% de brasileiros protestantes e um total de 81% cristãos, de acordo com dados do DataFolha (2020), a religião demonstra sua força com eleições de políticos que se posicionam ao lado de valores cristãos, em especial os evangélicos. Por isso, formou-se a Frente Parlamentar Evangélica, ou bancada evangélica, ligada a grupos neopentecostais e que defendem políticas conservadoras que têm o cristianismo como base (Trevisan, 2013).

Nesse contexto, o discurso bolsonarista contra pautas feministas e a comunidade LGBTQIA+ teve como justificativa a aderência às pautas cristãs, reforçando a ideia de que a moral e os costumes da sociedade deveriam seguir princípios religiosos (Pinheiro, *et al.* 2021). A influência à candidatura de Bolsonaro, em 2018 e 2022, ocorreu não apenas pela influência política da bancada evangélica, mas também pela pregação de líderes religiosos, que usaram templos e redes sociais para mobilizar seus fiéis a favor do candidato. Segundo pesquisa do DataFolha (2022), nas eleições de 2022, 20% dos religiosos recebiam orientações sobre como votar.

Segundo Silva *et al.* (2014), a transcendência impede o conhecimento racional, o que gera incertezas consideradas insuperáveis e experiências históricas que promovem práticas fanáticas e fundamentalistas. Rocha (2020) aponta que a retórica bolsonarista foi, portanto, capaz de conquistar as classes mais baixas, como C e D, por meio de um discurso de maior segurança para os trabalhadores e da defesa de valores conservadores que têm Deus e família como foco principal. Além disso, o aspecto moralista do discurso de Bolsonaro interliga sua candidatura a de um homem “comum”, que fala o que pensa e que se sobrepõe ao “politicamente correto” de uma “esquerda hipócrita” que não atende às necessidades do cidadão pobre e trabalhador (Pinto Neto; Cipriani, 2021).

Dessa forma, pautas como preservação ambiental, igualdade de gênero e raça, entre outras, não foram abordadas dentro do discurso bolsonarista, em detrimento de uma maior atenção às políticas de segurança pública, educação e saúde. Em resumo, além de propor uma reforma anti-sistêmica, Bolsonaro também adotou o discurso de “salvador” ao carregar em si a imagem do “messias” dentro de um cunho religioso (Castro, 2021).

Remetendo à ideia de fomento à polarização, já apresentada anteriormente, o bolsonarismo busca pela estratégia da simplificação do “nós contra eles”. Os bolsonaristas seriam o lado do bem, enquanto seus opositores seriam o lado do mal. De acordo com Mayer (2023), esse ideal fornece um sentimento de pertencimento, essencial para a manutenção de um grupo de apoio.

O outro é retratado como um inimigo, como alguém que torce ou trabalha contra os interesses do país, contra seu desenvolvimento. A necessidade de construção de inimigos e de embate é constante, pois atua na mobilização de seus apoiadores e, também, na deslegitimação do outro, considerado como culpado por todos os problemas. Neste caso, o discurso de bem contra o mal da nação busca culpados imaginários, ao mesmo tempo em que se colocam como os verdadeiros heróis, os salvadores da nação (Mayer, 2023, p. 6).

Rocha (2021) afirma que o bolsonarismo está apoiado nas chamadas guerras culturais, que consistem em uma divisão maniqueísta, em que de um lado está o “bem” e do outro, o “mal”. Dessa forma, criou-se a ideia de inimigos que precisam ser eliminados e de instituições que precisam ser derrubadas.

[...] sem a guerra cultural, o bolsonarismo não mantém as massas digitais mobilizadas em constante excitação; contudo, a guerra cultural, pela negação de dados objetivos e pela necessidade intrínseca de inventar inimigos em série, não permite que se articule um programa de governo com um mínimo de coerência e continuidade (Rocha, 2021, p. 21).

Esse cenário de construção de inimigos recai especialmente sobre a esquerda como uma representação de desordeiros que precisam ser severamente punidos (Mayer, 2023). Assim, trata-se de uma estratégia de lutar contra um inimigo central em uma guerra que, para o bolsonarismo, deve privilegiar a conservação de valores morais em detrimento do avanço em direitos civis, políticos e sociais. Entretanto, apesar de a esquerda possuir o histórico de prezar pelo bem-estar social em seus projetos de governo, nos últimos anos, a extrema direita foi a grande mobilizadora das massas sob a promessa de atender às esperanças da população. De acordo com Castro (2021), é com esse discurso, por mais discriminatório que seja, que a extrema direita consegue sanar preocupações e desejos concretos que afligem os sujeitos.

Nesse meio, também prevaleceu o discurso anti-imigração no governo bolsonarista, o que formou um paralelo com o discurso estadunidense e europeu, que recebem diversos

refugiados de países em guerra ou que enfrentam situações de crise política e econômica. Para Safarik (2020), esse tipo de discurso resulta em um ambiente ainda mais polarizado, pois cria a percepção pública de que há mais um inimigo a ser combatido: o imigrante. Dessa maneira, discursos xenófobos são propagados e estimulados.

No Brasil, a questão migratória tem como foco principal os imigrantes venezuelanos que atravessam a fronteira pelo Norte do país. Embora tenha assumido o compromisso de auxiliar no acolhimento desses refugiados durante seu governo, Bolsonaro adotou um discurso semelhante ao de Trump em relação aos imigrantes latinos, alertando sobre os supostos riscos das “fronteiras abertas” (Safarik, 2020). Narrativas que associavam a imigração ao aumento da violência e à disputa por empregos, alegando que os venezuelanos poderiam ocupar vagas que deveriam ser destinadas a brasileiros, foram utilizadas em seu discurso.

Para Heller (2014), as classes dominantes aproveitam-se de preconceitos, o que ajuda a manipular a particularidade de cada indivíduo. Esse apelo explora características como o conservadorismo, a acomodação ou o conformismo dessas pessoas, além de seus interesses imediatos. Heller (2014) ainda aponta que, dessa forma, é possível mobilizar as massas de maneira eficiente contra ações coletivas que promovam o bem comum.

No entanto, mesmo atingindo as classes mais baixas, a extrema direita possui uma essência originalmente elitista por meio do repúdio às liberdades democráticas e da limpeza étnica (Silva *et al.*, 2014). Bolsonaro dialogou com esses grupos mais privilegiados no campo social por meio de uma preservação cultural e das narrativas em prol do liberalismo econômico, o que abriu margem para o apoio de grande parte do empresariado brasileiro (Lynch; Cassimiro, 2022). O ministro da Fazenda do governo bolsonarista, o ultraliberal Paulo Guedes, foi considerado o “braço direito” de Bolsonaro desde a campanha presidencial e buscou apresentar um ideário liberal na economia, o que atraiu uma parcela significativa de empresários que apoiaram e financiaram a campanha do ex-presidente em 2018 (Bortone, 2018).

Nesse ínterim, surgiu o Movimento Brasil 200, formado por grandes empresários que defendiam menos interferência do Estado na economia. Segundo Bortone (2018), esse movimento possuía a expectativa de que, com Bolsonaro na presidência, as reformas política, tributária e previdenciária seriam mais favoráveis aos interesses do livre mercado. “[...] o empresariado aloca grandes recursos em políticos de maneira estratégica, com o objetivo de conquistar influência política dentro do parlamento para, assim, ser favorecido com políticas públicas que beneficiem seu negócio” (Bortone, 2018, p. 77).

Para alavancar todas as suas pautas extremistas, o bolsonarismo tem como bases coordenadas de disseminação de desinformação. O “gabinete do ódio” é um retrato desse fenômeno (Rosa; Monteiro, 2019), pois se refere a um grupo que assessorou Bolsonaro durante seu mandato, composto inclusive por seus filhos, e que foi responsável por promover campanhas de desinformação contra os adversários políticos nas redes sociais do então presidente.

Uma das grandes intensas coordenações de desinformação do governo Bolsonaro foi o discurso anti-vacina disseminado durante a pandemia da covid-19, que abrangeu três anos de seu governo, de 2020 a 2022. A postura de Bolsonaro e de seus aliados foi alinhada à de líderes de extrema direita ao redor do mundo, como Donald Trump e Boris Johnson (Matos, 2021). O discurso incluiu a minimização da gravidade da doença e o posicionamento contra medidas de proteção, como uso de máscaras e vacinação. Esse foi um dos momentos em que seu governo adotou uma postura anti-ciência e conspiracionista contra a China, alegando que o país teria planos de contaminar a população mundial com a covid-19 para assumir o controle do planeta (Guerreiro; Almeida, 2021). Ao mesmo tempo, colocou em dúvida os números oficiais de órgãos de saúde pública, incentivando a população brasileira a não respeitarem a quarentena e a não se vacinarem (Matos, 2021).

Para alcançar a mobilização dessas massas, o bolsonarismo se utiliza da construção de “hordas virtuais” (Pinto Neto; Cipriani, 2021). Para Pivaro e Júnior (2023), um fator determinante para a ascensão dos ideais bolsonaristas – assim como os ideais da extrema direita ao redor do mundo – foram as plataformas digitais. Nelas, o pertencimento identitário é estruturado a partir do fomento de um antagonismo entre lados políticos opostos. Nesse caso, a posição ocupada pelo emissor na dinâmica de um grupo que faz parte de uma mesma bolha, importa mais do que o conteúdo da mensagem, sem considerar se a informação é verdadeira ou falsa (Pivaro; Júnior, 2023).

Mesmo apresentando posicionamentos contraditórios, Bolsonaro conseguiu atingir e unir diversos públicos por meio de uma base comunicacional psíquico-afetiva que se sobrepõe a quaisquer lógicas racionais. Segundo Castro (2021), isso “envolve um conjunto de afetos e desejos latentes, marcados sobretudo por sua revolta difusa para com a ordem societária, cujo desejo é constantemente mobilizado por campanhas mentirosas nas redes sociais e convocação às lutas pelo seu líder” (p. 47). O autor afirma que esse representa mais um fator de conexão entre o bolsonarismo e as características-base da extrema direita. Como síntese à essas conexões, retratadas ao longo do capítulo, o quadro 5 apresenta de maneira mais evidente como essa relação ocorre no contexto brasileiro sob o fenômeno bolsonarista.

Quadro 5 - Comparativo entre a extrema direita e o bolsonarismo

Características da extrema direita	Características do bolsonarismo
Nacionalismo: Forte exaltação do país como uma entidade superior, frequentemente associada a valores e símbolos tradicionais (Silva <i>et al.</i> , 2014).	Nacionalismo e antiglobalismo: Rejeição de acordos internacionais e valorização de narrativas nacionais, com amplo apoio popular (Cepêda, 2018).
Defesa de valores tradicionais: Foco em estruturas familiares conservadoras, hierarquias de gênero e etnicidade, além da exaltação da autoridade (Silva <i>et al.</i> , 2014).	Defesa do conservadorismo: Enfatiza valores como “Deus, pátria e família”, resgatando ideais de uma ordem conservadora do passado (Pinto Neto; Cipriani, 2021).
Rejeição à diversidade: Intolerância cultural, étnica e sexual como pilares ideológicos (Silva <i>et al.</i> , 2014).	Rejeição à diversidade: Intolerância cultural, étnica e sexual como parte de uma luta contra figuras de esquerda que defendem essas pautas (Silva <i>et al.</i> , 2014).
Anticomunismo: Rejeição às ideologias e políticas de esquerda, frequentemente utilizadas como “inimigo comum” (Silva <i>et al.</i> , 2014).	Rejeição ao PT e à esquerda: O antipetismo é central no discurso bolsonarista, unificando grupos dispersos (Rennó, 2020).
Autoritarismo: Defende a força estatal e políticas punitivistas para manter a ordem (Silva <i>et al.</i> , 2014).	Punitivismo exacerbado: Propostas de endurecimento penal, flexibilização do porte de armas e legitimidade de ações policiais (Pinto Neto; Cipriani, 2021).
Retórica populista: Discurso que se apresenta como defensor do “cidadão comum” contra elites corruptas (Rocha, 2021).	Figura do “salvador”: Bolsonaro se posiciona como alguém que resgata o povo contra um sistema corrupto, com forte apelo moralista (Castro, 2021).
Uso da desinformação: Campanhas coordenadas para manipular informações e influenciar massas (Rocha, 2021).	“Gabinete do ódio”: Estrutura voltada para disseminar desinformação e enfraquecer opositores políticos (Rosa; Monteiro, 2019).
Conexões com elites econômicas: Alianças estratégicas com grupos empresariais para viabilizar projetos políticos neoliberais (Bortone, 2018).	Apoio empresarial: Defesa do liberalismo econômico, com suporte de grandes empresários e figuras como Paulo Guedes (Lynch; Cassimiro, 2022).
Política anti-imigração: propagação de xenofobia que reforça a ideia de uma “nação ideal” e insinua uma limpeza étnica ao associar imigrantes à violência e ao desemprego, alimentando o preconceito e a exclusão (Safarik, 2020).	Rejeição de imigrantes venezuelanos: necessidade de menos abertura nas fronteiras, ressaltando os supostos riscos de imigrantes venezuelanos disseminarem pobreza, violência e desemprego (Safarik, 2020).

Fonte: Elaboração própria.

Segundo Rennó (2020), o bolsonarismo caracteriza-se por um alinhamento com ideais de extrema direita apesar de seus apoiadores não adotarem todas as posturas de forma

homogênea. Dessa forma, o fenômeno se configura como um movimento multidimensional. O autor identifica que Bolsonaro conseguiu unificar grupos que, antes de sua ascensão, expressavam opiniões direitistas de maneira dispersa, sem vínculos diretos com fortes figuras políticas a nível nacional.

No entanto, Rennó (2020) ressalta que essa reação que estruturou o bolsonarismo vai além de uma simples reação emocional de ressentimento contra o PT ou de um conjunto de eleitores enganados pela desinformação que circula no ambiente online. O movimento bolsonarista é uma convergência das diversas correntes da direita brasileira, que intensificaram o caráter extremista. Esse panorama recente revela que as posições ideológicas e os debates políticos já vinham sendo articulados entre elites e massas há algum tempo.

Com base em pesquisas realizadas ao longo de 2022, Rennó (2022) analisa o panorama da polarização política no Brasil, focando no perfil dos eleitores de Jair Bolsonaro e refletindo as consequências do fenômeno do bolsonarismo nas eleições de 2022. A narrativa autoritária, que apela para a desconfiança nas urnas e nas instituições democráticas, é apoiada por aproximadamente 30% da população. Portanto, não é um discurso isolado, uma vez que encontra respaldo em uma parcela relevante do eleitorado (Rennó, 2022). Apesar de atingir públicos diversos, o autor destaca que, sob o aspecto socioeconômico, o bolsonarismo apresentava uma base formada principalmente por homens brancos, evangélicos e de classe média alta em 2022.

O eleitor bolsonarista pode, então, ser definido como um conjunto de diversos segmentos da sociedade brasileira, que se unem pela identificação com os ângulos propostos na agenda bolsonarista. Para Pinto Neto e Cipriani (2021), o bolsonarismo acolhe qualquer proposta, desde que sirva ao objetivo de minar os fundamentos da democracia, mesmo que isso aponte contradições em seu discurso.

Nesse sentido, o bolsonarismo se apresenta como uma promessa de ruptura contra o sistema posto, assumindo uma postura contra a imprensa, pautas em defesa de grupos minoritários, a ciência e a esquerda institucionalizada (Castro, 2021). Esse fenômeno político mobiliza, portanto, um sentimento de indignação e alimenta uma narrativa de confronto que se baseia em ódio e polarização. Os bolsonaristas, uma vez conquistados pelo discurso, se mantêm em constante alerta (Rocha, 2021). Entretanto, essa retórica do ódio, da manutenção de inimigos comuns e da defesa de um autoritarismo fundamentalista, vai muito além da imagem do ex-presidente Bolsonaro, pois se apoia em antigos contornos da extrema direita.

3 NEGACIONISMO CLIMÁTICO

A negação das evidências sobre a crise climática, que pode vir na forma de minimização dos impactos das mudanças climáticas e teorias da conspiração, tem sido alavancada globalmente com o crescimento de governos de extrema direita (Löwy, 2020). O debate também tem ganhado novos contornos devido às pesquisas que mostram que o clima global está prestes a alcançar um ponto de não retorno, ou seja, quando os esforços para mitigação do aquecimento da Terra serão irreversíveis (Lenton *et al.*, 2023; Randers; Goluke, 2020).

Nesse sentido, o quadro vem se agravando. De acordo com o *Copernicus Climate Change Service* (2025), o ano de 2024 foi o mais quente da história, em um registro de dados de temperatura global desde 1850. Além disso, essa subida rompeu a barreira de 1,5°C na temperatura média da Terra, o que significa que a meta do Acordo de Paris⁹ não foi atingida. Outro dado divulgado pelo *Copernicus Climate Change Service* (2025) apontou que janeiro de 2025 foi o mês mais quente do mundo. Esses dados reforçam a gravidade da crise climática e mostram que os efeitos do aquecimento global estão se intensificando a um ritmo preocupante. No entanto, diante do cenário de negacionismo climático, essa realidade enfrenta resistência por parte de grupos que minimizam ou distorcem as evidências científicas.

Quando institucionalizado pelos governos, o discurso negacionista tem o potencial de influenciar as relações diplomáticas e comerciais entre países. Para estudar o negacionismo climático, é essencial observar o contexto no qual esse discurso se sustenta, que tem como uma das bases a negação da ciência. Grech (2017) fala sobre *fake science* (falsa ciência) para abordar como a ciência tem sido vista na era da pós-verdade. O autor aponta o caminho da politização da ciência para explicar esse fenômeno dentro do ambiente acadêmico, ou seja, quando os cientistas ou instituições se dobram às ideologias de grupos de interesse ou quando simplesmente atendem aos seus próprios interesses pessoais.

Essa dinâmica fomenta um ambiente cada vez mais propício para a proliferação de desinformação, pois estudos aparentemente legítimos podem ser usados para sustentar visões enviesadas, como pontua Grech (2017). O autor afirma que a ideia de uma “falsa ciência”, que cria estudos enviesados, podem promover narrativas que contestam consensos científicos

⁹ Segundo o Ministério do Meio Ambiente (*s.d.*), na 21ª Conferência das Partes (COP21) em Paris, foi estabelecido um novo acordo com o objetivo principal de fortalecer a resposta global à ameaça da mudança climática e aumentar a capacidade dos países para enfrentar os impactos resultantes dessas mudanças. O Acordo de Paris foi adotado por 195 países signatários da UNFCCC, visando à redução das emissões de gases de efeito estufa dentro do contexto do desenvolvimento sustentável.

e estudos sérios que são revisados por pares. Dentro do contexto do negacionismo climático, interesses econômicos constantemente se sobrepõem ao rigor científico (Brulle, 2020; Oreskes; Conway, 2010). Ou seja, a ciência torna-se uma ferramenta que os negacionistas manipulam, usando, por vezes, uma autoridade científica para tentar comprometer a imagem de pesquisadores e instituições que divulgam resultados que atestam as causas antropogênicas das mudanças climáticas.

Nesse sentido, torna-se importante destacar que o termo “negacionismo” é embasado neste trabalho de acordo com definições trazidas por Boykoff (2016). O termo define um movimento que se recusa a aceitar evidências científicas consolidadas. No caso das mudanças climáticas, isso implica na negação da existência desse fenômeno ou mesmo na negação do consenso científico sobre suas causas antropogênicas. No entanto, parte dos próprios negacionistas denominam-se como céticos. Assim, também é relevante apontar que o ceticismo diferencia-se do negacionismo por ser um princípio fundamental da investigação científica. Boykoff (2016) ressalta que a ciência é formada por questionamentos críticos que levam à busca de verificações acerca da robustez dos dados e das teorias, o que mostra a necessidade de um ponto de vista cético nesse meio.

Dessa forma, enquanto o ceticismo é um elemento essencial para o avanço do conhecimento, o negacionismo representa um obstáculo à compreensão e à ação. Boykoff (2016) ainda afirma que o negacionismo costuma estar ligado à movimentos ideológicos, políticos e econômicos, contando muitas vezes com o financiamento de setores da economia por meio de organizações interessadas em impedir mudanças efetivas que podem ameaçar suas posições no mercado.

Nesse contexto, para Norgaard (2006), o negacionismo climático pode ser identificado dentro de três aspectos principais: (i) negação literal: envolve a rejeição absoluta das evidências científicas; (ii) negação interpretativa: distorce ou reinterpreta dados científicos buscando minimizar a problemática; (iii) negação implicatória: não contesta as evidências em si, mas não reconhece as consequências negativas e as necessidades de ações de mitigação. A contribuição de Cook (2020) atualiza esses conceitos tratando a negação climática dentro de uma taxonomia de mitos climáticos, que envolvem: (i) a negação total do consenso da ciência climática; (ii) a minimização da gravidade das mudanças climáticas; (iii) a negação do papel de determinados setores da economia nas mudanças do clima; e (iv) a ideia de que o problema não é tão grave e, portanto, não há necessidade de mudanças.

Cook e Lewandowsky (2016) buscam explicar esse pensamento voltado para o negacionismo dentro da esfera pública. Os autores falam sobre o fenômeno de polarização de

crenças, que torna as pessoas mais propensas a acreditar naquilo que corroboram com suas certezas e desconfianças. Isso significa que, mesmo tendo acesso às mesmas informações, duas pessoas diferentes podem ter conclusões opostas, decidindo se querem acreditar ou não em tais informações. “Quando as pessoas recebem evidências que contradizem suas crenças básicas anteriores, isso pode resultar no fortalecimento de crenças contrárias às evidências”¹⁰ (Cook; Lewandowsky, 2016, n. p.).

Por meio de um experimento em que Cook e Lewandowsky (2016) investigaram visões de mundo sobre o consenso científico a respeito das mudanças climáticas. Os norte-americanos que fizeram parte da amostra investigada que negaram o consenso científico sobre as mudanças climáticas, apresentaram características como fortes valores conservadores e a defesa do livre mercado. Dessa forma, é possível constatar que o negacionismo climático faz parte de um conjunto mais amplo de crenças potencialmente polarizadoras.

Ou seja, não faz parte de uma crença isolada, mas se entrelaça com diversos contextos e crenças ideológicas. Esses posicionamentos conservadores costumam se manifestar por meio de indignações, o que resulta em ataques contra o movimento climático e ativistas ambientais. Outros ideais polarizadores são associados a esse comportamento, como a desconfiança na ciência, na mídia e em instituições governamentais. Assim, Cook e Lewandowsky (2016) constataram que a visão de mundo predomina sobre a ciência.

3.1 Origens do negacionismo climático

Mooney (2005) aborda o início de um movimento anti-ciência nos Estados Unidos, na década de 1970, como uma forma de a indústria do tabaco contestar as comprovações científicas de que o cigarro é prejudicial à saúde. Um importante instrumento para a disseminação do negacionismo científico, segundo Mooney (2005), é a mídia, pois ela dá voz ao sensacionalismo de figuras que utilizam a negação da ciência como estratégia política ou comercial.

Ao mesmo tempo, o descrédito da mídia tradicional contribui para que a disseminação do negacionismo ocorra de forma mais eficaz. Entende-se por mídia tradicional as corporações jornalísticas que reforçam condições hegemônicas dentro da sociedade na qual se insere e que realizam um jornalismo capaz de atingir as massas (Genro Filho, 1987). Ao adotar modelos de mídia alternativos, determinados grupos de extrema direita se valem do

¹⁰ “When people receive evidence that contradicts their prior basic beliefs, it can result in strengthening of beliefs contrary to the evidence” (Cook; Lewandowsky, 2016, n. p., texto original).

negacionismo como uma linha editorial, ao mesmo tempo em que atacam diretamente a imprensa tradicional (Reuters Institute for the Study of Journalism, 2023).

Oliveira, Martins e Toth (2020) abordam esse movimento anti-imprensa dentro do panorama de uma crise epistêmica, que se traduz na descrença direcionada a todas as instituições que sustentam a democracia. “A partir da quebra de confiança nessas instituições epistêmicas que balizam noções como verdade, os sujeitos passam a acreditar apenas em suas próprias experiências individuais” (Oliveira; Martins; Toth, 2020, p. 99). Nesse cenário de repercussão dos resultados de pesquisas científicas sobre meio ambiente, há uma visão crítica sobre as controvérsias científicas no geral que surgem a partir desses estudos, descritas por Nelkin (1995) por meio das seguintes categorias:

- 1. Implicações sociais, morais e religiosas de uma teoria científica ou pesquisa:** descobertas científicas têm o potencial de trazer à tona questões que podem causar impactos aos comportamentos, tradições e valores profundamente estabelecidos de uma sociedade, gerando discussões sobre a razoabilidade das descobertas científicas frente aos princípios éticos e às crenças de diferentes grupos.
- 2. Tensões entre os valores ambientais e prioridades político-econômicas:** a preservação ambiental entra em confronto com interesses em setores políticos e econômicos, principalmente ligados a grandes empresas, que buscam privilegiar uma retórica voltada ao desenvolvimentismo. Dessa forma, discursos que apontam para a necessidade de priorizar a mitigação da destruição ambiental, são prontamente rebatidos pelas classes políticas e empresariais em vigência.
- 3. Riscos à saúde associados às práticas industriais e comerciais:** a saúde de diversos grupos pode ser comprometida através da exposição a agentes nocivos, como agrotóxicos, ou pela degradação do meio ambiente. Essa dinâmica gera conflito direto com empresas que priorizam a maximização de lucros e a omissão de responsabilidades socioambientais.
- 4. Disputas sobre as aplicações tecnológicas:** muitas inovações e avanços da tecnologia, embora sejam disseminados como soluções para desafios climáticos por determinados grupos de interesse, geralmente despertam preocupações sobre potenciais impactos, como a desigualdade de acesso ou os perigos advindos de uma utilização inadequada.
- 5. Conflitos internos da ciência e da técnica relacionados à equidade:** no âmbito científico e tecnológico, surgem desafios relacionados à equidade na alocação de

recursos, no acesso às tecnologias de pesquisa e na determinação de prioridades. Essas disparidades podem comprometer a cooperação internacional e criar desigualdades sistêmicas que limitam a participação e os benefícios de diferentes grupos nos progressos alcançados.

Ao partir para o contexto das controvérsias científicas em estudos que abordam especificamente as questões climáticas, Casagrande, Silva Júnior e Mendonça (2011) destaca outros pontos de atenção:

- 1. Os efeitos antropogênicos no aquecimento global:** embora haja consenso sobre o impacto da ação humana no clima do planeta, cientistas negacionistas disseminam a ideia de que a influência humana não deve ser considerada frente a outros fatores, como variações naturais do ciclo terrestre.
- 2. A possibilidade de amenização desse fenômeno:** há discordâncias sobre a eficácia de estratégias que visam combater as mudanças climáticas. Enquanto alguns grupos defendem mudanças sistêmicas, outros defendem soluções mais simplistas que não enfrentam a lógica produtiva da indústria.
- 3. Temporalidade dos efeitos sobre a sociedade e o meio ambiente:** há debates que giram em torno de quando as mudanças climáticas afetarão de forma drástica a sociedade. Enquanto há uma parcela que alerta que os efeitos mais graves já podem ser sentidos por toda a sociedade global, há outra parcela que alega que os verdadeiros impactos ocorrerão a longo prazo.
- 4. Gravidade dos efeitos:** por um lado, há a previsão de cenários catastróficos, com aumento do nível do mar, secas severas e perda de biodiversidade. Por outro, há alegações de que os seres vivos podem se adaptar às mudanças mais drásticas.

Todas essas considerações abordadas acima têm o potencial de influenciar políticas públicas e a percepção social sobre as mudanças climáticas. No entanto, assim como ocorreu com a estratégia de negar a ciência para beneficiar a indústria do tabaco (Mooney, 2005), o negacionismo climático também surge como estratégia para beneficiar grandes corporações responsáveis pelo aquecimento global e com intenso poder de *lobby* (Oreskes; Conway, 2010), o que fez com que empresas responsáveis por contribuir com o aquecimento global se utilizasse da pesquisa científica para disseminar um discurso negacionista anti-ambiental.

A Exxon Mobil, por exemplo, financiou pesquisas que disseminaram dúvidas sobre as mudanças climáticas e que desacreditaram os estudos do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC). Uma pesquisa realizada por Supran e Oreskes (2021) apontaram diversos enquadramentos nas comunicações da empresa veiculadas em documentos internos, publicações revisadas por pares e anúncios pagos – inclusive publieditoriais¹¹ no veículo estadunidense *The New York Times*. A ação da empresa não apenas é um exemplo emblemático de como funciona uma ação coordenada que visa disseminar o negacionismo climático, como também representa uma tentativa de obstruir ações que combatam a crise climática (Oreskes; Conway, 2010).

Além das instituições do setor de combustíveis fósseis, também há o *lobby* das empresas de energia elétrica. Williams *et al.* (2022) analisaram o papel das organizações desse setor nos Estados Unidos na disseminação do negacionismo. Os autores concluem que tais empresas posicionam-se de forma ativa na promoção de discursos de atraso climático. No entanto, Williams *et al.* (2022) observam que esse é um fenômeno mais recente, potencialmente provocado pelos acordos climáticos internacionais e pela crescente conscientização de consumidores. A pesquisa analisou que, até 1980, essas empresas alinhavam-se à ciência climática, sem questionamentos sobre seus resultados. No entanto, entre 1990 e 2000, passaram a adotar a narrativa de transferência de responsabilidade, apontando que outros setores deveriam provocar mais mudanças do que o setor de eletricidade, desviando o foco para a descarbonização.

Como observado nos casos acima, o *lobby* junto às empresas de mídia nos Estados Unidos é um modelo que exemplifica a abertura midiática ao negacionismo. Veículos como Fox News e CNN alimentam um jornalismo aparentemente opinativo, que utiliza o pretexto de uma suposta liberdade de expressão para promover narrativas que negam a crise climática (Gastaldi, 2018). Através do financiamento de *think tanks*¹² conservadores, há uma estrutura

¹¹ Conteúdos publicitários que apresentam um formato de matérias jornalísticas, mas têm o objetivo de promover uma marca, produto ou serviço. Esse tipo de conteúdo é produzido para parecer com uma reportagem ou artigo informativo, no entanto, é patrocinado por uma empresa que paga ao veículo para publicar esse conteúdo. Geralmente o texto possui um tom aparentemente neutro ou educativo, buscando evitar a sensação de propaganda direta. Ainda assim, o rótulo de publicidade deve ser exibido para o público, de acordo com as normas de transparência em publicidade (Falco, 2007).

¹² *Think tanks* são organizações que atuam politicamente, dentro de áreas como economia, políticas públicas, meio ambiente, educação, etc. Conforme descrevem Leeson, Ryan e Williamson (2012), podem ser tanto independentes quanto financiadas por ONGs, institutos, partidos políticos ou indivíduos que possuem alguma relevância social, podendo ter alinhamentos explícitos com ideologias (Leeson; Ryan; Williamson, 2012). Os *think tanks* que fazem parte do espectro político conservador, por exemplo, geralmente atuam em prol do descrédito acerca da importância de políticas ambientais.

estabelecida que trabalha para disseminar narrativas que condizem com determinados grupos de interesse.

Nos Estados Unidos, essas organizações alcançaram o status de “academia alternativa”, e é comum que seus representantes sejam tratados como peritos independentes em questões relevantes para as políticas ambientais. Os think tanks empregam quadro interno e comissionado para produzir uma gama de materiais impressos, tais como op-eds [opiniões editoriais], resumos políticos, livros e artigos para revistas (Gastaldi, 2018, p. 9).

Nos Estados Unidos, a mídia, a ciência, junto às grandes corporações, abordam as mudanças climáticas como um fator que não possui consenso científico e que, portanto, está inserida no âmbito da liberdade de expressão (Gastaldi, 2018). O autor afirma ainda que o negacionismo climático passa por todos esses jogos de poder porque coincide com interesses neoliberais. Tais interesses visam atender aos modos de produção e às dinâmicas do livre mercado da classe hegemônica. Embora 97% dos cientistas aleguem que as mudanças climáticas possuem causas antropogênicas, ou seja, causadas pelas ações humanas no planeta, especialistas ocupam programas, noticiários e espaços de opinião diversos com o intuito de negar que haja um consenso sobre o tema. Além disso, põem em xeque a credibilidade dos demais cientistas (The Conversation, 2017).

O negacionismo climático nos Estados Unidos, conforme Fischer (2019) tem como base uma desconfiança generalizada entre pesquisadores e políticos progressistas. A população mais conservadora enxerga essas figuras como ameaças ao seu modo de vida e aos valores tradicionais da cultura americana. Sob a administração de Donald Trump, essa visão ganhou força, o que culminou na retirada dos Estados Unidos do Acordo de Paris e no enfraquecimento da Agência de Proteção Ambiental (Fischer, 2019).

Para seu novo mandato, iniciado em 2025, Trump nomeou Chris Wright, dono da empresa *Liberty Energy*, para assumir o Departamento de Energia dos Estados Unidos. Além de representar o interesse de petrolíferas, por sua empresa pertencer a este setor, Wright afirma abertamente que as mudanças climáticas não existem e que a redução do uso de combustíveis fósseis faz parte de uma política alarmista (ClimaInfo, 2024). Isso também se reflete nos anúncios de Trump que garantem mais investimentos em combustíveis fósseis e mineração (ClimaInfo, 2025). Outra medida que pode influenciar nas ações de mitigação da crise climática foi a ordem de retirada de conteúdos sobre mudanças climáticas nos sites governamentais (Canon, 2025).

Para muitos negacionistas, a questão não é rejeitar os dados científicos em si, mas desconfiar das dinâmicas sociopolíticas por trás de sua divulgação. Fischer (2019) analisa que

essa narrativa descreve cientistas climáticos como parte de uma conspiração esquerdista global, cujo objetivo seria acabar com a liberdade individual, promover um governo autoritário de proporções mundiais e subjugar o livre mercado.

Nesse contexto, a ciência climática é frequentemente retratada pelos negacionistas como uma construção social, onde os dados seriam moldados por preconceitos ideológicos (Fischer, 2019). Essa perspectiva reforça a ideia de que os cientistas são politicamente influenciados, resultando em esforços para difamar suas reputações e deslegitimar suas pesquisas, como no caso do hackeamento de e-mails da East Anglia University, no Reino Unido, que fez parte de um ataque negacionista conhecido como *Climategate* (BBC, 2021). O objetivo foi acessar e-mails que continham discussões entre cientistas sobre dados climáticos, metodologias de pesquisa e estratégias de comunicação sobre o aquecimento global. Grupos negacionistas utilizaram os conteúdos vazados para afirmar que os cientistas estavam manipulando dados para exagerar o impacto das mudanças climáticas.

Apesar de atitudes desse tipo, parte dos negacionistas climáticos não se posicionam diretamente contra a ciência, defendendo uma “restauração do método científico” (Fischer, 2019), que, na visão deles, está coberto por desonestidade e enviesamento. Alguns dos porta-vozes que disseminam o negacionismo climático a nível mundial, são figuras influentes que utilizam meios para garantir força política e pôr em prática o poder do *lobby* que enfraquece políticas públicas voltadas à proteção ambiental e à mitigação das mudanças climáticas. Doreian e Mrvar (2022) dedicam-se a estudar algumas dessas figuras, como os irmãos Charles e David Koch, empresários bilionários e donos da empresa Koch Industries. A empresa tem negócios em 60 países e possui refinarias, fábricas de gás natural, redes de oleodutos, fábricas de fertilizantes e de ração, entre outras produções. A pesquisa de Doreian e Mvar (2022) apresenta como os irmãos se opõem à agenda de regulamentações ambientais e impede o avanço de diversas políticas públicas, utilizando seu poder econômico para influenciar a percepção pública.

Outro porta-voz que se faz presentes na mídia de direita que oferece espaço ao negacionismo climático, é o comentarista e professor de psicologia canadense Jordan Peterson. Raatikainen (2021) analisou a narrativa de Peterson, considerando sua presença nas mídias sociais. Em 2018, no Twitter/X, o professor compartilhou um vídeo do também negacionista Richard Lindzen, promovendo uma mensagem de negacionismo climático. Peterson alega que quando figuras da esquerda afirmam haver mudanças climáticas, é, na verdade, uma propagação do que ele chama de “pseudociência”.

Outra potente fonte de dúvidas a respeito das causas antropogênicas sobre as mudanças climáticas são os *think tanks*, já mencionados anteriormente. Estudos mostram que os *think tanks* reverberam de maneira relevante os ideais conservadores a respeito do tema socioambiental (Dunlap; McCright 2015; Brulle, 2014). Já Bonds (2016) observa que essas organizações são fundadas, governadas e financiadas com o objetivo de moldar a opinião pública e influenciar políticas que atendam aos interesses da elite norte-americana. “Juntamente com a negação climática, estas abordagens incluem o apoio a reduções limitadas de emissões de carbono, à adaptação climática/acomodação privilegiada e ao oportunismo climático”¹³ (Bonds, 2016, n. p.).

A tendência desse ecossistema formado por políticos, mídia, *think tanks*, entre outros atores, possui uma força particularmente significativa nos Estados Unidos. No entanto, outros países também reproduzem tais estratégias. Ainda no âmbito da América do Norte, Carroll, Daub e Gunster (2022) analisam os modos de negação climática no cenário político e discursivo do Canadá. O que os autores chamam de “populismo extrativista” do país busca vincular a exploração de recursos ao interesse nacional, afirmando que, por meio do extrativismo, o país será desenvolvido e mesmo as classes mais baixas serão beneficiadas.

Carroll, Daub e Gunster (2022) apontam que as questões socioambientais são deixadas de lado, com ativistas ambientais sendo retratados na grande mídia canadense como alarmistas radicais, que seriam financiados por entidades cuja credibilidade estaria sob suspeita. Por outro lado, os autores também identificam um novo modo de negacionismo climático, que é disseminado de forma mais sutil por líderes progressistas, negando a urgência ou a extensão necessária das mudanças no sistema econômico para enfrentar a crise climática, o que vem atrasando ações efetivas sobre o tema no país.

Partindo para a realidade de países fora do continente americano, um estudo realizado por Tynkkynen e Tynkkynen (2018) mostra que o discurso russo sobre mudanças climáticas, especialmente durante o terceiro mandato de Vladimir Putin, época conhecida como Putin 2.0, possui ênfase na soberania nacional e na dependência dos combustíveis fósseis como pilares do status de Grande Potência Russa. Dessa maneira, os argumentos negacionistas apresentados na mídia russa estão profundamente ligados ao contexto político e às mudanças econômicas do país, incorporando elementos que minimizam os impactos das mudanças climáticas antropogênicas. Na prática, a Rússia negligencia políticas de mitigação climática, sem que priorize os compromissos assumidos no Acordo de Paris (Yagodin, 2021).

¹³ “Along with climate denialism, these approaches include support for limited carbon emissions reductions, climate adaptation/privileged accommodation, and climate opportunism” (Bonds, 2016, n. p.).

Com uma forte dependência de combustíveis fósseis, a Austrália também destaca-se pela disseminação de negacionismo climático. Ao comparar as narrativas negacionistas da Austrália as do Canadá, Young e Coutinho (2013) concluem que há, em ambos os casos, forte influência de governos conservadores que moldam a opinião pública. O estudo se debruça sobre o que considera "técnicas de afirmação", que envolvem a aceitação aparente das mudanças climáticas como um problema real, mas, ao mesmo tempo, distorcem ou limitam o que essa aceitação implica em termos de ação prática. Trata-se de uma tática sutil para confundir o público e o combate contra o negacionismo, enquanto o governo permanece adotando políticas que atrasam ações de mitigação.

Por outro lado, o negacionismo climático nos países do Sul Global apresenta características distintas em relação ao contexto de nações desenvolvidas. Ele não apenas reflete as narrativas globais impulsionadas por grandes corporações e grupos de interesse, mas também é moldado por desafios regionais, como desigualdades socioeconômicas, dependência de setores extrativistas, e uma percepção de injustiça em negociações com países do Norte Global (Oliveira, 2023), como é o caso do Brasil.

3.2 Negacionismo climático no Brasil

O negacionismo climático no Brasil reflete uma tendência global que mescla interesses econômicos, ideologias políticas e desinformação, atendendo a uma ação coordenada entre grupos negacionistas (Treen; Williams; O'Neill, 2020). Com base em disputas políticas e na influência de grupos empresariais, essa postura minimiza ou nega os impactos da ação humana nas mudanças climáticas. O fenômeno ganhou força no país a partir de discursos que contestam evidências científicas e promovem visões que favorecem setores como o agronegócio e outras atividades ambientalmente exploratórias (Pompeia, 2021).

Discursos negacionistas têm sido utilizados no Brasil como uma ferramenta política para desacreditar iniciativas de conservação ambiental e políticas climáticas. Personalidades influentes e grupos organizados recorrem a teorias conspiratórias que vinculam a luta contra as mudanças climáticas a interesses externos ou ideologias consideradas contrárias ao desenvolvimento nacional (Santini; Barros, 2022).

Tal estratégia, além de enfraquecer as políticas públicas de preservação, contribui para a polarização do debate público, dificultando o avanço de soluções integradas e científicas para enfrentar os desafios climáticos, como afirmam Lamb *et al.* (2020). Os autores afirmam que determinadas estratégias de negação climática são mais sutis, visando convencer a percepção pública de que não é necessário fomentar preocupações em torno das mudanças

climáticas. Cobb (2024) afirma que, ao priorizar o desenvolvimento econômico, governos e setores da economia passaram a convergir em torno de políticas de desaceleração ou inércia climática, sem considerar que seja preciso impor mudanças sociais significativas.

Nesse contexto, uma pesquisa do Ibope em parceria com o Instituto de Tecnologia e Sociedade (ITS) e com a Universidade Yale, apontava que a mudança climática era uma realidade para a maioria dos brasileiros em 2021, totalizando 92% dos entrevistados. Enquanto isso, 77% reconheceram que a causa da crise do clima é a ação humana (ITS, 2021). Em contrapartida, uma pesquisa mais recente, realizada no final do ano de 2024 e divulgada pelo DataFolha em 2025, mostra que 34% dos brasileiros desconhecem o que são mudanças climáticas e 7% se sentem mal informados sobre o tema. As classes mais baixas são as mais afetadas pela desinformação climática. A pesquisa abordou a participação do agronegócio na mitigação das emissões de gases do efeito estufa. Somente 4% consideram que o setor é o principal responsável por essas emissões no Brasil. Enquanto isso, 76% acreditam que o agronegócio é fundamental para o desenvolvimento econômico do país.

Loose (2024) indica que as atividades que provocam aumento de emissões de gases que contribuem com as mudanças climáticas são consideradas por uma elite política e conservadora como um grande trunfo em países do Sul Global, como o Brasil, que possuem riquezas naturais. Para a autora, isso revela uma problemática que envolve a dependência econômica que o país possui sobre essas atividades, o aumento da desigualdade social e a degradação ambiental.

Países ricos em recursos naturais parecem condenados a um determinismo geográfico e ecológico no qual se sobrepõe o “paradoxo da abundância” ou a “maldição dos recursos naturais”, tornando explícita a necessidade de exploração para se alcançar o tão almejado desenvolvimento já obtido pelo Norte Global. É como se o “excesso de natureza” fosse responsável pelas desigualdades e mazelas sociais mapeadas nesses países hoje – e não o processo colonialista, instaurado pelos países ditos desenvolvidos, que continuam extraindo e subjogando o que encontram (Loose, 2024, p. 81).

Nesse contexto, a Floresta Amazônica emerge como um dos principais alvos de discursos e ações que ignoram ou minimizam sua importância para a manutenção do clima global. Com uma biodiversidade robusta e comunidades tradicionais estabelecidas, a maior parte do bioma amazônico está situada no território brasileiro, estendendo-se por nove estados. A política ambiental vigente do governo do Brasil exerce, portanto, uma influência significativa na preservação e conservação da floresta (Cohen *et al.*, 2007). Em contrapartida, as terras da Floresta Amazônica estão em constante disputa através de *lobbies* de grandes

empresas do setor agrícola, que endossam em seu discurso o negacionismo acerca dos impactos ambientais da atividade (Pompeia, 2021). Entretanto, estudos já mostraram os riscos para a crise climática caso florestas sejam convertidas em pastagens (Cohen *et al.*, 2007).

O desmatamento no Brasil é responsável por 44% das emissões de gases de efeito estufa no país, enquanto a agropecuária, com a criação de gado, ocupa o segundo lugar com 28% do total, de acordo com análise divulgada por Albuquerque (2020). Segundo o estudo, dentro do setor agropecuário, a pecuária de corte responde ao maior impacto, com 62% das emissões, o que destaca o papel impactante dessa atividade nas emissões brasileiras. Isso ocorre principalmente porque o gado é uma grande fonte de gás metano (CH₄), emitido durante o processo digestivo do animal (IPCC, 2022; Tosetto, Cardoso, Furtado, 2013).

Nesse sentido, o Brasil encontra-se na 14^o posição entre os países mais poluentes de acordo com os últimos dados divulgados em 2022, representando 3,09% das emissões globais (ClimateWatch, 2024). Isso faz parte de uma tendência observada no cenário mundial, pois, desde 2020, a poluição por gases do efeito estufa vem crescendo e atingindo os mais altos níveis da história, segundo dados do WRI Brasil (2024). Os impactos de tais aumentos afetam a biodiversidade, os modos de vida de comunidades tradicionais, além da própria produção de alimentos por meio de secas e chuvas intensas, que também tendem a afetar a população mais vulnerável (Loose, 2024). A nível nacional, essas consequências tornaram-se cada vez mais frequentes. As secas na Amazônia e as enchentes no Rio Grande do Sul, ambos ocorridos em 2024, foram apontados por pesquisadores como fenômenos advindos das mudanças climáticas (Zogahib *et al.*, 2024; Rizzoto; Costa; Lobato, 2024).

Com os dois primeiros mandatos de Lula, houve a iniciativa de implantação de uma agenda pela manutenção do clima. Em 2007, foi lançado o Plano Nacional sobre Mudanças do Clima (PNMC) e a publicação da Lei 12.187 com o estabelecimento da Política Nacional sobre Mudanças do Clima (Miguel, 2022). No mesmo ano, o escritor e uma das maiores vozes da extrema direita brasileira, Olavo de Carvalho, publicou um texto negacionista no jornal Diário do Comércio, alegando que a narrativa de combate às mudanças climáticas era uma trapaça formulada pela esquerda para infiltrar organizações estrangeiras no país (Miguel, 2022). Assim, uma das primeiras características a estruturarem o negacionismo climático brasileiro foi a associação com o comunismo, trazendo para o centro do debate o discurso do liberalismo ocidental que demoniza a ideologia comunista.

Dessa forma, o negacionismo climático no Brasil se fundamenta a partir das ações de atores específicos. Alguns deles são os ex-professores de meteorologia, Luiz Carlos Molion, da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), e de geografia, Ricardo Felício, da Universidade

de São Paulo (USP). Ambos são personagens importantes para a compreensão de como o negacionismo climático brasileiro evoluiu ao longo do tempo, tendo suas bases apoiadas em vozes que supostamente representam autoridades científicas (Miguel, 2022).

Durante as audiências públicas sobre a reformulação do Código Florestal, que ocorreram de 2009 a 2010, o professor Molion alegou que não havia relação entre o que o Código previa e as mudanças climáticas, portanto, elas não deveriam ser levadas em consideração durante os debates nas audiências (Miguel, 2013). Algumas das questões em discussão se referiam à emenda 164, que fornecia anistia aos proprietários rurais que cometeram crimes ambientais, desconsiderando os danos contra o meio ambiente (Miguel, 2013).

Molion foi um dos convidados do relator Aldo Rebelo, na época deputado federal de São Paulo pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB). De acordo com Miguel (2013), as audiências retrataram a polarização entre bancada ruralista e ambientalistas, que refletiram seus posicionamentos a partir dos convidados que, assim como Molion, tiveram a oportunidade de se manifestarem durante as audiências. No entanto, Rebelo, como relator, deixou explícita sua preocupação com o setor agropecuário ao requerer a presença de

[...] especialistas que ocupam cargos de gestão implicados às exigências legais do Código Florestal ou conduzem pesquisas relacionadas à produtividade do setor agropecuário. A escolha desses especialistas pelo relator significa uma tentativa de refletir suas preocupações manifestadas ao longo das audiências públicas com o desenvolvimento do setor agrícola nacional que, segundo ele, é ameaçado pelos interesses dos países desenvolvidos que promovem um “colonialismo ambiental” criando barreiras à competitividade de países como o Brasil no mercado internacional (Miguel, 2013, p. 59).

Rebelo também fundamentou seu posicionamento a partir da argumentação de que a discussão em torno do clima global, promovida por eventos internacionais como a *Conference Of the Parties* (COP), possui meros interesses políticos, e não verdadeiramente socioambientais. Dessa forma, houve o entendimento de que acordos socioambientais de escala mundial só serviam para que os países imperialistas pudessem subjugar os países do Sul Global às suas vontades (Miguel, 2022).

O discurso negacionista, portanto, passou a ser utilizado como um carro-chefe dos parlamentares ruralistas. O líder da bancada ruralista na época, Luiz Carlos Heinze (PP/RS), convidou o físico José Carlos de Almeida Azevedo para falar sobre o tema. O especialista afirmou que não é possível prever ou alterar o clima. Além disso, segundo Azevedo, a Terra estaria se encaminhando para um novo período glacial, o que nada teria a ver com o

aquecimento global. “Seu argumento era de que a questão do aquecimento global seria na verdade uma questão geopolítica sem base científica” (Miguel, 2022, p. 300).

Próximo à resolução final acerca da reformulação do Código Florestal, em 2012, o professor Ricardo Felício foi ao programa do Jô Soares, na Rede Globo e argumentou que o aquecimento global é uma “farsa” e que a Floresta Amazônica não possui influência no clima terrestre. Foi a primeira vez que o negacionismo climático teve uma aparição de grande proporção na mídia brasileira (Miguel, 2022).

Na mesma época, Molion também ganhou espaço na grande mídia: publicou uma coluna na Folha de São Paulo afirmando que o aquecimento global era um alarmismo contraproducente e se manifestou contra o Rio+20, evento que discutiu compromissos de diversos países em prol da sustentabilidade e que ocorreu naquele mesmo ano, durante a presidência de Dilma Rousseff (Miguel, 2022). O Jornal Nacional da TV Globo, outro representante da grande mídia, também deu voz ao negacionismo climático ao exibir uma carta¹⁴ contra o Rio+20 formulada por negacionistas (Miguel, 2022).

Dessa forma, o negacionismo climático brasileiro, no contexto da reformulação do Código Florestal, foi uma estratégia da bancada ruralista e abriu precedentes para que essa estratégia fosse readaptada para outras situações em que interesses econômicos de grandes grupos estivessem em voga novamente (Miguel, 2022), com o potencial de alcançar até mesmo a grande mídia. Mesmo sem possuir embasamentos científicos contundentes para negar a influência humana sobre o clima no planeta, Molion e Felício alcançaram um grau de autoridade entre grupos de interesse em negar o avanço da crise climática. Foi assim que ambos passaram a ser convidados para ministrar palestras sobre o tema sob o patrocínio de empresas do agronegócio. As apresentações costumam receber fazendeiros, produtores rurais e estudantes de agronomia (Gragnani, 2021).

Segundo Gragnani (2021), Molion realizou palestras a convite de entidades e organizadores de eventos como a Cooperativa Agrícola de Unai, Associação Avícola de Pernambuco, Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de São Paulo, Feira Agrotecnológica do Tocantins, Feira de Agronegócios da Coabriel, entre outras relacionadas ao agronegócio. Já Felício foi contratado pela Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja) para ministrar diversas palestras pelo país.

O negacionismo climático no Brasil repercutiu de maneira eficiente com a cumplicidade de parte da mídia e em articulação com grupos do agronegócio

¹⁴ O artigo de opinião publicado pela Folha de S. Paulo se encontra fora do ar. É possível encontrar a carta online através do link: <https://pt.slideshare.net/slideshow/carta-abertapresiddilmaar/13005925>. Acesso em: 21 jun. 2024.

e instituições liberais. Sua relação com o agronegócio revela que a estratégia de disseminar essas ideias é parte do esforço permanente de liberar as propriedades rurais da regulamentação ambiental. As ideias liberais midiaticamente amplificadas, revelam-se linhas fundamentais desse dispositivo (Miguel, 2022).

No entanto, tanto um, quanto outro, possuem um envolvimento político que vai além das palestras. Gragnani (2021) observa que Molion deu uma palestra que contou com a presença de integrantes do governo Bolsonaro, como o vice-presidente e o ministro de Infraestrutura, que na época eram, respectivamente, Hamilton Mourão e Tarcisio Freitas. Felício também possui ligação com Bolsonaro. Em 2017, o presidente compartilhou um vídeo em que Felício nega a crise climática e se mostra favorável ao discurso. No ano seguinte, o professor se candidatou a deputado federal pelo PSL, o partido que elegeu o então presidente.

Tais movimentações apontam que o negacionismo climático encontrou no governo bolsonarista um terreno fértil para crescer e se espalhar (Gragnani, 2021). Em linhas gerais, é possível observar que à medida que o debate sobre a importância de mitigar o avanço da crise climática foi sendo cada vez mais desenvolvido, o negacionismo também foi ocupando seu lugar buscando alcançar a mesma proporção.

Além disso, uma característica relevante do fenômeno negacionista brasileiro, é o apoio em narrativas estrangeiras, em especial naquelas desenvolvidas por *think tanks* norte-americanos (Miguel, 2022). Nesse sentido, as narrativas são importadas e adaptadas para o contexto nacional, prontas para serem disseminadas por meio do discurso político nas mídias sociais. Um exemplo disso é o discurso de proteção à soberania nacional e a supervalorização do desenvolvimento econômico, que muitas vezes é utilizado como justificativa para políticas que flexibilizam a legislação ambiental e que incorporou o slogan do governo militar brasileiro: integrar a Amazônia para não entregar (Miguel, 2013).

Outras narrativas importadas, como o terraplanismo e o movimento anti-vacina, acabam compondo um pacote negacionista no Brasil, reciclando estratégias de desinformação. Para isso, a polarização política fomentada durante o governo Bolsonaro foi crucial para inflamar a desconfiança na ciência e nas instituições políticas que promovem a democracia no país (Miguel, 2022). Essa movimentação destaca, portanto, a relevante conexão entre os discursos políticos em uma escala global.

3.3 Conexões entre bolsonarismo e negacionismo climático

As conexões entre Bolsonaro e o discurso de negacionismo climático são encabeçadas por uma troca de interesses políticos e econômicos. Grande parte dos

empresários que financiaram as campanhas de Jair Bolsonaro, tanto em 2018 quanto em 2022, são representantes do agronegócio (Gomes; Caetano, 2022). Esse financiamento convergiu em uma forte ligação de Bolsonaro com o setor, levando em consideração que a defesa dos interesses do agronegócio permeou os discursos do ex-presidente durante suas campanhas e durante seu mandato (Pompeia, 2023).

Nessas circunstâncias, o governo Bolsonaro e os empresários do agronegócio passaram a se retroalimentar. Pompeia (2023) atesta que as posições conservadoras convergiram com as posições negacionistas, interferindo diretamente na política ambiental do governo em questão. Entidades como a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e representações políticas como a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), a bancada ruralista ou “bancada do boi”, ganharam mais espaço durante o mandato de Bolsonaro. Isso fez com que diversos interesses do setor imperassem nas decisões governamentais.

As políticas fundiárias levadas a cabo pelo governo Bolsonaro no primeiro ano de mandato têm três marcas fundamentais: (1) a suspensão de qualquer destinação de terras para criação de assentamentos rurais, terras indígenas e territórios quilombolas; (2) a criação de mecanismos para franquear as terras dos assentamentos e indígenas para a expansão do agronegócio e outros interesses do capital, como a mineração e a construção de hidrelétricas; (3) a intensificação da legalização da grilagem de terras, em especial na Amazônia (Alentejano, 2020, p. 365-366).

Dessa forma, o governo bolsonarista conseguiu implementar uma agenda em que a lógica desenvolvimentista e produtivista do campo se sobressaiu às pautas ambientalistas de preservação e demarcação de territórios. Para aprofundar o ideal anti-ambientalista com ampla vazão aos interesses de grandes proprietários rurais, a agenda negacionista também ganhou espaço na gestão Bolsonaro em conjunto com posturas reacionárias de âmbito global sobre a pauta socioambiental (Pompeia, 2023).

Dados do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC) apontaram que cerca de 23% das emissões de gases de efeito estufa em todo o mundo possuem como causa principal as ações humanas, em especial a atividade da indústria pecuária com a representação de 44% dos gases poluentes devido ao metano emitido pelo gado (Levin; Parsons, 2019). Por meio da análise dos discursos de parlamentares da bancada ruralista sobre o aquecimento global e seus graus de responsabilização frente ao relatório do IPCC, França, Budó e Dias (2021) observaram estratégias de negação da crise climática. Os pesquisadores apontaram ataques à credibilidade do IPCC, além de terem alavancado acusações contra ativistas ambientais, que, por meio do relatório, supostamente estariam buscando implementar

uma cartilha “neocomunista ambientalista” no Brasil. “Essa narrativa, ainda que destituída de provas, reforça uma noção conspiratória, que busca colocar em xeque o próprio fato do aquecimento global” (França; Budó; Dias, 2021).

Com o uso dessas estratégias, os parlamentares que buscam defender o agronegócio vão contra o consenso científico e ocultam seus próprios interesses por meio de um discurso negacionista e conspiratório. Ao estudarem os crimes ambientais e o negacionismo climático, Kramer e Michalowski (2012) elenca quatro formas utilizadas por representantes estatais e empresários para se isentarem de responsabilidades quanto às causas do aquecimento global: negar que a atividade humana modifica o clima da Terra; criar empecilhos para mitigar a emissão de gases poluentes; impedir políticas que promovam a sustentabilidade; e lançar mão de políticas socialmente excludentes direcionadas à parcela da população vulnerável que sofre com os impactos das mudanças climáticas.

Aplicadas à realidade brasileira, essas estratégias foram consideradas durante a campanha de Bolsonaro à presidência em 2018, quando posições negacionistas foram agenciadas por uma parcela de pecuaristas e sojicultores. De acordo com Pompeia (2023), essas representações estavam inseridas em entidades como a Associação dos Produtores de Soja e Milho do Estado de Mato Grosso (Aprosoja/MT) e a União Democrática Ruralista (UDR).

Ao longo da campanha, Bolsonaro considerou, em consonância com demandas da Aprosoja-MT e da UDR, a extinção do MMA e a inserção de sua estrutura enfraquecida sob o comando do Ministério da Agricultura (Mapa), no qual interesses da agricultura patronal predominam historicamente. Ao mesmo tempo, o líder político passara a contemplar a sugestão, cara à UDR e a outras entidades com maior extremismo, de distanciar o Brasil de compromissos no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (Pompeia, 2023).

No entanto, Pompeia (2023) afirma que as estratégias não foram abraçadas por todas as entidades do agronegócio, que possuem o histórico de assumirem uma postura mais cautelosa no debate climático. Ainda assim, as políticas e os posicionamentos anti-ambientais adotados pelo governo Bolsonaro, como visto na seção 5.2, fomentaram a disseminação de narrativas negacionistas entre aliados e eleitores. “O governo atua no sentido de bloquear os acordos climáticos e legítimas ações criminosas de grileiros, madeireiros e fazendeiros, como os incêndios na Amazônia e no Pantanal e a violência contra as populações do campo” (Furtado, 2021, p. 43).

Além disso, a tendência da comunicação no ambiente online regada à recorrentes narrativas de desinformação, característica inerente ao bolsonarismo, também contribuiu para que o negacionismo climático fosse disseminado como uma ramificação do posicionamento governamental.

Com a popularização da Internet, o dispositivo do negacionismo climático teve seu desdobramento no site YouTube, em blogs e nas redes sociais, redes cuja arquitetura se revelou adequada ao seu *modus operandi*. Com a ascensão do bolsonarismo, materiais audiovisuais negacionistas das mudanças climáticas tiveram um número crescente de visualizações em programas de YouTube de apoiadores da campanha de Jair Bolsonaro como, por exemplo, o Programa de Rádio e YouTube “Pânico na Band”; o programa “Imprensa Livre” da Gazeta do Povo; o canal do Movimento Brasil Livre (MBL); o canal do youtuber Nando Moura; o programa da jornalista Leda Nagle; o canal Terça Livre e programas destinados ao agronegócio, como o “Espaço Aprosoja”, “Sucesso no Campo”, dentre outros (Miguel, 2022, n. p.).

Miguel (2022) afirma, entretanto, que o negacionismo climático é um fenômeno multilinear e que não se prende a cargos de poder. Dessa forma, é importante destacar que apesar das correlações entre o bolsonarismo e o negacionismo climático, este transcende a influência de figuras políticas, partidos, ou quaisquer elementos pontuais na história.

3.4 O papel das plataformas digitais no negacionismo climático

Com a popularização da internet no Brasil, com especial foco nas mídias sociais, o negacionismo climático adquiriu uma forma mais estruturada através de campanhas de desinformação (Santini *et al.*, 2022). Uma pesquisa que se dedicou a mostrar que o enfraquecimento das leis ambientais no Brasil está diretamente associado à desinformação, constatou que publicações antiambientais nas redes sociais desencadearam mais interações do que postagens críticas à desinformação sobre o tema (Forti *et al.*, 2022). Dessa forma, puderam constatar como as redes influenciam na veiculação dessas pautas.

Para Rajão *et al.* (2022), essa tendência faz parte de uma fabricação de incertezas, que consiste em disseminar a dúvida sobre consensos científicos, como é o caso da ocorrência de uma crise climática no planeta. O objetivo seria “atrasar, impedir ou distorcer a implementação de políticas públicas” (Rajão *et al.*, 2022, p. 322) para atender aos interesses políticos e econômicos de grandes grupos. Conforme o *Climate Action Against Disinformation* (Ação Climática Contra a Desinformação, [S.d]), o negacionismo climático em específico tem como principais características a deturpação de dados científicos, exposição seletiva de determinadas informações, narrativas de descrédito contra instituições e especialistas que estudam sobre questões climáticas, entre outras.

O ambiente online, como visto anteriormente, se torna um terreno fértil para a disseminação do discurso negacionista (Santini *et al.*, 2021). A falta de responsabilidade e curadoria das plataformas digitais ajuda a fomentar esse cenário. Segundo Rogers (2020), o extremismo ganha novas formas a partir de perfis de personalidades que possuem um amplo alcance. No negacionismo climático, a propaganda computacional é um fator de peso (Marlow; Miller; Roberts, 2021). A tática consiste em inflar a dúvida da população na credibilidade de descobertas científicas, buscando criar argumentos contrários aos alertas sobre a necessidade de combate às mudanças climáticas, que são distribuídos de forma massiva e coordenada (Caminade; McIntyre; Jones, 2018).

Com o uso de dados, grupos de interesse podem chegar a determinados públicos-alvo por meio de estratégias comunicacionais persuasivas. De acordo com Nichi (2021), dessa forma, torna-se possível fortalecer uma rede de aliados. A partir disso, as bolhas de negacionistas são formadas, onde usuários são expostos a visões distorcidas da ciência, sem que haja força nos contrapontos apresentados (Nichi, 2021; Pariser, 2012). No entanto, Gounaridis e Newell (2024) afirmam que, para combater a desinformação climática, é preciso que as plataformas digitais adiram a estratégias eficazes de refutação ao negacionismo científico. Ao analisarem o Twitter/X sob a ótica do debate climático, Gounaridis e Newell (2024) concluem que a plataforma não promove banimentos ou suspensões de contas que propagam negacionismo sobre mudanças climáticas, o que a torna ainda mais suscetível à ações de desinformação.

Communities face increasing risks related to climate change, such as flooding, wildfire, heat stress, and sea-level rise. The scientific community has already identified especially vulnerable communities and regions. Climate change denialism is also a risk, in the form of knowledge vulnerability. Those who discount climate change as a natural rather than human-induced process tend to underestimate their current (and future) risk to it. This renders them less likely to take necessary steps to mitigate and adapt to climate change (Gounaridis; Newell, 2024, p. 7).

Considerando o cenário de combate ao negacionismo climático em outras plataformas, um relatório do *Center for Countering Digital Hate* (CCDH) (2024) mostra o aumento de conteúdos de negacionismo climático no YouTube. A pesquisa apontou para uma retórica chamada de "nova negação", que constitui 70% das alegações negacionistas sobre mudanças climáticas em vídeos do YouTube. O relatório afirma que a transição da “velha negação” para a “nova negação”, ambas descritas no quadro 6, pode ditar as normas de como o negacionismo climático passará a agir a partir de então.

Quadro 6 - Ideias e narrativas da “velha e nova negações”

	Ideia central	Narrativas negacionistas
Velha negação	O aquecimento global não está acontecendo	O gelo não está derretendo ou a cobertura de neve não está desaparecendo
		Estamos entrando em uma era glacial ou período de resfriamento global
		O clima está muito frio para que o aquecimento global seja real
		O clima não aqueceu ou mudou nas décadas recentes
		A elevação do nível do mar é exagerada ou não está acelerando
		Fenômenos climáticos extremos não estão aumentando, ou não estão relacionados às mudanças climáticas
	Os gases de efeito estufa gerados pelo homem não estão causando o aquecimento global	O aquecimento global é na verdade ciclos naturais ou variações
Não há evidência para o efeito estufa		
Nova negação	Os impactos do aquecimento global são benéficos ou inofensivos	A sensibilidade do clima é baixa ou os feedbacks negativos estão reduzindo o aquecimento
		Plantas, animais ou recifes estão se beneficiando dos impactos climáticos ou não são afetados
		O CO ₂ é benéfico ou não é um poluente prejudicial
	As soluções climáticas não funcionarão	Políticas climáticas destinadas a mitigar ou se adaptar ao aquecimento são prejudiciais
		Políticas climáticas são ineficazes ou falhas

		Tecnologia de energia limpa ou renovável não funcionará
		As pessoas precisam de energia de fontes como combustíveis fósseis ou energia nuclear
	A ciência climática e o movimento climático não são confiáveis	A ciência climática é não confiável, incerta ou tendenciosa
		O movimento climático é não confiável, alarmista ou corrupto

Fonte: Elaboração própria com dados do CCDH (2024).

As narrativas associadas ao “novo negacionismo” buscam não apenas fomentar a dúvida na percepção pública, mas também atrasar a implementação de mudanças efetivas por meio de políticas públicas (Lamb *et al.*, 2020). Um outro relatório do CCDH (2022) se debruça sobre a disseminação desse tipo de conteúdo no Facebook. A pesquisa identificou dez páginas tóxicas que aglutinavam 69% das interações dos usuários do Facebook com conteúdo de negação climática. Em soma a isso, a plataforma havia se comprometido, a partir de março de 2021, a rotular publicações que contivessem negacionismo climático, dispondo links com informações corretas. No entanto, apenas 8% das publicações mais populares das dez páginas tóxicas apresentavam esse rótulo (CCDH, 2022). Além disso, o conteúdo pago por essas páginas também possibilitou maior alcance de seus conteúdos negacionistas.

The majority of the Toxic Ten are funded by Google Ad revenue, too. Together, the 10 generated up to \$5.3 million in Google Ads revenue in just six months. The Toxic Ten are part of an efficient climate denial disinformation industry, reaching 186 million followers on mainstream social media platforms (CCDH, 2022, p. 3).

Em meio a isso, a popularização de vídeos curtos vem promovendo narrativas de negacionismo climático por meio do potencial viral que esses conteúdos possuem em plataformas que contém um feed infinito de vídeos, como o TikTok (Silva; Ahmed, 2023). No início de 2023, a plataforma se comprometeu a reprimir o negacionismo climático nas publicações. No entanto, uma investigação da BBC concluiu que, mesmo após denunciar 365 vídeos com esse tipo de conteúdo encontrados na plataforma, apenas 95% deles foram removidos (Silva; Ahmed, 2023).

No contexto da pesquisa brasileira sobre negacionismo climático, Lima *et al.* (2024) analisaram as narrativas sobre a ciência do clima no Twitter/X, Instagram e Facebook entre

2014 e 2022, focando em publicações brasileiras e realizando um comparativo entre as plataformas. Os autores concluíram que não houve um aumento significativo em desafios às autoridades científicas ou propagação de ceticismos, mas identificaram uma sutil modificação relacionada ao uso da incerteza na retórica que busca desacreditar o discurso científico sobre o tema.

Lima *et al.* (2024) ainda indicam que há uma gama de complexidades na comunicação sobre mudanças climáticas nas redes sociais no Brasil, especialmente no contexto do negacionismo. Além disso, os pesquisadores identificaram a prevalência de elementos como ironia, sátira, sarcasmo e cinismo nas publicações analisadas, o que tornou-se uma limitação para as técnicas de análise computacional, que tem dificuldade de diferenciar essas nuances da linguagem.

Já os aplicativos de mensagens instantâneas, como WhatsApp e Telegram, também desempenham papéis na disseminação de desinformação sobre questões climáticas por meio de seus grupos e canais, que reúnem usuários predispostos a compartilhar desinformação, como mostram diversos estudos sobre o tema (Kurnia *et al.*, 2024; Macklin, 2022; Paolini, 2022; Santini *et al.*, 2021). Eles demonstram que as bolhas informacionais (Pariser, 2012) podem ser meios poderosos que facilitam a propagação de diversos tipos de conteúdo enganoso.

Com o novo mandato de Trump, em 2025, donos de *big techs*, como Elon Musk, do Twitter/X e Mark Zuckerberg, da Meta, demonstraram apoio ao presidente e voltaram atrás com políticas de combate à desinformação e ao discurso de ódio em suas plataformas sob o argumento de prezar pela liberdade de expressão acima de tudo (Lipton; Grind, 2025; Wong, 2025). Com essas mudanças, há o potencial de aumento de disseminação de notícias falsas, teorias da conspiração, negacionismo científico e conteúdos extremistas, o que pode ampliar a polarização política e tornar o ambiente digital ainda mais nocivo. Além disso, o apoio explícito de representantes de plataformas digitais a figuras políticas pode resultar também em uma articulação desses espaços em plataformas de marketing político-eleitoral. Essa é uma tendência que pode reverberar em outras plataformas e, portanto, merece atenção.

Dessa forma, é possível concluir que a confiabilidade das informações nas mídias sociais pode ser associada a diversos fatores, como a reputação da fonte que as divulga, a quantidade de dados devidamente comprovados que acompanham a mensagem, a citação de referências verificáveis e a menção a figuras influentes ou autoridades no assunto (Samantray; Pinto, 2019).

4 TRAJETÓRIA DA POLÍTICA AMBIENTAL NO BRASIL

Para Meire e Carelli (2015), o papel da natureza foi articulado durante todo o processo da construção da identidade brasileira. As questões socioambientais no Brasil passam, invariavelmente, pela distribuição de terras. Polizelli (2011) remonta o debate sobre natureza e propriedade desde a época do período colonial, quando as terras, pertencentes ao Estado, eram distribuídas entre homens que prestavam serviços militares, serviços administrativos ao próprio Estado e detentores de plantéis de escravizados.

Ao mesmo tempo, estudos apontam que o Estado era indiferente ao debate de preservação dos recursos naturais, permitindo a exploração sem qualquer proposta de cautela (Carvalho, 2022; Polinezzi, 2011). No entanto, haviam preocupações sobre a prática de cortar árvores nas Ordenações Filipinas, conjunto de Leis que foram promulgadas em 1603 no Brasil e que perdurou por quase 228 anos, o que inspirou o intendente-geral José Bonifácio de Andrade e Silva a propor o reflorestamento da costa do Brasil durante a regência de Dom Pedro I (Polizelli, 2011).

Já a Floresta Amazônica tinha um papel ameaçador para os brancos que executavam a colonização do Brasil, sendo um meio de esconderijo e proteção para indígenas e quilombolas que se rebelavam e fugiam da escravidão. “O melhor a fazer é derrubá-la, substituindo-a por uma paisagem não tão ameaçadora: cultura de cana [...] no Brasil o campo recebia a grande massa de escravos nos ciclos da cana e da mineração, e sofria uma apropriação mais imediata” (Polinezzi, 2011, p. 117).

Ou seja, o que predominava era uma visão predatória permeada por um ideal colonizador e escravagista, oprimindo grupos marginalizados de uma maneira que reverbera até os dias atuais. Como Pompeia (2018) indica, a consolidação da economia política referente às questões de terra no Brasil, só se tornou possível devido às expropriações e ao genocídio de povos indígenas e quilombolas, que foram os primeiros grupos a trabalharem nessas propriedades. A mesma lógica foi aplicada à mineração, realizada em terras ricas de minérios e cuja prática agrícola era desestimulada pelo Estado (Carvalho, 2022).

Em meio a essa visão utilitarista da natureza, a expansão industrial ocorreu no período da Primeira República, entre 1889 e 1930, sem que houvesse a preocupação do Estado em evitar a devastação (Santos, 2023). Agricultura, pecuária e atividades extrativistas avançaram visando a expansão comercial e econômica de pequenos grupos, cristalizando a ideia de vocação agrícola do Brasil. Para Meira e Carelli (2015, p. 305), “[...] a destruição das matas em consequência das práticas agrícolas, da necessidade de combustíveis, da

exploração de madeiras preciosas, também foram partes indissociáveis da História do Brasil, com profundas implicações meio-ambientais e socioeconômicas”.

Ao mesmo tempo, alguns estudiosos do período apontavam os riscos do desmatamento para a expansão da fronteira agrícola, alegando que fortes abalos na natureza poderiam prejudicar as culturas (Meira; Carelli, 2015). A prática agrícola desse período era conhecida como “agricultura vampira” graças aos métodos predatórios envolvendo queimadas e desmatamento (Lobato, 2007). Mas os problemas ambientais eram de fato percebidos no ambiente urbano, com cidades sofrendo grande volume de enchentes. Na época, discussões em torno do reflorestamento eram frequentes para possibilitar o reequilíbrio ambiental (Meira; Carelli, 2015).

Ainda no século XX iniciaram os debates sobre a necessidade de uma reforma agrária no Brasil. Movimentos de trabalhadores rurais e camponeses começaram a se organizar e passaram a reivindicar a redistribuição de terras e melhores condições de vida (Martins, 1999). Esse movimento passou a ganhar mais força durante a Era Vargas, de 1930 a 1945, que marcou o início do intenso processo de industrialização brasileiro e fomentou propostas para o meio rural.

Apesar de implementar políticas voltadas às pequenas propriedades rurais, Santos Filho *et al.*, (2015) afirma que esta época trouxe um impacto ainda maior sobre o uso dos recursos naturais, em especial pelo início de grandes projetos, como hidrelétricas e rodovias. Nesse contexto, o Banco do Brasil, vinculado ao governo Vargas, criou linhas de crédito agrícola e industrial, simbolizando o apoio a essas atividades por meio de um incentivo que fomentava o crescimento econômico do país (Fausto, 2006).

Concomitantemente, a questão ambiental passou a ter mais destaque. Foram criadas regulamentações específicas, como o Código de Águas e o Código Florestal, ambos em 1934, que introduziu conceitos como áreas de preservação permanente, mas sua prática foi pouco expressiva no período (Santos Filho *et al.*, 2015). Também foi criada a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, que vigorou de 1953 a 1966, e tratava a ideia de ocupar e explorar a região como uma forma de realizar o bom uso de seus recursos naturais (Renha, 2017). Dessa forma, a Era Vargas é considerada uma porta de entrada para o desenvolvimentismo no Brasil, corrente econômica que consiste na defesa da intervenção do Estado na economia, sendo responsável por impulsionar a industrialização e o protecionismo (Miranda, 2018).

Em meio a isso, na década de 1960, o movimento pela reforma agrária ganhou ainda mais vigor, em especial durante a ditadura militar (1964-1985), quando surgiram diversas

propostas, mas a concentração de terras permaneceu (Martins, 1999). Foi durante esse período que ocorreram algumas das maiores ocupações de terras no Brasil, como as ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que se tornou um dos maiores movimentos sociais de luta pela reforma agrária no país, conforme Martins (1999).

No entanto, o discurso desenvolvimentista foi dominante durante a ditadura, sob a justificativa de que desenvolver o Brasil por meio da exploração de recursos naturais era uma forma de defesa nacional (Castro, 2006). O governo militar priorizou o crescimento econômico, fomentando ainda mais projetos de infraestrutura, desta vez afetando diretamente a Amazônia, investindo na rodovia Transamazônica¹⁵ e na ocupação da floresta. Isso levou a um aumento do desmatamento na região (Miranda, 2018).

Por outro lado, Moura (2016) indica que o final da década de 1960 marcou o surgimento das demandas ambientais na sociedade brasileira, devido à alta quantidade de poluição em decorrência das atividades industriais. A criação de parques nacionais, de acordo com a autora, também demonstrou o interesse na preservação ambiental no período. Em 1967 foi fundado o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), pertencente à pasta da Agricultura, com a função de fomentar ações de proteção à florestas e Unidades de Conservação (UCs) (Cesarin, 2023). Além disso, o Brasil passou a participar de discussões internacionais, como a Conferência de Estocolmo, em 1972. Um dos argumentos levantados na Conferência por representantes brasileiros é que o desenvolvimento econômico do Brasil não poderia ser sacrificado em nome da redução da poluição no mundo. Segundo Moura (2016), esse posicionamento foi endossado por outros países em desenvolvimento.

No ano seguinte, houve a criação da Secretaria Especial de Meio Ambiente (Sema), inserida no Ministério do Interior, que possuía uma agenda voltada para o controle da poluição industrial a partir de denúncias. Seguindo a criação da secretaria, alguns estados como São Paulo e Rio de Janeiro, começaram a criar suas próprias pastas voltadas para questões ambientais (Moura, 2016). No Brasil, a implementação das políticas ambientais é descentralizadora, ou seja, depende da cooperação voluntária dos governos dos âmbitos federal, estadual e municipal. Cada um possui autonomia para definir políticas em suas áreas.

A criação desses órgãos antecederam a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), por meio da Lei nº 6.938/81, vigente até o atual momento e responsável por estabelecer o Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama) e o Conselho Nacional do Meio

¹⁵ A BR-230, conhecida como Transamazônica, é uma das maiores rodovias do Brasil. Foi planejada para atravessar a Amazônia, conectando diversas áreas remotas. Sua abertura gerou debates sobre as implicações ambientais, tendo em vista que o projeto prioriza o desenvolvimento sem considerar impactos socioambientais (Souza, 2020).

Ambiente (Conama) (Antunes, 2022). Diversos países consideram a lei como um exemplo até os dias atuais por ser abrangente e ter um caráter descentralizador (Moura, 2016).

Em 1985, com a redemocratização e com base na PNMA, foi criado o Ministério de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, que passou a cuidar de questões relacionadas ao licenciamento ambiental. No entanto, conforme aponta Moura (2016), até os tempos atuais ainda não foram aprovadas resoluções relativas ao licenciamento ambiental. Com a Constituição de 1988, o direito ao meio ambiente foi considerado como um dos direitos fundamentais (Câmara dos Deputados, 1988).

Em seguida, em 1989, o Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA) foi criado e existe até hoje na pasta de Meio Ambiente do governo federal, buscando contribuir com o financiamento de ações de preservação ambiental por meio de editais. Além disso, também conta com a participação da sociedade civil organizada (Programa Internacional de Cooperación Urbana, 2022). Neste mesmo ano, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) também foi fundado, resultando na fusão de diversos órgãos, como o IBDF (Ibama, 2018).

No início dos anos 1990, a partir do governo de Fernando Collor (PRN), o Brasil abriu sua economia à concorrência internacional e adotou medidas ambientais para ganhar credibilidade diante de investidores estrangeiros (Boeira, 2003). Com a aproximação da Rio-92, Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro em 1992, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) foi criado, com recursos destinados totalmente às questões socioambientais (Moura, 2016). De acordo com Boeira (2003), na Rio-92 o governo brasileiro adotou um posicionamento mais avançado em relação à Estocolmo-72, levando em consideração a pressão internacional sobre a Amazônia e o início da estruturação de uma matriz energética renovável no país.

Em meio a isso, atravessando os governos Collor e de seu sucessor, Itamar Franco (PMDB), houve uma crise no setor agrícola brasileiro. Conforme Grisa (2021), a agricultura era apresentada como um meio de fornecer estabilidade econômica ao país, de forma que os preços passaram a ser cada vez mais baixos, gerando uma desestruturação de cadeias produtivas e aumento do desemprego no setor. Em 1995, Fernando Henrique Cardoso (FHC) assumiu a presidência pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), permanecendo no cargo por dois mandatos, até 2002. Em 1998, instituiu-se a Lei de Crimes Ambientais, nº 9.605/1998, fazendo com que o Brasil se tornasse um dos poucos países a ter um direito penal voltado exclusivamente para o meio ambiente (Moura, 2016).

No entanto, Boeira (2003) aponta que as questões socioambientais não eram devidamente consideradas no programa de governo de FHC. Ele apoiava práticas exploratórias, como a oferta de madeira, em uma inclinação às políticas desenvolvimentistas. Organizações ambientalistas criticaram a gestão do governo FHC alegando escassez de funcionários públicos que atendessem às demandas socioambientais, a interferência de interesses político-econômicos no cumprimento da legislação voltada para o meio ambiente, além da falta de estrutura e regularização das Unidades de Conservação.

Esta avaliação, aliás, pode ser estendida a todos os governos anteriores basicamente porque, desde que foram constituídos, os órgãos públicos de meio ambiente no Brasil têm sido organizados dentro de uma estrutura de poder que os isola burocraticamente dos demais órgãos (saúde, transportes, agricultura, etc). Como consequência genérica, as políticas ambientais têm sido pautadas por idéias de comando & controle, visando regulamentação de atividades de impacto ambiental negativo (Boeira, 2003, p. 534).

Entretanto, diversos avanços também puderam ser vistos em alguns âmbitos. Com a Rio+10 em 2002, que ocorreu na África do Sul, as mudanças climáticas entraram na pauta e o Brasil lançou a sua Agenda 21, instrumento voltado para o planejamento de ações sustentáveis, baseadas em proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica (MMA, s. d.). Ainda nos anos 2000, surgiram autarquias vinculadas ao MMA, como a Agência Nacional de Águas (ANA) e o Instituto Chico Mendes para Conservação da Biodiversidade (ICMBio). O primeiro é voltado para tratar da implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 9.133/97), enquanto o segundo visa responder ao gerenciamento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), além de executar pesquisas (Moura, 2016).

Em contrapartida, para remediar as políticas agrícolas que foram fragilizadas nos governos Collor e Franco, FHC dialogou com o setor do agronegócio visando fortalecer a estratégia de exportações e crescimento econômico do setor. Dessa forma, o ministro da Agricultura e Pecuária (Mapa), Francisco Turra, projetou duas metas fundamentais para a política agrícola da época: abastecimento do mercado interno e geração de divisas de exportações (Grisa, 2021).

Ainda considerando as questões de uso da terra, o diálogo de FHC com movimentos de luta por terra foram caracterizados como retórica propagandística (Coletti, 2006), tendo em vista que, na prática, seu governo esteve distante de cumprir as reivindicações exigidas por pequenos produtores e movimentos sociais. Alentejano (2004) afirma que FHC implementou uma política de assentamento rurais, mas não de reforma agrária em si.

Ao mesmo tempo em que se constitui um expressivo número de assentamentos rurais – em comparação com governos anteriores em que quase nada era feito – está em curso um amplo processo de expulsão de pequenos produtores do meio rural (menos 1 milhão de estabelecimentos agrícolas entre 1985 e 1996 e falência de 500 mil pequenos produtores rurais entre 1995 e 2000) (Alentejano, 2004, p. 5).

Sob a administração do presidente seguinte, Luiz Inácio da Silva (PT), que estendeu-se por dois mandatos, de 2003 a 2010, houve uma tentativa de conciliação entre desenvolvimento econômico e proteção ambiental. Em seu primeiro mandato, a política ambiental baseou-se em quatro pilares: promoção do desenvolvimento sustentável integrado ao social e econômico; incentivo à participação social nos processos decisórios; fortalecimento de órgãos ambientais; e transversalidade, integrando o meio ambiente às agendas de todos os ministérios e órgãos públicos (Kageyama; Santos, 2011).

Além disso, Kageyama e Santos (2011) reforçam que houve uma atenção específica à agricultura familiar, inscrevendo-a na agenda da biodiversidade no setor da produção agrícola. Isso ocorreu devido a uma proximidade histórica entre o PT e movimentos sociais de luta por terra. A nomeação da historiadora e ambientalista Marina Silva para a pasta ambiental também foi significativa (Lokesann, 2009). Ela permaneceu no cargo entre 2003 e 2008, adotando uma abordagem focada em reduzir de forma expressiva o desmatamento na Amazônia, pondo em prática o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM).

Sob a gestão de Marina Silva, houve uma queda de aproximadamente 57% nas áreas desmatadas entre 2003 e 2007 (Lokesann, 2009). Entretanto, a então ministra enfrentou resistências internas, especialmente de setores ligados ao agronegócio e infraestrutura. Projetos como pavimentação de estradas na Amazônia e a transposição do Rio São Francisco, potencialmente prejudiciais para o meio ambiente, foram defendidos por outros ministérios, mas repudiados pelo MMA na figura de Marina (Kageyama; Santos, 2011). Nesse cenário, Marina renunciou ao cargo em 2008 alegando falta de apoio político para dar prosseguimento às suas iniciativas (Lokesann, 2009).

Em meio a esses dilemas, o governo Lula também fez alianças relevantes para o agronegócio, com a continuidade de políticas da era FHC, visando fortalecer o setor (Grisa, 2011). Para isso, o governo permaneceu investindo na expansão da exportação de *commodities*, com a agropecuária tornando-se central na economia brasileira. Em 2009 e 2010, diante de uma crise global na produção de alimentos, o Brasil tomou a dianteira

mundial no número de exportações sob o governo Lula, com a meta de preservar a estabilidade econômica e ampliar a oferta de crédito rural (Grisa, 2011).

O governo Lula ainda implementou inovações. Segundo Grisa (2011), a partir de 2005, iniciaram-se os investimentos federais em agroenergia. Foi quando o governo elaborou o Plano Nacional da Agroenergia, o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel, e iniciou ações em relação ao etanol. Essas políticas também vigoraram durante o governo seguinte, comandado pela presidente Dilma Rousseff (2010-2016). Sob sua gestão, o tema da sustentabilidade emergiu no cenário mundial, fazendo com que o governo se dedicasse a estruturar o Programa Agricultura de Baixo Carbono (Programa ABC), surgido em 2010, beneficiando grandes negócios (Grisa, 2011).

Ao mesmo tempo, Dilma também permaneceu dentro da tradição petista de manter relações estreitas com movimentos sociais, incluindo os movimentos de luta por terra. A inserção da agricultura orgânica nos Programa de Apoio a Projetos Sociais (PAPs) foi um indicativo de atenção a essas demandas (Grisa, 2011). Seu governo também definiu diretrizes para adequar políticas agrícolas aos moldes da produção orgânica.

Em 2012, o Rio de Janeiro sediou a Rio+20, que ocorreu em um contexto de crises econômicas na Europa, eleições nos EUA e enfraquecimento do sistema da Organização das Nações Unidas (ONU), o que fez com que diversos líderes não comparecessem (Guimarães; Fontoura, 2012). Os países mais desenvolvidos evitaram comprometer-se com a redução de emissões, enquanto os menos desenvolvidos reivindicaram o direito de poluir em prol do desenvolvimento econômico e até que as nações mais ricas assumissem a responsabilidade da redução (Moura, 2016).

Ainda em 2012, ocorreu a votação pela reforma no Código Florestal (Lei Federal Nº 12.651), com a aprovação do Projeto de Lei Nº 1876/99, que instituiu sua flexibilização e representou uma vitória para as demandas dos ruralistas. Dilma vetou 12 artigos, apesar de as mobilizações de movimentos sociais estivessem exigindo o veto total (Santana, 2021). Outra grande fonte de debates de seu governo foi a aprovação da construção de hidrelétricas, em especial a Usina de Belo Monte, no Rio Xingu (PA). Ambientalistas, povos indígenas e comunidades tradicionais denunciaram os riscos da obra para os modos de vida da população e seus graves impactos ambientais (Santana, 2021). Além disso, apesar de ter criado 15 Unidades de Conservação, o governo também retirou a proteção de aproximadamente 83 mil hectares dessas unidades para a construção de usinas hidrelétricas, uma meta do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Tanto nos mandatos de Lula, quanto nos mandatos de Dilma, foi possível constatar controvérsias diante de suas propostas. Apesar de atender a grupos marginalizados no meio rural e a movimentos e organizações ambientalistas, o governo também cedeu às demandas de grupos desenvolvimentista, que impuseram barreiras para mais avanços nas questões socioambientais (Santana, 2021). Em prosseguimento a esses debates, no contexto da crise política que instaurou-se a partir de 2013 (Souza, 2019), Dilma sofreu impeachment em 2016 e seu vice-presidente, Michel Temer, assumiu a presidência, permanecendo no poder de 2016 a 2018.

Uma das primeiras medidas da administração de Temer incluiu a extinção do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), criado em 2004, no governo Lula. Assim, ele criou o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) (Mattei, 2018). Além disso, ele se propôs a reestruturar a política agrária do Brasil, com foco em alterações nas questões fundiárias e na regularização de terras.

O resultado imediato dessa mudança de rota nas políticas de desenvolvimento agrário e rural foi um desmonte da estrutura institucional, especialmente de equipes técnicas responsáveis pela implementação e gestão de diversas políticas que estavam em curso desde o momento de criação do MDSA. Além disso, verifica-se a paralisação de outras ações que estavam sendo implementadas nas diversas áreas de atuação do referido ministério, bem como a suspensão de pagamentos e repasses orçamentários e financeiros já garantidos no Plano Safra da Agricultura Familiar para 2016-2017 (Mattei, 2018, p. 298).

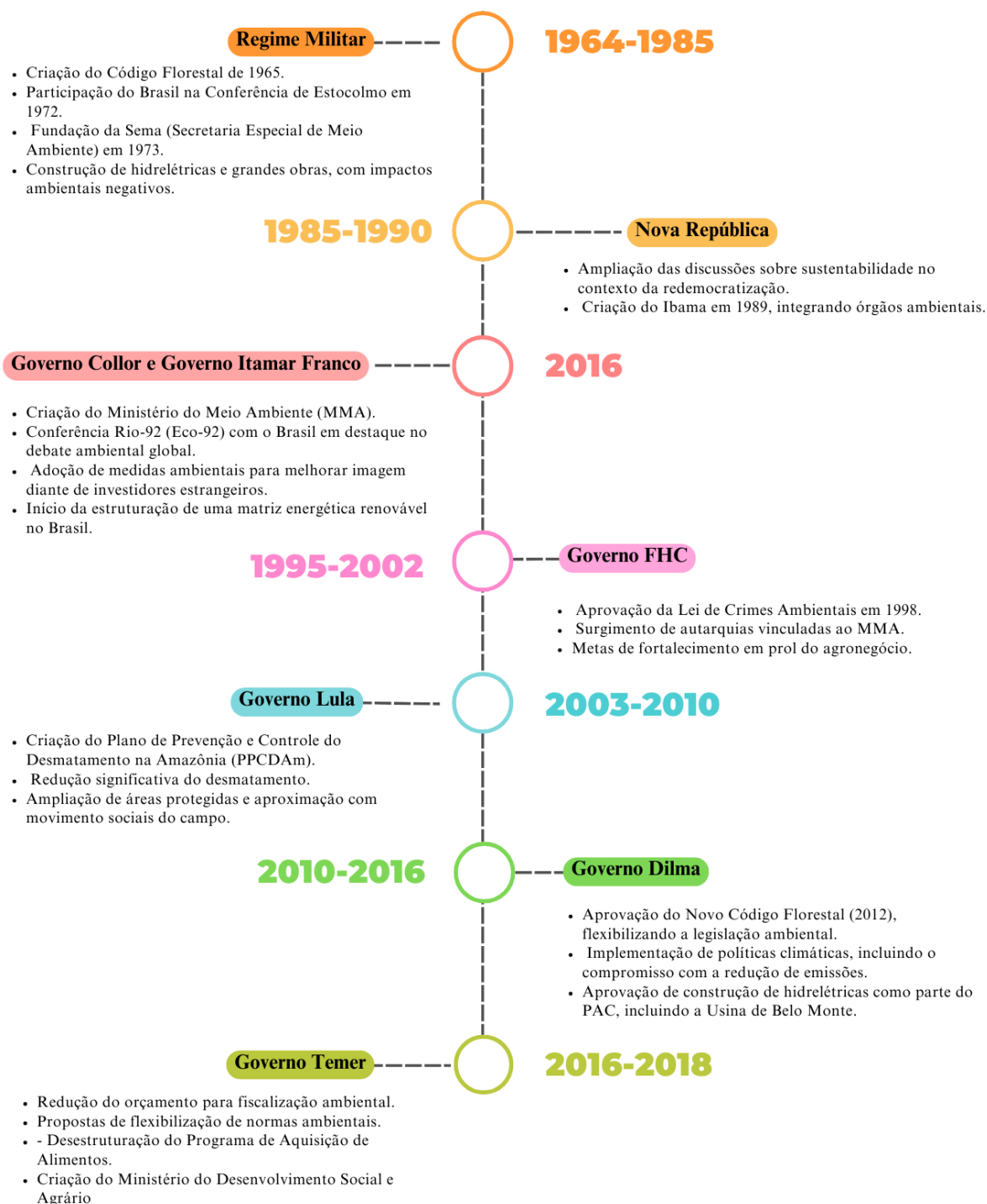
Dessa forma, o governo Temer ficou marcado dentro do âmbito ambiental por um enfraquecimento de apoio aos pequenos agricultores. Além das decisões mencionadas acima, ele também desestruturou o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)¹⁶, que busca apoiar os pequenos agricultores adquirindo suas produções para alimentar a população que se encontra em vulnerabilidade social, além de ter estabelecido vários critérios proibitivos de acesso ao crédito para assentados (Mattei, 2018).

Em relação ao cenário internacional, o governo Temer descredibilizou as políticas contra a destruição ambiental. A imagem do Brasil no exterior adquiriu nuances de desconfianças sobre o compromisso do governo em conter o desmatamento na Amazônia, conforme análise de Araújo e Santos (2024). No entanto, esse quadro foi atravessado pela ascensão de Jair Bolsonaro no cenário político brasileiro, cuja política ambiental será tratada

¹⁶ Criado no governo Lula, o PAA é um programa em que o governo federal adquire alimentos produzidos pela agricultura familiar e distribui para famílias em situação de insegurança alimentar, estudantes do ensino público e restaurantes populares (World Without Poverty, 2016).

na subseção seguinte, 4.1. Em caráter ilustrativo, a figura 1 apresenta uma simplificação da linha do tempo da política ambiental brasileira, considerando seus principais pontos.

Figura 1 - Linha do tempo da trajetória da política ambiental no Brasil



Fonte: Elaboração própria.

4.1 A política ambiental no contexto eleitoral de 2022

Em meio à polarização entre Lula e Bolsonaro nas eleições de 2022, questões socioambientais foram postas em debate devido aos posicionamentos distintos entre ambos sobre o tema. Um dos temas em voga nesse debate político polarizado foram as questões ambientais. Entretanto, é importante considerar que o cenário que vigorava no período correspondia à gestão do governo Bolsonaro.

Durante seus quatro anos de mandato, as políticas voltadas para o meio ambiente foram permeadas de negacionismo científico e climático, o que promoveu um desmonte no setor (Brzezinski, 2021). Dessa forma, no período eleitoral foram discutidas soluções para as problemáticas socioambientais do Brasil, bem como a contribuição brasileira para a mitigação da crise climática.

4.1.1 A gestão ambiental do governo Bolsonaro

Em um cenário onde o próprio governo se torna uma instituição cercada por agentes de desinformação, como o caso do governo de Jair Bolsonaro no Brasil (Ferreira, 2021), a legitimidade das informações e a estabilidade política podem ser comprometidas. Entre várias narrativas de desinformação, o governo assumiu uma postura de negacionismo diante das questões socioambientais (Missiato *et al.*, 2021).

Adotando uma visão desenvolvimentista, o governo Bolsonaro conquistou o apoio dos representantes do agronegócio sob as promessas de incentivo ao crescimento do setor. Ao mesmo tempo, os dispositivos de proteção ao meio ambiente foram alvos de falta de investimento.

A política do atual governo federal tem sido a de aplicar a colonialidade do poder de dentro para fora dos órgãos de proteção e defesa dos direitos da natureza e dos povos originários, convertendo essas estruturas estatais em verdadeiras máquinas predatórias, recuperando hoje, mais do que nunca, nosso passado colonial, perseguindo e exterminando minorias, devastando a terra e seus bens e concentrando com maior eloquência a renda em mãos brancas, cristãs e cisheterossexuais (Missiato *et al.*, 2021, p. 92).

Antes mesmo de ser eleito, Bolsonaro anunciava a possibilidade de extinguir o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e transformá-lo em uma secretaria dentro da pasta da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Cordeiro; Novaes; Barcellos, 2022). Além disso, sua campanha girava em torno da promessa de acabar com a demarcação de terras (Resende, 2018) e críticas sobre a atuação de órgãos ambientais sob a acusação de que eles instituem uma “indústria de multas” (Gilly, 2018).

Bolsonaro não chegou a extinguir o MMA após eleito, mas nomeou o ex-secretário do Meio Ambiente de São Paulo, Ricardo Salles, para comandar a pasta. No entanto, a nomeação gerou críticas de setores ambientais e acadêmicos devido aos questionamentos relacionados ao seu antigo cargo, incluindo um episódio envolvendo em que Salles foi acusado de fraudar o plano de manejo da Área de Preservação Ambiental (APA) do Rio Tietê (Rodrigues, 2018).

Outros desmontes ambientais que marcaram o início do governo Bolsonaro constavam em sua primeira Medida Provisória (MP 870/19), determinando que o MAPA seria o responsável pelos trâmites envolvendo a demarcação de terras destinadas aos povos originários e comunidades tradicionais, além de comandar o Serviço Florestal Brasileiro. Além disso, determinou que a Fundação Nacional do Índio (Funai) ficaria sob o comando do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, sob a gestão da então ministra Damares Alves e fechou secretarias e setores do MMA voltados para o combate às mudanças climáticas e ao desmatamento (Planalto, 2019).

No âmbito específico das questões climáticas, o governo Bolsonaro retirou essa responsabilidade do MMA, alterando a Secretaria de Mudança do Clima e Florestas para que se tornasse a Secretaria de Florestas e Desenvolvimento Sustentável (Girardi, 2019a). Além disso, a Subsecretaria-Geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia, da qual fazia parte a Divisão da Mudança Climática¹⁷, foi retirada do Ministério das Relações Exteriores.

Soma-se a isso as alegações negacionistas do então ministro Ernesto Araújo, à frente da pasta. Segundo ele, o aquecimento global seria uma trama marxista (Girardi, 2019b). Araújo também já chegou a afirmar que havia uma onda de frio em Roma, na ocasião de sua visita à cidade, o que o motivou a não acreditar que existisse um aquecimento global em andamento (Amado, 2019). Ao mesmo tempo, o próprio Ricardo Salles abordou as questões climáticas como uma agenda secundária no governo Bolsonaro e em sua gestão à frente do MMA. Em entrevista à Folha de S. Paulo (2019), ele tratou o Acordo de Paris como uma imposição que supostamente se chocaria com os objetivos de desenvolvimento econômico do governo bolsonarista.

[...] o presidente e o alto escalão do governo federal enunciam discursos relativos a teorias da conspiração (antiglobalismo, marxismo cultural etc.), duvidam do aquecimento global sem argumentos de base científica e conhecimento técnico suficiente e promovem hostilidades a instituições brasileiras de ensino e pesquisa (Cordeiro; Novaes; Barcellos, 2022, p. 265).

¹⁷ Disponível em:

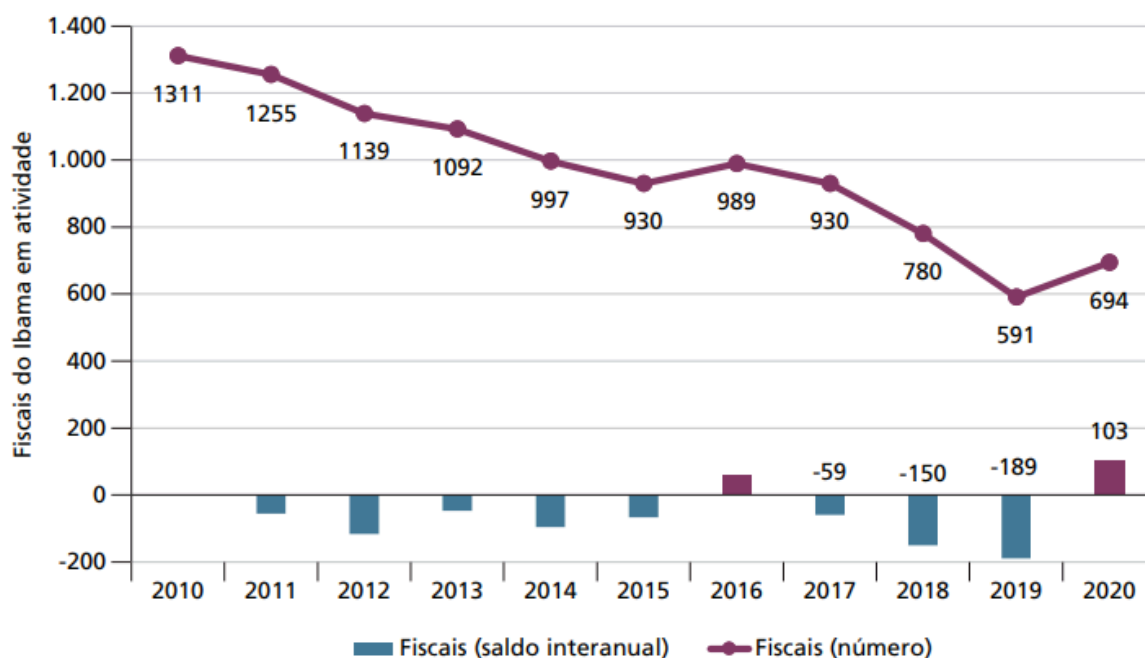
<https://www.estadao.com.br/sustentabilidade/ambiente-se/itamaraty-tambem-deixa-de-ter-uma-divisao-sobre-mudanca-do-clima/>. Acesso em 05 abr. 2024.

Na sequência destas declarações, ocorreu o Fórum Econômico Mundial em Davos¹⁸, na Suíça. Na ocasião, Bolsonaro discursou sobre o papel do Brasil na manutenção da crise climática. Em reportagem do The Guardian (2019), de acordo com o então presidente, o crescimento econômico e as questões socioambientais deveriam andar juntos. Além disso, ele também exaltou o agronegócio brasileiro, alegando que ele se desenvolve à medida em que contribui com o meio ambiente e reforçando o discurso de que esses esforços colocam o Brasil na posição de país que mais preserva.

Após a tragédia de Brumadinho, ainda no início do mandato de Bolsonaro, Ricardo Salles visitou a barragem rompida da mineradora Vale para verificar os estragos causados. Em seguida, o ministro propôs a revisão da lei de licenciamento ambiental e defendeu que atividades de baixo impacto, como a agricultura, deveriam ter um licenciamento mais simplificado ou autodeclaratório (Sadi, 2019).

Dando continuidade ao desmonte dos órgãos ambientais, ainda sob a justificativa de acabar com a suposta indústria das multas ambientais, uma das ações de Salles incluiu a exoneração de superintendentes regionais do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e os substituiu por militares (Albuquerque, 2019). Entre outros motivos para a saída de fiscais do órgão, a redução de fiscais foi histórica (Figura 2).

¹⁸ A conferência de Davos representa o encontro anual do Fórum Econômico Mundial (WEF), uma entidade independente e sem fins lucrativos focada na colaboração entre setores público e privado. Com sede em Genebra, na Suíça, esta organização reúne líderes políticos, empresariais, culturais e outros agentes relevantes para discussões de importância global (Iberdrola, s.d).

Figura 2 - Evolução do número de fiscais do Ibama e saldo interanual (2010-2020)

Fonte: Ibama (2020).

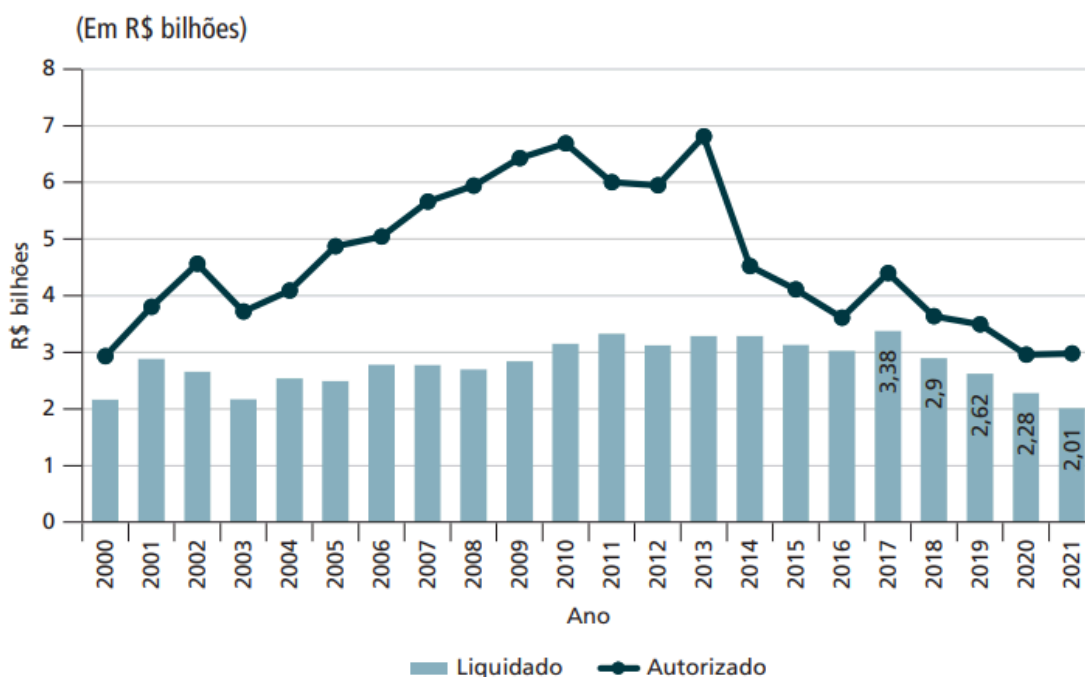
Em paralelo a isso, o presidente Bolsonaro alterou um decreto que abordava questões sobre crimes ambientais. O objetivo foi criar núcleos de conciliação para reverter penalidades impostas por multas ambientais, o que favoreceria o desmatamento ilegal (Girardi, 2019c). Enquanto isso, o filho de Bolsonaro, o então deputado Flávio Bolsonaro (PL/RJ), apresentou um Projeto de Lei que visava alterar o Código Florestal para flexibilizar as regras de preservação ambiental para ruralistas sob a justificativa de prezar pelo crescimento do setor agrícola (Almeida; Gullino; Portinari; 2019).

Apesar de ser um governo que prezou os interesses do agronegócio, tendo sua campanha financiada por empresários do setor (Pompeia, 2023; Gomes; Caetano, 2022), também houve um alto número de emissão de títulos de terra, superando os governos anteriores (Ghiraldelli, 2022). Em contrapartida, a reforma agrária não obteve grandes avanços, pois a emissão de títulos é apenas uma das etapas do processo. O governo Bolsonaro, por sua vez, paralisou a reforma agrária, pois ela depende também da desapropriação de imóveis rurais que não cumprem com a função social de produzir alimentos (Ghiraldelli, 2022).

No quinto mês de mandato, outro ataque contra o combate à crise climática ocorreu no governo: 95% do orçamento para ações em prol do clima foi bloqueado, afetando as ações que até o momento estavam comprometidas em cumprir o Acordo de Paris (Mariz, 2019). Até

2021, o orçamento para o MMA foi gradativamente reduzido (Figura 3). Em conjunto com essa determinação, o governo também cancelou a Semana do Clima, que ocorreria em Salvador em 2019, um encontro destinado a preparar os debates entre governo, entidades e sociedade civil para a 25ª Conferência do Clima (COP25) (Grandelle; Furlaneto, 2019).

Figura 3 - Evolução do orçamento autorizado e liquidado pelo MMA atualizado pelo IPCA (2000-2021)



Fonte: Werneck *et al.* (2021).

Em concordância com as narrativas negacionistas, o governo brasileiro enviou representantes para participar da 13ª Conferência Internacional sobre Mudança do Clima, em julho de 2019, no Trump International Hotel, nos Estados Unidos. O instituto responsável pelo evento, The Heartland, é conhecido por defender que o Estado não tome providências para combater a crise climática (Folha de S. Paulo, 2019).

Em consonância com essas ações, uma das estratégias do MMA foi mitigar os vínculos com ONGs socioambientais, ameaçando projetos relacionados ao combate à crise climática (Lindner, 2019). A partir disso, narrativas que levantam desconfiças sobre a atuação dessas ONGs passaram a se estabelecer de forma oficial no posicionamento do governo. Salles determinou uma limitação no acesso das ONGs ao Fundo Amazônia¹⁹ e

¹⁹ O fundo tem como objetivo a captação de doações para investimentos em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento na Amazônia Legal (Fundo Amazônia, s. d.)

acionou a Controladoria Geral da União (CGU) para investigar os contratos entre as ONGs e o Fundo (Bilenky, 2019). Com essas ações, Salles reforçou o discurso de que o Brasil sofre com a indústria das multas por crimes ambientais, enquanto as ONGs fariam parte desse esquema ao alimentar interesses escusos (Bilenky, 2019).

O presidente Bolsonaro também realizou, ao longo de seu mandato, diversas críticas contra ONGs e personalidades que abraçam o ativismo ambiental. O ator e ativista Leonardo DiCaprio, por exemplo, chegou a ser acusado por Bolsonaro de financiar incêndios na Amazônia (Uribe, 2019), enquanto a ativista Greta Thunberg foi chamada de “pirralha” por Bolsonaro após uma fala em que ela apoiou os indígenas brasileiros (Mazui, 2019). Na ocasião da COP25, o Brasil ganhou o prêmio irônico “Fóssil do Dia” por ter culpado a sociedade civil pela destruição do meio ambiente (G1, 2019).

Segundo Biller e Savarese (2020) esse discurso se repetiu na 75ª Assembleia Geral das Nações Unidas, em setembro de 2020, onde Bolsonaro culpou indígenas e ribeirinhos pelos recordes de incêndios florestais sob seu governo. Além disso, alegou que seu mandato estava sendo atacado por campanhas de desinformação a nível global, com o intuito de mostrar que o Brasil não cumpria requisitos de preservação ambiental (Biller; Savarese, 2020). Ainda no âmbito dos eventos globais, as metas do governo Bolsonaro para que o Brasil contribuísse com o equilíbrio climático foram consideradas aquém do esperado pelos organizadores da Cúpula do Clima de 2020 na ONU, o que fez com que o Brasil fosse excluído da lista de oradores (Chade, 2020).

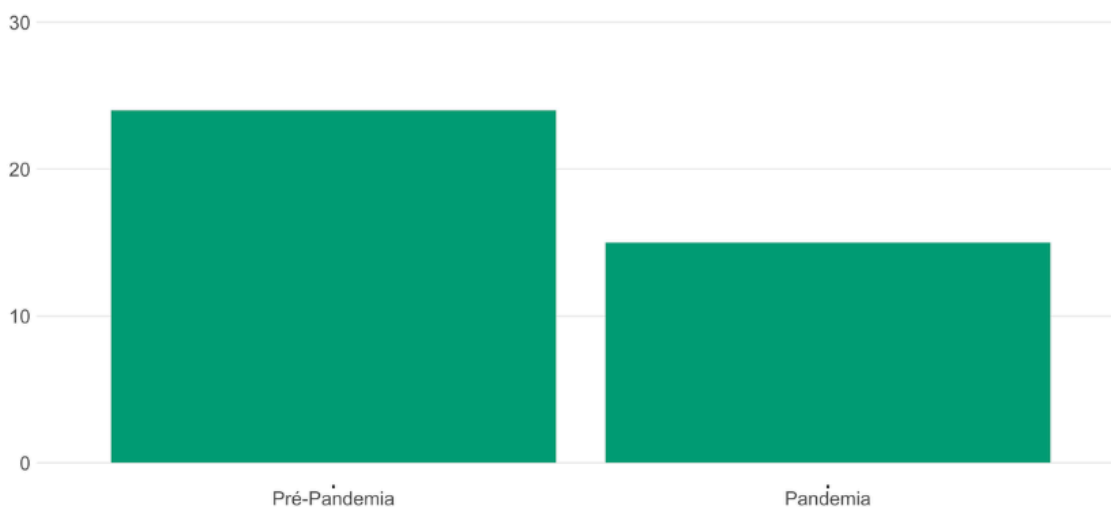
Após esse episódio, Bolsonaro criou o Conselho da Amazônia e uma Força Nacional Ambiental para atuar e refletir sobre as problemáticas de destruição do meio ambiente que permeiam a Amazônia (Mazui, 2020). Figuras internacionais, como o então presidente recém-eleito nos Estados Unidos, Joe Biden, chegaram a abordar a preservação da Floresta Amazônica e a criticar a política ambiental bolsonarista (Americas Quartely, 2020).

Em 2020, a pandemia da covid-19 eclodiu no Brasil a partir do mês de março. Diante do cenário emergencial, o governo federal aproveitou para flexibilizar a legislação ambiental e beneficiar setores de interesse, como o agronegócio (Grigori, 2020) e mineração (Pontes, 2020). Tais ações ocorreram em concordância com a declaração que o ministro Ricardo Salles realizou em uma reunião ministerial, ao afirmar que o momento da pandemia era ideal para “passar a boiada” nas leis ambientais, pois se tratava de um contexto onde a sociedade civil estaria preocupada em conter a doença e desviaria atenção das pautas sobre questões socioambientais (Brzezinski, 2021).

De acordo com Brzezinski (2021), o governo Bolsonaro buscou evitar a propagação de informações sobre a destruição ambiental e, para isso, o desmonte se tornou uma saída estratégica. Quando o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) divulgou os dados que confirmavam o aumento do desmatamento na Amazônia em 2019, com um recorde de 34% e com as taxas mais altas desde 2008, o instituto passou a receber ataques. Seu diretor na época, Ricardo Galvão, foi exonerado e o mesmo ocorreu em 2020 com a Coordenadora-Geral de Observação da Terra do INPE, Lúbia Vinhas (Brzezinski, 2021).

Percebe-se que o posicionamento do governo não é somente contrário à possibilidade de que decisões dentro da administração pública sejam adotadas em órgãos colegiados, o problema está no fato de que em órgãos colegiados pode haver participação de membros com “caráter ideológico”, de “linha” diversa daquela da autoridade, de “grupos políticos” que não são afiliados à autoridade empossada em 2019. Em suma, o que se quer é excluir a pluralidade e liberdade de pensamento (Brzezinski, 2021, p. 112).

Em meio a uma apreensão de madeira ilegal na Amazônia, o nome do ministro Ricardo Salles surgiu como suspeito por envolvimento no esquema criminoso (Vivas; Falcão, 2021). Em seguida, Salles demitiu-se do ministério e Joaquim Leite assumiu seu lugar. Assim como Salles, Leite foi considerado um aliado da bancada ruralista (G1, 2021). Em 2023, o ex-ministro Salles tornou-se réu do caso (Jordão, 2023). Em continuidade com as ações da gestão de Salles, destacam-se mais medidas que buscaram flexibilizar a legislação ambiental. Segundo Evangelista-Vale *et al.* (2021) foram registrados 57 atos legislativos voltados para modificações na regulamentação de proteção ao meio ambiente. Quase metade deles (49%) ocorreram após a pandemia e atingiram um pico em setembro de 2020. Barbosa, Zalis e Feres Júnior (2021) apresentam a redução de decretos ambientais durante a pandemia em comparação com o período pré-pandêmico (Figura 4). A pesquisa concluiu que o cenário de poucos decretos era esperado, tendo em vista os esforços concentrados na emergência da saúde pública, em conjunto com um número menor de ações de ativismo ambiental.

Figura 4 - Decretos sobre meio ambiente antes e durante a pandemia da covid-19

Fonte: Barbosa; Zalis; Feres Júnior (2021).

No entanto, em uma análise qualitativa, o volume de decretos do governo Bolsonaro se destacam por visar especialmente as atividades econômicas e a militarização na gestão da Amazônia Legal (Barbosa; Zalis; Feres Júnior, 2021). Para Fonseca *et al.* (2023), o desmonte ambiental não necessariamente passa por mudanças de leis ou atos normativos, podendo ocorrer via decretos, portarias, instruções normativas e outros atos vindos do governo federal.

Às vésperas de mais um evento internacional, a COP26, o Senado alterou a Política Nacional de Mudança do Clima (PNMC), reduzindo o papel do Brasil na mitigação da crise climática (Pinheiro; Gonçalves; Pereira, 2021), em consonância com o discurso do governo bolsonarista. Na ocasião da COP, a delegação do governo brasileiro não contou com representantes indígenas, de ONGs socioambientais, pesquisadores, ativistas e movimentos sociais. Além disso, o presidente também não compareceu ao evento (Amaral, 2021).

No ano seguinte, após vencer as eleições, Lula foi à COP27 e prometeu que tornará o Brasil um protagonista no combate à crise climática (Coletta; Chaib, 2022). Em meio às declarações de Lula, as Estimativas de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SEEG) do Observatório do Clima (2023) mostraram que, em 2021, o país emitiu 2,42 bilhões de toneladas brutas de gás carbônico. De acordo com o relatório, o maior responsável por essa subida no número de emissões foi o desmatamento na Amazônia.

Para encerrar o legado bolsonarista na manutenção do clima, Gatti *et al.* (2023) apresentou dados de 2010 a 2021 sobre a emissão de CO₂ na Amazônia. A pesquisa aponta que o efeito do governo Bolsonaro alcançou um impacto semelhante ao fenômeno El Niño

devido aos recordes de emissões durante seu mandato. Os dados reforçam as preocupações a nível nacional e mundial sobre a flexibilização das políticas ambientais e o enfraquecimento de órgãos de fiscalização durante o governo bolsonarista, consolidando o tema ambiental como primordial nas discussões do período eleitoral, que visavam estratégias futuras.

4.1.2 O debate ambiental e climático no período eleitoral

O debate político entre Lula e Jair Bolsonaro marcou as eleições de 2022, com uma pauta socioambiental que evidenciava os diferentes posicionamentos de cada lado. Enquanto Lula representou um lado mais progressista e alinhado aos setores de esquerda do Brasil, Bolsonaro alinhava-se aos interesses neoliberais (Bortone, 2018). Essa divergência foi observada dentro das propostas que constavam em seus planos de governo.

No caso do plano de governo de Bolsonaro para o quadriênio 2023-2026, envolvia a defesa da atividade minerária como caminho para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil através de uma suposta proteção do seu patrimônio ambiental. Além disso, também abrangia o comprometimento em expandir o saneamento básico, a segurança alimentar por meio de investimentos na agricultura familiar e a segurança no campo (Bolsonaro, 2022).

Em uma seção voltada para a sustentabilidade ambiental, seu plano defende o uso de tecnologias que geram energia limpa. Também fala sobre o desenvolvimento de uma “indústria verde”, com fomento ao mercado de créditos de carbono. Com relação às soluções climáticas, elas são citadas apenas como um complemento desenvolvimentista dentro das metas do setor agrícola e agropecuário.

Nos temas de meio ambiente, mudança do clima e segurança alimentar, o Brasil tem a condição singular de ser ao mesmo tempo um dos maiores produtores agrícolas do mundo, responsável pela segurança alimentar de 1 bilhão de pessoas, o detentor da maior cobertura florestal nativa, submetida a uma rigorosa legislação de preservação, e dono de um mix energético dentre os mais limpos no mundo, superior ao de quase todas as nações avançadas (Bolsonaro, 2022, p. 45).

Ao abordar questões agrárias, o plano de governo bolsonarista também enaltece a conquista no aumento das emissões de titulações durante seu mandato (Ghiraldelli, 2022). Nesse sentido, o plano se compromete a gerar mais desenvolvimento social e econômico para famílias do campo, focando em assentados que não obtiveram seus títulos e objetivando diminuir as “invasões” de propriedades.

O plano ainda sugere união de interesses que envolvam três frentes: desenvolvimento econômico, exploração dos recursos naturais e proteção ambiental. Dessa forma, defendeu que comunidades locais deveriam ter a liberdade de utilizar os recursos

naturais disponíveis em seus territórios, embasando o texto da Constituição que prevê que todos têm direito ao meio ambiente como bem de uso comum do cidadão.

Nesse sentido é que se entende que o governo deve propiciar a todos, incluindo indígenas, quilombolas, ribeirinhos e outros, a LIBERDADE de uso responsável dos recursos naturais que cada indivíduo ou coletividade dispõe legalmente no sentido de que exista, de fato, um crescimento ordenado, equilibrando proteção ambiental com crescimento econômico justo e sustentável para todos e benefícios sociais, possibilitado pela educação, pela capacitação, pela orientação técnica, pelo empreendedorismo e pelo fomento, de acordo com as peculiaridades regionais e culturais, mitigando a desigualdade socioeconômica entre as regiões e os cidadãos brasileiros (Bolsonaro, 2022, p. 10).

Nesse contexto, o plano defende também o etnoturismo, uma modalidade de turismo em que os visitantes conhecem de perto a vida de determinados povos, muito comum em comunidades indígenas (Morales González, 2008). Nesse sentido, o plano fala sobre o incentivo às atividades comerciais e extrativistas em territórios demarcados, dentro dos parâmetros da sustentabilidade e do manejo florestal, além de atividades como pecuária, pesca, mineração e a realização de projetos de infraestrutura. Segundo Bolsonaro (2022), essas ações objetivam oferecer maior qualidade de vida às comunidades tradicionais.

A defesa da soberania nacional aparece no plano diretamente ligada às questões ambientais. “A Amazônia brasileira é um patrimônio da Nação brasileira. A soberania brasileira é inquestionável e inegociável” (Bolsonaro, 2022, p. 41). Bolsonaro (2022) também defendeu o fomento às exportações, reforçando que tal investimento isentaria o meio ambiente de impactos negativos. Além disso, também reforçou que a produção de fertilizantes nacionais seria uma das prioridades na inovação agrícola em seu governo, desvinculando o Brasil da dependência da importação desses produtos.

Em relação ao uso de água e tratamento de resíduos sólidos, o plano reforça que continuará investido no Marco Regulatório do Saneamento Básico, criado pelo governo em 2020 e que “estimulou a livre concorrência, a competitividade, a eficiência e a sustentabilidade econômica na prestação dos serviços e incentivou a adoção de métodos, técnicas e processos adequados às peculiaridades locais e regionais” (Bolsonaro, 2022, p. 29). Também enaltece as ações de seu governo em prol da conclusão da transposição do Rio São Francisco, considerada uma das maiores obras de infraestrutura hídrica do Brasil, que tem como objetivo levar água à população do sertão nordestino. No entanto, apesar de ter concluído alguns trechos, o governo Bolsonaro não realizou a entrega total da obra (Projeto Comprova, 2023).

As estratégias de combate às queimadas, desmatamentos e outros crimes ambientais na Floresta Amazônica passam por uma proposta de ampliação da militarização da Amazônia de acordo com o plano de Bolsonaro (2022). As propostas envolvem principalmente a implementação de operações militares junto a adoção de tecnologias que possam fornecer dados que auxiliem no trabalho das forças armadas.

No que tange às questões socioambientais, o plano do governo Lula opõe-se a ideais que ele classifica como neoliberais, referindo-se às políticas do governo Bolsonaro (da Silva, 2022). No entanto, ele propõe ideias que remetem à noção de desenvolvimento sustentável, o que mostra interseções com o plano bolsonarista, visando unir interesses econômicos de setores como o energético e do agronegócio às ações de preservação ambiental. Isso inclui a apresentação da Amazônia como um elemento central nos investimentos industriais e comerciais.

Elevar a competitividade brasileira será uma prioridade do novo governo, que construirá medidas efetivas de desburocratização, de redução do custo do capital, de ampliação dos acordos comerciais internacionais relevantes ao desenvolvimento brasileiro, de avanço na digitalização, de investimentos na inovação, pesquisa científica e tecnológica, defesa do meio ambiente e aproveitamento industrial e comercial de nossos diferenciais competitivos como, por exemplo, a biodiversidade da Amazônia (da Silva, 2022, p. 12).

Ao mesmo tempo, o plano se compromete a combater o uso predatório dos recursos naturais, e, apesar de ter como meta o estímulo às atividades econômicas, defende que apenas aquelas com menor impacto ambiental negativo devem receber incentivo. Para isso, ele propõe o fortalecimento do papel do Estado nesse quesito, alegando que elas foram desrespeitadas durante a gestão bolsonarista. Ainda dentro do meio agrário, o plano de Lula enfatiza a necessidade de valorizar a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) para que ela desenvolva o potencial agrícola do país, garantindo avanços tecnológicos e sustentabilidade ambiental dos pequenos e grandes produtores (da Silva, 2022).

Nesse contexto, o projeto de Lula (da Silva 2022) ressalta que essas ações que fortalecem a produção de alimentos fazem parte de um planejamento maior, que envolve o combate à fome no Brasil, além de promoverem a boa imagem do país no exterior por meio da adoção de técnicas mais sustentáveis. Além disso, o plano reforça a importância de uma justa distribuição de terras, com foco no andamento da reforma agrária.

Estamos comprometidos com a soberania alimentar, por meio de um novo modelo de ocupação e uso da terra urbana e rural, com reforma agrária e agroecológica, com a construção de sistemas alimentares sustentáveis, incluindo a produção e consumo de alimentos saudáveis. Daremos apoio à

pequena e média propriedade agrícola, em especial à agricultura familiar. Políticas de compras públicas podem servir de incentivo à produção de alimentos saudáveis e de qualidade – que têm tido sua área plantada reduzida nos últimos anos por falta de apoio do Estado –, e de estímulo à ampliação das relações diretas dos pequenos produtores e consumidores no entorno das cidades (da Silva, 2022, p. 12-13).

A mineração é outro setor que recebe atenção no plano, que defende o seu incentivo por meio da ampliação de encadeamentos industriais por todo o país. Ao mesmo tempo em que apoia a atividade exploratória, o plano também reforça que ela precisa cumprir a legislação ambiental, que visa o baixo impacto contra o meio ambiente e o respeito às comunidades locais. Também destaca que a regulação em torno da mineração precisa ser aprimorada, à medida em que se compromete a combater a prática ilegal da exploração de minérios.

Apesar de se comprometer com a garantia de direitos às comunidades tradicionais, em especial àquelas ameaçadas por milícias, madeireiros, grileiros e garimpeiros na Amazônia Legal, não há um detalhamento de quais medidas serão tomadas para a proteção da floresta, nem para o combate ao desmatamento e às queimadas em todo o Brasil. Já no que diz respeito às políticas públicas sobre segurança hídrica, Lula propõe uma melhoria progressiva da qualidade da água, o que inclui a conscientização sobre seu uso racional e a integração dessas ações ao desenvolvimento sustentável. O plano ressalta a necessidade de empresas estatais continuarem prestando serviços de saneamento básico no país, repudiando processos de privatização.

Apesar das divergências de lados políticos dos dois candidatos, no que diz respeito às questões socioambientais, os planos de governo aproximam-se na iniciativa de promover diálogos e investimento em setores como o energético e o agronegócio. Ambos apelam para a ideia de que esses setores são agentes na promoção de um suposto desenvolvimento sustentável. Além disso, é possível observar que, ao contrário do plano do governo Bolsonaro, o plano de Lula não detalha a trajetória necessária para alcançar as metas ambientais apresentadas.

Considerando as posturas de ambos os candidatos em participações em debates e sabatinas no que diz respeito à pauta ambiental, Bolsonaro se posicionou a favor da Medida Provisória 910/2019, que ficou conhecida como MP da Grilagem por críticos que apontaram que ela poderia ampliar a grilagem e aumentar a depredação ambiental (Pinto, 2022). Além disso, também minimizou as queimadas na Amazônia e no Pantanal, disseminando teorias

conspiratórias de que indígenas poderiam ser os responsáveis pela destruição devido a um suposto mau uso das terras (Neves, 2022).

Em resposta a questionamentos sobre o desmonte de órgãos ambientais, Bolsonaro adotou uma postura crítica contra essas instituições, alegando que possuem atitudes rígidas contra os agricultores. Dessa forma, também se posicionou a favor do agronegócio, comprometendo-se a auxiliar ainda mais o setor no caso de um segundo mandato (Medeiros, 2022). Rebatendo as críticas, o então presidente também disseminou ideias de que as críticas contra suas políticas ambientais eram fomentadas por países estrangeiros, que supostamente possuíam interesses escusos na Amazônia (Pinto, 2022).

Ao abordar em específico o caso da Floresta Amazônica, Bolsonaro alegou que, durante sua gestão, alcançou 84% da preservação do bioma (Belic *et al.*, 2022). No entanto, dados do INPE mostram que, em sua gestão, o desmatamento atingiu 31 mil km², chegando a um recorde em 2022, com um aumento de 150% em comparação com os quatro anos anteriores (Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, 2022).

Ao contrário de Bolsonaro, Lula enfrentou a oposição ao agronegócio à sua candidatura. Em determinadas sabatinas, Lula adotou uma postura contrária a algumas parcelas do setor (Prizibiszki, 2022), chegando a chamá-las de fascistas. Ele alegou alinhamento entre o agronegócio e as políticas de direita de Bolsonaro, criticando a flexibilização de leis ambientais que ocorreram no governo do então presidente. No entanto, Lula enfatizou que apoiava os agricultores que buscavam produzir com sustentabilidade (Prizibiszki, 2022).

Lula também afirmou que, caso eleito, integraria os movimentos de luta por terra ao governo, estimulando a ideia de uma convivência pacífica no campo, em que diversos modelos de produção podem coexistir com o apoio do Estado (Prizibiszki, 2022). No entanto, em outras ocasiões, Lula adotou um discurso mais brando e passou a garantir resultados que buscassem fortalecer o cenário da produção rural por meio de parcerias com a China, ressaltando a importância de investir em exportação (Gulart; Roxo, 2022).

Para isso, Lula prometeu estabelecer um diálogo aberto com a bancada ruralista do Congresso Nacional. Porém, manteve suas ressalvas com relação à necessidade de respeitar a legislação ambiental. Enquanto isso, seu vice, Geraldo Alckmin (PSB), que possui um histórico político no campo liberal, intensificou contatos com representantes de entidades agrícolas e realizou visitas a estados-chave para dialogar com produtores e demonstrar abertura do futuro governo (Falcão, 2022).

Nos debates do primeiro e segundo turnos, os presidenciáveis falaram sobre questões socioambientais. Lula aproveitou as ocasiões para lembrar feitos dos seus dois primeiros mandatos, quando a Amazônia apresentou queda no desmatamento (BBC, 2022). Com esses argumentos, o candidato se comprometeu com o combate ao desmatamento ilegal em todos os biomas, com a implementação da transição energética e da agricultura de baixa emissão de carbono e com o alcance das metas climáticas globais, buscando manter uma boa relação entre o Brasil e outros países. Ainda ressaltou a necessidade de criar um ministério voltado para os povos indígenas (G1, 2022).

Bolsonaro também reconheceu a necessidade de combater a destruição ambiental, mas pôs em dúvida os dados sobre o aumento do desmatamento no Brasil durante seu governo. Além disso, posicionou-se contra a ampliação de demarcações de terras, alegando que poderia ser prejudicial ao desenvolvimento do país (Valor, 2022). Aproveitou para reforçar seu apoio ao agronegócio, garantindo que em um segundo mandato ofereceria ainda mais liberdade para os produtores rurais. E, assim como Lula, propôs maiores investimentos em energia renovável (G1, 2022).

Os debates foram marcados por provocações entre os dois candidatos. Em algumas ocasiões, Lula criticou Bolsonaro alegando que em seu governo houve uma política de desmonte de órgãos ambientais e de desmatamento dos biomas brasileiros (G1, 2022). Bolsonaro, por sua vez, acusou Lula de desejar entregar parte da riqueza da Floresta Amazônica a governos estrangeiros sob o pretexto de cumprir metas climáticas (Ribeiro; Lima, 2022).

Ao fim do período eleitoral, Lula foi eleito presidente em 2022. Para entender o atual momento e as perspectivas futuras da pesquisa, é necessário compreender de que forma o cenário do meio ambiente no Brasil se consolidou após as eleições. Em uma de suas primeiras medidas após assumir a presidência, Lula cumpriu com sua promessa de criar um Ministério dos Povos Indígenas, comandado pela liderança indígena Sonia Guajajara. Além disso, também nomeou sua antiga ministra Marina Silva para assumir a pasta de Meio Ambiente (MMA, 2023).

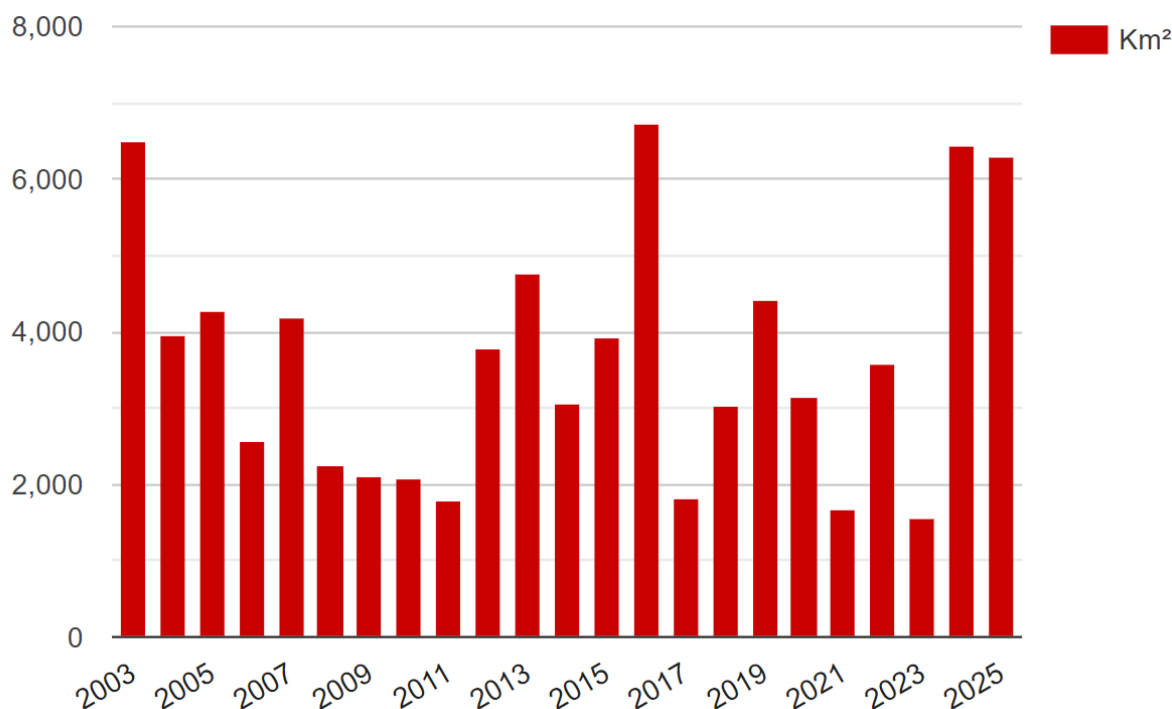
Entretanto, em seus dois primeiros anos de mandato, 2023 e 2024, o governo Lula enfrentou várias controvérsias. Logo no início do governo, a crise de saúde pública no território dos indígenas ianomâmis eclodiu. De acordo com Basta (2023), a crise vinha se alastrando nos últimos governos. Porém, a partir da posse de Lula, o governo federal tomou atitudes imediatas de resgate e fornecimento de recursos para a proteção dos indígenas vítimas de violência e desnutrição. No entanto, as ações não foram suficientes para solucionar

a crise devido à ineficácia nas fiscalizações do território (G1, 2024) e a problemas com a transparência dos dados até o final de 2024 (Ministério da Saúde, 2024).

Outro ponto de conflito se encontra nos debates sobre determinados projetos de infraestrutura com impactos ambientais potencialmente negativos, como a Ferrovia que liga Mato Grosso ao Pará, a Ferrogrão, a estrada BR-319, e a exploração de Petróleo na Foz do Amazonas. Por um lado, os ministérios do Meio Ambiente e o dos Povos Indígenas, além de órgãos ambientais como o Ibama, posicionam-se contra o andamento dessas obras alegando prejuízos à biodiversidade e aos modos de vida de comunidades tradicionais. Por outro, o Ministério dos Transportes e empresas como a Petrobrás apoiam a realização dos projetos em nome do desenvolvimento socioeconômico.

Além disso, servidores de órgãos ambientais, como Ibama e ICMBio, se manifestaram contra o governo Lula, exigindo reajuste salarial e criticando a falta de diálogo do governo (Spring, 2023). Isso refletiu em alguns dados negativos, como o número de queimadas, que aumentou em comparação com a gestão anterior e superou a série histórica. Dados do INPE (2024) mostram que, em 2024, o aumento das áreas queimadas em todos os biomas superou todos os anos do governo Bolsonaro (figura 5). Em contrapartida, os números de desmatamento diminuíram nesses dois primeiros anos (INPE, 2024). Nesse contexto, Lula vem estabelecendo diálogos junto a movimentos sociais de luta por terra, como o MST (Coelho, 2023). Também tem se dedicado a buscar uma proximidade com o setor do agronegócio, o que vem apresentando resistência por parte da oposição na figura da bancada ruralista do Congresso (Galastri, 2024).

Figura 5 - Distribuição de área queimada (km²) até janeiro de 2025 em cada ano na série histórica



Fonte: INPE (2025).

Levando todo o panorama apresentado no capítulo em consideração, é possível concluir que o Brasil possui uma política ambiental transpassada por desafios que envolvem a gestão de sua rica biodiversidade, problemas socioeconômicos, embates e interesses políticos e, mais recentemente, a desinformação, como destrinchado no capítulo 1. No contexto eleitoral, diversos dilemas foram observados no setor ambiental, como a flexibilização de leis e o enfraquecimento de órgãos. Em seguida, observa-se contradições internas no contexto pós-eleições, entre 2023 e 2024, com o governo Lula no poder. Esses cenários destacam a complexidade do campo para as pesquisas sobre questões socioambientais.

Além disso, as plataformas digitais desempenharam um papel central nesse cenário, funcionando tanto como espaços de mobilização e debate público quanto como veículos para a disseminação de desinformação. Durante o período eleitoral, redes sociais foram utilizadas para difundir narrativas polarizadas sobre políticas ambientais (Alves *et al.*, 2023). Esses fatores reforçam a complexidade do campo para as pesquisas sobre questões socioambientais, exigindo análises que considerem os impactos das tecnologias de informação e comunicação em torno dessa temática, como será abordado no capítulo a seguir.

5 TELEGRAM COMO AGENTE NO CENÁRIO DE DESORDEM INFORMACIONAL

O aplicativo de mensagens instantâneas, Telegram, foi lançado em 2013 e criado pelos irmãos russos Nikolai e Pavel Durov, os mesmos empresários que lançaram o VKontakte, uma plataforma de mídia social popular na Rússia. Sua API é aberta para desenvolvedores e possui código aberto (Rogers, 2020). O Telegram se divide em grupos e canais. Os primeiros podem ser públicos ou privados, com capacidade ilimitada de membros. Já os segundos servem para transmitir mensagens para grandes públicos e podem ter um número ilimitado de usuários inscritos (Telegram, 2022).

O aplicativo alcançou 900 milhões de usuários no mundo inteiro (Shewale, 2024; Bianchi, 2024), enquanto no Brasil o aplicativo foi baixado por 21,9 milhões de usuários, colocando o país em quinto lugar no ranking de usuários do Telegram (Shewale, 2024). Além disso, a plataforma atingiu o pico de sua relevância global durante a pandemia da covid-19: entre 2020 e 2021, o Telegram surgiu por várias vezes como o aplicativo mais baixado em todo o mundo, considerando que está disponível em 155 países. Em 2022, entrou para o Top 5 de aplicativos mais baixados (Shewale, 2024).

Em meio a esse crescimento, em 2021, o aplicativo adotou sua ferramenta de anúncios, o Telegram Ads. Por meio dele, foi possível que pessoas jurídicas passassem a impulsionar conteúdo pago no ambiente do aplicativo (Curvelo, 2023). Os usuários podem ser alcançados por esse material enquanto interagem em grupos, canais ou mensagens diretas com outros usuários. Os anúncios podem ser veiculados em formato de texto, vídeo ou imagem. Uma particularidade, no entanto, é a restrição de links externos, impedindo que os usuários sejam redirecionados para um conteúdo fora do aplicativo. Os usuários só podem ser direcionados para o chat da empresa (Curvelo, 2023).

Os anunciantes podem definir critérios de segmentação, ou seja, definindo o público-alvo que deseja atingir, o que aumenta a efetividade do alcance. Isso inclui critérios com base em localização, interesses e comportamento online. Esses critérios são válidos não apenas para os usuários, mas para grupos e canais como um todo, considerando as características desses ambientes e de seus membros. Além disso, há a possibilidade de acessar as métricas de cada anúncio, visualizando dados de engajamento, perfil do público atingido, entre outras tendências (Medina, 2024).

Em termos financeiros, o valor mínimo de um anúncio é 3 mil euros, o que equivale a cerca de 18 mil reais no Brasil (PropellerAds, 2024). A partir de 2024, no caso de o

anunciante possuir um canal com mais de mil assinantes no aplicativo, o Telegram permite que ele retenha 50% da receita advinda dos anúncios. O anunciante tem a possibilidade de retirar o lucro ou reinvestir o valor (Telegram, 2024a). Já no que diz respeito ao financiamento, a plataforma adotou um modelo de monetização em 2022 com o lançamento da versão premium (Telegram, 2024b). Trata-se de uma assinatura paga que oferece recursos exclusivos aos usuários, como a possibilidade de enviar arquivos de até 4GB, acesso a emojis exclusivos, downloads mais rápidos e navegação sem anúncios em canais públicos.

Além disso, também permite a participação em até mil canais, o gerenciamento de quatro contas em um único aplicativo, a fixação de até 10 conversas na lista principal, entre outros benefícios. No que diz respeito ao uso dos lucros desses serviços, o Telegram (2024) afirma: “Esses fluxos de receita nos ajudam a pagar os custos de infraestrutura e os salários dos desenvolvedores; no entanto, obter lucros nunca será o objetivo final do Telegram”. Uma linha do tempo abordando a evolução do Telegram, com foco nas funcionalidades para os usuários, pode ser observada no quadro 7.

Quadro 7 - Linha do tempo do Telegram

Ano (2013-2024)	Acontecimentos
2013	<ul style="list-style-type: none"> ● Chats com criptografia de ponta a ponta; ● Timers de autodestruição de chats; ● Aplicações de código aberto; ● Documentação do protocolo e API do aplicativo.
2014	<ul style="list-style-type: none"> ● Envio de documentos em diversos formatos (pdf, png, doc, mp3, mp4, etc.); ● Telegram versão <i>web</i> (Telegram <i>Desktop</i>); ● Mensagens de voz; ● Chats secretos com possibilidade de apagar mensagens para todos os usuários; ● Listas de transmissão; ● Autodestruição de conta.
2015	<ul style="list-style-type: none"> ● Plataforma livre e aberta para ilustradores de <i>stickers</i>; ● Opção de bloquear aplicativo com senha; ● <i>Hashtags</i>; ● Compartilhamento de vários arquivos de uma só vez; ● Edição de vídeo e imagem; ● Links de convite para grupos; ● Verificação em duas etapas; ● Plataforma aberta para criação de <i>bots</i>; ● Criação de canais para transmissões ilimitadas; ● Função de administrador em grupos e canais; ● Grupos de até mil membros.
2016	<ul style="list-style-type: none"> ● <i>Bots inline</i> (<i>bots</i> integrados em qualquer chat).

	<ul style="list-style-type: none"> ● Edição de mensagens; ● Grupos públicos; ● Chats e mensagens fixados; ● Aumento da capacidade dos grupos para 5 mil membros; ● Ferramentas para criadores de jogos com uso de <i>bots</i>; ● Leitura rápida (carrega páginas da <i>web</i> dentro do aplicativo, sem redirecionamento).
2017	<ul style="list-style-type: none"> ● Apagar mensagens para todos; ● Links encurtados para o Telegram; ● Gmail <i>Bot</i>: Integração com o serviço de e-mail do Google; ● Chamadas de voz; ● Restrições para membros de grupos; ● Aumento da capacidade dos grupos para 10 mil membros; ● Mídias que desaparecem em chats secretos; ● Encaminhamento de mensagens em massa; ● Compartilhamento de localização; ● Mensagens salvas.
2018	<ul style="list-style-type: none"> ● Marca de 200 milhões de usuários ativos por mês; ● Substituição de mídias enviadas; ● Enquetes em grupos e canais.
2019	<ul style="list-style-type: none"> ● Aumento da capacidade dos grupos para 200 mil membros; ● Desfazer a exclusão de chats; ● Encaminhamento anônimo; ● Chats arquivados; ● Ocultar número de telefone; ● Grupos de conversas em canais; ● Visualização de canais públicos sem login; ● Adicionar contatos sem usar o número; ● Mensagens agendadas e lembretes.
2020	<ul style="list-style-type: none"> ● Marca de 400 milhões de usuários ativos; ● @VerifyBot (<i>bot</i> de checagem de fatos) e canal-diretório para ajudar a encontrar fontes oficiais de notícias sobre o coronavírus para cada país; ● Compatibilidade para várias contas de um mesmo usuário; ● Chamadas de vídeo; ● Comentários nos canais; ● Administradores anônimos; ● Chats de voz em grupos e canais.
2021	<ul style="list-style-type: none"> ● 100 milhões de novos usuários; ● Importar mensagens de outros aplicativos; ● Apagar chats, histórico de chamadas e grupos sem deixar rastros; ● Denúncia de canais e grupos; ● Expiração de links de convite para grupos e canais; ● Grupos com membros ilimitados; ● Ouvintes ilimitados em chats de voz; ● Chamadas de vídeo em grupo com até mil espectadores; ● Postagem anônima em grupos públicos; ● Restrições à quantidade de encaminhamentos de mensagem; ● Ocultamento de partes de uma mensagem;

	<ul style="list-style-type: none"> ● Telegram <i>ads</i>.
2022	<ul style="list-style-type: none"> ● Marca de 700 milhões de usuários ativos; ● Telegram Premium; ● Solicitações para participação em grupos públicos (restrição).
2023	<ul style="list-style-type: none"> ● Tradução de chats; ● Envio automatizado de links de convite para grupos e canais; ● <i>Stories</i>; ● Mídia de visualização única; ● Recomendação de canais similares; ● Transcrição de mensagens de voz; ● <i>Bots</i> com capacidade de reagir a mensagens, enviar respostas para outros chats, entre outras interações.
2024	<ul style="list-style-type: none"> ● Donos de canais podem ser recompensados com 50% dos anúncios do canal; ● Telegram Business; ● <i>Chatbots</i> para empresas; ● Busca global por <i>hashtags</i>; ● Anúncios subsidiados para criadores e desenvolvedores; ● Assinaturas de conteúdos pagos.

Fonte: Telegram (2024b).

Em meio a esse cenário de evolução nas funcionalidades do aplicativo, o Telegram possui um posicionamento explícito em que afirma priorizar a privacidade e a liberdade de expressão dos usuários. Em uma página de perguntas e respostas disponibilizada pela empresa, há um claro posicionamento sobre a missão do Telegram, que se baseia em fornecer um meio de comunicação seguro que funcione em todo o mundo (Telegram, s. d.). A empresa se compromete a remover conteúdos que violem direitos de propriedade intelectual ou veiculem pornografia, mas reforça que isso não se aplica à questões referentes ao que eles consideram liberdade de expressão.

Por exemplo, se criticar o governo for ilegal em algum país, o Telegram não fará parte dessa censura com motivação política. Isso vai contra os princípios dos nossos fundadores. Embora bloqueemos bots e canais terroristas (por exemplo, relacionados ao ISIS), não bloquearemos ninguém que expresse pacificamente opiniões alternativas (Telegram, s. d.).

O Telegram ainda garante que os usuários tenham suas conversas seguras graças à criptografia de ponta a ponta e à uma infraestrutura distribuída, que consiste em armazenar dados dos chats na nuvem em vários datacenters espalhados em todo o mundo e que são controlados por entidades legais. O texto afirma que só revelam os dados sob diversas ordens judiciais de diferentes jurisdições.

Graças a essa estrutura, podemos garantir que nenhum governo ou bloco de países com ideias semelhantes possa invadir a privacidade e a liberdade de expressão das pessoas. O Telegram pode ser forçado a revelar dados somente se um problema for grave e universal o suficiente para passar pelo escrutínio de vários sistemas legais diferentes ao redor do mundo.

Dessa forma, o Telegram sustenta sua posição firme contra qualquer tipo de controle que exceda o controle da própria empresa, o que a levou a se posicionar contra o PL 2630/2020 durante a campanha das big techs contra o projeto, como mencionado no capítulo 1. Peeters e Willaert (2022) afirmam que, por um lado, essa postura do Telegram o distancia de plataformas mais *mainstream*, como as da Meta ou o Twitter/X, devido ao que eles chamam de “fóruns subculturais”, que se refere à formação de comunidades de nicho, que podem abranger subculturas de entretenimento até movimentos políticos radicais e grupos conspiratórios. Por outro lado, os autores alertam que o Telegram também não deve ser visto como uma mídia social alternativa por não se posicionar contra os modelos das demais plataformas que dominam o mercado. “Esta posição ambígua pode explicar a ampla adoção do Telegram, bem como seu status como um refúgio relativamente seguro para comunidades deplataformadas em outros lugares”²⁰ (Peeters; Willaert, 2022, n. p.).

Como um exemplo dessa postura, em uma mensagem de texto enviada por meio de chat a todos os usuários brasileiros, o Telegram se posicionou contra o PL o tratando como “PL das Fake News”. O texto alegava que o projeto poderia dar ao governo poderes de censura sem que houvesse supervisão judicial, alegando que isso “mataria a internet moderna” (Castro, 2023a). A mensagem também fez um apelo para que os usuários pedissem aos parlamentares para que votassem contra o PL. Em seguida, por determinação do ministro do STF, Alexandre de Moraes, o Telegram retirou a mensagem e precisou enviar outra obrigatoriamente, acusando a si próprio de disseminar desinformação ao distorcer os debates em torno do PL (Castro, 2023b).

Como resultado dessas políticas de segurança, privacidade e liberdade de expressão, o Telegram foi apontado como um aplicativo cuja transparência dos dados no Brasil foi classificada como precária, de acordo com um relatório do NetLab (2024). Sua API, apesar de ser disponibilizada gratuitamente e de não oferecer restrições de extração, o aplicativo também impõe diversas limitações de acesso a dados públicos: não possui interface de coleta de dados, suas documentações são pouco detalhadas e não há publicações de relatórios periódicos de transparência no Brasil.

²⁰ “This ambiguous position might account for Telegram’s wide adoption, as well as its status as a relatively safe haven for communities deplatformed elsewhere” (Peeters; Willaert, 2022, n. p., texto original).

Tais posicionamentos, ações e políticas levantam questionamentos sobre os desafios e riscos que acompanham essa política, especialmente no que diz respeito ao uso da plataforma por grupos extremistas e à disseminação de discursos de ódio. A descentralização e a criptografia avançada que tornam o Telegram um ambiente seguro para seus usuários também criam brechas para a proliferação de conteúdos radicais.

5.1 Radicalização no Telegram

Conforme Walther e McCoy (2021), as mídias sociais alternativas têm o potencial de reproduzir discurso de ódio, extremista e violento, com a consequente construção de comunidades virtuais quase impenetráveis. Como mencionado anteriormente, os fundadores do Telegram afirmam que a liberdade de expressão é uma das prioridades do aplicativo (Telegram, n. p.), o que o levou a fazer parte de diversas polêmicas. O estado russo chegou a proibir o aplicativo em seu território, acusando seus empresários de permitirem a presença de terroristas no aplicativo devido à ausência de criptografia (Rogers, 2020).

O emprego da comunicação em redes fechadas que caracteriza os chat apps, além de fornecer aos agentes de desinformação uma arquitetura que favorece a amplificação de desinformação, também faz com que eles contem com a vantagem da dificuldade de auditabilidade de tal conteúdo pela sociedade (Muniz *et al.*, 2023, p. 6-7).

Em agosto de 2024, ao desembarcar em Paris, o CEO do Telegram Pavel Durov foi preso pela polícia francesa acusado de cumplicidade na distribuição de conteúdos referentes a abuso sexual infantil e tráfico de drogas que circularam no Telegram. Em seguida, o CEO foi liberado após o pagamento de uma fiança de 5 milhões de euros sob a condição de não deixar a França (Olivieri, 2024). As alegações que corroboraram a prisão incluíam a acusação de que Durov se recusava a colaborar com investigações sobre os conteúdos criminosos (G1, 2024). Diante dessa situação, o Telegram se posicionou oficialmente, afirmando estar em conformidade com as normas europeias que regem o ambiente digital. Durov também se pronunciou afirmando que a prisão foi um erro de abordagem e que não deveria ser responsabilizado pelo comportamento dos usuários de seu aplicativo (Olivieri, 2024).

Focando no contexto do presente trabalho, o período eleitoral de 2022, o Telegram assumiu a responsabilidade de combater a desinformação sobre as eleições perante o Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Foi a primeira vez que a plataforma atuou no monitoramento de conteúdos publicados pelos usuários, adotando uma função que sinaliza informações falsas e um canal para o recebimento de denúncias (TSE, 2022). Apesar disso, a empresa acumula problemas com a justiça. Em março de 2022, o Supremo Tribunal Federal (STF) “determinou

que o aplicativo fosse tirado do ar porque a empresa não havia tomado providências para combater desinformação e divulgação de notícias falsas de conteúdo político” (BBC, 2023).

Além disso, o discurso de ódio disseminado no Telegram também tornou-se uma pauta durante o período eleitoral. Às vésperas do segundo turno, o TSE determinou a remoção de grupos no aplicativo por estarem propagando mensagens preconceituosas e intimidatórias, além de fazerem apologia ao crime dentro do contexto político-eleitoral (D'Agostino, 2022). Entretanto, esses acontecimentos não são isolados. Em 2018, o Telegram foi alvo de notificações da Justiça Eleitoral devido a propagação de desinformação em seus grupos e canais. Outros onze países também notificaram e/ou determinaram o bloqueio do aplicativo pelo mesmo motivo (Couto, 2022).

Para Walther e McCoy (2021), os canais e grupos no Telegram têm a capacidade de espalhar informações para milhares de usuários, o que conseqüentemente também aumenta a disseminação de desinformação, negacionismo e conspirações. Os autores também apontam que isso ocorre devido à crescente desconfiança do público em relação aos meios de comunicação tradicionais, o que leva às comunidades virtuais a criarem seu próprio sentido de legitimidade. A partir desse fenômeno, surgem as câmaras de eco (Jamieson; Capella, 2008), termo que define essa formação de grupos fechados que compartilham das mesmas ideias e, ao mesmo tempo, excluem quem pensa diferente. Para Jamieson e Capella (2008) um dos resultados das câmaras de eco é a polarização.

Nesse contexto, Recuero (2017, p. 2) afirmam que “o silenciamento do contraditório pode ter efeitos no posicionamento político e nas próprias instituições democráticas. Esses elementos são particularmente importantes em contextos políticos de crise, como o do Brasil atualmente”. Assim, apesar de o Telegram assumir uma roupagem em defesa da liberdade de expressão, os “filtros sociais” (Recuero, 2017), em conjunto com os algoritmos, podem dificultar o acesso a informações variadas e de qualidade. Segundo Zuboff (2021), a recusa por se adequar a regulamentações estatais sob o argumento de proteção da liberdade de expressão, na verdade é apenas uma forma de as empresas de tecnologia tentarem impedir qualquer interferência externa em suas coletas de dados.

Levando em consideração a bandeira da liberdade de expressão e todos os atritos com a Justiça e governos, o Telegram também se tornou um ambiente atrativo para usuários que desejam realizar quaisquer práticas de forma confidencial, mantendo o maior controle possível sobre as informações que trocam no aplicativo (Rogers, 2020). Isso é ainda mais latente devido à sua gama de *affordances*. Retomando o conceito, segundo Vilaça e D'Andréa (2021), as *affordances* não são definidas pelas especificidades materiais das plataformas. Elas

são, na verdade, as relações estabelecidas entre usuário e as materialidades que estão disponíveis. Para os autores, a possibilidade de não ter sua identidade revelada, o que ocorre no Telegram por meio de mensagens anônimas, incentiva a disseminação de diversos tipos de expressão, o que inclui discursos de ódio, conspirações e desinformação.

Em outra pesquisa sobre o Telegram, que analisa perfis narrativos em grupos públicos, Willaert (2023) trabalha com a ideia de *affordances* do aplicativo para mostrar que existem três *affordances* específicas que correspondem à interação social e às formas de construção de texto nos grupos analisados. A primeira tem a ver com os fluxos cronológicos dentro dos grupos, pois as mensagens organizam-se em uma sequência linear e os conteúdos mais antigos tendem a perder relevância. A segunda refere-se à possibilidade encaminhar mensagens, o que permite com que diferentes grupos e canais se conectem com base nos interesses semelhantes de seus membros. Isso permite a criação de comunidades interconectadas. Nesse caso, destacam-se as chamadas “correntes”, longas mensagens que aparentemente possuem informações de interesse coletivo e costumam ser compartilhadas massivamente em diversos grupos e canais.

Por fim, Willaert (2023) destaca que a terceira *affordance* está ligada à governança do Telegram, que se destaca por ter uma moderação mais flexível e, assim, permite que diversas comunidades que disseminam conteúdos nocivos, e que ficariam de fora de outras plataformas com moderações mais rígidas, proliferem no aplicativo. Como exemplo disso no Telegram, Rogers (2020) aponta as tendências de migração de personalidades famosas para o aplicativo após terem sofrido banimento em outras plataformas por violarem as políticas. O Telegram se tornou, assim, uma alternativa de fuga. Soma-se a isso, a facilidade de criar uma conta no aplicativo:

Entrar no Telegram é fácil. O único requisito do Telegram, para se cadastrar, é ter um número de celular e verificar esse número após o cadastro por meio de uma etapa de verificação por mensagem de texto. Em alguns casos, alguns telefones proxy da Internet (contas de telefone criadas na Internet) também funcionam, omitindo a exigência de um número de telefone celular, desde que o sistema Telegram não reconheça o número fornecido como um número proxy da Internet. O Telegram, portanto, requer apenas um número de telefone celular para verificar o usuário e uma vez verificado o usuário, o usuário não precisa manter o número de telefone, permitindo que os usuários usem um número uma vez para verificar uma conta sem a necessidade de manter esse número (Yayla; Speckhard, 2017, p. 5).²¹

²¹ The only requirement on the side of Telegram, to sign up, is having a cell phone number and verifying that number after the registration through a text message verification step. In some cases, some Internet proxy phones (phone accounts created over the Internet) work as well, omitting the requirement of a cell phone number as long as the Telegram system does not recognize the number provided as a proxy Internet number. Telegram, therefore, only requires a cell phone number to verify the user and once a user is verified, the user does not need

O Counter-Extremism Project (2024) concluiu que há uma presença massiva, em níveis globais, da extrema direita no Telegram. Grupos de supremacistas brancos e neonazistas passaram a utilizar o aplicativo para disseminar suas ideias, recrutar membros e buscar financiamento. Dadas essas circunstâncias, o aplicativo tornou-se terreno fértil para a disseminação de ideias extremistas e consequentes conteúdos de desinformação, discurso de ódio, negacionismo e teorias da conspiração.

Nascimento *et al.* (2021) afirmam que uma das estratégias do ecossistema digital bolsonarista é justamente a comunicação direcionada a aplicativos como o Telegram, que possui a capacidade de gerar uma proximidade intimista entre um líder e seu povo. Além disso, os autores abordam uma particularidade do Telegram: a alta incidência de links nas mensagens, que levam a sites hiper partidários e voltados a alimentar o ecossistema digital da extrema direita em apoio a Bolsonaro. O aplicativo apontaria um grau de “produção ou disseminação concentrada em poucos usuários que, automatizados ou não, podem sugerir algum grau de orquestração ou profissionalização” (Nascimento *et al.*, 2021, p. 204). Essa condição transmite a ideia de informações que são compartilhadas sem critérios de confiabilidade, relegando o compartilhamento no Telegram apenas ao caminho da concordância com determinado posicionamento político.

Dessa maneira, a verdade científica, assim como outros fatos relevantes para a política nacional, encontra-se sob ameaça (Nascimento *et al.*, 2021). Por meio de um mapeamento de grupos de extrema direita brasileiros no Telegram, mesclando análise computacional de dados com análises sócio-antropológicas, Nascimento *et al.* (2022) detectaram a presença de públicos refratários dentro de tais grupos. Esses públicos refratários, segundo os autores, são formados a partir de uma lógica de contraposição ou resistência aos modelos mainstream de interação e consumo nas plataformas digitais.

Em outra pesquisa, Cesarino (2021) analisou grupos de apoio a Bolsonaro em no Telegram e identificou algumas estratégias cognitivas baseadas na desconfiança em instituições como a ciência, a imprensa e o Estado. Uma delas é a experiência imediata, expressa na ideia de “ver para crer”, que considera apenas a percepção sensorial direta como uma validação de que determinado fato é real. A segunda estratégia cognitiva refere-se aos nexos causais ocultos que está inserida na disseminação de narrativas conspiratórias e alarmistas. Isso faz com que os usuários justifiquem lacunas com uma suposta atuação

to maintain the phone number, enabling users to use a number once to verify an account without the necessity to keep that number (Yayla; Speckhard, 2017, p. 5, texto original).

secreta de inimigos invisíveis, como as ONGs e governos estrangeiros, que estariam buscando retirar as riquezas do Brasil.

Por fim, a terceira estratégia identificada foi o pertencimento identitário, que se constrói através da visão polarizada do "nós contra eles". Essa simplificação da realidade, de acordo com Cesarino (2021) é uma forma de fortalecer o populismo digital bolsonarista, criando uma sensação de que é necessário reunir forças para proteger um líder, que neste caso seria Jair Bolsonaro. Em linhas gerais, o Telegram, o bolsonarismo e o negacionismo científico possuem uma conexão arraigada em uma agenda política que utiliza a desordem informacional como norte para pôr em práticas estratégias de manipulação de grupos de extrema direita.

Ao considerar os canais de comunicação oficiais dos líderes políticos no aplicativo, Jair Bolsonaro aparece no topo da lista (Figura 6). Monari (2021) se debruçou sobre o canal do ex-presidente durante a pandemia da covid-19 buscando compreender como o governo Bolsonaro utilizou o canal como forma de disseminar informações sobre a pandemia. Em sua investigação, a autora detectou indícios de desinformação referentes à vacina e tentativas de polarização, questionando a oposição pró-vacina, a atuação de institutos que realizaram pesquisas sobre o tema e dos órgãos regulatórios da saúde.

Figura 6 - Canais de líderes políticos com maior número de inscritos em todo o mundo

Líderes	Número de Assinantes
Jair M. Bolsonaro (Presidente do Brasil)	1,000,000
Recep Tayyip Erdoğan (Presidente da Turquia)	277,300
Shavkat Mirziyoyev (Presidente do Uzbequistão)	181,100
Andrés Manuel López Obrador (Presidente do México)	136,000
Abiy Ahmed Ali (primeiro-ministro da Etiópia)	137,400
Volodymyr Zelensky (Presidente da Ucrânia)	51,700
Lee Hsien Loong (Primeiro-Ministro de Singapura)	19,600

Fonte: Shewale (2024).

Ao realizar um estudo sobre comunidades antivacina no Telegram em grupos brasileiros, Maia *et al.* (2024) identificaram três eixos principais que descrevem as lógicas de interação nesses espaços (quadro 8). O primeiro é o senso de comunidade, identificado por

meio de indícios de sociabilidade e suporte afetivo entre os membros dos grupos. Além disso, os grupos funcionavam como canais de serviço, divulgando informações consideradas relevantes pelos membros. Outro eixo foi denominado "nós x eles", passando a ideia da polarização construída nos grupos bolsonaristas, alertando, entre outras coisas, sobre uma possível perseguição da esquerda contra a extrema direita bolsonarista. O terceiro, "dissenso, hesitação e rupturas" mostram ações de divergência, o que resultava exclusões ou saídas de membros que passavam a discordar do conteúdo compartilhado nesses espaços.

Quadro 8 - Eixos que descrevem a interação entre membros em grupos antivacina

Eixo	Categoria	Descrição da categoria
Senso de comunidade	Ajuda mútua	Mensagens que denotam o funcionamento do grupo como um canal de serviços.
	Testemunhais	Mensagens focadas na experiência pessoal ou de outrem
	Sociabilidade e suporte afetivo	Mensagens de boas-vindas, apoio diante de frustração e conversas sobre problemas de saúde supostamente devido às vacinas
	Deliberações sobre o grupo e a rede antivacina	Deliberações sobre estratégias para disseminação de mensagens antivacina e sobre o presente e o futuro dos grupos
	Reconhecimento de pares	Reconhecimento do esforço dos membros e de autoridades que defendem o chamado "tratamento precoce" ou se posicionam contra as medidas de isolamento social
Nós x Eles	Eles contra nós	Mensagens mostram como alguns membros possuem o sentimento de que são perseguidos, vítimas de uma conspiração
	Nós contra eles	Mensagens alimentam a repulsa e desejo de reagir contra "eles", além de apontar ações táticas nesse sentido
	Condescendência e desejo de conversão do "eles"	Indicam condescendência com os vacinados, com o sentimento de alertar aos pró-vacinas sobre os supostos riscos que eles correm
Dissenso, hesitação e rupturas	Hesitação	Questionamentos sobre o conteúdo compartilhado no grupo
	Dissenso	Divergência de opiniões entre membros do grupo

	Rupturas	Exclusão de membros ou decisões de partida
--	----------	--

Fonte: Maia *et al.* (2024).

Em conclusão, Maia *et al.* (2024) observaram a construção de câmaras de eco avessas à comprovações científicas sobre a pandemia e as vacinas contra a covid-19. Além disso, constataram que aspectos religiosos faziam parte da composição desse cenário detectado nos três eixos. No entanto, esse fenômeno anti-vacina observado no Telegram não se restringiu ao Brasil, com o atrelamento ao governo Bolsonaro. Ng *et al.* (2024) realizaram uma pesquisa em canais do Telegram de doze personalidades das mídias sociais que fizeram parte do chamado “Disinformation Dozen”, um grupo digital conhecido por compartilhar desinformação sobre a covid-19 em 2021. Em meio à detecção de informações falsas compartilhadas de forma coordenada, a pesquisa também detectou o uso de bots nos canais, usados para articular o processo de desinformação de forma mais eficiente.

Diante desse cenário, considerando principalmente o período eleitoral de 2022 no Brasil, o Telegram tornou-se um ponto focal de estudos em informação, comunicação e processos tecnológicos. O uso do aplicativo para a disseminação de desinformação e narrativas conspiratórias ilustra o impacto de tecnologias de informação e comunicação nos fluxos informacionais, destacando os desafios relacionados à polarização política e o papel das infraestruturas digitais diante do caos informacional discutido no capítulo 1.

6 METODOLOGIA

A pesquisa traz em seu bojo a análise textual por meio de métodos computacionais, buscando detectar estatisticamente as principais categorias das mensagens sobre questões climáticas em grupos e canais brasileiros de extrema direita no Telegram durante o governo de Jair Bolsonaro, seguida por uma análise qualitativa que se debruçará sobre as mensagens considerando o contexto político-eleitoral do período em questão.

A pesquisa possui um caráter exploratório com uma abordagem qualitativa. Com o propósito de proporcionar uma visão geral sobre o tema, o trabalho busca realizar uma investigação ampla (Gil, 2008) por meio da compreensão sobre a maneira com que as narrativas se apresentam nos grupos e canais de extrema direita ao pautarem questões climáticas.

Ao mesmo tempo em que o mapeamento apresentará resultados quantitativos ao traçar a frequência das características no conteúdo das mensagens analisadas, também será aplicada a abordagem qualitativa que se voltará para a interpretação e categorização do objeto. O estudo parte da hipótese de que há uma expressiva disseminação de negacionismo e conspiracionismo acerca das questões socioambientais em grupos e canais brasileiros de extrema direita no Telegram.

6.1 Ciências Sociais Computacionais

Os métodos computacionais, aplicados à estudos sociais que analisam o ambiente virtual, são reconhecidos como Ciências Sociais Computacionais (CSC), um subcampo interdisciplinar que utiliza a abordagem computacional como meio para a análise dos fenômenos sociais. Lazer *et al.* (2009) indicava que a CSC estava em ascensão e em constante evolução no fim dos anos 2000. Os autores compreendiam que a internet oferecia um vasto canal para a conexão entre indivíduos. Isso incluía o registro do comportamento individual e a possibilidade de realizar pesquisas a partir dele, coletando e analisando dados em larga escala.

Isso se mostrou ainda mais proeminente a partir de 2010, com o *boom* da popularização das plataformas digitais e o rápido aumento de dados disponíveis. Para Edelman *et al.* (2020), não se trata apenas de utilizar novas fontes de dados e métodos, mas de desenvolver novas formas de entender o comportamento humano e aprofundar explicações já existentes sobre a sociedade. Conforme os autores, as pesquisas mais convencionais das ciências sociais buscam entender a formação de grupos, levando em consideração a evolução dos relacionamentos entre indivíduos.

Dessa forma, não seria surpreendente que os principais estudos da CSC ocorressem dentro dos estudos de redes e formação de grupos em plataformas digitais, como propõe a presente pesquisa. De acordo com Pavesi e Valentim (2021, p. 1), a CSC oferece “oportunidades estimulantes para cientistas sociais trabalharem em direção a uma compreensão quantitativa, qualitativa e computacional de sistemas sociais complexos”.

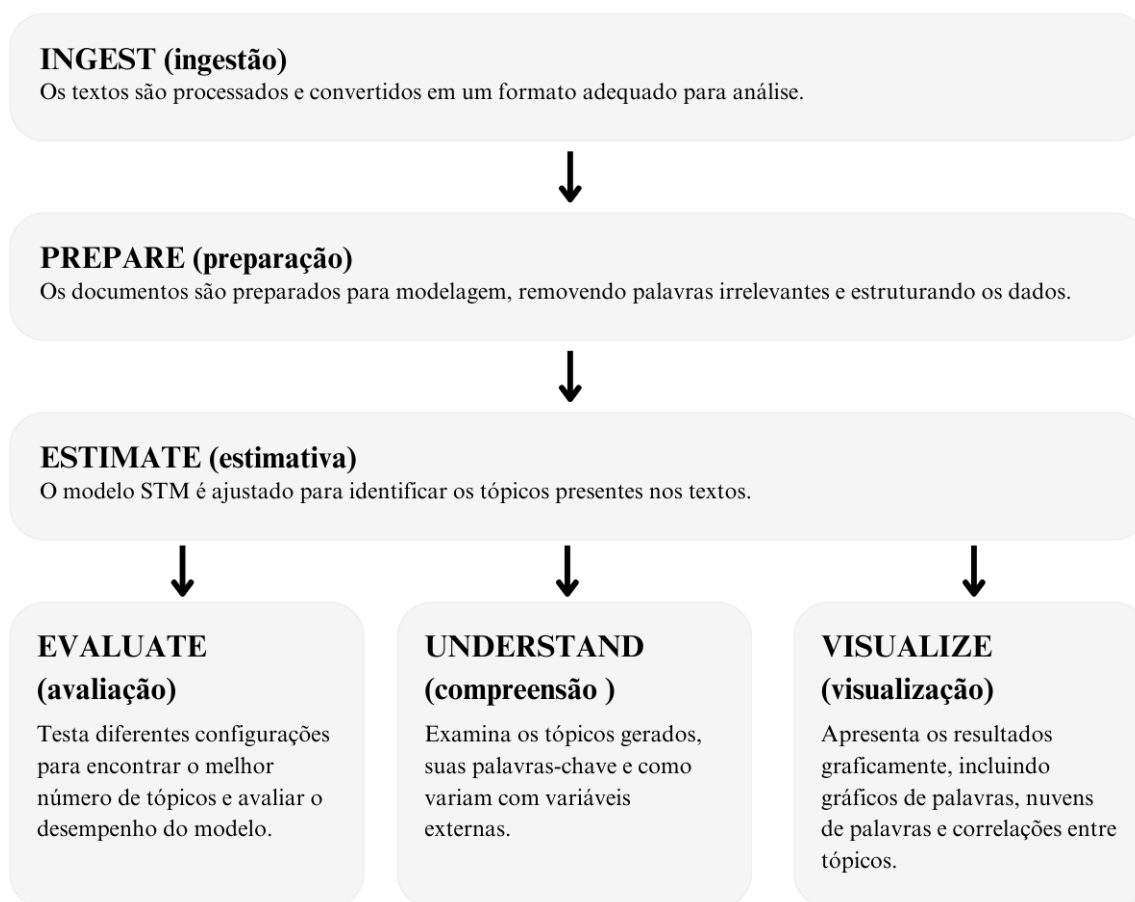
Aqui, se faz necessário discorrer sobre o ponto de vista ético da pesquisa em mídias sociais, tendo em vista que envolve coleta de dados de usuários presentes no ambiente online do Telegram. A abordagem utilizada é não obstrutiva (Rogers, 2009), quando o pesquisador não interfere sobre o objeto de estudo. Com vistas a preservar a privacidade dos usuários dentro dos limites éticos de pesquisas na internet (Markham; Buchanan, 2012), o trabalho visa monitorar apenas grupos e canais públicos, ou seja, qualquer pessoa com o link que leva a esses ambientes pode acessá-los.

Na coleta de dados, os números dos telefones dos usuários, fotos de perfil, *username* ou qualquer elemento identificador não estão disponíveis (Garimella; Tyson, 2018). Dessa forma, o trabalho se enquadra dentro dos princípios da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), que estipula que os dados tornados públicos e em espaço de opinião pública não necessitam da permissão dos usuários (Brasil, 2018). Por meio da *Application Programming Interface* (API), o processo de coleta de dados nas plataformas digitais é facilitado devido à sua interface aberta de cessão de dados. No caso do Telegram, sua API permite coletar mensagens de grupos e canais públicos sem que seja preciso acessá-los manualmente.

6.1.1 Modelagem de tópicos

A modelagem de tópicos, que será um dos braços da análise textual para explorar a estrutura temática do corpus, se trata de um método estatístico que permite gerar tópicos para checar hipóteses existentes sobre o corpus ou gerar novas hipóteses (Blei, 2012). A Structural Topic Model (STM), ou modelagem estrutural de tópicos em português, especificamente, permite avaliar a relação entre conteúdo e proporção dos tópicos (Roberts *et al.*, 2016). Seus processos estão descritos na figura 7.

Figura 7 - Descrição dos recursos do pacote STM



Fonte: Elaboração própria com base em Roberts *et al.* (2016).

Trata-se de um método que vem sendo utilizado nas ciências humanas como forma de compreender melhor as dinâmicas das representações sociais (Bauer *et al.*, 2016), assim como nas ciências ambientais para explorar representações de mudanças climáticas (Lynam, 2016). Nesses contextos, o STM se diferencia de alguns outros pacotes por conseguir incorporar diversos metadados, modelando relações entre os tópicos e mostrando quais estão mais frequentemente associados dentro de um conjunto de textos. Ele possui a chamada inferência bayesiana, que busca identificar relações entre tópicos (Lynam, 2016). Por isso, adequa-se às pesquisas em ciências sociais. Além disso, o modelo oferece métricas que auxiliam na interpretação dos tópicos, como exclusividade (palavras que aparecem apenas em um tópico) e coerência semântica (quantidade de palavras associadas a um tópico) (Roberts *et al.*, 2016).

Mishler *et al.* (2015) e Agrawal *et al.* (2021) mostram, em diferentes períodos, como a STM é útil para a compreensão de diversos tipos de conjuntos de dados em grande

volume. Os estudos mostram que a STM é uma modelagem promissora como ferramenta para analisar dados de mídias sociais (Mishler *et al.*, 2015; Agrawal *et al.*, 2021). No caso da presente pesquisa, a análise com uso do pacote STM ajudará a descobrir quais são os principais tópicos abordados sobre questões climáticas nos grupos analisados por meio da covariância categórica, que permite identificar padrões nas associações entre tópicos e características específicas dos textos analisados.

Por fim, será realizada uma análise qualitativa que busca categorizar as narrativas presentes em cada tópico. O objetivo é identificar, de maneira exploratória, as tendências discursivas presentes nas mensagens analisadas. A análise busca observar como os temas pertinentes às questões climáticas emergem nos textos e de que forma eles podem estar relacionados a determinadas perspectivas.

6.2 Técnicas utilizadas

Os procedimentos que envolvem a análise estatística e de texto tomará forma por meio do pacote STM, já descrito anteriormente. O intuito de aplicar a modelagem de tópicos é para “referenciar [...] as unidades lexicais nos textos e enumerar automaticamente suas ocorrências” (Laville; Dionne, 1999, p. 186). Além disso, é um processo que precisa ser automatizado devido à enorme quantidade de dados.

A análise exploratória, que buscará interpretar as categorizações dos tópicos por meio das mensagens mais representativas do modelo utilizado, parte para a identificação das mensagens que corroboram o contexto político do período eleitoral, que compreende a coleta. Além disso, também buscará apontar interseções com as narrativas observadas historicamente na extrema direita, em especial no bolsonarismo, conceitos apresentados nos capítulos anteriores.

6.3 Operacionalização das técnicas

Ao todo, 960 grupos e canais ativos foram coletados via API. O Telegram possui a API aberta e permite que os usuários colem dados públicos dos bate-papos em grupos e canais por meio de um recurso de exportação nativo que pode ser utilizado em sua versão *desktop* (Telegram, 2022). Todos os grupos e canais coletados são públicos, ou seja, seus links de acesso podem ser encontrados em resultados de motores de busca e em listas online quando esses links são divulgados na internet para que qualquer usuário possa acessar (Garimella; Tyson, 2018).

Por meio da plataforma Kibana, foi possível buscar por grupos e canais, previamente conhecidos na coleta, que abordam temas relacionados ao bolsonarismo, ao ultraconservadorismo e à extrema direita (como cristianismo, família, ideologia de gênero, antifeminismo, antidescriminalização das drogas e do aborto, além de associações negativas à partidos e figuras de esquerda). O Kibana é uma ferramenta que fornece análises de dados em velocidade e escala para observabilidade em diversas plataformas de mídias digitais. Ela permite a exploração dos dados por meio de *dashboards*, gráficos e consultas avançadas por meio de *queries* (linguagem de consulta) e filtros. Nela, os dados são coletados diretamente da API do Telegram (Elastic, 2023). Essa coleta de grupos e canais foi parte de um mapeamento realizado pelo Laboratório de Estudos de Internet e Redes Sociais (NetLab), com foco em buscar por ambientes online ligados ao debate político voltados para a utilização em estudos sobre extrema direita e desinformação (Santini *et al.*, 2022).

A busca por meio de operadores booleanos consistiu em uma *query* específica para o Kibana, a Query Domain Specific Language (DSL), que tem base no formato de dados JavaScript Object Notation (JSON). Os termos utilizados foram relacionados às mudanças climáticas (quadro 9). Por meio da busca, foi possível realizar a coleta das mensagens desses grupos e canais, abarcando o ano de 2022.

Quadro 9 - Query sobre mudanças climáticas

(climatic* OR “camada de ozonio” OR “camada de ozônio” OR “aquecimento global” OR “acordo de paris” OR “protocolo de kyoto” OR cop26 OR “cop 26” OR “cop 27” OR cop27 OR *carbon* OR “efeito estufa” OR “combustível fóssil” OR “combustível fóssil” OR “combustível fossil” OR “combustível fossil” OR “combustíveis fósseis” OR “combustíveis fosseis” OR “combustíveis fósseis” OR “combustíveis fosseis” OR metano OR ipcc OR poluição OR poluição OR poluente* OR “aquecimento do planeta” OR “aquecimento da terra” OR “crise do clima”).

Fonte: Elaboração própria.

Com o uso da modelagem de tópicos, foi realizada a análise dos textos das mensagens. Por meio da linguagem de programação R, foi utilizado o pacote STM, que possibilitou a incorporação dos metadados e considerou a covariância categórica dos textos. A linguagem R oferece pacotes úteis para a manipulação de dados, visualização de resultados e ajustes estatísticos, tornando-se uma escolha eficiente para a modelagem de tópicos aplicada ao contexto das mensagens analisadas. Assim, os tópicos foram representados por termos distribuídos e agrupados por temas (Roberts *et al.*, 2016).

A base de dados abrange grupos e canais de extrema direita não apenas brasileiros, mas também de outros países, com a presença dos idiomas espanhol e inglês, pois a coleta realizada previamente (Santini *et al.*, 2022) se dedicou a buscar grupos e canais que também transmitisse os ideais de extrema direita em outros países, visando ter um panorama geral do crescimento da extrema direita em países latino-americanos e anglo-saxônicos.

No entanto, isso resultou em uma mesclagem de idiomas nas mensagens coletadas, o que se mostrou uma limitação inicial, considerando que o estudo foca apenas em grupos e canais brasileiros. Para fazer a separação, utilizamos o pacote em linguagem R *cld3* (Ooms, 2023), que identifica automaticamente o idioma de cada entrada. Assim, foi possível reduzir a amostra para grupos e canais de extrema direita em português.

Em seguida, foi realizado o pré-processamento dos dados utilizando a linguagem R, com etapas descritas a seguir. Uma das técnicas aplicadas foi a contagem de n-gramas, que são sequências de n palavras consecutivas em um texto (Roberts *et al.*, 2016). Neste estudo foram identificados bigramas (2-gramas, ou seja, 2 palavras), trigramas (3-gramas, 3 palavras) e quadrigamas (4-gramas, 4 palavras) que apareceram mais de cem vezes no corpus. Isso permitiu identificar expressões compostas frequentes, como “mudança climática” (2-gramas), “Fórum Econômico Mundial” (3-gramas) e “The World Economic Fórum” (4-gramas), garantindo que fossem tratadas como unidades únicas na análise realizada pelo STM.

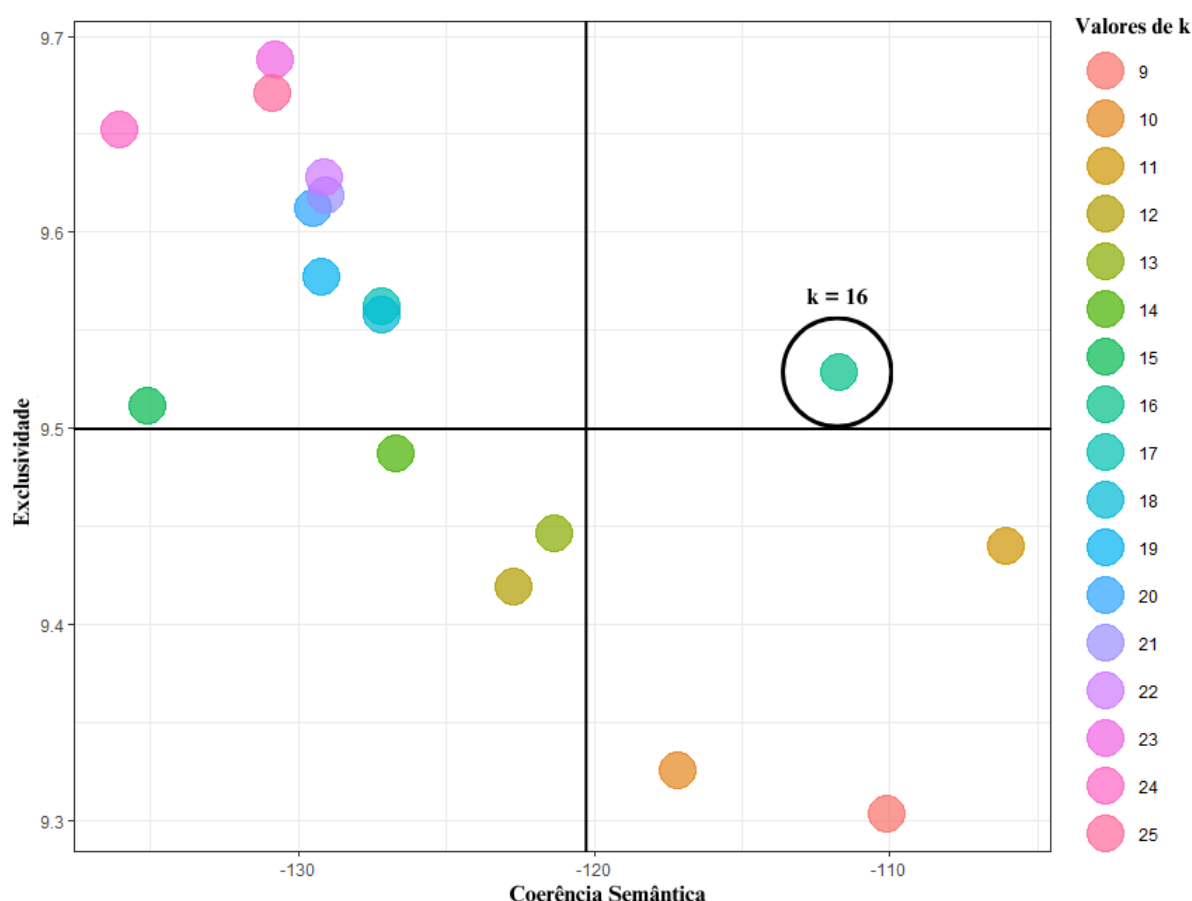
Para padronizar o texto e reduzir ruídos que podem comprometer a análise do modelo, é necessário converter letras maiúsculas para minúsculas. Por isso, foram eliminados acentuações, números, símbolos e mensagens que consistiam apenas em *links*. Além disso, também eliminou-se *stopwords*, palavras que, por possuírem pouco significado, costumam ser excluídas de análises computacionais que usam texto como dado. É o caso de preposições, artigos, conjunções, entre outras (“de”, “o”, “a”, “uns”, “umas”, “para”, etc). Ou seja, após essa etapa de tratamento de dados, o termo “mudança climática” tornou-se “mudança_climática”, “Fórum Econômico Mundial” tornou-se “forum_economico_mundial” e assim por diante.

Em seguida, foi usada uma funcionalidade do pacote para comparar a média de coerência semântica e exclusividade de todos os tópicos de cada modelo para determinar o melhor valor de k (Roberts; Stewart; Tingley, 2016). A exclusividade refere-se a palavras que aparecem apenas em um tópico específico, ajudando a identificar seu foco. Já a coerência semântica mede quão bem as palavras dentro de um tópico estão relacionadas entre si,

garantindo que o tópico seja consistente. Para que o modelo funcione bem, é preciso determinar quantos tópicos (valor de k) ele deve identificar nos conjuntos de texto.

Por isso, testamos valores entre 9 e 25, correspondendo à quantidade de tópicos que seria gerada, buscando a melhor interpretabilidade dos resultados. Por fim, foi possível observar que o modelo com o ajuste mais satisfatório foi o $k = 16$, que aparece com a maior proximidade entre os eixos das métricas utilizadas (exclusividade e coerência semântica) e, portanto, validado como o modelo com a interpretabilidade mais adequada (Figura 8). Ou seja, foi o valor que apresentou os melhores resultados na organização dos tópicos por tema de acordo com a análise humana realizada durante os testes.

Figura 8 - Métricas de coerência semântica x exclusividade para valores de k entre 9 e 25



Fonte: Elaboração própria.

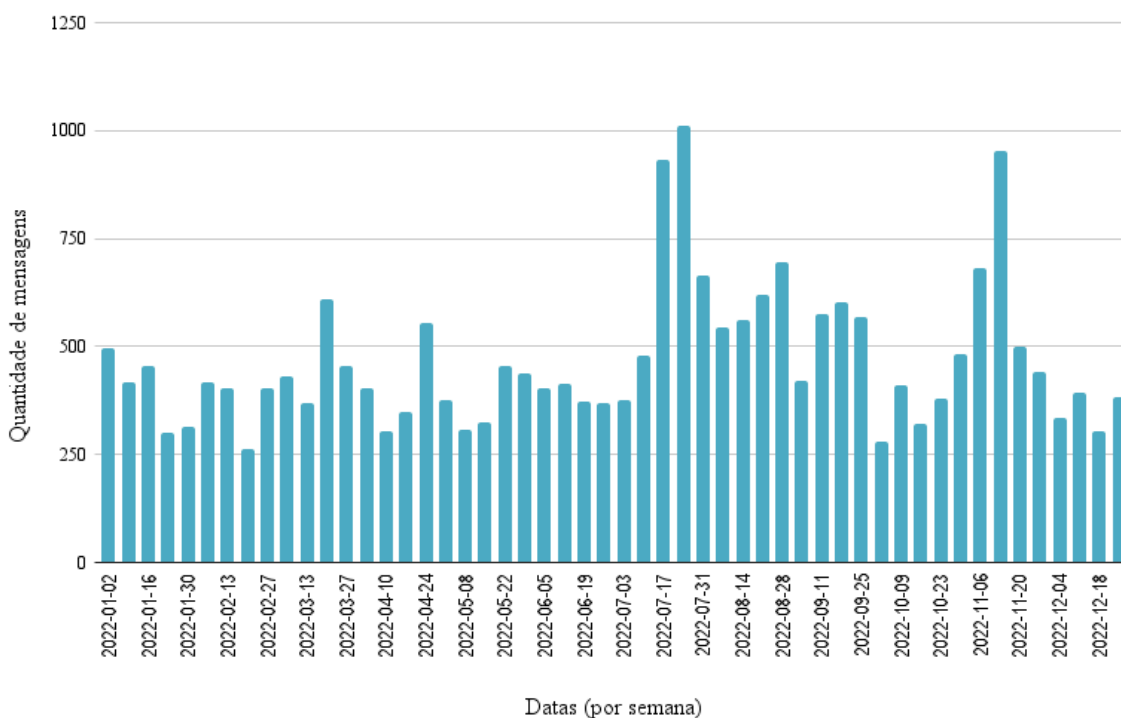
Ao ser aplicado sobre os textos, o STM assumiu quais palavras em um tópico ocorrem simultaneamente e verificou se elas não aparecem com frequência em outros tópicos, o que garantiu uma maior precisão (Roberts *et al.*, 2014). O modelo também permite a identificação dos exemplos de mensagens mais representativos de cada tópico, sendo estes os

selecionados para a análise qualitativa. Isso ocorre porque o STM calcula a distribuição de probabilidade das palavras em cada tópico. Assim, as mensagens com alta proporção de palavras associadas a um tópico específico são consideradas representativas deste tópico.

7 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A coleta das mensagens que circularam no ano eleitoral de 2022 retornou, ao todo, 7.579 mensagens únicas sobre questões climáticas em grupos e canais de extrema direita em português. O volume de mensagens por semana está ilustrado no histograma do gráfico 1. Ele apresenta pontos de pico que retratam períodos estratégicos dentro do período eleitoral. Isso pode ser observado devido aos altos volumes de mensagens veiculadas no mês de julho, principalmente na última quinzena, o que condiz com o início das propagandas eleitorais. Após julho, o volume de mensagens se mantém alto em comparação com os primeiros seis meses do ano. Depois das votações (primeiro turno em 02 de outubro e segundo turno em 30 de outubro), em novembro, voltou a apresentar uma subida expressiva, marcando o período das manifestações contra a vitória de Lula.

Gráfico 1 - Histograma das mensagens



Fonte: Elaboração própria.

A partir da análise dos 16 tópicos resultantes da análise automática do pacote STM, o modelo também retornou os exemplos mais significativos dentre as mensagens coletadas, que foram levadas em consideração durante a análise qualitativa para ilustrar os assuntos mais tratados em cada tópico. As palavras que mais aparecem no texto (Figura 9) compõem o

tópico “mensagens gerais sobre mudanças climáticas”. As mensagens falam sobre “mudanças climáticas” e “aquecimento global”. Ou seja, utilizam as nomenclaturas que descrevem transformações na temperatura do planeta, o que situa o tema das discussões, garantindo a assertividade da coleta.

Figura 9 - Tópicos mais utilizados nas mensagens sobre mudanças climáticas em grupos e canais de extrema direita do Telegram



Fonte: Elaboração própria.

O segundo tópico que mais se sobressai, “importância dos combustíveis fósseis”, possui relação com emissões de gases poluentes e preocupação com combustíveis fósseis. Isso é visível pela predominância de termos como “energia”, “gás”, “petróleo”, “emissões”,

“efeito estufa”. Dentre as mensagens mais significativas, foi possível observar a presença de argumentos que ressaltam a suposta importância dos combustíveis fósseis para a humanidade: *“a energia verde não pode substituir os combustíveis fósseis, nem agora, nem tão cedo... os combustíveis fósseis continuam sendo o que sempre foram: a chave para a civilização... e isso desde que o homem acendeu a primeira fogueira”*. Também há a presença de narrativas alarmistas, que se veiculam informações falsas: *“vão criminalizar os veículos a combustível fóssil para impor o veículo elétrico que tem menos autonomia e com a tecnologia poderá ficar limitado a circular dentro das cidades para não haver fuga do sistema!!!”*.

Tais narrativas apontam para uma visão conservadora, que ignora a necessidade de mudanças para combater a crise climática, gerando o que Lamb *et al.* (2020) compreende como um discurso de atraso climático ao descartar a adoção de energias renováveis como solução para a crise climática. Ao mesmo tempo, enaltece a importância dos combustíveis fósseis através de uma visão ideologizada do passado, quando os combustíveis fósseis foram uma descoberta relevante para o desenvolvimento social (Yergin, 2010).

Além disso, a presença do alarmismo, que desvia o foco de discussões construtivas embasadas em fatos e dá vazão às teorias da conspiração, também configura como mais um discurso de atraso (Lamb *et al.*, 2020). Essa narrativa também remete ao estudo de Oreskes e Conway (2010), que aponta que há interesses econômicos por trás dessa ideia de manter os combustíveis fósseis no centro como forma de manutenção da posição de poder ocupada pelas companhias de petróleo.

Em seguida, há o tópico *“lockdown climático e a nova ordem mundial”* que aborda a pandemia da covid-19, as mortes que ela gerou e questões acerca da vacina, como observamos nas palavras *“covid”, “vacina”, “medo” e “mortes”*. As mensagens unem conspirações sobre mudanças climáticas, pandemia e produção de vacinas. Há a disseminação da ideia de um *“lockdown climático”*, o que significa que governos ao redor do mundo estariam usando a pandemia como um pretexto para que as pessoas ficassem em casa e não poluíssem o meio ambiente, instaurando assim uma *“ditadura climática”*. Uma das mensagens diz: *“a manipulação do clima é real e essa será a próxima "epidemia"! lockdown climático está chegando e é a arma principal de manipulação em massa que a NOM [Nova Ordem Mundial] implantará”*.

Esse tópico em específico aponta a força da importação de narrativas conspiracionistas fabricadas pela extrema direita estrangeira e que influenciam a extrema direita brasileira. O chamado *climate lockdown* foi uma teoria da conspiração que circulou

nos Estados Unidos com maior força entre 2021 e 2022 em fóruns *QAnon*²² (Institute for Strategic Dialogue, 2021). No entanto, isso também pode ser observado em outros tópicos.

O quarto tópico mais fomentado, “globalistas e o controle climático”, apresenta termos como “EUA”, “China”, “Biden”, “Ucrânia” e “Rússia”. Suas mensagens preveem a arquitetura de um colapso global e falam de “controle climático” como uma forma de os países controlarem seus habitantes: *“globalistas estão entrando na fase de morte do extermínio humano [...] geoengenharia global e controle climático para colapsar a biosfera e causar perdas globais de safra [...] os líderes dos eua, Canadá, Grã-Bretanha, Alemanha, França, Itália, Japão, Austrália, Nova Zelândia e outras nações são todos fantoches globalistas recebendo ordens de globalistas anti-humanos, anti-civilização [...]”*. O tópico seguinte considera também questões geopolíticas, porém mais centradas na ida de Lula à COP27 no Egito. Isso pode ser notado pela presença dos termos “Lula”, “COP27”, “presidente”, “Brasil”, “Egito”. As mensagens procuram desacreditar a ida de Lula como um representante brasileiro no evento.

Outros tópicos também chamam atenção, como o “Mudanças climáticas em portais de notícias”, na oitava posição, cujas mensagens citam o Fórum Econômico Mundial com frequência e criticam seu posicionamento em prol do combate à crise climática. Para isso, disseminam conspirações sobre eles desejarem frear o crescimento econômico dos países em desenvolvimento com a desculpa de que possuem preocupações com o clima da Terra. *“[O] governo holandês (em harmonia com os interesses do Fórum Econômico Mundial) valendo-se das narrativas “salvar o planeta” e “preocupações climáticas”, cria lei que prejudica a grande maioria dos pequenos agricultores do país (afinal, é para isso que as narrativas falaciosas são criadas, para dar base a leis tiranas). Os fazendeiros começam a protestar, e são recebidos a bala pela polícia (aqui você nota o interesse político numa população desarmada). Resultado: sem fazendeiros, sem comida nas prateleiras e aumento exorbitante dos preços. Enquanto a população sofre e leva bala, os bilionários do Fórum Econômico Mundial e seus parceiros no governo assistem tudo de camarote comendo filé mignon”*.

A retórica alarmista da narrativa acima busca deturpar os esforços para combater a crise climática, tratando produtores rurais como um alvo das políticas climáticas. É possível

²² Fóruns de teorias da conspiração muito comuns nos Estados Unidos, que visam conspirar principalmente sobre a teoria da conspiração QAnon, ou Q, que surgiu em 2017. Ela discorre sobre a existência de uma seita esquerdista formada por elites globais envolvidas com satanismo, tráfico infantil e canibalismo. A teoria afirma que essas elites estariam controlando governos, imprensa e instituições financeiras, e que Donald Trump é o líder da resistência contra essa elite global (Moskalenko; McCauley, 2021).

notar que há a tendência de um atravessamento entre as pautas ambientais e climáticas com outras discussões inerentes à extrema direita, como a defesa do armamento da população. De acordo com a narrativa, desarmar os cidadãos beneficia uma suposta elite globalista interessada em dominar a população global.

Teorias envolvendo o controle populacional por meio do desarmamento, a destruição da economia de países em desenvolvimento e a destruição da agroindústria, fazem parte de um mesmo arcabouço de conspirações de origem estadunidense (Empoli, 2019). A disseminação dessas teorias, especialmente em países do Sul Global, considerados em desenvolvimento, fomenta um cenário de desconfiança em relação às instituições de poder internacionais. Segundo Silva e Behr (2021), as mudanças defendidas pelo FEM na economia e na política, com foco na implementação de políticas socioambientais, são vistas como ameaças contra grandes grupos econômicos, o que reforça a propagação de ideias contrárias ao fórum.

Essa narrativa também se liga ao tópico que aparece em décimo lugar, “defesa da exploração interna da Amazônia”, que se prende às ideias nacionalistas sobre proteger a Floresta Amazônica da exploração estrangeira e deixá-la livre para ser explorada por agentes internos. As mesmas ideias aparecem no último tópico, “hipocrisia de países estrangeiros que destroem o meio ambiente”, só que mais voltadas a atacar a política de países estrangeiros, os acusando de hipocrisia por desejarem preservar a Amazônia enquanto não preservam os biomas dos próprios países.

No 12º tópico, “crise climática associada ao apocalipse cristão” há a presença de um forte discurso religioso, que associa as mudanças climáticas à uma previsão do apocalipse. As mensagens falam sobre um “cataclismo climático” e que estamos vivendo uma era “das trevas”. Ainda dentro desse discurso, há a negação da crise do clima, alegando que as “escrituras sagradas” são mais confiáveis do que o consenso científico. *“A falsa ideia generalizada do fim do mundo e alimentada pelas interpretações levianas das escrituras, sobretudo as do livro do apocalipse; pela pseudociência que faz uso de afirmações vagas, exageradas ou improváveis, sem aplicação de um método científico válido; [...] e, especialmente, após o tema sustentabilidade fazer parte da agenda internacional, cientistas estão trabalhando em favor de governos e indústrias, lançando falsas hipóteses como produtos de mercado, entre as falácias, preferida e mais polêmicas, o aquecimento global [...]”*.

Há tópicos de menor expressividade em seus volumes de mensagem, mas também tiveram sua contribuição no debate socioambiental nos grupos e canais, como aquele que

aparece em sexto lugar, “mercado de carbono”, que aborda o setor e se posiciona contra sua política de créditos. Os argumentos giram em torno de que essa política seria uma forma de limitar a indústria, criando um “falso inimigo”, que seria o gás carbônico. Em oitavo e nono lugares, os tópicos são referentes a mensagens que divulgam matérias sobre questões climáticas em portais de notícias e em mídias sociais, respectivamente. O tópico da posição 11 se insere dentro do discurso de extrema direita que acusa o comunismo de diversos males da sociedade (Benayon; Brandão; Nascimento, 2019). As mensagens classificam como comunistas os partidos e atores que defendem ideologias esquerdistas e os acusam de promover mentiras sobre a gravidade das mudanças climáticas.

É importante notar que, ao mesmo tempo que parte dos tópicos correspondem a mensagens que afirmam que os ambientalistas estão alardeando o “fim do mundo” por confirmarem a influência humana sobre a crise climática, outra parte apresenta mensagens que contêm um alarde conspiracionista em torno da ideia de que há estrangeiros querendo roubar as riquezas naturais do Brasil. Isso aponta as contradições desse conjunto de argumentos negacionistas.

A defesa do agronegócio e da supervalorização da produtividade rural também é um discurso ligado à extrema direita brasileira (Nannini, 2023). Dessa forma, a agroindústria aparece como protagonista no tópico da posição 13, “agronegócio como vítima do combate à crise climática”, que acusa os ambientalistas de utilizarem as mudanças climáticas como pretexto para fomentar o ódio contra o setor agrícola. Enquanto isso, o tópico 15º se dedica a discutir a legislação brasileira sobre questões climáticas. O tópico 14º, “mensagens aleatórias em consonância com negacionismo”, é único que retornou termos mais aleatórios, com mensagens mais curtas e que faziam coro às diversas narrativas negacionistas e conspiracionistas já evidenciadas em outros tópicos.

Foi possível identificar que, dentre os exemplos mais representativos dos tópicos, sete são conspiratórios: são os que se encontram nas posições 3, 4, 7, 10, 11, 12 e 14 (Gráfico 2). Essas mensagens ligam o debate sobre a crise climática à conspirações referentes à pandemia da covid-19, à Nova Ordem Mundial, ao globalismo, ao apocalipse cristão e ao comunismo. Além disso, o negacionismo climático também possui presença significativa neles dentre os exemplos mais representativos, organizados na tabela 1, que encontra-se no apêndice.

Gráfico 2 - Tópicos com presença de conspiracionismo nos exemplos mais representativos




Fonte: Elaboração própria.



Teorias da conspiração podem ser entendidas como crenças que fornecem explicação sobre a existência de acordos secretos entre múltiplos intervenientes, a fim de atingir um objetivo oculto, amplamente considerado ilegal ou malévolo (Byford, 2011). Muirhead e Rosenblum (2019) afirmam que a disseminação massiva de conspiracionismo está associada a uma crise da democracia. Dessa forma, o contexto eleitoral de 2022 evidencia tal crise.

Outra tendência observada foi a grande quantidade de repetições das mensagens únicas, mostrando que uma mesma mensagem foi compartilhada várias vezes. As dez mensagens mais compartilhadas e suas quantidades podem ser vistas no quadro 10. Essa repetição indica a forte presença das “correntes”, uma das *affordances* do Telegram (Willaert, 2023), que diz respeito aos textos que são massivamente compartilhados, tanto entre grupos ou em um mesmo grupo, buscando reforçar uma mensagem e o senso de comunidade.

Quadro 10 - Mensagens mais compartilhadas

Mensagem	Quantidade de compartilhamentos
<p>Eliminar os combustíveis fósseis e substituí-los por energia “verde” é uma “ilusão perigosa” https://verdadecensurada.com.br/noticia/1112/eliminar-os-combustiveis-fos-seis-e-substitui-los-por-energia--verde--e-uma--ilusao-perigosa-#.YyDR_jv eCio.telegram Acesse o CANAL. Participe do GRUPO Siga: TWITTER & GETTR</p>	37

<p>Agora tudo faz sentido... tudo seguindo conforme a agenda 2030... Vacina Astrazeneca por um microscópio... Vejam a quantidade de grafeno que as pessoas estão colocando no corpo... E agora olhem essa matéria Agora entendeu que VOCÊ É O CARBONO QUE ELES QUEREM REDUZIR???"</p>	31
<p>À medida que perdem argumentos, cientistas climáticos pedem proibição de opiniões divergentes https://verdadecensurada.com.br/noticia/1210/a-medida-que-perdem-argumentos-cientistas-climaticos-pedem-proibicao-de-opinioes-divergentes#.Yz2d7FKHCWo.telegram Acesse o CANAL. Participe do GRUPO Siga: TWITTER & GETTR</p>	28
<p>O objetivo da “elite” com toda a sua histeria climática é acabar com a oferta de alimentos e despovoar o planeta https://verdadecensurada.com.br/noticia/966/o-objetivo-da--elite--com-toda--a-sua-histeria-climatica-e-acabar-com-a-oferta-de-alimentos-e-despovoar-o-planeta#.YvPnL4rqkOw.telegram Acesse o CANAL. Participe do GRUPO Siga: TWITTER & GETTR</p>	25
<p>"Acabar com a propriedade de carros particulares é essencial para enfrentar as mudanças climáticas, argumenta o WEF. O fórum continua defendendo que os mesmos princípios sejam aplicados também aos projetos de cidades e residências." “Um processo de design que se concentra em atender à necessidade subjacente em vez de projetar para a compra de produtos é fundamental para essa transição”, escreveu o WEF. “Esta é a mentalidade necessária para redesenhar as cidades para reduzir os veículos particulares e outros usos.” Artigo @OGrandeReset</p>	24
<p>"A Mastercard e a ONU (Organização das Nações Unidas) se uniram para emitir um cartão de crédito que mede sua emissão de carbono. Depois de atingir seu limite de carbono, você não poderá mais comprar. E uma vez que a sociedade sem dinheiro (Agenda2030) aconteça, você não poderá usar dinheiro, portanto não poderá comprar nada porque você atingiu o limite permitido de ""poluição"". A mentira da mudança climática é para conseguir esse controle e escravização das massas.</p> <p>  → @amidianaoesuaamiga </p>	24
<p>A imprensa brasileira mentiu para a população o Lula ladrão não discursou no COP27, ele não foi convidado para o evento, ele não está na programação do evento. Uma ong esquerdista chamada Consórcio Interestadual Amazônia Livre, foi quem o convidou para uma palestra no estande deles no evento, ele não falou no púlpito do evento foi numa salinha só pra brasileiros! Dúvida? Confira você mesmo olhe as mídias</p>	23

<p>abaixo do COP27 e tente encontrar só um discurso do Ladrão de nove dedos, a imprensa brasileira só mente e te engana o tempo todo.</p> <p>Facebook COP27: https://www.facebook.com/COP27Egypt/?mibextid=ZbWKwL Instagram do COP27: https://instagram.com/cop27_egypt?igshid=MTg0ZDhmNDA= YouTube do COP27: https://youtube.com/channel/UC7R00Uc-iMohAj3_ljLuGMQ site oficial do evento: https://cop27.eg</p>	
<p>Patrick Moore, ex Presidente de Greenpeace: ""O aquecimento global é a maior fraude da História""</p> <p>O ex-diretor da ONG Greenpeace e agora lobista da indústria nuclear, Patrick Moore, declarou em entrevista à rede de rádio 'SiriusXM' que o aquecimento global é ""uma farsa e o maior golpe da história"" que foi ""tomado sobre o mundo científico"".</p> <p>Também garante que seja dirigido por ""cientistas corruptos viciados em subsídios do governo"". Moore explicou no programa 'Breitbart News This Night' que aqueles que afirmam que as mudanças climáticas são uma realidade estão se aproveitando do medo e da culpa para controlar as mentes e as carteiras das pessoas.</p> <p>""CO2 é o alimento da vida! Não é poluição. A catástrofe climática é estritamente uma campanha de medo. Bem, medo e culpa. Os cientistas estão tentando produzir mais medo para que os políticos possam usá-lo para controlar a mente das pessoas."" . Tantos poderão dizer: ""Ah, esse político pode me salvar"", conclui.</p>	22
<p>https://tribunanacional.com.br/noticia/4405/mudanca-climatica-e-baseada-em-narrativas-falsas-relata-fundador-do-greenpeace#.Yx39IIa9NX8.telegram</p> <p>Mudança climática é baseada em narrativas falsas, relata fundador do Greenpeace</p> <p>Um dos fundadores do Greenpeace diz que o movimento ambientalista foi sequestrado pela esquerda e globalismo, cujo objetivo é o domínio pelo medo e culpa das pessoas</p> <p>Nota da redação: As mudanças climáticas existem, porém, mascaradas por falsas narrativas que visam somente o controle total da humanidade. Muita desinformação é plantada, metiras misturadas com meias verdades são disseminadas para a confusão e distração das massas. Para conhecer mais sobre o assunto, pesquise em várias fontes e só então forme sua opinião. Comece sua jornada por esse link: inversão do campo magnético da Terra - Canal Ciência de Verdade e pedras da fome Canal Jayson Rosa.</p> <p> GETTR  BOMPERFIL</p>	22
<p>Facebook começará a 'verificar fatos' de postagens sobre mudanças climáticas</p> <p>https://verdadecensurada.com.br/noticia/937/facebook-comecara-a-verificar-fatos-de-postagens-sobre-mudancas-climaticas#.YupsJn_zQbc.telegram</p> <p>Acesse o CANAL. Participe do GRUPO Siga: TWITTER & GETTR</p>	21

Fonte: Elaboração própria.

Além disso, também costumam incentivar que ela seja passada adiante por outros membros, ou seja, ainda mais compartilhada. As dez mensagens acima apresentam conteúdo conspiratório, voltado a negar a eficiência da mitigação da crise climática e duvidando da existência dessa crise. Isso demonstra que mensagens conspiratórias, dentro do contexto político-eleitoral analisado, possuíam inclinação a serem mais compartilhadas em grupos e canais de extrema direita.

Várias dessas mensagens com alto número de compartilhamentos também contêm links para sites, para outras redes sociais, ou divulgam algum outro grupo ou canal de extrema direita, convidando os membros a participarem. Isso reforça a ideia de que, nesses espaços, há uma busca por união entre aqueles que pensam da mesma forma, o que pode fortalecer ainda mais o fenômeno das câmaras de eco (Jamieson; Capella, 2008).

Observando esse parâmetro, é possível notar que os desmontes ambientais e o negacionismo propagado por Bolsonaro à época de fato movimentaram o ano eleitoral em grupos e canais de extrema direita. Os tópicos identificados como conspiracionistas possuem intersecção com os posicionamentos de Bolsonaro no que diz respeito aos ataques contra Lula e contra a esquerda, o que buscou fomentar a polarização no âmbito eleitoral. Também há a predisposição a vilanizar posicionamentos progressistas por haver uma discordância sobre preservação ambiental entre os conservadores.

No entanto, os discursos excedem a defesa dos posicionamentos de Bolsonaro e disseminam explicitamente conspirações. Segundo Muirhead e Rosenblum (2019), discursos conspiratórios costumam abalar a confiabilidade de instituições e sistemas políticos. O discurso bolsonarista foi intrinsecamente influenciado por políticos que representaram a extrema direita simultaneamente ao seu período na presidência do Brasil, como Donald Trump nos Estados Unidos e Boris Johnson no Reino Unido, que também encabeçaram vieses desenvolvimentistas, nacionalistas e anti-ambientais em suas administrações (Giffoni Pinto; Malerba, 2022). Essas aproximações entre políticos e governos propiciaram que os grupos e canais da extrema direita brasileira importassem teorias da conspiração que foram adaptadas à realidade do país. Dessa forma, eles se ligam a grupos com a mesma inclinação política que promovem uma agenda global anti-ambiental.

7.1 Importação e adaptação do conspiracionismo climático da *far-right*

Os resultados ressaltam a influência do negacionismo e conspiracionismo climático da extrema direita global em fóruns *QAnon* e discursos promovidos por *think tanks*

estrangeiras (Dunlap; McCright 2015; Brulle, 2014). Isso se torna evidente, por exemplo, em mensagens que alegam serem os combustíveis fósseis inofensivos diante da crise climática, caracterizando um discurso de atraso, conforme Lamb *et al.* (2020). Isso aponta para um apoio expressivo ao que Bonds (2016) trata como as respostas da elite ao aquecimento global.

Além do negacionismo, essas ideias incluem a defesa de uma mitigação limitada, uma adaptação conveniente, sem grandes mudanças, e o oportunismo climático de grandes grupos, que se apresentam como agentes da transformação, mas, na realidade, buscam apenas benefícios próprios (Bonds, 2016). Isso pode ser observado em mensagens que defendem a suposta relevância dos combustíveis fósseis para a evolução da civilização.

A ideia do “*lockdown* climático” e de uma suposta utilização da crise climática para um controle populacional são outros exemplos desse posicionamento alinhado a um conspiracionismo de base estrangeira (Institute for Strategic Dialogue, 2021). Mensagens com esse tipo de conteúdo foram adaptadas para o contexto brasileiro, mesclando-se com questões como a defesa da soberania nacional frente a uma percepção conspiracionista de que governos e instituições estrangeiras criaram uma narrativa sobre uma falsa crise climática com o objetivo escuso de interferir nas políticas ambientais internas.

Nesse contexto de posicionar o estrangeiro como inimigo, a riqueza dos biomas brasileiros e a histórica tensão entre preservação ambiental e desenvolvimento econômico são utilizados para reforçar argumentos de que as mudanças climáticas seriam uma narrativa fabricada para prejudicar o Brasil e outros países em desenvolvimento. A defesa da exploração da Amazônia também é abarcada por essas ideias, pois se apoia no argumento de que a exploração irrestrita dos recursos naturais precisa ser realizada pelos brasileiros, e não por estrangeiros.

Dessa forma, a preservação ambiental é retratada como uma imposição estrangeira, que atua no Brasil por meio de ONGs e ativistas, enquanto a exploração da floresta seria um direito legítimo do Brasil. Isso reforça a visão de que qualquer regulamentação ambiental seria uma ameaça à autonomia nacional. Em meio a isso, o Fórum Econômico Mundial de Davos é frequentemente citado como uma entidade que, sob a justificativa de preocupações ambientais, buscaria impor restrições ao crescimento econômico de países em desenvolvimento, reforçando teorias conspiratórias que associam políticas climáticas a um suposto plano de controle global.

Nesse ínterim, algumas teorias conspiratórias também direcionam suas críticas a ONGs ambientais que atuam no Brasil. As mensagens as acusam do chamado “entreguismo”. Ou seja, sem evidências concretas, as acusam de servirem como instrumentos de influência de

governos e instituições estrangeiras, com o objetivo de restringir a soberania nacional sobre os recursos naturais.

Assim, as discussões que circulam em comunidades de extrema direita no Telegram desconsideram questões de justiça climática e cooperação internacional, promovendo uma visão distorcida na qual países em desenvolvimento estariam sendo alvo de uma agenda globalista, liderada por governos de países ricos. Essa interpretação ignora que muitos dos impactos da crise climática afetam de maneira desproporcional as populações mais vulneráveis (Cohen *et al.*, 2007), tornando ainda mais urgente a necessidade de ações para mitigação da crise climática.

7.2 Defesa do agronegócio diante da negação da crise climática

A ideia de que o agronegócio é um setor perseguido por ambientalistas e políticas climáticas também aparece nas mensagens, compondo uma retórica que descredibiliza as críticas negativas sobre o impacto socioambiental causado pelo setor. Além disso, consolida uma identidade política e econômica resistente às regulamentações ambientais. Essa abordagem fomenta um antagonismo que se baseia em uma suposta ameaça ao setor produtivo.

Essas argumentações passam pelo negacionismo climático ao alegarem que o agronegócio não tem participação no agravamento das mudanças climáticas. Para isso, atacam movimentos ambientalistas, veículos de imprensa e figuras políticas que se posicionam contra os impactos do setor nesse cenário. Essa retórica de vitimização busca sugerir que políticas ambientais são formas de ataque ideológico contra o agronegócio, desviando a atenção dos impactos reais que a atividade tem sobre o meio ambiente, como desmatamento, emissões de gases de efeito estufa e esgotamento dos recursos naturais.

No entanto, essas ações não fazem parte de um movimento isolado, mas estão inseridas em um contexto político maior, levando em consideração que a defesa do agronegócio associa-se aos discursos da extrema direita no Brasil. O ex-presidente Bolsonaro se posiciona politicamente a favor do agronegócio e sua campanha eleitoral chegou a ser financiada por grandes empresas do setor (Gomes; Caetano, 2022).

Dessa forma, representantes do agronegócio, em especial os políticos que compõem a bancada ruralista no Congresso Nacional, assumem um lado político claro e exercem um *lobby* alinhado com as pautas da extrema direita que visam atender seus interesses. A agenda política e econômica imposta pelo agronegócio foi privilegiada durante o mandato de Bolsonaro, com a liberação de mais agrotóxicos e a flexibilização de normas ambientais

(Almeida; Gullino; Portinari; 2019). A defesa expressa no próprio discurso do ex-presidente e de seus aliados já reflete esse posicionamento político.

Em meio a isso, os reconhecidos professores que encabeçam o negacionismo climático no meio acadêmico do Brasil, Luiz Carlos Molion e Ricardo Felício, apresentados no subcapítulo 3.2, são cooptados pelo agronegócio para promoverem palestras desassociando o setor da crise climática. Assim, o agronegócio se reveste de autoridade científica, buscando garantir um aval perante a sociedade brasileira e o poder público para prosseguir com suas ações de destruição ambiental. Ao mesmo tempo, esse discurso ignora que o próprio agronegócio será um dos setores mais afetados pelo agravamento das mudanças climáticas por meio de eventos extremos, como secas prolongadas, aumento da temperatura e alto volume de chuvas.

No entanto, ao invés de reconhecer a responsabilidade do agronegócio por esses fenômenos, difunde-se a ideia de que o setor é ambientalmente sustentável. O argumento de que o Brasil é o país que mais preserva o meio ambiente traz consigo a alegação de que o agronegócio é um dos setores responsáveis por alavancar essa preservação. Ou seja, reproduz afirmações feitas pelo próprio setor, que conta com um amplo sistema de comunicação e marketing na busca por melhorar sua imagem. A exemplo, é possível citar o grande conglomerado de mídia, o Grupo Globo, que possui empreendimentos vinculados ao agronegócio, promove o setor por meio da campanha “Agro: a indústria-riqueza do Brasil”, exibida em sua programação televisiva. A campanha está no ar desde 2016, e seu slogan, “Agro é tech, agro é pop, agro é tudo” tornou-se popular entre os discursos que defendem o setor (Santos; Silva; Maciel, 2019).

Nesse sentido, a influência do agronegócio vai além do alinhamento político com a extrema direita. Apesar da recente ligação estreita estabelecida com esse espectro político, a influência do setor permeia a história do campo no Brasil e atravessa diversos espectros, fazendo parte de uma posição hegemônica na estrutura econômica brasileira (Pompeia, 2018). Isso pode ser observado quando, na campanha presidencial de 2022, Lula chamou uma parcela do agronegócio de fascista (Prizibiszki, 2022). Isso fez com que representantes e defensores do setor se manifestassem contra o então candidato. No entanto, em seu plano de governo de 2022 (Lula, 2022), ele garantiu apoio para o agronegócio e, ainda durante a campanha, conseguiu estabelecer um diálogo com empresários ligados ao setor (Falcão, 2022). Com essas atitudes conciliatórias, ele repetiu o feito dos seus dois mandatos anteriores.

Ao mesmo tempo, o vínculo de uma parte da esquerda brasileira com a agricultura familiar e orgânica, que se manifesta por meio da defesa da redução de agrotóxicos e o

incentivo à reforma agrária, cria um movimento que insere esses modelos de agricultura de pequena escala no mesmo contexto que a agricultura de larga escala. Dessa forma, os argumentos pró-agronegócio afirmam que o setor é o responsável por alimentar a população brasileira, o que, na verdade, é um feito decorrente da atividade de pequenos agricultores (IBGE, 2017). Isso caracteriza a busca pela anulação dos conflitos que envolvem o agronegócio, que por sua vez, é responsável pelo plantio de monocultura com foco na exportação (Meira; Carelli, 2015).

Além de questões envolvendo a produção de alimentos, o agronegócio também protagoniza conflitos que também são negados. Como a violência contra camponeses e membros de movimentos de luta por terra, como o MST. Isso faz parte de uma retórica histórica do agronegócio, que frequentemente se posiciona contra qualquer iniciativa que questione a concentração fundiária no Brasil (Meira; Carelli, 2015). Assim, a luta do MST pela redistribuição de terras e pelo incentivo à agricultura familiar é retratada como uma ameaça ao “progresso” e à “segurança no campo”, o que serve para justificar ações repressivas contra o movimento. Nesse contexto, as mensagens que saem em defesa do agronegócio também atacam o MST e buscam criminalizá-lo, enquadrando as ocupações como atos de invasão e atentados contra a propriedade privada.

É possível constatar, portanto, que essas mensagens em prol do agronegócio não só negamos impactos do setor contra o meio ambiente e contra grupos sociais, como também reforça uma retórica hegemônica já existente. Além disso, os ataques contra os ambientalistas, a esquerda e movimentos sociais fortalecem uma visão polarizada, agravada durante o período eleitoral de 2022 (Alves *et al.*, 2023). Assim, a circulação de mensagens com esse teor no Telegram evidencia a instrumentalização das plataformas digitais para consolidar narrativas que favorecem interesses econômicos, ao custo do debate científico e da busca por soluções sustentáveis.

7.3 Extrema direita, religião e negacionismo climático

Outro aspecto importante revelado pelos resultados é a intersecção entre negacionismo climático e discursos religiosos. Isso demonstra que o negacionismo apoia-se na conexão emocional e ideológica dos indivíduos com determinadas crenças. A presença de um forte viés religioso nas mensagens analisadas indica que parte da extrema direita brasileira vincula a crise climática a elementos apocalípticos, tratando o aquecimento global como um sinal do “fim dos tempos” ou, em alguns casos, negando sua existência com base em interpretações bíblicas.

Algumas mensagens disseminam uma interpretação literal de textos bíblicos que sugerem que apenas Deus tem poder sobre a Terra, deslegitimando a ideia de que a ação humana possa impactar o clima. Essa crença fortalece o ceticismo em relação às evidências científicas e leva à rejeição de políticas ambientais, que são vistas como imposições de uma agenda tecnocrática e secular. Isso também denota a aproximação entre as igrejas protestantes neopentecostais e o discurso de extrema direita (Pinheiro, *et al.* 2021), que condena aquilo que vai contra o discurso hegemônico e, ao mesmo tempo, afirma ter base na prática religiosa por defender os valores e tradições pregados pelo cristianismo.

Esse contexto acaba por ressoar na formulação de políticas públicas, especialmente porque grupos religiosos exercem grande influência política no Brasil, como mostra o caso da bancada religiosa no Congresso (Trevisan, 2013). Pastores e políticos que afirmam serem cristãos defendem tanto as agendas religiosas quanto as agendas armamentistas e do agronegócio, recebendo o apelido por movimentos de resistência de “bancada BBB”, sigla que se refere a “boi”, “bíblia” e “bala”. Tal fusão de pautas destaca como essas agendas se interligam dentro de um mesmo projeto ideológico de extrema direita, moldando a visão política de uma parcela da população cristã, que passa a defender o mesmo conjunto de ideias.

Isso também reflete o cenário de guerras culturais que permeia a polarização política, presente em vários países afetados pela ascensão da extrema direita (Rocha, 2021). A ideia de uma guerra entre “bem” e “mal” está incrustada no pensamento religioso cristão e é utilizada como estratégia para a formação de inimigos que divergem do lado do “bem” não apenas por apoiar um sistema econômico diferente, mas também por ir contra determinados valores (Mayer, 2023). De acordo com um estudo sobre negacionismo climático no YouTube desenvolvido por Salles *et al.* (2023), há a conclusão de que o discurso anti-ambiental da extrema direita está altamente relacionado às guerras culturais modernas, em que conspirações ambientais são inseridas no contexto de outros tipos de conspiração sobre política, gênero, religião e outros temas vinculados à ideologia extremista.

Pode-se concluir, então, que na era da pós-verdade, informações que se alinham aos valores pessoais tendem a ser aceitas como verdadeiras, independentemente de sua base científica. Isso torna o combate à desinformação ainda mais desafiador, pois a rejeição das evidências climáticas muitas vezes não é baseada na falta de informação, mas sim na recusa em aceitar fatos que contradizem perspectivas políticas ou interesses econômicos.

7.4 Atraso climático e a “nova negação”

Foi possível observar, entre ideias negacionistas, uma movimentação significativa contra a implantação de soluções que buscam reduzir a emissão de gases poluentes. A defesa dos combustíveis fósseis e da continuidade da exploração do petróleo, como mencionada anteriormente, foi um ponto frequente nas mensagens, em especial no tópico 2, “Importância dos combustíveis fósseis”. Dentro do que Lamb *et al.* (2020) trata como discurso de atraso climático, há a tendência da disseminação de ideias que apontam que os combustíveis fósseis não fazem parte do problema, mas sim da solução. Entre essas afirmações, também há o negacionismo que contraria diretamente as evidências científicas da nocividade do CO₂ para o aquecimento global, característica que a pesquisa do *Center for Countering Digital Hate* (2024) aponta como uma forma de “nova negação” por ter um caráter mais complexo que a “velha negação” que afirma simplesmente a inexistência das mudanças climáticas.

Como apontado na subseção “7.1 Importação e adaptação do conspiracionismo climático da *far-right*”, a defesa de combustíveis fósseis costuma ser um argumento negacionista frequentemente utilizado pela extrema direita global, visando a manutenção dessa indústria e de relações econômicas hegemônicas. No entanto, como a subseção também tratou, é possível observar adaptações desse discurso para o cenário brasileiro, o que ocorre em torno da defesa do agronegócio. Alegações de que o agronegócio no Brasil é dedicado a preservar o meio ambiente e não a destruí-lo, encaixam-se nesses discursos de inércia. Esses argumentos afirmam que o agronegócio é um setor moderno, e que, por meio da tecnologia, consegue ser sustentável. Lamb *et al.* (2020) indicam que isso se trata de um otimismo tecnológico, uma outra forma de perpetuar o negacionismo climático.

Essas alegações costumam realizar ataques contra o movimento ambientalista que, por meio de evidências científicas, apontam o agronegócio como um dos responsáveis pela crise climática. Para o *Center for Countering Digital Hate* (2024) isso está vinculado ao negacionismo que eles intitulam como “a ciência climática e o movimento climático não são confiáveis”, que utiliza a narrativa “o movimento climático é não confiável, alarmista ou corrupto”. Algumas mensagens mais conspiracionistas afirmam que essas acusações são fruto de um plano maquiavélico da esquerda global, que estariam utilizando dessa estratégia para alarmar a população e colocá-la contra o agronegócio. Seria, portanto, uma tentativa injusta de sabotar o setor e, conseqüentemente, o desenvolvimento brasileiro.

Em meio a isso, também há uma defesa explícita de que o Brasil deve explorar seus recursos naturais, em especial, a Amazônia. Para isso, usa-se a justificativa do *Whataboutism* no tópico *Hipocrisia de países estrangeiros*, que afirma que não é necessário reduzir a

quantidade de emissões, já que elas são pouco significativas em comparação com as emissões de países desenvolvidos (Lamb *et al.*, 2020). O tópico ainda apresenta a chamada “desculpa de carona”, também mencionada pelos autores, para abordar a defesa da soberania nacional. Segundo essas mensagens, não explorar os recursos naturais do Brasil pode enfraquecer o país, enquanto outros países continuam se fortalecendo através da exploração da natureza. Nesse sentido, há a disseminação de ideias que buscam rejeitar qualquer interferência externa nas políticas ambientais do Brasil.

Narrativas apocalípticas, vinculadas à religião, como mostram a subseção 7.3 “Extrema direita, religião e negacionismo climático”, estão inseridas em um discurso catastrofista, que afirma que o ser humano não é capaz de realizar mudanças para mudar o clima no planeta. Essas mensagens costumam depositar no Deus cristão a responsabilidade de mudar o rumo das mudanças climáticas. Essas argumentações também caem na ideia central de que “As soluções climáticas não funcionarão”, de acordo com o *Center for Countering Digital Hate* (2024).

Diante desse cenário, para além do conspiracionismo climático, as mensagens mostram a tendência de uma “nova negação”, que não atua com uma rejeição direta das mudanças climáticas, mas sim por desvios estratégicos das soluções para o problema. Ao deslocar a discussão para narrativas paralelas, esses conteúdos criam a ilusão de um engajamento crítico e mobilizador, mas na prática evitam confrontar as questões que ameaçam as políticas que mantêm o *status quo* de grandes grupos empresariais. Esse mecanismo reforça o negacionismo de maneira sutil, o que pode tornar o processo de contestação mais complexo.

7.5 Negacionismo reflete polarização política do Brasil

O discurso conspiracionista se conecta à polarização política no país, especialmente nas eleições de 2022, quando o negacionismo climático foi incorporado à retórica bolsonarista, que se posicionava contra regulações ambientais e minimizava os impactos das mudanças climáticas. O apoio ao agronegócio e a outras atividades extrativistas foi um dos pilares do governo Bolsonaro e um dos pontos de atenção do seu plano de governo de 2022 (Bolsonaro, 2022). Sob a justificativa de impulsionar a economia e garantir o desenvolvimento de diversos setores, o discurso bolsonarista ignorou alertas científicos sobre desmatamento, queimadas e degradação ambiental (Brzezinski, 2021). A preservação ambiental foi tratada como um obstáculo ao progresso, ao mesmo tempo em que houve a defesa de medidas que favoreciam a expansão do agronegócio sobre áreas protegidas. Esse

posicionamento consolidou o apoio do setor ruralista, que aponta que as políticas ambientais ameaçam seu modelo de produção.

A defesa da propriedade privada foi outro elemento central da narrativa bolsonarista, especialmente no combate às ações do MST. Enquanto Lula se posicionou favorável à reforma agrária e à regularização de territórios ocupados pelo movimento (Lula, 2022), Bolsonaro utilizou o discurso de “invasão de terras” para deslegitimar o MST e reforçar seu apoio aos ruralistas (Bolsonaro, 2022). Isso viabilizou a disseminação das mensagens contra o movimento e contra Lula. Como parte desses argumentos, também havia a defesa do armamentismo. Inspirado nos discursos da *far-right* estadunidense, que associa a posse de armas à liberdade individual, o discurso armamentista no Brasil foi adaptado para atender a interesses específicos, especialmente do agronegócio. A ideia de que produtores rurais precisavam de armamento para proteger suas propriedades contra invasões de terra foi amplamente disseminada.

A própria presença de Lula na COP27, após ser eleito em 2022, se tornou motivo de ataques por parte de grupos conspiracionistas, que interpretaram sua participação como uma submissão a uma suposta agenda globalista. Ao mesmo tempo, o recém-eleito presidente foi comparado com Bolsonaro, que, segundo as mensagens, não cedia às pressões de organismos e governos estrangeiros para preservar o meio ambiente. Nesse contexto, as conspirações em torno do comunismo foram fomentadas como mais um reflexo dos embates entre a extrema direita e a esquerda no período eleitoral. As pautas ambientalistas foram associadas a um plano de implementação do comunismo.

Dessa forma, a discussão em torno da preservação ambiental, da transição energética e do uso consciente dos recursos naturais, perdeu espaço para apelações em torno de uma suposta ameaça ideológica. Em meio a isso, também foram disseminadas mensagens que alertavam que o país poderia se tornar uma “nova Venezuela” caso Lula fosse eleito. Esse argumento carregava alarmismo ao apresentar a situação de instabilidade política e econômica da Venezuela no período. A possível ameaça girava em torno, portanto, da implantação de uma ditadura socialista.

Outro ponto de polarização foi a exploração da Amazônia. Durante o governo Bolsonaro, a fiscalização ambiental foi enfraquecida e houve um incentivo velado à ocupação ilegal de terras indígenas e unidades de conservação por grileiros, garimpeiros e madeireiros. Qualquer tentativa de controle internacional sobre a Amazônia foi interpretada como uma ameaça à soberania nacional, enquanto o aumento dos números do desmatamento e de incêndios na floresta eram negados pelo próprio governo, que colocou sob dúvida a

credibilidade do monitoramento do Inpe. Essa negação também ressoou nas mensagens negacionistas dos grupos e canais analisados. Assim, o negacionismo climático, incorporado à retórica bolsonarista, não apenas legitimou políticas ambientais predatórias, mas também serviu como instrumento de mobilização política.

7.6 Telegram como canal para o negacionismo

Em meio a essas discussões, torna-se relevante abordar o Telegram como um agente que interfere no cenário estudado na pesquisa. Em sua busca por manter a liberdade de expressão, o Telegram vem promovendo a propagação do negacionismo climático, como os resultados apontam. Sua falta de regulamentação e a dificuldade de acesso a dados (NetLab, 2024) contribuem para a construção de comunidades nas quais negacionismo e teorias da conspiração sobre mudanças climáticas podem circular sem grandes obstáculos.

O aplicativo, que em muitos casos é considerado um “refúgio seguro” para usuários banidos de outras redes sociais (Rogers, 2020), não divulga relatórios de transparência nem se envolve de maneira significativa na regulação do conteúdo divulgado em suas plataformas. Isso permite que canais de extrema direita brasileiros, especialmente os ligados ao bolsonarismo, utilizem o Telegram para reforçar a narrativa de desconfiança e ataque à ciência, como parte de uma estratégia mais ampla de minar a credibilidade de estudos científicos sobre o clima e de instituições que divulgam dados que apontam o avanço da crise climática.

O enfraquecimento da confiança na mídia tradicional, alimentado por narrativas de ataque e deslegitimação, também tem sido uma estratégia recorrente por parte de movimentos políticos de extrema direita, ao buscarem pôr em dúvida a autoridade de instituições tradicionais. Esse cenário permite que a circulação de negacionismo, teorias conspiratórias e conteúdos de caráter duvidoso seja viabilizada em plataformas digitais como alternativas supostamente verdadeiras ou livres de censura, diferente do que seria veiculado pelos meios de comunicação já estabelecidos.

Essas narrativas não apenas questionam as evidências científicas sobre o clima, mas também transformam a audiência em agentes ativos de um suposto movimento de resistência, incentivando-os a disseminar essas informações e ampliar o alcance da desinformação. O encaminhamento de mensagens, especialmente no formato de “correntes”, criam o senso de comunidade entre os membros desses grupos e canais, onde eles podem se sentir parte de um movimento unido contra um inimigo em comum. Os grupos negacionistas costumam compartilhar informações como se estivessem revelando uma "verdade oculta", acessível

apenas para aqueles que rejeitam a grande mídia e a ciência. Isso tem o potencial de fortalecer a lealdade entre os membros e reduzir a disposição de acreditar em informações de fontes externas.

No entanto, essa estratégia que cerca o negacionismo climático no Telegram não circula isoladamente dentro dos grupos e canais. Ele costuma estar interligado com outros conteúdos de negação, criando um ambiente onde diversas teorias conspiratórias se retroalimentam. Um exemplo que aparece nos resultados é a relação entre o negacionismo climático e o negacionismo em torno das vacinas da covid-19, ambos os casos pautados pela negação à ciência. Assim como ocorre com a crise climática, os grupos negacionistas apresentam as vacinas como um instrumento de controle social imposto por elites globalistas. A desconfiança em relação a cientistas, organizações internacionais e governos é um ponto central nessas narrativas, fomentando a ideia de que há uma suposta manipulação para restringir liberdades individuais. Esses argumentos são facilmente adaptáveis e utilizados tanto para negar a eficácia das vacinas quanto para contestar as evidências sobre o aquecimento global.

Isto posto, é possível notar que comunidades de extrema direita utilizam o Telegram como instrumento de mobilização contra a ciência e as instituições democráticas, disseminando o negacionismo climático para ampliar sua agenda política, fomentada durante o período eleitoral. Nesse contexto, o Telegram não apenas se torna uma espécie de refúgio para a disseminação de ódio e extremismo, mas também um importante veículo para a propagação de ideias que comprometem a luta contra o aquecimento global e a construção de políticas eficazes de enfrentamento à crise climática.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O negacionismo climático se consolidou como um fenômeno no cenário político global e que vem refletindo, no momento atual, discursos e estratégias da extrema direita, atreladas a interesses de grandes empresas que contribuem com a crise climática. De acordo com os resultados da presente pesquisa, essa dinâmica foi evidente no Brasil durante as eleições de 2022, quando grupos políticos e comunidades digitais disseminaram narrativas que minimizaram ou negaram a crise climática, o que reforçou a polarização política do período. Esse processo esteve fortemente associado à desordem informacional, devido à sobreposição de informações falsas que dificultam o discernimento da realidade por parte do público.

O Telegram, uma plataforma com o potencial radicalizador, desempenhou um papel central na circulação de negacionismo e teorias conspiratórias, criando um ambiente propício para o crescimento de grupos que se opõem ao consenso científico sobre as mudanças climáticas e sobre a ciência de forma geral. A ausência de mecanismos de moderação eficazes contribuiu para a intensificação da desordem informacional, agravando a circulação de narrativas negacionistas. Além do negacionismo, essas ideias incluem a defesa de uma mitigação limitada, uma adaptação conveniente, sem grandes mudanças, e a reprodução de discursos de setores da economia que se apresentam como agentes de transformação climática, mas buscam apenas benefícios próprios.

Algumas ideias disseminadas nas mensagens, como o *lockdown* climático e o conspiracionismo sobre agendas globalistas remetem a um conspiracionismo de base estrangeira. Esse tipo de conteúdo foi adaptado para o contexto brasileiro, mesclando-se com questões como a defesa da soberania nacional frente a uma percepção conspiracionista de que interesses estrangeiros que visam a interferir nas políticas ambientais internas seriam os criadores de falsas narrativas sobre a crise climática. A desordem informacional atua aqui ao promover a circulação desse tipo de conteúdo, que conta com um apelo emocional que mascara os interesses políticos e econômicos.

Nesse contexto de posicionar o estrangeiro como inimigo, a preservação ambiental é retratada como uma imposição estrangeira, o que afeta a percepção pública em torno de ONGs e ativistas ambientais. Dessa forma, há a possibilidade de que o argumento da legitimidade da exploração dos biomas brasileiros, em especial da Amazônia, seja cada vez mais impulsionado sobre bases negacionistas e protecionistas. A desinformação disseminada

nesses espaços faz parte de uma dinâmica mais ampla de desordem informacional que mina o debate público e enfraquece a confiança em instituições ambientais e científicas.

Assim, as discussões que circulam em comunidades de extrema direita no Telegram desconsideram ou distorcem questões relevantes associadas à justiça climática e a acordos de cooperação internacional. O negacionismo climático não foi um fenômeno isolado dentro do bolsonarismo, mas parte de um conjunto de estratégias que incluíam também o negacionismo da pandemia e o ataque às instituições democráticas. Tornou-se uma forma de construir uma base fiel de apoiadores desconfiados da ciência, da mídia e das instituições democráticas, fortalecendo a narrativa de que apenas os grupos de extrema direita têm acesso à “verdade”. Esse ambiente de desconfiança se retroalimenta por meio da desordem informacional, dificultando o estabelecimento de consensos mínimos sobre questões críticas.

É possível observar, portanto, que o negacionismo climático e narrativas anti-ambientalistas no geral, estão relacionadas às guerras culturais. Ou seja, compõem um arcabouço que vai além do simples discurso voltado para questões climáticas e socioambientais. Essa mobilização coordenada pode ter consequências de longo prazo para a percepção pública das políticas ambientais e a adesão da sociedade a medidas necessárias para a mitigação dos impactos das mudanças climáticas. Tais campanhas se integram a uma estrutura característica da desordem informacional, que recicla conteúdos conspiratórios e os adapta a diferentes contextos políticos e culturais.

Em meio a isso, o segundo mandato de Donald Trump nos EUA e suas medidas antiambientais anti-climáticas pode ser particularmente prejudicial para o Brasil, que terá eleições presidenciais novamente em 2026, provavelmente sob um cenário polarizado, semelhante ao de 2022. A desordem informacional alimenta essa lógica, com uma alta produção e disseminação de conteúdos sensacionalistas e polarizadores em detrimento de análises baseadas em dados e ciência. É possível observar, pelas aproximações das mensagens com as conspirações importadas da *far-right*, que a extrema direita brasileira se espelha fortemente no movimento negacionista estrangeiro que hoje é liderado por Trump. Assim, grupos de extrema direita no Brasil podem se sentir encorajados a intensificar campanhas de desinformação sobre a crise climática, além de fortalecer a oposição a políticas ambientais.

Esse cenário é preocupante diante dos avanços das mudanças climáticas e da intensificação de suas consequências na sociedade, com eventos climáticos cada vez mais extremos. No entanto, diante do cenário negacionista, essa realidade enfrenta os desafios emblemáticos de um ambiente de pós-verdade, no qual emoções e crenças pessoais se sobrepõem às evidências científicas. Isso se torna especialmente desafiador diante da falta de

regulamentação das plataformas digitais, cujas *big techs* que as comandam não estão dispostas a assumir responsabilidade sobre o conteúdo de desinformação que circula no meio digital.

O caso do Telegram mostra um cenário ainda mais abrangente, em que as estruturas digitais estão cada vez mais descentralizadas e as políticas de moderação que regem esses ambientes são ineficazes para combater a proliferação de conteúdos negacionistas. Essa ausência de regulação eficaz facilita a intensificação da desordem informacional, dificultando o acesso a informações confiáveis sobre mudanças climáticas. Além disso, essas dinâmicas potencializam a criação de bolhas informativas, nas quais os participantes são expostos continuamente às mesmas narrativas sem contrapontos científicos. A ausência de regulamentação e transparência eficazes permite o crescimento dessas narrativas.

Nesse sentido, estudos futuros sobre as questões climáticas, plataformas digitais e a extrema direita são necessários. Para isso, torna-se relevante realizar análises qualitativas com uma abordagem mais descritiva, lançando um olhar aprofundado para os discursos dos agentes, para os links compartilhados nas mensagens e para os arquivos de mídia, como imagens, vídeos e áudios. Além disso, é importante estudar como fenômenos relacionados à extrema direita, como as guerras culturais, ações antidemocráticas, negacionismo científico, nacionalismo e discurso de ódio estão crescendo em outras plataformas.

Torna-se particularmente relevante pôr plataformas como Twitter e Instagram no centro do debate, levando em consideração que seus principais representantes adotam atualmente um posicionamento inclinado à extrema direita. Essas plataformas também operam como catalisadores da desordem informacional, dado seu modelo algorítmico voltado à amplificação de conteúdos de alta repercussão emocional.

Diante dessas problemáticas, é essencial aprofundar debates sobre a regulamentação digital, em especial no cenário brasileiro. Além disso, o equilíbrio entre liberdade de expressão e responsabilidade social das empresas de tecnologia, de modo a mitigar os impactos da desinformação na formulação de políticas públicas e na percepção coletiva de temas críticos, como a crise climática. O enfrentamento à desordem informacional é, portanto, um dos principais desafios contemporâneos para garantir uma governança climática baseada em evidências e orientada ao bem comum.

9 REFERÊNCIAS

AIDAR, F.; ALVES, J. C. **Como não ser enganado pelas fakes news**. São Paulo: Moderna, 2019.

AGRAWAL, R.; WANKHEDE, V. A.; KUMAR, A.; et al. An exploratory state-of-the-art review of artificial intelligence applications in circular economy using structural topic modeling. **Operations Management Research**, v. 15, p. 609–626, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s12063-021-00212-0>. Acesso em: 21 mar. 2025.

ALCARÁ, A. R.; CHIARA, I. G.; RODRIGUES, J. L.; TOMAÉL, M. I.; PIEDADE, V. C. H. Fatores que influenciam o compartilhamento da informação e do conhecimento. Perspectivas em **Ciência da Informação**, [S. l.], v. 14, n. 1, p. 170–191, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/23589>. Acesso em: 21 mar. 2025.

ALENTEJANO, P. R. R. A política de assentamentos rurais do governo FHC e os desafios da reforma agrária no Brasil do século XXI. *Agrária* (São Paulo. Online), [S. l.], n. 1, p. 2–15, 2004. DOI: 10.11606/issn.1808-1150.v0i1p2-15. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/agraria/article/view/73..> Acesso em: 23 mar. 2025.

ALENTEJANO, P. R. R. As políticas do Governo Bolsonaro para o campo: a contra-reforma em marcha acelerada. **Revista da ANPEGE**, [S. l.], v. 16, n. 29, p. 353–392, 2020. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/12434>. Acesso em: 01 jun. 2024.

ALMEIDA, R. S.; MACIEL, J. C.; MEDEIROS, R. F.; GADELHA, H. S.; CASTRO FILHO, H. M.; SANTOS, S. A.; MARQUES, A. T.; SILVA, M. M. A liberdade de expressão e seus limites: uma análise crítica do marco civil da internet. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 5, p. 1-15, 2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/25445/22675>. Acesso em: 21 mar. 2025.

ALVES, M.; GROHMANN, R.; RECUERO, R.; TAVARES, C. Desinformação e eleições de 2022 no Brasil: lições em um contexto do Sul Global. **INCT em Disputas e Soberanias Informacionais**. Disponível em: <https://inctdsi.uff.br/2023/11/15/disinformation-and-2022-elections-in-brazil-lessons-learned-from-a-south-to-southcontext/>. Acesso em: 13 fev. 2025.

AMARAL, A. C. Delegação oficial do Brasil é a maior da COP26, mas não inclui ONGs. **Folha de São Paulo**, 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2021/11/delegacao-oficial-do-brasil-e-a-maior-da-cop26-mas-nao-inclui-ongs.shtml#:~:text=Desde%20o%20in%C3%ADcio%20do%20governo,organiza%C3%A7%C3%B5es%20ind%C3%ADgenas%20e%20movimentos%20sociais..> Acesso em: 20 mai. 2024.

AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION. How and why does misinformation spread?. **American Psychological Association**. Disponível em: <https://www.apa.org/topics/journalism-facts/how-why-misinformation-spreads>. Acesso em: 20 mar. 2025.

AMERICAS QUARTELY. As repostas de Joe Biden sobre 10 temas da América Latina. **Americas Quartely**, 2020. Disponível em:

<https://www.americasquarterly.org/article/eleicoes-de-2020-nos-eua-10-perguntas-sobre-a-america-latina-para-os-candidatos/>. Acesso em: 20 mar. 2025.

ANTUNES, P. de B. **A FORMAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. REVISTA DIREITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 7–28, Disponível em: <https://seer.unirio.br/rdpp/article/view/9110>. Acesso em: 23 mar. 2025.

ARAÚJO, A. S.; SANTOS, A. P. Análise crítica do discurso ecológico em manchetes de língua inglesa: as ebulições políticas e as representações do Brasil no governo Temer. **Migulim - Revista Eletrônica do Netlli**, v. 13, n. 1, jan./abr. 2024. DOI: <https://doi.org/10.47295/mgren.v13i1.1047>. Disponível em: <http://revistas.urca.br/index.php/MigREN/article/view/1047>. Acesso em: 20 mar. 2025.

ASO, T.; RADEMACHER, C. Regulation of Digital Platforms and the Digital Economy in Japan. **GRUR International**, v. 71, n. 10, p. 980-995, out. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/grurint/ikac103>. Acesso em: 22 mar. 2025.

BARBOSA, L. M.; ZALIS, P.; FERES JÚNIOR, J. Decretos presidenciais e o meio ambiente. 2021. **Observatório Legislativo Brasileiro**. Disponível em: <https://olb.org.br/decretos-presidenciais-e-o-meio-ambiente/>. Acesso em: 30 maio 2024.

BASTA, P. C. Garimpo de ouro na Amazônia: a origem da crise sanitária Yanomami. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 39, n. 12, e00111823, 2023. DOI: 10.1590/0102-311XPT111823.

BBC. 'Cambridge Analytica planted fake news'. **BBC**, 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/av/world-43472347>. Acesso em: 20 mar. 2025.

BBC. Eleições 2022: os cinco temas que dominaram o debate entre Lula e Bolsonaro. **BBC News Brasil**, 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-63280658>. Acesso em: 20 mar. 2025.

BBC. India election 2019: The debunked fake news that keeps coming back. **BBC**, 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-asia-india-47878178>. Acesso em: 20 mar. 2025.

BBC. Telegram: por que Justiça mandou tirar aplicativo do ar no Brasil. **BBC**, 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c25ewyqev32o>. Acesso em: 20 abr. 2024.

BBC. University of East Anglia 'Climategate' scandal to be turned into film. **BBC**, 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/uk-england-norfolk-57402743>. Acesso em: 20 mar. 2025.

BELIC, G.; MEIRELES, G.; CARRASCO, J. C.; MARSCHALL, L.; NASCIMENTO, M. E.; MOURA, M. Checamos a sabatina de Jair Bolsonaro no pool de imprensa do Estadão. **Estadão, Estadão Verifica**, 2022. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/estadao-verifica/cheamos-a-sabatina-de-jair-bolsonaro-no-pool-de-imprensa-do-estadao/>. Acesso em: 21 mar. 2025.

BELLO, André. Polarização política e voto: o papel das questões morais e econômicas. **Revista Brasileira de Ciências Políticas**, v. 40, 2023. DOI: 10.1590/0103-3352.2023.40.260006.

BENNETT, W. L.; LIVINGSTON, S. The disinformation order: disruptive communication and the decline of democratic institutions. **European Journal of Communication**, v. 33, n. 2, p. 122-139, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0267323118760317>. Acesso em: 22 mar. 2025.

BETIM, F. Pesquisa Ipec: Lula tem 50% das intenções de voto e Bolsonaro marca 43%. **JOTA**, 2022. Disponível em: <https://www.jota.info/eleicoes/pesquisa-ipecc-lula-tem-50-das-intencoes-de-voto-e-bolsonaro-marca-43>. Acesso em: 13 fev. 2025.

BEZERRA, A. C.; CAPURRO, R.; SCHNEIDER, M. Regimes de verdade e poder: dos tempos modernos à era digital. **Liinc em Revista**, [S. l.], v. 13, n. 2, 2017. DOI: 10.18617/liinc.v13i2.4073. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/4073>. Acesso em: 20 mar. 2025.

BHARGAVA, V. R.; VELASQUEZ, M. Ethics of the attention economy: The problem of social media addiction. **Business Ethics Quarterly**, v. 31, n. 3, p. 321-359, 2021. DOI: 10.1017/beq.2020.32. Acesso em: 20 mar. 2025.

BILENKY, T. Ministro do Ambiente aciona CGU para obter contratos de ONGs com Fundo Amazônia. **Folha de São Paulo**, Ambiente, 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/02/ministro-do-ambiente-aciona-cgu-para-obter-contratos-de-ongs-com-fundo-amazonia.shtml>. Acesso em: 20 mar. 2025.

BILLER, D.; SAVARESE, M. Concealing Virus Is Latest Bolsonaro Effort To Shore Up Base. **Latino Usa**, 2020. Disponível em: <https://www.latinousa.org/2020/06/09/concealingvirusbolsonaro/>. Acesso em: 20 mar. 2025.

BOEIRA, S. L. B. POLÍTICA & GESTÃO AMBIENTAL NO BRASIL: DA RIO-92 AO ESTATUTO DA CIDADE. **Revista Alcance**, v. 10, n.3 p. 525 - 558, set./dez. 2003. DOI: 10.14210/alcance.v10n3.p525-558. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/ra/article/view/1840>. Acesso em: 20 mar. 2025.

BOLSONARO, J. **Plano de Governo 2023-2026**: Pelo bem do Brasil. 2022. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2022/08/plano-de-governo-bolsonaro-definitivo.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2025.

BONDS, E. L. Beyond denialism: think tank approaches to climate change. **Sociology Compass**, v. 10, p. 306-317, 2016. Disponível em: <https://compass.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/soc4.12361>. Acesso em: 20 mar. 2025.

BORBA, Julian; OKADO, Lucas; RIBEIRO, Ednaldo. Antipetismo e Ressentimento às Minorias. In: BORGES, André; VIDIGAL, Robert (eds.). **Para entender a nova direita**: polarização, populismo e antipetismo. Zouk, 2023.

BORGES, A. As duas faces da nova direita brasileira: antipolítica e reação conservadora. **Opinião Pública**, Campinas, SP, v. 30, p. e3018, 2024. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/op/article/view/8678190>. Acesso em: 23 mar. 2025.

BORGES, R.; ALESSI, G.; MENDONÇA, H. Bolsonaro é esfaqueado durante ato de campanha em Juiz de Fora. **El País**, 2018. Disponível em:

https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/06/politica/1536262864_321361.html. Acesso em: 20 mar. 2025.

BORTONE, E. A. Frações do empresariado em campanha pró-Bolsonaro (2018). **Revista Debates**, [S. l.], v. 14, n. 1, p. 60–83, 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/view/96076>. Acesso em: 01 jun. 2024.

BOYKOFF, M. Consensus and contrarianism on climate change: How the USA case informs dynamics elsewhere. **Metode Science Studies Journal**, [S. l.], n. 6, p. 89–95, 2016. DOI: 10.7203/metode.6.4182. Disponível em: <https://turia.uv.es/index.php/Metode/article/view/4182>. Acesso em: 23 mar. 2025.

BUCHANAN, E.; MARKHAM, A.; ESS, C. Ethics and internet research commons: Building a sustainable future. **Association of Internet Researchers**, 2012. Disponível em: <https://aoir.org/reports/ethics2.pdf>. Acesso em: 24 mai. 2024.

BUTARELLO, Neiva A. L. et al. Informação e conhecimento: proteger ou compartilhar? In: TOMAÉL, Maria I., JESUS, José A. G. (Org.). **Informação em múltiplas abordagens: acesso, compartilhamento e gestão**. Londrina: Midiograf, 2010. p. 99-116.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 5. out. 1988. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 23 mar. 2025.

BRASIL. Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014. **Presidência da República**, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/112965.htm. Acesso: 20 mar. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. **Presidência da República**, 2022. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/113709.htm. Acesso: 20 mar. 2025.

BRULLE, R. J. Chapter 24: Denialism: organized opposition to climate change action in the United States. In: **HANDBOOK OF U.S. ENVIRONMENTAL POLICY**. Cheltenham, UK: Edward Elgar Publishing, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.4337/9781788972840.00033>. Acesso em: 23 mar. 2025.

BRZEZINSKI, M. L. N. Desmonte do patrimônio ambiental do Brasil: uma política pública do presidente Bolsonaro. In: NICOLÁS, M. A.; GAITÁN, F. (Org.). **Desmonte do Estado e retração da cidadania: pensando alternativas de proteção social**. Rio de Janeiro: INCT-PPED, 2021. p. 96-151. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/356293963_Desmonte_do_Estado_e_Retracao_da_Cidadania_Pensando_alternativas_de_protecao_social. Acesso em: 20 abr. 2024.

BYFORD, J. **Conspiracy theories: A critical introduction**. London: Palgrave Macmillan, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1057/9780230349216>. Acesso em: 15 mai. 2024.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Deputados rejeitam urgência a projeto de combate a fake news. **Agência Câmara de Notícias**, 2022. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/864946-deputados-rejeitam-urgencia-a-projeto-de-combat-e-a-fake-news/>. Acesso em: 22 mar. 2025.

CAMINADE, C.; MCINTYRE, K. M.; JONES, A. E. Impact of recent and future climate change on vector-borne diseases. **Annals of the New York Academy of Sciences**, v. 1436, n. 1, p. 157-173, jan. 2018. DOI: 10.1111/nyas.13950. Acesso em: 20 mar. 2025.

CANON, G. Trump orders USDA to take down websites referencing climate crisis. **The Guardian**, 2025. Disponível em: <https://www.theguardian.com/us-news/2025/jan/31/trump-order-usda-websites-climate-crisis>. Acesso em: 20 mar. 2025.

CARROLL, W. K.; DAUB, S.; GUNSTER, S. Chapter 11: Regime of obstruction: fossil capitalism and the many facets of climate denial in Canada. In: **HANDBOOK OF ANTI-ENVIRONMENTALISM**. Cheltenham, UK: Edward Elgar Publishing, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.4337/9781839100222.00021>. Acesso em: 23 mar. 2025.

CARVALHO, R. C. Os direitos humanos de terceira geração. **Revista Jurídica do Ministério Público-Eletrônica**, (6), 2012. 97-122.

CASAGRANDE, A.; SILVA JÚNIOR, P.; MENDONÇA, F. MUDANÇAS CLIMÁTICAS E AQUECIMENTO GLOBAL: CONTROVÉRSIAS, INCERTEZAS E A DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA. **Revista Brasileira de Climatologia**, [S. l.], v. 8, 2021. DOI: 10.5380/abclima.v8i0.25793. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/rbclima/article/view/13593>. Acesso em: 22 mar. 2025.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 9. ed. rev. ampl. São Paulo: Paz e Terra, 2006. 698 p.

CASTRO, C. (Org.) **Amazônia e Defesa Nacional**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

CASTRO, G. Telegram ataca PL das Fake News em mensagem enviada a usuários. **Jota**, 2023. Disponível em: <https://www.jota.info/legislativo/telegram-ataca-pl-das-fake-news-em-mensagem-enviada-a-usuarios>. Acesso em: 20 mar. 2025.

CASTRO, G. Telegram cumpre determinação de Moraes sobre PL das Fake News para não ser suspenso. **Jota**, 2023. Disponível em: <https://www.jota.info/stf/do-supremo/telegram-cumpre-determinacao-de-moraes-sobre-pl-das-fake-news-para-nao-ser-suspenso>. Acesso em: 20 mar. 2025.

CASTRO, M. R. CONSERVADORISMO E IRRACIONALISMO: O BOLSONARISMO ENQUANTO REAÇÃO DO CAPITAL À SUA CRISE ESTRUTURAL. **Trabalho & Educação**, v. 30, n. 3, p. 33-49. set./dez., 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.35699/2238-037X.2021.32566>. Acesso em: 20 mar. 2025.

CASTRO, C.; PHAM, A. Is the attention economy noxious? **Philosophers' Imprint**, v. 20, 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/343643632_Is_the_Attention_Economy_Noxious. Acesso em: 20 mar. 2025.

CENTER FOR COUNTERING DIGITAL HATE. **The New Climate Denial**, 2024. Disponível em: https://counterhate.com/wp-content/uploads/2024/01/CCDH-The-New-Climate-Denial_FINALE.pdf. Acesso em: 20 mar. 2025.

CENTER FOR COUNTERING DIGITAL HATE. **The Toxic Ten**, 2022. Disponível em: <https://counterhate.com/wp-content/uploads/2021/11/211101-Toxic-Ten-Report-FINAL-V2.5.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2025.

CEPÊDA, V. A Nova Direita no Brasil: contexto e matrizes conceituais. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 23, n. 2, p. 40–74, 2018. DOI: 10.5433/2176-6665.2018v23n2p40. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/34801>. Acesso em: 21 mar. 2025.

CESARINO, L. Pós-verdade e a crise do sistema de peritos: uma explicação cibernética. **Iha**, v. 23, n. 1, p. 73–96, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2175-8034.2021.e75630>. Acesso em: 13 fev. 2025.

CHADE, J. Cúpula do clima aprofunda Brasil como pária internacional. **UOL**, 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/12/12/cupula-do-clima-aprofunda-brasil-como-paria-internacional.htm>. Acesso em: 20 mar. 2025.

CLIMAINFO. Trump nomeia negacionista climático para Departamento de Energia nos EUA. **ClimaInfo**, 2024. Disponível em: <https://climainfo.org.br/2024/11/18/trump-nomeia-negacionista-climatico-para-departamento-de-energia-nos-eua/>. Acesso em: 20 mar. 2025.

CLIMAINFO. Trump tira EUA do Acordo de Paris e assina atos promovendo combustíveis fósseis e mineração. **ClimaInfo**, 2024. Disponível em: <https://climainfo.org.br/2025/01/20/trump-tira-eua-do-acordo-de-paris-e-assina-atos-promovendo-combustiveis-fosseis-e-mineracao/>. Acesso em: 20 mar. 2025.

CLIMATE ACTION AGAINST DISINFORMATION. What is Misinformation and Disinformation. **Climate Action Against Disinformation**. Disponível em: <https://caad.info/what-is-misinformation-disinformation/>. Acesso em: 20 mar. 2025.

CLIMATEWATCH. Climate commitments under the Paris Agreement: Brazil. **ClimateWatch**. Disponível em: https://www.climatewatchdata.org/countries/BRA?end_year=2021&start_year=1990. Acesso em: 20 mar. 2025.

CNN BRASIL. Manifestantes protestam pelo país contra eleição de Lula. **CNN**, 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/manifestantes-protestam-contraeleicao-de-lula/>. Acesso em: 20 mar. 2025.

CNN BRASIL. Pesquisa Quaest para presidente: Lula tem 45% e Bolsonaro 33%. **CNN**, 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/pesquisa-quaest-para-presidente-lula-tem-45-e-bolsonaro-33/>. Acesso em: 13 fev. 2025.

COBB, C. W. The politics of climate denialism and the secondary denialism of economics. **American Journal of Economics and Sociology**, Wiley Blackwell, v. 84, n. 1, p. 69–88, jan. 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/ajes.12606>. Acesso em: 20 mar. 2025.

COELHO, F. Entre la esperanza y la gobernabilidad: la reforma agraria, el gobierno de Lula y el Movimiento de los Trabajadores Rurales sin Tierra (MST). **Revista de historia americana y argentina**, Mendoza, v. 58, n. 2, p. 35-62, dez. 2023. Disponível em: https://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2314-15492023000200035&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 23 mar. 2025.

COHEN, J. C. P.; BELTRÃO, J. C.; GANDU, A. W.; SILVA, R. R. Influência do desmatamento sobre o ciclo hidrológico na Amazônia. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 59, n. 3, jul./set. 2007. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252007000300015&script=sci_arttext&lng=es. Acesso em: 27 mai. 2024.

COLETTA, R. S.; CHAIB, J. Questão climática pode ajudar Lula a reaver protagonismo internacional do Brasil. **Folha de São Paulo**, 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2022/11/questao-climatica-pode-ajudar-lula-a-reaver-p-rotagonismo-internacional-do-brasil.shtml>. Acesso em: 20 mai. 2024.

COLETTI, C. O MST e os limites da luta pela terra no Brasil. **II Simpósio Estadual Lutas Sociais na América Latina GEPAL/UEL**, 2006. Disponível em: <https://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/segundosimposio/claudinei.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2025.

CONGRESSO EM FOCO. Kit gay nunca foi distribuído em escola; veja verdades e mentiras. **Congresso em Foco**, 2020. Disponível em: <https://www.congressoemfoco.com.br/noticia/18778/kit-gay-nunca-foi-distribuido-em-escola-veja-verdades-e-mentiras>. Acesso em: 20 mar. 2025.

CONGRESSO EM FOCO. Quatro pesquisas acertaram a votação de Lula e Bolsonaro; veja quais. **Congresso em Foco**, 2022. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/quatro-pesquisas-acertaram-a-votacao-de-lula-e-bolsonaro-veja-quais/>. Acesso em: 13 fev. 2025.

COOK, J.; LEWANDOWSKY, S. Rational irrationality: modeling climate change belief polarization using Bayesian networks. **Top Cognition Science**, v. 8, n. 1, p. 160-179, jan. 2016. DOI: 10.1111/tops.12186. Epub 2016 jan. 8. PMID: 26749179.

CORPENICUS CLIMATE CHANGE SERVICE. Global Climate Highlights 2024. **Copernicus Climate Change Service**, 2024. Disponível em: <https://climate.copernicus.eu/global-climate-highlights-2024>. Acesso em: 21 mar. 2025.

CORRÊA, A. Lula recebe prêmio nos EUA. **BBC News Brasil**, 2011. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/06/110621_lula_premio_eua_ac. Acesso em: 13 fev. 2025.

CORRÊA, E. C. D.; CUSTÓDIO, M. G. A informação enfurecida e a missão do bibliotecário em tempos de pós-verdade: uma releitura com base em Ortega y Gasset. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 14, n. 2, p. 197-214, 2018. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/777>. Acesso em: 13 fev. 2025.

COSTA, T. A.; SILVA, E. A. Narrativas antivacinas e a crise de confiança em algumas instituições. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, [s. l.], v. 16, n. 2, 2022. Disponível em:

<https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/3229>. Acesso em: 20 mar. 2025.

COUNTER EXTREMISM PROJECT. **Terrorists On Telegram**. 2024. Disponível em: https://www.counterextremism.com/sites/default/files/2024-02/Terrorists%20on%20Telegram_022024.pdf. Acesso em: 18 mai. 2024.

CRESPO, G.; CARLETA, R. **Manual de comunicación política y estrategias de campaña**. Ecuador: Flacso, 2008.

CRUZ JUNIOR, Gilson. “VER O QUE TEMOS DIANTE DO NARIZ REQUER UMA LUTA CONSTANTE”: A PÓS-VERDADE COMO DESAFIO À EDUCAÇÃO NA ERA DIGITAL. *ETD - Educação Temática Digital*, Campinas, v. 23, n. 1, p. 273-290, jan. 2021. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-25922021000100273&lng=pt&nrm=iso. acessos em 22 mar. 2025. Epub 24-Jun-2022. <https://doi.org/10.20396/etd.v23i1.8656236>.

CURVELO, R. Telegram Ads: passo a passo para fazer anúncios incríveis. **Hubspot**, 2023. Disponível em: <https://br.hubspot.com/blog/marketing/telegram-ads#:~:text=Os%20an%C3%BAnuncios%20no%20Telegram%20s%C3%A3o,integrando%2Dse%20organicamente%20ao%20ambiente>. Acesso em: 20 mar. 2025.

D'ANCONA, M. **Pós-verdade**: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake news. Barueri: Faro Editorial, 2018.

D'ANDRÉA, C. F. B. Cartografando controvérsias com as plataformas digitais: apontamentos teórico-metodológicos. **Ensino, Educação e Ciências Humanas**, v.24, n.3, 2023. Galáxia, n.38, p. 28-39, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-2554234208>. Acesso em: 17 dez. 2023.

DA SILVA, L. I. L. **DIRETRIZES PARA O PROGRAMA DE RECONSTRUÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DO BRASIL: LULA ALCKMIN 2023-2026, COLIGAÇÃO BRASIL DA ESPERANÇA**. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/wp-content/uploads/2022/09/lula.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2025.

DATAFOLHA. Cara típica do Evangélico Brasileiro é Feminina e Negra. **Folha de São Paulo**, 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/01/cara-tipica-do-evangelico-brasileiro-e-feminin-a-e-negra-aponta-datafolha.shtml>. Acesso em: 20 mar. 2025.

DATAFOLHA. **Eleições 2022**. Disponível em: <https://media.folha.uol.com.br/datafolha/2022/06/29/rxe83287gruoeligiao-jun-22.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2025.

DATAFOLHA. Mudanças climáticas e aquecimento global ainda são desconhecidas por 34% dos brasileiros. **Folha de São Paulo**, 2025. Disponível em: <https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniao-e-sociedade/2025/02/mudancas-climaticas-e-aquecimento-global-ainda-sao-desconhecidas-por-34-dos-brasileiros.shtml>. Acesso em: 20 mar. 2025.

DATAREPORTAL. Digital 2024: Brazil. **DataReportal**, 2024. Disponível em: <https://datareportal.com/reports/digital-2024-brazil>. Acesso em: 13 fev. 2025.

DOREIAN, P.; MRVAR, A. The Koch Brothers and the climate change denial social movement. In: **HANDBOOK OF ANTI-ENVIRONMENTALISM**. Cheltenham, UK: Edward Elgar Publishing, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.4337/9781839100222.00022>. Acesso em: 23 mar. 2025.

EDELMANN, A.; WOLFF, T.; MONTAGNE, D.; BAIL, C. A. Computational social science and sociology. **Annual Review of Sociology**, v. 46, p. 61-81, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1146/annurev-soc-121919-054621>.

EKO; INDIA CIVIL WATCH INTERNACIONAL. **As India election underway, Meta approves series of violent, inflammatory, Islamophobic AI-generated ads targeting voters**. Disponível em: https://aks3.eko.org/pdf/Meta_AI_ads_investigation.pdf. Acesso em: 20 mar. 2025.

EMPOLI, G. **Os engenheiros do Caos** – como as Fake News, as teorias da conspiração e os algoritmos estão sendo utilizados para disseminar ódio, medo e influenciar eleições. 1ª ed. São Paulo: Vestígio, 2019.

EUROPEAN COMMISSION. The Digital Markets Act. **European Commission**, n. d. Disponível em: https://digital-markets-act.ec.europa.eu/index_en. Acesso em: 20 mar. 2025.

EVANGELISTA-VALE, J. C. et al. Climate change may affect the future of extractivism in the Brazilian Amazon. **Biological Conservation**, v. 257, p. 109093, 2021. DOI: 10.1016/j.biocon.2021.109093. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.biocon.2021.109093>. Acesso em: 23 mar. 2025.

FALCÃO, T. Lula delega a Alckmin diálogo com agro e visitas ao Centro-Oeste na reta final da campanha. **CNN Brasil**. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/lula-delega-a-alckmin-dialogo-com-agro-e-visitas-ao-centro-oeste-na-reta-final-da-campanha/>. Acesso em: 20 mar. 2025.

FALCO, A. Publieditorial: o “mascaramento” da informação. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO**, 30., 2007, Santos. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R1532-1.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2025.

FALLIS, D. **What Is Disinformation?**. Library Trends, 2015. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/article/579342>. Acesso em: 22 fev. 2025.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. 12ª ed., 1ª reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

FISCHER, F. Knowledge politics and post-truth in climate denial: on the social construction of alternative facts. **Critical Policy Studies**, v. 13, n. 2, p. 133-152, 2019. DOI: 10.1080/19460171.2019.1602067. Acesso em: 22 fev. 2025.

FLORIDI, L. What is the Philosophy of Information?. **Metaphilosophy**, v. 33, n. 1-2, p. 123-144, 1996. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3862333>. Acesso em: 20 mar. 2025.

FOLHA DE SÃO PAULO. Governo brasileiro participa de reunião com negacionistas do clima. **Folha de São Paulo**, Ambiente, 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/07/governo-brasileiro-participa-de-reuniao-com-negacionistas-do-clima.shtml>. Acesso em: 20 mar. 2025.

FONSECA, I. F.; BURSZTYN, M.; LINDOSO, D. P.; DAUGEARD, M. A desconstrução organizada da política florestal no Brasil: estratégias de dismantelamento e de resistência. In: GOMIDE, A.; SÁ E SILVA, M.; LEOPOLDI, M. A. (orgs.). **Desmonte e reconfiguração de políticas públicas (2016-2022)**. 1. ed. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2023. p. 125-155. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-049-3/capitulo5>.

FONTAINHA, F. C.; LIMA, A. E. C. JUDICIÁRIO E CRISE POLÍTICA NO BRASIL HOJE: DO MENSALÃO À LAVA JATO. **Alumni**, 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Fernando-Fontainha/publication/348414370_Judiciario_e_crise_politica_no_Brasil_hoje_do_mensalao_a_lava-jato/links/5ffd9aad45851553a03a67f1/Judiciario-e-crise-politica-no-Brasil-hoje-do-mensalao-a-lava-jato.pdf. Acesso em: 20 mar. 2025.

FORTI, L. R.; TRAVASSOS, M. L. O.; CORONEL-BEJARANO, D. et al. Posts Supporting Anti-Environmental Policy in Brazil are Shared More on Social Media. **Environmental Management**, 2022. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s00267-022-01757-x#citeas>. Acesso em: 5 jan. 2022.

FOUCAULT, Michel. Sobre a Arqueologia das Ciências: resposta ao círculo de epistemologia. In: MOTTA, M. B. (Org.). **Ditos e Escritos II: Michel Foucault Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de pensamento**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000, p. 82-118.

FRANÇA, K. A.; BUDÓ, M. N.; DIAS, F. V. O aquecimento global no discurso parlamentar brasileiro: denúncia e negação de responsabilidade do agronegócio. **Revista Direito, Estado e Sociedade**, [S. l.] n. 59. 2021. Disponível em: <https://revistades.jur.puc-rio.br/index.php/revistades/article/view/1488>. Acesso em: 20 mai. 2024.

FULL FACT. The facts behind Labour and Conservative Facebook ads in this election. **Full Fact**, The Election 2019. Disponível em: <https://fullfact.org/election-2019/ads/>. Acesso em: 20 mar. 2025.

FURTADO, F. Antiambientalismo bolsonarista e financeirização da natureza em tempos de pandemia. In: PAIM, E. S. **Resistências e Re-existências: mulheres, território e meio ambiente em tempos de pandemia**, São Paulo, 2021. Disponível em: https://rosalux.org.br/wp-content/uploads/2021/03/Resistencias_re-existencias_web.pdf. Acesso em: 21 mai. 2024.

G1. Entenda como acampamentos golpistas montados depois da eleição resultaram em atos de violência e terrorismo em Brasília. **G1**, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2022/12/30/entenda-acampamentos-bolsonaristas-violencia-terrorismo.ghtml>. Acesso em: 20 mar. 2025.

GANGULY, S. An illiberal India? **Journal of Democracy**, v. 31, n. 1, p. 193-202, 2020. Disponível em: <https://polisci.indiana.edu/research/publications/2020-ganguly-Illiberal-india.html>. Acesso em: 20 mar. 2025.

GARCÍA-OROSA, Berta. Disinformation, social media, bots, and astroturfing: the fourth wave of digital democracy. **Profesional de la información**, [S. l.], v. 30, n. 6, 2021. DOI: 10.3145/epi.2021.nov.03. Disponível em: <https://revista.profesionaldelainformacion.com/index.php/EPI/article/view/86730>. Acesso em: 22 mar. 2025.

GARIMELLA, K.; TYSON, G. WhatsApp, Doc? A first look at WhatsApp public group data. **Proceedings of the International AAI Conference on Web and Social Media**, v. 12, 2018. DOI: 10.1609/icwsm.v12i1.14989.

GASTALDI, F. C. Gramsci e o negacionismo climático estadunidense: a construção do discurso hegemônico no Antropoceno. **Neiba: Cadernos Argentina Brasil**, v. 7, 2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/neiba/article/view/39247/29943>. Acesso em: 20 mai. 2024.

GATTI, L. V. et al. Increased Amazon carbon emissions mainly from decline in law enforcement. **Nature**, v. 621, n. 7978, p. 318-323, set. 2023. DOI: 10.1038/s41586-023-06390-0. Epub 2023 ago 23. PMID: 37612502.

GENRO FILHO, A. **O Segredo da Pirâmide**: Para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Tchê!, 1987.

GHIRALDELLI, G. Fatos Primeiro: Bolsonaro acerta sobre números de titulação de terras, mas omite dados de reforma agrária. **CNN Brasil**. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/fatos-primeiro-bolsonaro-acerta-sobre-numeros-de-titulacao-de-terras-mas-omite-dados-de-reforma-agraria/>. Acesso em: 20 mar. 2025.

GIBSON, R. K. et al. Election campaigning on the WWW in the USA and UK: a comparative analysis. **Party Politics**, London, v.9, n.1, p.47-75, 2003.

GILLESPIE, T. A relevância dos algoritmos. **Parágrafo**, v. 6, n. 1, p. 95-121, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/722>. Acesso em 13 fev. 2025.

GOMES, B.; CAETANO, G. Empresários do agronegócio despontam como líderes em doações para campanhas eleitorais. **O Globo**, Política, 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/eleicoes-2022/noticia/2022/09/empresarios-do-agronegocio-despontam-como-lideres-em-doacoes-para-campanhas-eleitorais.ghtml>. Acesso em: 2 jun. 2024.

GOUNARIDIS, D.; NEWELL, J. P. The social anatomy of climate change denial in the United States. **Scientific Reports**, v. 14, p. 2097, 2024. DOI: 10.1038/s41598-023-50591-6. Acesso em: 20 mar. 2025.

GRAGNANI, J. Agronegócio banca palestras que espalham mito de que aquecimento global pelo homem é fraude. **BBC**, 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-59310009>. Acesso em: 18 mai. 2024.

GRECH, V. Fake news and post-truth pronouncements in general and in early human development. **Early Human Development**, v. 115, p. 118-120, dez. 2017. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/28951119/>. Acesso em: 20 mar. 2025.

GRIGORI, P. Em meio à pandemia, governo Bolsonaro aprova 118 agrotóxicos em dois meses. **Agência Pública**, 13 mai. 2020. Disponível em: <https://apublica.org/2020/05/em-meio-a-pandemia-governo-bolsonaro-aprova-96-agrotoxicos-em-dois-meses/>. Acesso em: 20 mai. 2024.

GRISA, Catia. O agronegócio e agricultura familiar no planejamento setorial nos governos FHC, Lula e Dilma: continuidades e descontinuidades. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 3, p. 545-573, out. 2021. DOI: <https://doi.org/10.36920/esa-v29n3-3>. Acesso em: 20 mar. 2025.

GRISCHKE, L. L. “Festa da Selma”: reflexões acerca da aplicação dos conceitos de fascismo e fake news aos ataques à democracia brasileira em 8 de janeiro de 2023. **Princípios**, [S. l.], v. 43, n. 170, p. 222–238, 2024. DOI: 10.14295/principios.2675-6609.2024.170.012. Disponível em: <https://revistaprincipios.emnuvens.com.br/principios/article/view/493>. Acesso em: 22 mar. 2025.

GUERREIRO, C.; ALMEIDA, R. Negacionismo religioso: Bolsonaro e lideranças evangélicas na pandemia Covid-19. **Religião & Sociedade**, v. 41, n; 2, p. 49-74, 2021. Disponível em: http://old.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-85872021000200049. Acesso em: 20 mar. 2025.

GUIMARÃES, R.; FONTOURA, Y. Rio+20 ou Rio-20?: crônica de um fracasso anunciado. **Ambiente & Sociedade**, v. XV, n. 3, p. 19-39, 2012. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10438/21620>. Acesso em: 20 mar. 2025.

GULART, J.; ROXO, S. Lula vai a 'sabatina do agro' e fala em restabelecer relações com China em seis meses. **O Globo**, 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/eleicoes-2022/noticia/2022/09/lula-vai-a-sabatina-do-agro-e-fala-em-restabelecer-relacoes-com-china-em-seis-meses.ghtml>. Acesso em: 20 mar. 2025.

HAJLI, N.; SAEED, U.; TAJVIDI, M.; SHIRAZI, F. Social Bots and the Spread of Disinformation in Social Media: The Challenges of Artificial Intelligence. **British Journal of Management**, 33 (3), 1238-1253, 2022. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/1467-8551.12554>. Acesso em: 20 mar. 2025.

HALES, S. Misinformation and disinformation. *Info Insights*, v. 23, n. 2, 2019. Disponível em: <https://search-proquest.ez45.periodicos.capes.gov.br/docview/2275875089?accountid=26641>. Acesso em: 15 mar. 2020.

HARGAVA, V. R.; VELASQUEZ, M. Ethics of the Attention Economy: The Problem of Social Media Addiction. **Business Ethics Quarterly**, v. 31, n. 3, p. 321-359, 2021. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/business-ethics-quarterly/article/ethics-of-the-attention-economy-the-problem-of-social-mediaaddiction/1CC67609A12E9A912BB8A291FDFFE799>. Acesso em: 13 fev. 2025.

HELLER, B.; JACOBI, G.; BORGES, J. Por uma compreensão da desinformação sob a perspectiva da ciência da informação. **Ciência da Informação**, v. 49, n. 2, p. 189-204, mai./ago. 2020. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/5196/5254>. Acesso em: 13 fev. 2025.

HERMES, P. H. **Proteção de dados pessoais na sociedade de risco**: limites e possibilidades à liberdade no ambiente digital. 2023. Dissertação (Mestrado em Direito) — Universidade de Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul, 2023.

HELTZEL, G.; LAURIN, K. Polarization in America: two possible futures. **Current Opinion in Behavioral Sciences**, v. 34, p. 179-184, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.cobeha.2020.03.008>. Acesso em: 22 mar. 2025.

HOUT, M.; MAGGIO, C. Immigration, race & political polarization. **Daedalus**, v. 150, n. 2, p. 40-55, 2021. Disponível em: <https://www.amacad.org/publication/daedalus/immigration-race-political-polarization>. Acesso em: 20 mar. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Agropecuário 2017: Resultados Definitivos. **Censo Agropecuário**, Rio de Janeiro, v. 8, p. 1-105, 2019. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/resultados-censo-agro-2017.html>. Acesso em: 27 nov. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA). Sobre o IBAMA. Disponível em: <https://www.gov.br/ibama/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/sobre-o-ibama>. Acesso em: 23 mar. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (INPE). **Portal Sazonal**. Brasília, 2025. Disponível em: <https://sazonal.cptec.inpe.br/>. Acesso em: 21 mar. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (INPE). **Space 2024**. Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inpe/pt-br/eventos/space-2024>. Acesso em: 21 mar. 2025.

INSTITUTO TECNOLOGIA E SOCIEDADE. **Relatório aberto**: Mudanças climáticas na percepção dos brasileiros 2021. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://itsrio.org/pt/publicacoes/mudancas-climaticas-na-percepcao-dos-brasileiros-2021/>. Acesso em: 18 jun. 2024.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE – IPCC. Summary for policymakers. In: MASSON-DELMOTTE, V.; ZHAI, P.; PÖRTNER, H.-O.; ROBERTS, D.; SKEA, J.; SHUKLA, P. R.; PIRANI, A.; MOUFOUMA-OKIA, W.; PÉAN, C.; PIDCOCK, R.; CONNORS, S.; MATTHEWS, J. B. R.; CHEN, Y.; ZHOU, X.; GOMIS, M. I.; LONNOY, E.; MAYCOCK, T.; TIGNOR, M.; WATERFIELD, T. (eds.). **Global warming of 1.5°C**. Cambridge: Cambridge University Press, 2018. p. 3-24. DOI: 10.1017/9781009157940.001.

IPCC. **Climate change 2022**: impacts, adaptation, and vulnerability. Contribution of Working Group II to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Pörtner, H.-O.; Roberts, D.C.; Tignor, M.; Poloczanska, E.S.; Mintenbeck, K.; Alegría, A.; Craig, M.; Langsdorf, S.; Löschke, S.; Möller, V.; Okem, A.; Rama, B. (eds.). Cambridge: Cambridge University Press, 2022. 3056 p. DOI: 10.1017/9781009325844.

JONES, T. Upping the ante: Australian Government consults on ex-ante regulation of digital platforms. **Bird & Bird**. Disponível em:

<https://www.twobirds.com/en/insights/2023/global/australian-government-consults-on-ex-ante-regulation-of-digital-platforms>. Acesso em: 20 mar. 2025.

JORDÃO, P. Ex-ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles vira réu por exportação ilegal de madeira. **CNN**, 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/ex-ministro-do-meio-ambiente-ricardo-salles-vira-reu-por-exportacao-ilegal-de-madeira/#:~:text=madeira%20%7C%20CNN%20Brasil-,Ex%2Dministro%20do%20Meio%20Ambiente%2C%20Ricardo%20Salles%20vira%20r%C3%A9u,por%20exporta%C3%A7%C3%A3o%20ilegal%20de%20madeira&text=O%20deputado%20federal%20e%20ex,investiga%20exporta%C3%A7%C3%A3o%20de%20madeira%20ilegal>. Acesso em: 15 mai. 2014.

KAGEYAMA, P. Y.; SANTOS, J. D. Aspectos da política ambiental nos governos Lula. **Revista FAAC**, Bauru, v. 1, n. 2, p. 179-192, out. 2011/mar. 2012. Disponível em: <https://www3.faac.unesp.br/revistafaac/index.php/revista/article/view/67/31>. Acesso em: 20 mar. 2025.

KEMP, S. Digital 2024: Brazil. **DataReportal**. 2024. Disponível em: <https://datareportal.com/reports/digital-2024-brazil>. Acesso em: 13 fev. 2025.

KRAMER, R.; MICHALOWSKI, Raymond. Is global warming a state-corporate crime? In: **State-Corporate Crime: Wrongdoing at the Intersection of Business and Government**. 1. ed. New York: Springer, 2012. DOI: 10.1007/978-1-4614-3640-9_5. Acesso em: 13 fev. 2025.

KURNIA, N.; PUTRI, T.; KUSUMANINGTYAS, A.; ABISONO, F.; PUTRAWIDJOYO, A.; SASMITA JATI-KARIM, M.; SOCARANA, B. **Tackling climate crisis misinformation in Indonesia**. 2024. Disponível em: <https://research.rug.nl/en/publications/tackling-climate-crisis-misinformation-in-indonesia>. Acesso em: 20 mar. 2025.

LAMB, W.; MATTIOLI, Giulio; LEVI, Sebastian; ROBERTS, J. Timmons; CAPSTICK, Stuart; CREUTZIG, Felix; MINX, Jan C.; MÜLLER-HANSEN, Finn; CULHANE, Trevor. Discourses of climate delay. **Global Sustainability**, 2020. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/global-sustainability/article/discourses-of-climate-delay/7B11B722E3E3454BB6212378E32985A7>. Acesso em: 05 jun. 2024.

LAZER, D. *et al.* Computational social science. **Science**, v. 323, p. 721-723, 2009. DOI: 10.1126/science.1167742.

LEITE, L. R. T.; MATOS, J. C. Zumbificação da informação: a desinformação e o caos informacional. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 27.**, 2017, Fortaleza. Anais eletrônicos [...]. São Paulo: FEBAB, 2017. Disponível em: <https://portal.febab.org.br/anais/article/view/1961/1962>. Acesso em: 15 fev. 2025.

LENTON, T. M.; XU, C.; ABRAMS, J. F. et al. Quantifying the human cost of global warming. **Nature Sustainability**, v. 6, p. 1237–1247, 2023. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s41893-023-01132-6#citeas>. Acesso em: 17 jun. 2024.

LEESON, P. T.; RYAN, M. E.; WILLIAMSON, C. R. Think tanks. **Journal of Comparative Economics**, v. 40, n. 1, p. 62-77, 2012. ISSN 0147-5967. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jce.2011.07.004>. Acesso em: 22 mar. 2025.

LEVIN, K.; PARSONS, S. 7 Things to Know About the IPCC's Special Report on Climate Change and Land. **Insights**, 2019. <https://www.wri.org/insights/7-things-know-about-ipccs-special-report-climate-change-and-land?ap3c=IGYe5atsa16nKpUAAGYe5asRzffRlxCmZUiAeLdmD7pck21Lg>. Acesso em: 01 jun. 2024.

LEWANDOWSKY, S.; ECKER, U. K. H.; COOK, J. Beyond misinformation: understanding and coping with the “post-truth” era. **Journal of Applied Research in Memory and Cognition**, v. 6, n. 4, p. 353-369, 2017. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2211368117300700>. Acesso em: 21 mar. 2025.

LIMA, R.; BELEM, A. L.; LYCARIÃO, D.; OLIVEIRA, T.; EVANGELISTA, S.; MASSARANI, L.; ALVES, M. (Un)certainly in science and climate change: a longitudinal analysis (2014–2022) of narratives about climate science on social media in Brazil (Instagram, Facebook, and Twitter). **JCOM**, v. 23, n. 09, p. A07, 2024. DOI: 10.22323/2.23090207. Acesso em: 20 mar. 2025.

LIPTON, E.; GRIND K. Elon Musk's Business Empire Scores Benefits Under Trump Shake-Up. **The New York Times**, 2025. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2025/02/11/us/politics/elon-musk-companies-conflicts.html>. Acesso em: 20 mar. 2025.

LOBATO, M. **Cidades mortas**. Globo, São Paulo, 2007.

LOOSE, E. B. **Jornalismo e crise climática**: Um estudo desde o Sul Global sobre os vínculos do jornalismo com a colonialidade. São Paulo: Editora Insular, 2024. Disponível em: <https://insular.com.br/produto/jornalismos-e-crise-climatica/>. Acesso em: 23 mar. 2025.

LOSEKANN, C. **A presença das organizações ambientalistas da sociedade civil no Governo Lula (2003-2007) e as tensões com os setores econômicos**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul — Tese (Doutorado em Ciência Política). 2009. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/15904?show=full>. Acesso em: 20 mar. 2025.

LÖWY, M. Extrema direita e neofascismo: um fenômeno planetário: o caso Bolsonaro. In: FARIA, Fabiano Godinho; MARQUES, Mauro Luiz Barbosa (Org.). **Giros à direita**: análises e perspectivas sobre o campo líbero-conservador. Sobral-CE: Editora SertãoCult, 2020, p. 13-19. Disponível em: <https://deposita.ibict.br/handle/deposita/148>. Acesso em: 05 jun. 2024.

LYNCH, C. E. C; CASSIMIRO, P. H. P. O populismo reacionário e o golpe de 1964: a força ideológica da disputa pela memória. **Blog da Biblioteca Virtual do Pensamento Social - BVPS**, 2024. Disponível em: <https://blogbvps.com/2024/03/31/o-populismo-reacionario-e-o-golpe-de-1964-a-forca-ideologica-da-disputa-pela-memoria-por-christian-edward-cyril-lynch-e-paulo-henrique-paschoeto-cassimiro/>. Acesso em: 20 mar. 2025.

MACHADO, D. F. Modulações algorítmicas no Facebook: analisando tecnologias de orientação de comportamento a partir de suas patentes. **VI Simpósio Internacional Lavits**. Salvador, 2019. Disponível em: <https://lavits.org/wp-content/uploads/2019/12/FrancoMachado-2019-LAVITSS.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2025.

MACKLIN, G. The extreme right, climate change and terrorism. **Terrorism and Political Violence**, v. 34, n. 5, p. 979–996, 2022. DOI: 10.1080/09546553.2022.2069928. Acesso em: 20 mar. 2025.

MAIA, L. R. H.; MASSARANI, L.; SANTOS JÚNIO, M. A.; OLIVEIRA, T. Comunidades de pertencimento, desinformação e antagonismo: processos interacionais em grupos antivacina no Telegram no Brasil. **GALÁXIA**. Revista Interdisciplinar de Comunicação e Cultura, v. 49 n. 1, 2024. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/64635>. Acesso em: 20 mar. 2025.

MARIN, D. C.; TAVARES, F. Como Trump sequestrou os fatos e os travestiu de fake news. **Época**, 2018. Disponível em: <https://epoca.globo.com/mundo/noticia/2018/01/como-trump-sequestrou-os-fatos-e-os-travestiu-de-fake-news.html>. Acesso em: 20 mar. 2025.

MARLOW, T.; MILLER, S.; ROBERTS, J. T. Bots and online climate discourses: Twitter discourse on President Trump’s announcement of U.S. withdrawal from the Paris Agreement. **Climate Policy**, v. 21, n. 6, p. 765–777, 2021. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/14693062.2020.1870098>. Acesso em: 05 jun. 2024.

MARTINS, J. S. Reforma agrária: o impossível diálogo sobre a História possível. **Tempo Social**, São Paulo, Brasil, v. 11, n. 2, p. 97–128, 1999. DOI: 10.1590/S0103-20701999000200007. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12309>. Acesso em: 23 mar. 2025.

MATTEI, L. A POLÍTICA AGRÁRIA E OS RETROCESSOS DO GOVERNO TEMER. **Revista OKARA: Geografia em debate**, Paraíba, v.12, n.2, p. 293-307, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/okara/article/view/41318>. Acesso em: 20 mar. 2025.

MATOS, M. C. (Des)informação nos serviços de saúde em tempos de pandemia da Covid-19: uma questão ética e uma requisição enviesada ao trabalho de assistentes sociais. **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, [S. l.], v. 19, n. 48, 2021. DOI: 10.12957/rep.2021.60300. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/60300>. Acesso em: 22 mar. 2025.

MAYER, R. Direita populista radical na América Latina: os casos da Argentina, Brasil, Chile e El Salvador. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, v. 9, p. 1-17, 2024. DOI: 10.15210/rsulacp.v9i2.25915. Acesso em: 20 mar. 2025.

MAZUI, G. Bolsonaro chama Greta Thunberg de 'pirralha' ao comentar declaração da ativista sobre morte de índios. **G1**, Política, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/12/10/bolsonaro-chama-greta-thunberg-de-pirralha-ao-comentar-declaracao-da-ativista-sobre-morte-de-indios.ghtml>. Acesso em: 20 mar. 2025.

MEDEIROS, T. Bolsonaro foca na economia e se defende de acusações em sabatina da Abras. **Correio Braziliense**, 2022. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2022/09/5038205-bolsonaro-foca-na-economia-e-na-pauta-de-costumes-em-sabatina-da-abras.html>. Acesso em: 20 mar. 2025.

MEDINA, M. Telegram Ads: Veja 7 passos para fazer anúncios incríveis. **SocialHub**, 2024. Disponível em: <https://www.socialhub.pro/blog/telegram-ads/>. Acesso em: 20 mar. 2025.

MEIRA, R. B.; CARELLI, M. N. Notas Sobre Florestas no Brasil da Primeira República: Silvicultura, Preservação da Natureza e Agricultura. *Fronteira: Journal of Social, Technological and Environmental Science*, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 301–312, 2015. DOI: 10.21664/2238-8869.2015v4i1.p301-312. Disponível em: <https://revistas.unievangelica.edu.br/index.php/fronteiras/article/view/1295>. Acesso em: 23 mar. 2025.

MIGUEL, J. C. H. A “meada” do negacionismo climático e o impedimento da governamentalização ambiental no Brasil. *Revista Sociedade e Estado*, v. 37, n. 1, p. 293-315, jan./abr. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/wCDHY4RdNWSBZC5m6Q7fpBx/?lang=pt>. Acesso em: 20 mai. 2024.

MIGUEL, J. C. H. **Da fronteira florestal aos limites da ciência: um estudo sobre a participação de especialistas nas audiências públicas para a elaboração do novo código florestal**. Dissertação (Mestrado em Política Científica e Tecnológica) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/906876>. Acesso em: 20 abr. 2024.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES. **Estimativa de desmatamento na Amazônia Legal para 2022 é de 11.568 km²**. 2022. Disponível em: https://www.gov.br/inpe/pt-br/assuntos/ultimas-noticias/sei_01340-009084_2022_72_notatecnica_estimativa_prodes_2022_revisada_lu_lm_27_10_rev_la-002.pdf. Acesso em: 20 mar. 2025.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA. Acordo de Paris. **MMA**, n. d. Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/clima/convencao-das-nacoes-unidas/acordo-de-paris.html#:~:text=Na%2021%C2%AA%20Confer%C3%Aancia%20das%20Partes,os%20impactos%20decorrentes%20dessas%20mudan%C3%A7as>. Acesso em: 20 mar. 2025.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA. Marina Silva assume Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. **MMA**, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/noticias/marina-silva-assume-ministerio-do-meio-ambiente-e-mudanca-do-clima>. Acesso em: 20 mar. 2025.

MIRANDA, C. B. M. **Ditadura Militar e Amazônia: Desenvolvimentismo, representações, legitimação política e autoritarismo nas décadas de 1960 e 1970**. 2018. 258 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018.

MISHLER, A.; CRABB, E. S.; PALETZ, S.; HEFRIGHT, B.; GOLONKA, E. Using Structural Topic Modeling to Detect Events and Cluster Twitter Users in the Ukrainian Crisis. In: STEPHANIDIS, C. (ed.). **HCI International 2015 - Posters' Extended Abstracts**. Cham: Springer, 2015. (Communications in Computer and Information Science, v. 528). Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-3-319-21380-4_108. Acesso em: 21 mar. 2025.

MISSIATO, L.; CARVALHO, F.; SILVA, L.; DENES, D. A colonialidade nas políticas ambientais do governo Bolsonaro e a inversão dos órgãos de defesa do meio ambiente. **MARGENS - Revista Interdisciplinar**, [S.l.], v. 15, p. 85, 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/355503412_A_COLONIALIDADE_NAS_POLITICAS_AMBIENTAIS_DO_GOVERNO_BOLSONARO_E_A_INVERSAO_DOS_ORGAOS_DE_DEFESA_DO_MEIO_AMBIENTE. Acesso em: 20 abr. 2024.

MONARI, A. C. “Verdades divididas” sobre a Covid-19: o uso do canal do Telegram de Bolsonaro como registro oficial do governo. **Cadernos de História da Ciência**, São Paulo, v. 15, n. 1, 2022. DOI: 10.47692/cadhistcienc.2021.v15.37174. Disponível em: <https://periodicos.saude.sp.gov.br/cadernos/article/view/37174>. Acesso em: 23 mar. 2025.

MOONEY, C. **The republican war on science**. New York: Basic Books, 2005.

MORALES GONZÁLEZ, M. Turismo y negocio inmobiliario: La crisis de un modelo de desarrollo. **Estudios y perspectivas em turismo**. v. 23, n. 4, p. 685-705, 2008. http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1851-17322014000400003. Acesso em: 20 mar. 2025.

MORONI, J. Fake news e colonialidade de mentes: considerações via paradigma da complexidade. **Perspectiva Filosófica**, v. 28, n. 1, 248-387, 2021. DOI: <https://doi.org/10.51359/2357-9986.2021.249958>. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/perspectivafilosofica/article/view/249958>. Acesso em: 22 mar. 2025.

MOURA, A. M. M. Trajetória da política ambiental federal no Brasil. In: MOURA, A. M. M. **Governança ambiental no Brasil: instituições, atores e políticas públicas**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2016. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8470>. Acesso em: 18 mai. 2014.

NASCIMENTO, L.; FONSECA, P.; JESUS, J.; OLIVEIRA. Poder oracular e ecossistemas digitais de comunicação: a produção de zonas de ignorância durante a pandemia de Covid-19 no Brasil. **Fronteiras - Estudos Midiáticos**, v. 23, n. 2, p. 190-206, 14 set. 2021. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/22620>. Acesso em: 20 mar. 2025.

NELKIN, D. Science controversies: the dynamics of public disputes in the United States. In: Sheila Jasanoff, Gerald E. Markle, et al (Ed.). **Handbook of science and technology studies**. Thousand Oaks/London/New Delhi: Sage, 1995.

NEVES, R. Bolsonaro distorce dados do desmatamento em comparação com Lula. **UOL**, 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/confere/ultimas-noticias/2022/09/02/bolsonaro-distorce-dados-do-desmatamento-em-comparacao-com-governo-lula.htm>. Acesso em: 20 mar. 2025.

NETLAB UFRJ. Estudo da campanha contra o PL 2630 e regulamentação das plataformas digitais. **Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro**, Brasil. 2023. Disponível em: <https://netlab.eco.ufrj.br/post/estudo-da-campanha-contr-o-pl-2630-e-regulamenta%C3%A7%C3%A3o-das-plataformas-digitais>. Acesso em: 22 mar. 2025.

NETLAB UFRJ. Recomendação no Youtube: o caso Jovem Pan. 5 de Setembro de 2022, **Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro**, Brasil. Disponível em: <https://netlab.eco.ufrj.br/post/recomenda%C3%A7%C3%A3o-no-youtube-o-caso-jovem-pan>. Acesso em: 20 mar. 2025.

NG, L. H. X.; KLOO, I.; CLARK, S. et al. An exploratory analysis of COVID bot vs human disinformation dissemination stemming from the Disinformation Dozen on Telegram.

Journal of Computational Social Science, v. 7, p. 695-720, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1007/s42001-024-00253-y>.

NICHI, J. Negacionismo climático e outras controvérsias da retórica científica sobre o clima. **Revista ClimaCom**, Diante dos Negacionismos, ano 8, n. 21, 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/358229728_Negacionismo_climatico_e_outras_controversias_da_retorica_cientifica_sobre_o_clima. Acesso em: 20 mar. 2025.

O'NEIL, C. **Algoritmos de Destruição em Massa**. 1. ed. Santo André, SP: Editora Rua do Sabão, 2020.

OBSERVATÓRIO DO CLIMA. Análise das emissões de Gases do Efeito Estufa e suas implicações para as metas climáticas do Brasil (1970-2022). **System for Estimating Greenhouse Gas Emissions (Seeg)**, 2023. Disponível em: https://oc.eco.br/wp-content/uploads/2023/11/Relatorio-SEEG_gases-estufa_2023FINAL.pdf. Acesso em: 20 mar. 2025.

OLIVEIRA, A. P.; WALTER, J. D. As fake news em circulação antes das eleições da UE. **DW**, Política, 2024. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/as-fake-news-em-circula%C3%A7%C3%A3o-antes-das-elei%C3%A7%C3%B5es-da-ue/a-69068878>. Acesso em: 20 mar.

OLIVEIRA, T. M.; MARTINS, R. Q. R.; TOTH, J. P. **Antivacina, fosfoetanolamina e Mineral Miracle Solution (MMS):** mapeamento de fake sciences ligadas à saúde no Facebook. 2020. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/40876>. Acesso em: 24 mar. 2021.

OLIVEIRA, T. P. **Agotologia ambiental: as políticas de produção do negacionismo climático como manipulação ideológica da participação política (2023)**. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2023. Tese (Doutorado em Sociologia). Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100134/tde-03042023-142916/en.php>. Acesso em: 20 mar. 2024.

OLIVIERI, F. CEO do Telegram se pronuncia após prisão e defende que plataforma não é "anárquica". **Exame**, 2024. Disponível em: <https://exame.com/tecnologia/ceo-do-telegram-se-pronuncia-apos-prisao-e-defende-que-plataforma-nao-e-anarquica/>. Acesso em: 20 mar. 2025.

OOMS, J. cld3: **Google's Compact Language Detector 3**. R package version 1.3. 2023. Disponível em: <https://cran.r-project.org/web/packages/cld3/cld3.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2024.

ORESQUES, N.; CONWAY, E. M. **Merchants of Doubt: How a Handful of Scientists Obscured the Truth on Issues From Tobacco Smoke to Global Warming**. New York: Bloomsbury Press, 2010.

ORTELLADO, P.; RIBEIRO, M. O que são e como lidar com as notícias falsas. **Internet e Democracia**, v. 15, n. 27, p. 71-83, 2018. Disponível em: <https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2018/07/sur-27-portugues-marcio-moretto-ribeiro-pablo-ortellado.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2025.

ORTELLADO, P.; RIBEIRO, M. M.; ZEINE, L. Existe polarização política no Brasil? : análise das evidências em duas séries de pesquisas de opinião. **Opinião Pública**, Campinas,

SP, v. 28, n. 1, p. 62–91, 2022. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/op/article/view/8669212>. Acesso em: 22 mar. 2025.

PALETTA, Francisco Carlos; PELISSARO, Bárbara. Informação, ciência e tecnologia na Sociedade da Informação no contexto da Web 3.0: uma análise a partir de três questões. **Revista Conhecimento em Ação**, [S. l.], v. 1, n. 1, 2016. DOI: 10.47681/rca.v1i1.3133. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rca/article/view/3133>. Acesso em: 21 mar. 2025.

PAOLINI, A. Foreword: Fostering collective action. PUBLIC MEDIA ALLIANCE. **Media literacy, disinformation & misinformation in the Caribbean**, 2022. Disponível em: https://www.publicmediaalliance.org/wp-content/uploads/2022/12/Media_Information_Literacy_Caribbean-2022.pdf. Acesso em: 20 mar. 2025.

PARISER, E. **O filtro invisível: o que a internet está escondendo de você**. Rio de Janeiro. Zahar, 2012.

PAVESI, P. P.; VALENTIM, J. Ciências Sociais Computacionais: um novo paradigma para as Ciências Sociais?. **Simbiótica. Revista Eletrônica**, [S. l.], v. 8, n. 4, p. 1–16, 2021. DOI: 10.47456/simbitica.v8i4.37344. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/simbiotica/article/view/37344>. Acesso em: 23 mar. 2025.

PEETERS, S.; WILLAERT, T. Telegram and Digital Methods: Mapping Networked Conspiracy Theories through Platform Affordances. **M/C Journal**, [S. l.], v. 25, n. 1, 2022. DOI: 10.5204/mcj.2878. Disponível em: <https://journal.media-culture.org.au/index.php/mcjjournal/article/view/2878>. Acesso em: 23 mar. 2025.

PEREIRA, C.; COUTINHO, C.. A extrema direita adiciona o neoliberalismo: o papel das mídias sociais no atual cenário político. **Cadernos de Relações Internacionais/PUC-Rio**, edição especial Crise da Democracia Liberal e Pensamento nas Relações Internacionais, vol. 2, dez. 2019. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/45949/45949.PDF>. Acesso em: 22 fev. 2025.

PIAZZA, J. A. Political polarization and political violence. **Security Studies**, v. 32, n. 3, p. 476-504, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09636412.2023.2225780>. Acesso em: 22 mar. 2025.

PINHEIRO, L. M. S.; GONÇALVES, N. H. N.; PEREIRA, S. A.; SOUSA, S. A. **INFLUÊNCIAS DO MOVIMENTO EVANGÉLICO NEOPENTECOSTAL NAS ELEIÇÕES DE DONALD TRUMP E JAIR BOLSONARO**. 2021. Disponível em: <http://dev.siteworks.com.br:8080/jspui/bitstream/123456789/1705/3/Lidianemariadasilvapinhairo.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2025.

PINTO, D. Bolsonaro critica Ibama e defende desmatadores em sabatina na TV. **O Eco**, 2022. Disponível em: <https://oeco.org.br/noticias/bolsonaro-critica-ibama-e-defende-desmatadores-em-sabatina-na-tv/>. Acesso em: 20 mar. 2025.

PINTO, D. J. A.; MORAES, I. As mídias digitais como ferramentas de manipulação de processos eleitorais democráticos: uma análise do caso Brexit. **Revista de Estudos Sociais**, n. 74, p. 71-82, 2020. DOI: 10.7440/res74.2020.06. Acesso em: 20 mar. 2025.

PINTO NETO, Moysés; CIPRIANI, Marcelli. Populismo autoritário e bolsonarismo popular: caminhos comparados do punitivismo a partir de Stuart Hall. **Revista de Criminologias Contemporâneas**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 41-56, 2021.

PIVARO, G.; JUNIOR, G. Characteristics of Misinformation Discourses Related to Scientific Knowledge Created by Bolsonaro Networks on Twitter. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências**, [S. l.], p. e47498, 1–24, 2023. DOI: 10.28976/1984-2686rbpec2023u657680. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbpec/article/view/47498>. Acesso em: 22 mar. 2025.

POELL, T.; NIEBORG, D.; VAN DIJCK, J. Plataformização. **Fronteiras - Estudos Midiáticos**, v. 22, n. 1, 2020. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/fem.2020.221.01>. Acesso em: 13 fev. 2025.

POLINEZZI, D. L. **Meio Ambiente e Gestão do Conhecimento**: Dos Higienistas à Sociedade da Informação. Almedina Brasil, 2011.

POMPEIA, C. As cinco faces do agronegócio: mudanças climáticas e territórios indígenas. **Revista de Antropologia**, São Paulo, Brasil, v. 66, 2023. DOI: 10.11606/1678-9857.ra.2022.202839. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/202839>. Acesso em: 17 mai. 2024.

POMPEIA, C. As correntes do agronegócio durante o governo Bolsonaro: divergências e acordos em questões socioambientais. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos [online]**, Questions du temps présent, 2023. Disponível em: <http://journals.openedition.org/nuevomundo/93843>. Acesso em: 18 mai. 2024.

POMPEIA, C. **Formação política do agronegócio**. São Paulo: Elefante, 2021.

PONTES, N. Indígenas na Amazônia denunciam aumento de garimpo ilegal. **Deutsche Welle**, Natureza e Meio Ambiente, 01 abr. 2020. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/ind%C3%ADgenas-na-amaz%C3%B4nia-denunciam-aumento-de-garimpo-ilegal-durante-pandemia/a-52984189>. Acesso em: 20 mai. 2024.

PRIZIBISCZKI, C. Nós não precisamos plantar soja nem criar gado na Amazônia, diz Lula em sabatina. **O Eco**, 2022. Disponível em: <https://oeco.org.br/salada-verde/nos-nao-precisamos-plantar-soja-nem-criar-gado-na-amazonia-diz-lula-em-sabatina/>. Acesso em: 20 mar. 2025.

PROGRAMA INTERNACIONAL DE COOPERACIÓN URBANA. **Gestión ambiental**. 2. ed. [S.l.]: IUC, [s.d.]. Disponível em: https://iuc.eu/fileadmin/user_upload/Regions/iuc_lac/user_upload/GA_2_Sector_8_-_Gesti%C3%B3n_ambiental.pdf. Acesso em: 23 mar. 2025.

PROJETO COMPROVA. Entenda a transposição do São Francisco e por que ela gera dúvidas. **Estadão**, Estadão Verifica. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/estadao-verifica/entenda-transposicao-rio-sao-francisco/?srsltid=>

AfmBOopV17Wtk7PdxzdZ10gOOaZQVSEnFY-5Ipqptz_3-OcRq5NnLDUD. Acesso em: 23 mar. 2025.

RAATIKAINEN, P. Jordan Peterson on Postmodernism, Truth, and Science. In: WOIEN, Sandra (org.). Jordan Peterson: **Critical Responses**. Carus Books, 2021. p. 187-197.

RAJÃO, R.; NOBRE, A. D.; CUNHA, E. L. T. P.; DUARTE, T. R.; MARCOLINO, C.; SOARES-FILHO, B.; SPAROVEK, G.; RODRIGUES, R. R.; VALERA, C.; BUSTAMANTE, M.; NOBRE, C.; LIMA, L. S. The risk of fake controversies for Brazilian environmental policies. **Biological Conservation**, v. 266, p. 109447, 2022. DOI: 10.1016/j.biocon.2021.109447. Acesso em: 20 mar. 2025.

RANDERS, J.; GOLUKE, U. An earth system model shows self-sustained thawing of permafrost even if all man-made GHG emissions stop in 2020. **Scientific Reports**, v. 10, nov. de 2020. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s41598-020-75481-z>. Acesso em: 20 mai. 2024.

RASTOGI, S.; BANSAL, D. Disinformation detection on social media: An integrated approach. **Multimedia Tools and Applications**, v. 81, n. 28, p. 40675-40707, 2022. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11042-022-13129-y>. Acesso em: 21 mar. 2025.

RECONDO, F.; WEBER, L. **O Tribunal**. Companhia das Letras, 2023.

RECUERO, R. **Introdução à análise de redes sociais online**. Salvador: EDUFBA, 2017. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/24759>. Acesso em: 21 mar. 2025.

RENHA, C. E. **A Superintendência do plano de valorização econômica da Amazônia, a política de desenvolvimento regional e o Amazonas (1953-1966)**. 2017. 149 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017.

RENNÓ, L. Bolsonarismo e as eleições de 2022. **Estudos Avançados**, São Paulo, Brasil, v. 36, n. 106, p. 147–163, 2022. DOI: 10.1590/s0103-4014.2022.36106.009. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/205987>. Acesso em: 22 mar. 2025.

RENNÓ, L. The Bolsonaro voter: issue positions and vote choice in the 2018 Brazilian presidential elections. **Latin American Politics and Society**, v. 62, 2020. DOI: 10.1017/lap.2020.13. Acesso em: 20 mar. 2025.

REUTERS INSTITUTE FOR THE STUDY OF JOURNALISM. **Digital News Report 2023**. Reuters Institute. Disponível em: <https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/digital-news-report/2023>. Acesso em: 20 mar. 2025.

RIBEIRO, M.; LIMA, V. Emprego e meio ambiente marcam o 4º bloco do debate entre presidenciais. **Valor**, Eleições 2022, 2022. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/eleicoes-2022/noticia/2022/10/29/emprego-e-meio-ambiente-marcam-o-4o-bloco-do-debate-entre-presidenciais.ghtml>. Acesso em: 20 mar. 2025.

RITCHER, A. Narrativa golpista levou ao 8 de janeiro e atentado a bomba, diz PF. **Agência Brasil**, 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2024-11/narrativa-golpista-levou-atos-do-8-de-janeiro-e-atentado-bomba-diz-pf>; Acesso em: 20 mar. 2025.

RITCHIE, H. Os argumentos a favor e contra veto de redes sociais para menores de 16 anos na Austrália. **BBC Brasil**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cdrdrj33xln0#:~:text=A%20Austr%C3%A1lia%20proibir%C3%A1%20menores%20de,que%20n%C3%A3o%20cumpriram%20a%20medida>. Acesso em: 20 mar. 2025.

RIZZOTTO, Maria Lucia Frizon; COSTA, Ana Maria; LOBATO, Lenaura de Vasconcelos da Costa. Crise climática e os novos desafios para os sistemas de saúde: o caso das enchentes no Rio Grande do Sul/Brasil. **Saúde em Debate**, [S. l.], v. 48, n. 141, p. e141ED, abr./jun. 2024. Disponível em: <https://www.saudeemdebate.org.br/sed/article/view/9837>. Acesso em: 23 mar. 2025.

ROBERTS, M. E.; STEWART, B. M.; AIROLDI, E. M. A Model of Text for Experimentation in the Social Sciences. **Journal of the American Statistical Association**, v. 111, n. 515, p. 988-1003, 2016. Disponível em: 10.1080/01621459.2016.1141684. Acesso em: 14 mai. 2024.

ROBERTS, M. E.; STEWART, B. M.; TINGLEY, D. **STM**: Pacote R para modelos de tópicos estruturais (pacote R versão 0.6.21). 2014. Disponível em: <http://structuraltopicmodel.com/>. Acesso em: 15 mai. 2024.

ROCHA, C. “Menos Marx, mais Mises”: uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018). São Paulo, 2021. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-19092019-174426/pt-br.php>. Acesso em: 20 jun. 2024.

ROGERS, R. Deplatforming: Following extreme Internet celebrities to Telegram and alternative social media. **European Journal of Communication**, v. 35, n. 3, p. 213-229, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0267323120922066>. Acesso em: 22 dez. 2023.

ROMANCINI, R. Do "kit gay" ao "monitor da doutrinação": a reação conservadora no Brasil. **Revista Contracampo**, v. 2, ago. 2018, n. 2, p. 87-108, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/contracampo.v0i0.1102>. Acesso em: 22 mar. 2025.

RONZHYN, A.; CARDENAL, A. S.; BATLLE RUBIO, A. Defining affordances in social media research: A literature review. **New Media & Society**, v. 25, n. 11, 3165-3188, 2022. <https://doi.org/10.1177/14614448221135187>. Acesso em: 20 mar. 2020.

ROSA, V.; MONTEIRO, T. 'Gabinete do ódio' está por trás da divisão da família Bolsonaro. **Estadão**, Política, 2019. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/gabinete-do-odio-esta-por-tras-da-divisao-da-familia-bolsonaro/?srsltid=AfmBOoqXdbyLxgw9KSU-yFldgHLFRT-M3gXBgIKep01n-fuMhVbX5xRu>. Acesso em: 20 mar. 2025.

SAFARIK, B. Quando transborda o “caldo cultural”: a reação populista contemporânea e a percepção da imigração no Brasil e nos Estados Unidos. **Diálogos**, v. 24, n. 1, p. 227-288, 2020. DOI: 10.4025/dialogos.v24i1.51995. Acesso em: 20 mar. 2025.

SALAVERRÍA, R.; CARDOSO, G. Futuro de los estudios sobre desinformación: campos de investigación emergentes. **Profesional de la información**, v. 32, n. 5, 2023. Disponível em: <https://revista.profesionaldelainformacion.com/index.php/EPI/article/view/87499/63514>. Acesso em: 20 mar. 2025.

SAMANTRAY, A.; PIN, P. Credibility of climate change denial in social media. **Palgrave Communications**, v. 5, p. 127, 2019. DOI: 10.1057/s41599-019-0344-4. Disponível em: <https://doi.org/10.1057/s41599-019-0344-4>. Acesso em: 23 mar. 2025.

SANCHES DE FRIAS, Eliana. Inteligencia artificial, desinformación y populismo digital: Cómo las plataformas digitales impulsan los movimientos de extrema derecha. **Razón y Palabra**, [S. l.], v. 25, n. 112, p. 12–31, 2022. DOI: 10.26807/rp.v25i112.1854. Disponível em: <https://revistarazonypalabra.org/index.php/ryp/article/view/1854>. Acesso em: 23 mar. 2025.

SANTAELLA, L. **A pós-verdade é verdadeira ou falsa?**. Barueri, SP: Estação das Letras e Cores. 2019.

SANTANA, C. O. A dissonância entre doméstico e o externo: a Política Ambiental brasileira nos governos Dilma Rousseff (2011-2016). In: **XI SEMINÁRIO DISCENTE DA PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA DA USP**, 11., 2021, São Paulo. Anais [...]. São Paulo: USP, 2021. p. 20.

SANTINI, R. M.; BARROS, C. E. Negacionismo climático e desinformação online: uma revisão de escopo. **Liinc em Revista**, [S. l.], v. 18, n. 1, p. e5948, 2022. DOI: 10.18617/liinc.v18i1.5948. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/5948>. Acesso em: 22 mar. 2025.

SANTINI, R. M.; SALLES, D.; REGATTIERI, L. L.; BARROS, C. E. Computational Propaganda Effects. In: CERON, Andrea (Ed.). **Elgar Encyclopedia of Technology and Politics**. Milan: Edward Elgar Publishing, 2022. p. 273-277. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/374277846_Computational_Propaganda_Effects, Acesso em: 21 abr. 2024.

SANTINI, R. M.; SALLES, D. ; TUCCI, G. When Machine Behavior Targets Future Voters: The Use of Social Bots to Test Narratives for Political Campaigns in Brazil. **International Journal of Communication**, v. 15, p. 1220, 2021. Disponível em: <https://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/14803>. Acesso em: 20 mar. 2025.

SANTOS, A. D. G.; SILVA, D. V.; MACIEL, K. N. A campanha publicitária “Agro é tech, agro é pop, agro é tudo”, da Rede Globo de Televisão, como difusora da propaganda sobre o agronegócio no Brasil. **Revista Eptic**, Vol. 21, n. 1, p. 46-61, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/epitic/article/view/10910>. Acesso em: 09 fev. 2025.

SANTOS FILHO, A. O; RAMOS, J. M.; OLIVEIRA, K.; NASCIMENTO, T. N. A evolução do código florestal brasileiro. **Caderno de Graduação - Ciências Humanas e Sociais - UNIT - SERGIPE**, [S. l.], v. 2, n. 3, p. 271–290, 2015. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/cadernohumanas/article/view/2019>. Acesso em: 23 mar. 2025.

SANTOS JUNIOR, M. **Desarranjo da visibilidade, desordem informacional e polarização no Brasil entre 2013 e 2018**. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.13140/RG.2.2.20523.80169>. Acesso em: 22 mar. 2025.

SANTOS, L. F. L. Colonialismo, Meio Ambiente e Integração Regional. **Observatório de Regionalismo**, Américas, 2023. Disponível em: <https://observatorio.repri.org/2023/06/21/colonialismo-meio-ambiente-e-integracao-regional/>. Acesso em: 20 mar. 2025.

SCHNEIDER, M. A. F.; RAMOS, M. G.; CARVALHO, P. R. Estudo sobre algoritmos em campanhas eleitorais: análise com Iramuteq. In: **ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**, 20., 2019, Florianópolis. Anais [...]. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2019. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/122943>. Acesso em: 19 ago. 2024.

SEEVER, N. Algorithms as culture: some tactics for the ethnography of algorithmic systems. **Big Data & Society**, v. 4, n. 2, p. 1-12, 2017. DOI: 10.1177/2053951717738104.

SENADO FEDERAL. Projeto de Lei nº 2630, de 2020: Lei das Fake News. **Senado Federal**, Atividade Legislativa, 2020. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/141944>. Acesso em: 20 mar. 2025.

SHAHID, S.; PAUL, J.; FAHEEM, G. G.; ANSARI, S. The role of sensory marketing and brand experience in building emotional attachment and brand loyalty in luxury retail stores. **Psychology & Marketing**, 39 (7), 1398-1412, 2022. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1002/mar.21661>. Acesso em: 20 mar. 2025.

SHEWALE, R. Social media users and statistics in 2024. **Demand Sage**. 2024. Disponível em: <https://www.demandsage.com/social-media-users/>. Acesso em: 20 mar. 2025.

SILVA, A. B.; BRITES, C. M.; OLIVEIRA, E. C. R.; BORRI, G. T. A extrema-direita na atualidade. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 119, p. 407-445, jul./set. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/nTk6JtjrXGqcpGVcr8Rj4Wx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 mai. 2024.

SILVA, M.; AHMED, M. The climate change-denying TikTok post that won't go away. **BBC**, 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/technology-66023797>. Acesso em: 20 mar. 2025.

SILVA, M. K. D.; BALTAR CARNEIRO DE ALBUQUERQUE, M. E.; FURTADO VELOSO, M. do S. Representação da informação noticiosa pelas agências de fact-checking: do acesso à informação ao excesso de informação. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, [S. l.], v. 15, n. 2, p. 410-426, 2019. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1225>. Acesso em: 22 fev. 2025.

SILVA, T.; STABILE, M. Análise de Redes em Mídias Sociais. **Monitoramento e Pesquisa e Mídias Sociais: metodologias, aplicações e inovações**. Uva Limão, 2016. p. 237-260. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/317275010_Analise_de_Redes_em_Midias_Sociais. Acesso em: 20 mar. 2025.

SILVERMAN, C. I Helped Popularize The Term “Fake News” And Now I Cringe Every Time I Hear It. **Buzzfeed News**, 2017. Disponível em: <https://www.buzzfeednews.com/article/craigsilverman/i-helped-popularize-the-term-fake-news-and-now-i-cringe>. Acesso em: 20 mar. 2025.

SMITH, A. E. **Religion and Brazilian democracy: mobilizing the people of God**. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

SOUZA, R. **Cenários de protesto: Mobilização e espacialidade no ciclo de confronto de junho de 2013**. Universidade de São Paulo. Tese (Doutorado em Sociologia). 2019. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-12032019-123654/pt-br.php>. Acesso em: 20 jun. 2024.

SPECKHARD, A.; YAYLA, A. S. The ISIS Emni: Origins and inner workings of ISIS's intelligence apparatus. **Perspectives on Terrorism**, v. 11, n. 1, p. 2-16, 2017.

STF - Supremo Tribunal Federal. Súmulas vinculantes. **STF**, 2021. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=464261&ori=1>. Acesso em: 13 fev. 2025.

STRUCK, J. Bolsonaro mudou a lógica de como se faz campanha no Brasil. **DW**, Política. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/bolsonaro-mudou-l%C3%B3gica-de-como-se-faz-campanha-no-brasil/a-45792809>. Acesso em: 20 mar. 2025.

SUGAHARA, Cibele Roberta; VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos. Fluxo de informação na perspectiva do ambiente em rede. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v. 11, n. 2, p. 76–97, 2013. DOI: 10.20396/rdbci.v11i2.1639. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1639>. Acesso em: 21 mar. 2025.

SUPRAN, G.; ORESKES, N. Rhetoric and frame analysis of ExxonMobil's climate change communications. **One Earth**, v. 4, n. 5, p. 696-719, 2021. ISSN 2590-3322. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.oneear.2021.04.014>. Acesso em: 22 mar. 2025.

TECH TRANSPARENCY PROJECT. Meta Hosts Sprawling Pro-Trump Scam Ad Network as Election Nears. **Tech Transparency Project**, 2024. Disponível em: <https://www.techtransparencyproject.org/articles/meta-hosts-sprawling-pro-trump-scam-ad-network-as-election-nears>. Acesso em: 20 mar. 2025.

TELEGRAM. A Evolução do Telegram. **Telegram**, 2024. Disponível em: <https://telegram.org/evolution?setln=pt-br#2013>. Acesso em: 20 mar. 2025.

TELEGRAM. Compartilhando Receitas com Donos de Canais. **Telegram**, 2024. Disponível em: <https://telegram.org/blog/monetization-for-channels/pt-br?ln=a>. Acesso em: 20 mar. 2025.

TELEGRAM. Perguntas Frequentes sobre Canais. **Telegram**, 2022. Disponível em: https://telegram.org/faq_channels/br. Acesso em: 20 mar. 2025.

TELLES, H. A direita vai às ruas: O antipetismo, a corrupção e democracia nos protestos antigoverno. **Ponto e Vírgula**, n. 19, p. 97-125, 2016.

THE CONVERSATION. Climate change's signature was writ large on Australia's crazy summer of 2017. **The Conversation**, 2017. Disponível em: <https://theconversation.com/climate-changes-signature-was-writ-large-on-australias-crazy-summer-of-2017-73854>. Acesso em: 20 mar. 2025.

TOSETTO, E. M; CARDOSO, I. M; FURTADO, S. D. C. A importância dos animais nas propriedades familiares rurais agroecológicas. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v.8, n.3,

p.12-25, 2013. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbagroecologia/article/view/49586/37643>. Acesso em: 24 mar. 2024.

TREEN, K. M. d'I.; WILLIAMS, H. T. P.; O'NEILL, S. J. Online misinformation about climate change. **Wiley Interdisciplinary Reviews: Climate Change**, v. 11, n. 5, e665, 2020. Disponível em: <https://wires.onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1002/wcc.665>. Acesso em: 23 mar. 2025.

TREVISAN, J. A Frente Parlamentar Evangélica: Força política no Estado laico brasileiro. **Numen**, [S. l.], v. 16, n. 1, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/numen/article/view/21884>. Acesso em: 23 mar. 2025.

TSE - Tribunal Superior Eleitoral. Programa Permanente de Enfrentamento à Desinformação no Âmbito da Justiça Eleitoral: Relatório de Ações e Resultados Eleições 2022. **TSE**, Brasília, 2023. https://www.justicaeleitoral.jus.br/desinformacao/arquivos/Relatorio_de_acoes_e_resultados_DIGITAL_Seprev_OK_FINAL__1_.pdf. Acesso em: 20 mar. 2025.

TSE - Tribunal Superior Eleitoral. Relatório de Monitoramento. **TSE**, 2022. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/auditorias/monitoramentos-2022-1/monitoramento-2022-outros-temas>. Acesso em: 21 jan. 2025.

TUFEKCI, Z. Algorithmic harms beyond Facebook and Google: Emergent challenges of computational agency. **Colorado Technology Law Journal**, v. 13, 2015. Disponível em: <https://ctlj.colorado.edu/wp-content/uploads/2015/08/Tufekci-final.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2025.

TYNKKYNEN, V. P.; TYNKKYNEN, N. Climate denial revisited: (re)contextualising Russian public discourse on climate change during Putin 2.0. **Europe-Asia Studies**, v. 70, n. 7, p. 1103-1120, 2018. DOI: 10.1080/09668136.2018.1472218. Acesso em: 20 mar. 2025.

URIBE, G. Bolsonaro acusa DiCaprio de dar dinheiro para 'tacar fogo na Amazônia'. **Folha de São Paulo**, Ambiente, 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/11/bolsonaro-acusa-dicaprio-de-dar-dinheiro-para-tacar-fogo-na-amazonia.shtml>. Acesso em: 20 mar. 2025.

VIDIGAL, Robert. Authoritarianism and right-wing voting in Brazil. **Latin American Research Review**, v. 57, n. 3, p. 554-572, 2022.

VIEIRA, Jane Eyre G.; MORAIS, Roberto Prado de. A interdisciplinaridade na abordagem das questões ambientais. *Comun. Inf.*, v. 6, n. 2, p.31-47, jul./dez. 2003. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/80961#:~:text=3%20A%20interdisciplinaridade%20na%20constru%C3%A7%C3%A3o,campo%20tem%C3%A1tico%20de%20cada%20ci%C3%A3ncia>. Acesso em: 2 jan. 2025.

VIVAS, F.; FALCÃO, M. Cármen Lúcia autoriza abertura de inquérito para investigar ministro Ricardo Salles. **G1**, Política. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/06/02/carmen-lucia-autoriza-inquerito-para-investigar-ministro-ricardo-salles.ghtml>. Acesso em: 05 mai. 2024.

VOSOUGHI, S.; ROY, D.; ARAL, S. The spread of true and false news online. **Science**, v. 359, p. 1146-1151, 2018. <https://www.science.org/doi/10.1126/science.aap9559>.

WALTHER, S.; MCCOY, A. US extremism on Telegram: fueling disinformation, conspiracy theories, and accelerationism. **International Centre for Counter-Terrorism**, v. 15, n. 2, p. 100-124, 2021. Perspectives on Terrorism. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/27007298>. Acesso em: 24 mai. 2024.

WARDLE, C. Fake news. It's complicated. **First Draft News**, 2017. Disponível em: <https://firstdraftnews.org/articles/fake-news-complicated/>. Acesso em: 12 fev. 2025.

WARDLE, C. INFORMATION DISORDER: Toward an interdisciplinary framework for research and policy making. **Council of Europe**, 2017. Disponível em: <https://edoc.coe.int/en/media/7495-information-disorder-toward-an-interdisciplinary-framework-for-research-and-policy-making.html>. Acesso em: 05 abr. 2024.

WARDLE, C.; DERAKHSHAN, H. Módulo 2: Reflexão sobre a “desordem de informação”: formatos da informação incorreta, desinformação e má-informação. In: IRETON, Cherilyn; POSETTI, Julie (Eds.). **Jornalismo, fake news e desinformação**. Paris: UNESCO, 2019.

WILLAERT, T. A computational analysis of Telegram's narrative affordances. **PLoS ONE**, v. 18, n. 11, e0293508, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0293508>. Acesso em: 20 mar. 2025.

WILLIAMS, E.; BARTONE, S.; SWANSON, E.; STOKES, L. The American electric utility industry's role in promoting climate denial, doubt, and delay. **Environmental Research Letters**, v. 17, 2022. DOI: 10.1088/1748-9326/ac8ab3. Acesso em: 20 mar. 2025.

WONG, Q. Once a Trump critic, Mark Zuckerberg pivots toward the president. **Los Angeles Times**, 2025. Disponível em: <https://www.latimes.com/business/story/2025-02-03/mark-zuckerberg-once-a-trump-critic-cozies-up-to-the-president>. Acesso em: 20 mar. 2025.

WORLD WITHOUT POVERTY. **Histórico do PAA brasileiro**. 2016. Disponível em: https://wwp.org.br/wp-content/uploads/2016/12/PAA_historico_PT.pdf. Acesso em: 20 mar. 2025.

WRI BRASIL. Os países que mais emitiram gases de efeito estufa. **WRI Brasil**, 2024. Disponível em: [https://www.wribrasil.org.br/noticias/os-paises-que-mais-emitiram-gases-de-efeito-estufa#:~:text=A%20Covid%2D19%20resultou%20na,nas%20emiss%C3%B5es%20globais%20de%20CO2&text=FINANCEIRA%20CRISE%20FINANCEIRA-,Fonte%3A%20Climate%20Watch%20%2D%20PIK%20\(2024\)%20%E2%80%A2%20Emiss%C3%B5es%20de,emiss%C3%B5es%20totais%20do%20ano%20anterior](https://www.wribrasil.org.br/noticias/os-paises-que-mais-emitiram-gases-de-efeito-estufa#:~:text=A%20Covid%2D19%20resultou%20na,nas%20emiss%C3%B5es%20globais%20de%20CO2&text=FINANCEIRA%20CRISE%20FINANCEIRA-,Fonte%3A%20Climate%20Watch%20%2D%20PIK%20(2024)%20%E2%80%A2%20Emiss%C3%B5es%20de,emiss%C3%B5es%20totais%20do%20ano%20anterior). Acesso em: 20 mar. 2025.

YAGODIN, D. Policy implications of climate change denial: content analysis of Russian national and regional news media. **International Political Science Review**, v. 42, n. 1, p. 64-77, 2021. DOI: 10.1177/0192512120971149. Acesso em: 20 mar. 2025.

YERGIN, D. **O petróleo**: Uma história mundial de conquistas, poder e dinheiro. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

YOUNG, N.; COUTINHO, A. Government, anti-reflexivity, and the construction of public ignorance about climate change: Australia and Canada compared. **Global Environmental Politics**, v. 13, n. 2, p. 89-108, 2013. DOI: https://doi.org/10.1162/GLEP_a_00168. Acesso em: 20 mar. 2025.

ZOGAHIB, A. L. N. .; SIMAS, D. C. de S. .; NORTE FILHO, A. F. do .; NORTE, N. N. B. de O. .; SALES, R. A. C. de .; LIMA, J. S. de .; BRAGA, M. A. P. de L. . Climate changes and its impacts on cities: case study of characteristics of the drought in the State of Amazonas, Brazil. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 13, n. 9, p. e9913946940, 2024. DOI: 10.33448/rsd-v13i9.46940. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/46940>. Acesso em: 23 mar. 2025.

ZUBOFF, S. **A era do capitalismo de vigilância**: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.

APÊNDICE

Tabela 1 - Exemplos mais representativos de cada tópico

Nome do tópico	Quantidade de mensagens	Termos de maior probabilidade	Exemplos mais representativos
Mensagens gerais sobre mudanças climáticas	1.538	mudancas_climaticas, aquecimento_global, climatica, mudanca_climatica, agenda, clima, climatico, mundo, canal, climaticos	eles querem impor artificialmente, por meio de canetada e "confie na ciencia", um mercado que nao tem eficiencia ainda. e querem quebrar os paises que produzem e dependem de combustiveis_fosseis.
			[...] O Protocolo ao Tratado da Antártica sobre Proteção do Meio Ambiente, conhecido como Protocolo de Madri, foi assinado em Madri e entrou em vigor em 1998. Seu objetivo é proteger o meio ambiente e os ecossistemas antárticos em benefício de toda a humanidade, declarando a Antártica como um continente dedicado à paz e à ciência. O protocolo substitui e amplia as medidas anteriormente acordadas para a conservação da fauna e flora antárticas, estendendo a proteção ambiental a toda a região antártica. Ele estabelece diretrizes para a eliminação de resíduos, a prevenção da poluição marinha, a avaliação de impactos ambientais e a conservação da biodiversidade local [...]
Importância dos combustíveis fósseis	767	energia, gas, petroleo, emissoes, governo, combustiveis_fosseis, gases, russia, reduzir, efeito_estufa	eles querem ganhar muito dinheiro com creditos de carbono. olha o que esse cara fala (o link esta posicionado para a parte em que ele fala) https://youtu.be/hv6radqrdu?t=8792
			eliminar os combustiveis_fosseis e substitui-los por energia "verde" e uma "ilusao perigosa" https://verdadecensurada.com.br/noticia/1112/eliminar-os-combustiveis-fosseis-e-substitui-los-por-energia-verde-e-uma-ilusao-perigosa-yydr_jvecio.telegram acesse o canal. participe do grupo siga: twitter & gettr

Nome do tópico	Quantidade de mensagens	Termos de maior probabilidade	Exemplos mais representativos
<p><i>Lockdown</i> climático e a Nova Ordem Mundial</p>	617	culpa, medo, etc, mundo, covid, mudanca_climatica, mortes, climaticas, vacina, mídia	<p>Existe uma correlação muito alta entre aqueles que apoiam a histeria do Covid e aqueles que apoiam a agenda das mudanças climáticas. E ambos afirmam ter um novo aliado, a "ciência", para vender guerras a macacos assustados, não apenas nos Estados Unidos, mas em todo o mundo. Essas duas novas guerras vão trazer à tona o pior de todos, em todos os lugares. Os bloqueios do Covid estabeleceram um terrível precedente. A Agência Internacional de Energia (AIE) emitiu o que eles chamam de "alerta terrível". Eles dizem que haverá um aumento de 5% nas emissões de carbono à medida que as economias globais reabrirem após os bloqueios do Covid e que isso será “tudo menos sustentável” para o meio ambiente. Isso implica que os fechamentos foram bons para o meio ambiente e que voltar ao normal é ruim. Também houve uma enxurrada de artigos na grande mídia defendendo o uso de bloqueios para combater as chamadas mudanças climáticas.</p> <p>Em junho de 2020, o príncipe Charles lançou The Great Reset em um tweet e depois seguiu com: "A iniciativa The Great Reset foi projetada para garantir que empresas e comunidades 'reconstruam melhor', colocando práticas de negócios sustentáveis no centro de suas operações à medida que começam a se recuperar da pandemia de coronavírus." Essa mensagem foi repetida em quase todos os discursos que ele fez sobre o assunto, sempre ressaltando sua dedicação de 40 [agora cinquenta] anos ao "ambientalismo" e à farsa das "mudanças climáticas". Agora, como todos sabem, ele é conhecido como "rei" Charles — um fantoche leal com um título que lhe dá poder para ajudar a acelerar o próximo sistema</p>

Nome do tópico	Quantidade de mensagens	Termos de maior probabilidade	Exemplos mais representativos
Mercado de carbono	472	carbono, vacinas, grafeno, agua, corpo, dna, digital, oxigenio, aluminio, credito	<p>Existem várias maneiras com as quais pessoas com mentalidade ditatorial podem te controlar, entre elas: 1. Ditadura religiosa (modelo adotado no Oriente Médio sob o pretexto de uma verdade única, à qual todos obrigatoriamente devem obedecer). 2. Ditadura ateia (modelo adotado no Oriente), onde a religião não prospera e exige submissão total ao regime sob o pretexto de uma sociedade mais justa e igualitária. 3. Ditadura sanitária ou médica (modelo em implementação no Ocidente para derrubar lentamente os pilares da democracia), sob o pretexto de proteção da vida de terceiros e de obediência total à "ciência". 4. Ditadura ambiental (modelo em fase embrionária), controle de diversos aspectos da sua vida sob o pretexto de redução de emissão de carbono e temperatura global.</p> <p>Em todos os modelos acima, a liberdade de expressão precisa morrer...</p>
			<p>Com decreto assinado por Bolsonaro, Brasil lucrará US\$ 100 bilhões com o mercado de carbono.</p> <p>https://terrabrasilnoticias.com/2022/05/com-decreto-assinado-por-bolsonaro-brasil-lucrara-us-100-bi-com-mercado-de-carbono/</p>
WEF e a interferência nas políticas ambientais de países em desenvolvimento	433	carne, mundial, forum, economico, wef, alimentos, carbono, mundo, insetos, agenda	<p>Aí vamos... O Clube de Roma foi muito esperto quando apresentou a mudança climática, numa época em que se chamava "aquecimento global". Com seus cenários de "emergência" desenhados, cortesia da tecnologia de controle de tempo que possuem, eles podem implementar todas as suas regras e restrições destinadas a despojar as pessoas de sua independência financeira, para que todos acabemos dependentes de uma renda universal miserável, sem ter nada, comendo grilos e □□□</p>

Nome do tópico	Quantidade de mensagens	Termos de maior probabilidade	Exemplos mais representativos
			<p data-bbox="930 338 1386 472">https://www.abc.net.au/news/2022-07-15/pacific-leaders-declare-climate-emergency-in-joint-pif-statement/101239362</p> <p data-bbox="930 506 1386 943">As elites (Clube de Bilionários do Planeta; Fórum Econômico Mundial) declararam abertamente que estão criando um governo mundial. • COVID/mudanças climáticas são golpes exagerados para assustar as massas, fazendo com que aceitem o governo mundial. A verdade é que COVID não é uma praga destruidora do mundo e as mudanças climáticas não vão acabar com o mundo, mas eles precisam que você, da classe dos plebeus, acredite nisso.</p>
Conteúdos sobre mudanças climáticas em portais de notícia	424	brasil, news, noticias, rss, videos, portugues, bbc, contexto, analise, climaticas	<p data-bbox="930 969 1386 1279">A grande farsa do aquecimento global - Parte 1 Este documentário foi exibido na BBC (canal de TV britânico) em 8 de março de 2007. Seu conteúdo é estarrecedor, ao mostrar o outro lado da chamada "verdade" sobre o tão aclamado aquecimento global. t.me/souzaslaughter</p> <p data-bbox="930 1305 1386 2013">"Imagine que você acabou de abastecer no posto de gasolina e recebe uma mensagem no celular dizendo: 'Você sabia que essa compra equivale a mais de 200 kg de carbono? Se você usasse mais o transporte público, economizaria mais da metade. 'Este é um serviço que a Cogo, uma plataforma de impacto de carbono, está fornecendo para aplicativos de mobile banking, como o NatWest, com o objetivo de informar e mudar comportamentos. E eles estão trabalhando em parceria com a notória equipe de insights comportamentais da professora comunista Susan Michie, que foi responsável pela propaganda e mentiras publicadas e divulgadas diariamente durante a pandemia de COVID-19, a fim de manipulá-lo a</p>

Nome do tópico	Quantidade de mensagens	Termos de maior probabilidade	Exemplos mais representativos
combate à crise climática		comunista, terra, coisas, gente, gripe	<p>clara para todos nós: a era do combustível barato não vai voltar, essa é a realidade. O mundo precisa fazer a transição energética dos combustíveis fósseis e ir para os mais limpos. Consequentemente, não vai haver o retorno a um tempo que ficou para trás."</p> <p>Falou o maçom de grau 33. E ele está certo.</p> <p>Toda esta "crise", do COVID-19 à guerra na Ucrânia, são coisas muito bem planejadas e que servem para cumprir uma agenda.</p> <p>O comunismo é um braço da maçonaria, nunca se esqueçam disso. OPEN yoUR EyES 🗨️ @r_alliance □ □</p> <p>Máscaras faciais levam à respiração de níveis perigosos de dióxido de carbono, mesmo quando está parado, segundo estudo.</p> <p>O uso de uma máscara facial resulta em exposição a concentrações perigosas de dióxido de carbono no ar inalado, mesmo quando a máscara é usada por apenas cinco minutos enquanto se está parado, descobriu um estudo.</p> <p>https://dailysceptic.org/2022/05/13/face-masks-lead-to-breathing-dangerous-levels-of-carbon-dioxide-even-when-sitting-still-study-finds/ @fyibrasil</p>
Crise climática associada ao apocalipse cristão	343	poluicao, deus, terra, vida, mundo, jesus, agua, homem, ceu, senhor	<p>Não caia na narrativa de gente mau-caráter e desonesta que diz que Lula e Bolsonaro são iguais ou que a "agenda" deles é a mesma. Não são. A agenda do Lula é a agenda da esquerda: aborto, ideologia de gênero, ativismo LGBT, linguagem neutra, doutrinação de crianças nas escolas, crédito de carbono, etc.</p> <p>Mensagem recebida pelo profeta Pedro II (Bento da Conceição) [...] O Paraíso – 12/01/1996 Pela primeira vez, está chegando o momento de a Terra ser totalmente</p>

Nome do tópico	Quantidade de mensagens	Termos de maior probabilidade	Exemplos mais representativos
			transformada como nunca foi. Já houve mudanças, sim, mas não como vai ser agora. Ela terá o mesmo brilho de quando foi criada, sem poluição, sem pecado e sem a morte. Jamais entrará aqui, outra vez, o meu adversário. Se os astronautas veem, do alto, uma Terra bonita, muito mais os meus filhos irão ver, com seus raios coloridos em toda parte, que sairão de mim.
Agronegócio como vítima da narrativa de combate à crise climática	284	mundial, alimentos, mundo, armas, energia, países, controle, oms, etc, governo	<p>É... ainda nos divertimos, ainda nos sentimos bem, choramos com confiança e aprovação na (des)informação oficial e "científica", nos preocupamos responsabilmente com as "mudanças climáticas" e os "malditos vírus", condenamos e nos entusiasmamos com justa raiva intelectual contra todos "os conspiradores", mesmo que, no dia seguinte, tenhamos que admitir (apenas para nós mesmos) que eles estavam certos.</p> <p>Ainda "salvamos o planeta", permanecendo sujos o máximo possível. [...]</p> <p>Eles acreditam que:</p> <p>O aumento explosivo e criminoso dos preços da energia e das matérias-primas;</p> <p>A recusa de governos assassinos em comprar gás e petróleo onde é mais barato, porque... sanções! — preferindo comprá-los onde é "politicamente correto", a preços dez vezes maiores;</p> <p>O fechamento forçado de fazendas de gado por razões pueris e aberrantes;</p> <p>O suborno de agricultores com subsídios pelos mesmos governos assassinos para deixar centenas de milhões de hectares de terras agrícolas em pousio;</p> <p>A queima proposital de centenas de milhões de hectares de terras agrícolas por "fruta", pouco antes da colheita;</p> <p>O desligamento planejado da</p>

Nome do tópico	Quantidade de mensagens	Termos de maior probabilidade	Exemplos mais representativos
			<p>economia mundial sob pretextos de "plandemia" ou aumento dos preços da energia...</p> <p>Em suma, eles acreditam que essas "ninharias" podem causar fome no mundo.</p> <hr/> <p>A Holanda está à beira de uma guerra civil. Sieta van Keimpema, do Farmers Defence Force, explica os motivos dos gigantescos protestos dos fazendeiros na Holanda: "A razão é uma carta da ministra da 'Natureza e Gás Carbônico' (não é piada!), que, para reduzir a emissão de gás carbônico, determina que 30% dos agricultores cessem suas atividades. Isso pode ocorrer de três formas: Você faz isso de forma voluntária. Você recebe uma indenização, mas tem que assinar um acordo comprometendo-se a nunca mais exercer a profissão de agricultor na Holanda. Sua propriedade é confiscada. Ponto final..."</p>
Mensagens aleatórias em consonância com negacionismo	202	ebc, brasil, cnn, jmunews, lendo, rio, covid, eua, lula, milhoes	<p>E as enchentes que acontecia antigamente? Uma das causas é a poluição das grandes cidades e a falta de saneamento básico e lixo não recolhidos, e jogados ao léu.</p> <hr/> <p>caralho mano, quer dizer então que as mudanças climáticas são machistas, misóginas, patriarcais? ☐</p>
Legislação brasileira sobre questões climáticas	179	programa, lei, brasil, marco, privatizacao, metodo, nuvens, reducao, cultura, bilhoes	<p>Bolsonaro amplia reclusão e delega a Mourão tarefas do dia a dia Após a derrota para Lula, o presidente deixa com o vice a tarefa de receber embaixadores estrangeiros que iniciam missão no Brasil. ☞ Leia mais Enquanto isso, na COP27... Lula cobra recursos de países ricos e diz que o combate à crise do clima será prioridade em seu primeiro discurso internacional desde a</p>

Nome do tópico	Quantidade de mensagens	Termos de maior probabilidade	Exemplos mais representativos
			<p>eleição. Leia em: https://mla.bs/8610dfb3</p>
Hipocrisia de países estrangeiros	114	imposto, mundo, acordo, terra, governo, humanidade, disse, saude, federal, eua	<p>Jovens vítimas de ansiedade climática pedem ação no congresso https://agoranoticiasbrasil.com.br/jovens-vitimas-de-ansiedade-climatica-pedem-acao-no-congressos/?feed_id=14212&_unique_id=632cdf6d2445f</p> <p>Quando os banqueiros começam a usar termos como "direitos", "pobreza" e "economia verde", pode ter certeza de que estão imaginando um mundo apenas para a elite. Eles não se importam com mais ninguém. Em sua forma mais básica, você não se divertirá e não poderá viajar – porque, na verdade, tudo já começou. Mas não se preocupe, a elite se divertirá por você! Isso não passa de totalitarismo. Escusado será dizer que o Rabobank e Baarsma são membros do Fórum Econômico Mundial.</p> <p>Vladimir Putin: Ainda é muito cedo para desistir dos hidrocarbonetos. Em 20, 30 e talvez até 50 anos, veremos tudo isso sendo usado ativamente, especialmente nossas oportunidades para o gás.</p>

Fonte: Elaboração própria.